



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

O privado em público

- Direito à informação e direitos de personalidade

Paulo Jorge dos Santos Martins

Orientador: Professor Doutor Manuel Augusto Meirinho Martins

Júri:

Presidente – Reitor da Universidade Técnica de Lisboa

Vogais – Professor Doutor Fernando dos Reis Condesso, Professor Doutor Manuel Augusto Meirinho Martins, Professor Doutor José Carlos Costa dos Santos Camponez, Professor Doutor Alberto Arons de Carvalho e Professora Doutora Nilza Marília Mouzinho de Sena

Tese de Doutoramento em Ciências Sociais
na especialidade de Ciências da Comunicação

Lisboa
2013



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

O privado em público

- Direito à informação e direitos de personalidade

Paulo Jorge dos Santos Martins

Orientador: Professor Doutor Manuel Augusto Meirinho Martins

Júri:

Presidente – Reitor da Universidade Técnica de Lisboa

Vogais – Professor Doutor Fernando dos Reis Condesso, Professor Doutor Manuel Augusto Meirinho Martins, Professor Doutor José Carlos Costa dos Santos Camponez, Professor Doutor Alberto Arons de Carvalho e Professora Doutora Nilza Marília Mouzinho de Sena

Tese de Doutoramento em Ciências Sociais
na especialidade de Ciências da Comunicação

Lisboa
2013

“O privado em público – Direito à informação e direitos de personalidade”

Doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de Ciências da Comunicação

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Orientador: Professor Doutor Manuel Augusto Meirinho Martins

Júri:

Presidente – Reitor da Universidade Técnica de Lisboa

Vogais – Professor Doutor Fernando dos Reis Condesso, Professor Doutor Manuel Augusto Meirinho Martins, Professor Doutor José Carlos Costa dos Santos Camponez, Professor Doutor Alberto Arons de Carvalho e Professora Doutora Nilza Marília Mouzinho de Sena

Apresentação e defesa pública: 21 de janeiro de 2013

À Cláudia Vaz, pelo tempo que me deu

Ao João Martins, pelo tempo que lhe roubei

Ao João Mesquita, pelo exemplo que nos deixou

ÍNDICE

Resumo	5
Abstract	6
Agradecimentos	7
Siglas	8
INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	10
Sobre o objeto de estudo	10
Estado da arte.....	11
Razões da escolha do tema.....	14
Metodologia	15
Organização da investigação	17
PARTE I LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIGNIDADE HUMANA.....	20
Capítulo 1 Direito à informação e direitos de personalidade	20
1.1 Direitos dos jornalistas	22
1.2 Esfera privada e esfera pública.....	24
1.3 Interesse público e privacidade.....	30
1.4 Privacidade de figuras públicas.....	34
1.5 Privacidade de cidadãos comuns.....	38
1.6 Julgamentos na praça pública	40
1.7 “Casa Pia”, um “ <i>case study</i> ”	45
1.8 Cobertura mediática de procedimentos penais	48
1.9 Outros excessos dos media	50
1.10 Síntese conclusiva	51
Capítulo 2 Proteção legal de direitos de personalidade.....	53
2.1 Tensão dialética permanente.....	54
2.2 Direito à honra.....	56
2.3 Crimes contra a reserva da vida privada.....	61
2.4 Direito à palavra e à imagem	64
2.5 Utilização de meios ilícitos	69
2.6 Segredo de justiça	70
2.7 Procedimentos cautelares.....	75
2.8 Via civil ou via criminal?	76
2.9 Responsabilização pelos crimes	80

2.10 Síntese conclusiva	80
Capítulo 3 Novo contexto comunicacional.....	83
3.1 Desaparecimento de fronteiras	86
3.2 Maior proximidade com o público.....	87
3.3 Participação do público na produção noticiosa	91
3.4 Novo perfil do jornalista.....	93
3.5 Ética como marca distintiva	97
3.6 Síntese conclusiva	100
PARTE II A ABORDAGEM DEONTOLÓGICA	102
Capítulo 1 Evolução do debate	102
1.1 Deontologia e identidade profissional	105
1.2 Propósitos e instrumentos da autorregulação	108
1.2.1 Instrumentos de autorregulação transversais	111
1.2.1.1 Códigos deontológicos	111
1.2.1.2 Ordens	114
1.2.2 Instrumentos de autorregulação internos aos media.....	115
1.2.2.1 Códigos de conduta, livros de estilo e estatutos editoriais.....	115
1.2.2.2 Provedores	116
1.2.2.3 Conselhos de redação.....	119
1.2.3 Instrumentos previstos na lei	120
1.2.3.1 Direito de resposta	120
1.2.4 Outras modalidades	121
1.2.4.1 Conselhos de Imprensa	121
1.2.4.2 Meta-jornalismo	127
1.3 Exercício da profissão em contexto empresarial.....	127
1.4 Síntese conclusiva	131
Capítulo 2 Fixação do modelo deontológico em Portugal.....	134
2.1 Conselhos de redação por via legal	136
2.2 A experiência do Conselho de Imprensa	137
2.3 Os dilemas do Conselho Deontológico	141
2.4 Ordem rejeitada em referendo	144
2.5 Deontologia transferida para a lei	146
2.6 CCPJ com competências disciplinares	148
2.7 Lei inspirada no código	151

2.8 Risco de dupla punição.....	155
2.9 Síntese conclusiva	157
Capítulo 3 Direitos de personalidade em códigos deontológicos e de ética.....	159
3.1 Proteção da dignidade humana	160
3.2 Privacidade	161
3.3 Intimidade	164
3.4 Acusações sem fundamento.....	167
3.5 Presunção de inocência.....	169
3.6 Identificação de envolvidos em processos judiciais	171
3.7 Identificação de vítimas de crimes sexuais	174
3.8 Contacto com crianças.....	176
3.9 Meios de recolha de informação	178
3.10 Não discriminação.....	180
3.11 Dever de retificação de erros e imprecisões e direito de resposta.....	181
3.12 Síntese conclusiva	182
PARTE III PERCEÇÃO DOS JORNALISTAS SOBRE O QUADRO LEGAL E A DEONTOLOGIA.....	184
Capítulo 1 Lei e autorregulação	184
1.1 Respeito pelos direitos de personalidade nos media portugueses	185
1.2 Via legislativa ou autorregulatória	187
1.3 Compatibilização de direitos	190
1.4 Obrigatoriedade legal de noticiar absolvições.....	192
1.5 Procedimentos cautelares para salvaguarda de direitos de personalidade ...	194
1.6 Síntese conclusiva	198
Capítulo 2 Pertinência das normas deontológicas.....	199
2.1 Revelação da identidade de envolvidos em processos-crime.....	199
2.2 Notícias em fase de inquérito.....	202
2.3 Novos desafios.....	207
2.4 Síntese conclusiva	210
Capítulo 3 Avaliação dos instrumentos de regulação ético-deontológica	212
3.1 Perspetivas sobre o modelo.....	212
3.2 Publicação da condenação disciplinar	215
3.3 Sanções em sede de autorregulação.....	216
3.4 Apreciação de infrações deontológicas.....	217

3.5 Eficácia dos instrumentos de autorregulação	219
3.6 Síntese conclusiva	224
Capítulo 4 Constrangimentos da aplicação quotidiana	225
4.1 Aplicação de normas deontológicas.....	225
4.2 Determinação da esfera de privacidade.....	230
4.3 Consentimento de cidadãos.....	232
4.4 Influência noticiosa na apreciação judicial	234
4.5 Não divulgação de informações	236
4.6 Dupla dependência	238
4.7 Síntese conclusiva	239
CONCLUSÕES	241
Interesse público decisivo na ponderação	242
Fortalecimento da autorregulação	246
Validade do quadro deontológico.....	251
Linhas de investigação futura	252
BIBLIOGRAFIA	254
ANEXOS	282

Resumo

A satisfação do direito do público à informação, de que os jornalistas estão incumbidos, é suscetível de conflitar com direitos de personalidade. A presente dissertação aborda as diversas dimensões desta problemática, no sentido de compreender de que forma pode ser assegurada a compatibilização entre as duas esferas. A investigação, que cruzou a reflexão teórica com o exame de casos concretos de abordagens jornalísticas, incluiu uma análise comparativa de normas inscritas em códigos deontológicos e de ética e a realização de entrevistas a jornalistas profissionais. A principal conclusão é que a autorregulação, não a lei, constitui a sede mais adequada para garantir que o exercício do direito à informação sacrifica direitos de personalidade apenas em situações de manifesto interesse público. Nesse sentido, preconiza-se o fortalecimento de instrumentos neste domínio. É recomendado o desenvolvimento de estudos sobre o tratamento jornalístico de acontecimentos envolvendo cidadãos comuns, para aprofundar o conhecimento da questão.

Palavras-chave: direito à informação, direitos de personalidade, autorregulação, interesse público, ética, deontologia profissional, direito, privacidade, figuras públicas, cidadãos comuns.

Abstract

Satisfying the right of the public to information, which journalists are responsible for, is likely to conflict with personality rights. This dissertation examines the various dimensions of this problem, in order to understand how compatibility between the two spheres can be ensured. The investigation, which crossed the theoretic reflection with the examination of specific cases of journalistic approaches, includes a comparative analysis of standards inscribed in codes of ethics and interviews to professional journalists. The main conclusion is that self-regulation, not law, is the appropriate place to ensure that the exercise of the right to information only sacrifices personal rights in situations of manifest public interest. In this sense, it is recommended the strengthening of instruments in this field. It is recommended the development of studies on the journalistic treatment of events involving ordinary citizens to deepen the knowledge of the matter.

Keywords: right to information, personality rights, self-regulation, public interest, ethics, professional ethics, law, privacy, public figures, ordinary citizens.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Manuel Meirinho, pela orientação exigente e crítica. Enriquecida pelo facto de partir de um olhar exterior à profissão de jornalista, permitiu corrigir trajetórias de investigação e, sobretudo, adequar a linguagem usada à natureza de uma pesquisa académica.

Aos 17 jornalistas que aceitaram ser entrevistados, contribuindo com os seus pontos de vista para a reflexão empreendida.

À jornalista Madalena Ferreira, que disponibilizou vasta documentação relativa ao caso que a envolveu.

Aos funcionários do Sindicato dos Jornalistas, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, da Biblioteca Nacional e da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista pela disponibilidade manifestada e a preciosa ajuda.

Siglas

AACS – Alta Autoridade para a Comunicação Social

AJP – Associação dos Jornalistas Portugueses

APCP – Association de Préfiguration d'un Conseil de Presse en France (Associação para a Prefiguração de um Conselho de Imprensa em França)

API – Associação Portuguesa de Imprensa

ASNE – American Society of Newspapers Editors (Sociedade Americana de Editores de Jornais)

BSC – Broadcasting Standards Commission (Comissão de Padrões de Radiodifusão)

CC – Código Civil

CCPJ- Comissão da Carteira Profissional de Jornalista

CD – Conselho Deontológico

CE – Conselho da Europa

CEDH – Convenção Europeia dos Direitos do Homem

CI – Conselho de Imprensa

CM – “Correio da Manhã”

CP – Código Penal

CPP – Código de Processo Penal

CR – Conselho de Redação

CTD – Conselho Técnico e de Deontologia

DN – “Diário de Notícias”

DUDH – Declaração Universal dos Direitos do Homem

EJ – Estatuto do Jornalista

ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social

FAPE – Federación de Asociaciones de Periodistas de España (Federação das Associações de Jornalistas de Espanha)

FIJ – Federação Internacional de Jornalistas

JN – “Jornal de Notícias”

MP – Ministério Público

NNC – National News Council (Conselho Nacional de Imprensa)

NotW – “News of the World”

NUJ – National Union of Journalists (União Nacional de Jornalistas)

NYT – “The New York Times”

OberCom – Observatório da Comunicação

Ofcom – Office of Communications (Instituto das Comunicações)

OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
PCC – Press Complaints Commission (Comissão de Queixas da Imprensa)
PGR – Procuradoria-Geral da República
PJ – Polícia Judiciária
SJ – Sindicato dos Jornalistas
SNJ – Sindicato Nacional dos Jornalistas
SPJ – Society of Professional Journalists (Sociedade de Jornalistas Profissionais)
STJ – Supremo Tribunal de Justiça
TC – Tribunal Constitucional
TEDH – Tribunal Europeu dos Direitos do Homem
TRC – Tribunal da Relação de Coimbra
TRG – Tribunal da Relação de Guimarães
TRL – Tribunal da Relação de Lisboa
TRP – Tribunal da Relação do Porto
T & Q – “Tal & Qual”

INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Sobre o objeto de estudo

A livre circulação de informação e opinião constitui, em sociedades democráticas, um valor inalienável. É dever dos jornalistas estimular a participação cívica, ajudar à formação de uma opinião pública responsável e contribuir para que os cidadãos façam opções esclarecidas. O exercício profissional, contudo, não pode ignorar o impacto causado na esfera individual, suscetível de violar direitos credores de proteção. A problemática da relação entre direito à informação e direitos de personalidade é o objeto de estudo da presente tese de doutoramento em Ciências Sociais, na especialidade de Ciências da Comunicação.

“A liberdade de informação não é o direito de informar os outros, mas o direito de a si mesmo se informar, sendo um pressuposto da liberdade de informação e da livre formação da opinião pública e não uma consequência; um Estado democrático não funciona sem uma opinião pública livre e informada o mais objetivamente possível sobre os factos” (Sousa, 1984: 150-151). O direito à informação não constitui, nesta medida, um exclusivo dos jornalistas – muito menos um privilégio. O titular do direito é o público; aos profissionais exige-se que o satisfaça. Aí reside o núcleo essencial da sua responsabilidade social: esse compromisso, vertido no quadro ético-deontológico, pressupõe a prestação de contas aos cidadãos.

As múltiplas dimensões da liberdade de Imprensa – satisfação do direito do público a ser informado, escrutínio da atuação dos eleitos, contribuição para a transparência da Administração Pública, denúncia de discriminações sobre grupos sociais mais vulneráveis, descoberta ou prevenção de fenómenos negativos – tornam recorrente o debate em torno do poder da Comunicação Social. A sua legitimidade é, com frequência, posta em causa, por não derivar de eleição. Poder não institucionalizado, neste sentido, exerce todavia uma enorme influência na sociedade, pelo que está sujeita a responder pelos abusos que comete, desde logo através de sanções legalmente previstas.

O exercício da liberdade de Imprensa, parte integrante da liberdade de expressão, não é, com efeito, ilimitado. A introdução de restrições justifica-se pela necessidade de salvaguardar outros direitos fundamentais – à identidade pessoal, desenvolvimento da

personalidade, honra e bom nome, reserva da vida privada e familiar, intimidade, imagem e palavra. É essa a vocação dos órgãos estatais de regulação, mesmo em sociedades de tradição liberal. A sua atuação, porém, não invalida – pelo contrário, reclama – a autorregulação.

Como compatibilizar direito à informação com direitos de personalidade é a pergunta de partida da investigação. No sentido de lhe dar resposta, foi traçado um conjunto de objetivos. Em primeiro lugar, problematizar os limites das esferas públicas e privada, bem como a legitimidade da invocação do interesse público na atividade jornalística, analisando ao mesmo tempo os efeitos do novo contexto comunicacional nas práticas profissionais. Em segundo lugar, proceder ao exame do enquadramento jurídico-constitucional e dos instrumentos disponíveis em sede de autorregulação e corregulação, no sentido de avaliar a sua eficácia. Finalmente, recolher a opinião de jornalistas sobre o quadro legal e as questões ético-deontológicas.

Estado da arte

O conceito de liberdade de expressão contempla o direito de opinião, mas também os de procura, receção e difusão de ideias. A proteção da liberdade de Imprensa foi inscrita em junho de 1776 na “Declaração dos Direitos do Estado da Virgínia”, que precedeu a “Declaração de Independência dos Estados Unidos da América”. De acordo com o texto, trata-se de “um dos mais fortes baluartes da liberdade do Estado”, pelo que só pode ser restringida por um “governo despótico”.

Nem a declaração de independência, nem a primeira Constituição norte-americana fazem referência específica à liberdade de Imprensa. Todavia, a Primeira Emenda, de 1791, supre a lacuna, ao determinar que o congresso não produzirá qualquer lei que restrinja ou cerceie a liberdade de expressão ou de Imprensa. Dois anos antes, já a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, nascida da Revolução Francesa, postulava que “a livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem; todo o cidadão pode por isso falar, escrever, imprimir livremente, desde que não abuse dessa liberdade nos casos determinados por lei”.

As diferentes perspetivas de salvaguarda da liberdade de Imprensa acabariam por inspirar as tradições europeia e norte-americana. No caso dos Estados Unidos, “é dada como ‘incompressível’” (Cornu, 1999 [1994]: 154) pelos poderes públicos, enquanto no francês “o

papel do Estado é explicitamente solicitado”, uma vez que lhe cabe proteger direitos e reprimir eventuais violações.

A proteção da vida privada, da honra e da reputação, que também abrange domicílio e correspondência, é internacionalmente consagrada através da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), que as Nações Unidas proclamaram em 1948, precisamente a par da liberdade de expressão. Os contornos dos dois valores civilizacionais são fixados na Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH), aprovada dois anos volvidos pelo Conselho da Europa (CE), e desenvolvidos em resoluções posteriores desta entidade.

A Constituição da República Portuguesa confere igual dignidade à liberdade de expressão e informação, liberdade de Imprensa e direitos de personalidade. Nesta investigação, são tomadas em consideração reflexões doutrinárias sobre a matéria da autoria de constitucionalistas como Canotilho, Moreira e Machado (em particular a obra deste último, “Liberdade de Expressão – Dimensões Constitucionais da Esfera Pública do Sistema Social”, de 2002) e as normas legais que regulam a atividade jornalística, como o Estatuto do Jornalista (EJ) e a lei de Imprensa, ou a influenciam, como os códigos civil e penal.

A autorregulação ética é um conceito fulcral a desenvolver. Entendida como contrato entre jornalistas e público, concretiza-se mediante um quadro de deveres deontológicos livremente aceite pelo grupo profissional. Neste domínio, reveste-se de especial importância a doutrina da responsabilidade social do Jornalismo, introduzida em 1947 nos Estados Unidos pelo “Relatório Hutchins”, cujas insuficiências foram, em 2004, assinaladas por Christians e Nordenstreng.

A “Declaração de Bordéus” da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ), de 1954, e a “Declaração de Munique”, assinada em 1971 pelos sindicatos dos seis países que na época constituíam a CEE, são documentos decisivos na consolidação da Deontologia jornalística. O primeiro porque consagra o princípio de que o jornalista só aceita, no plano profissional, a jurisdição dos seus pares, que se tornaria o alicerce da autorregulação. O segundo porque elege pela primeira vez como central a responsabilização do jornalista perante o público – não perante o empregador ou os poderes político e económico.

Autores como Cornu e Bertrand alimentaram o debate sobre as interrogações éticas que se colocam aos jornalistas na prática quotidiana. Ambos são decisivos para melhor entender as implicações deontológicas do Jornalismo, derivadas da relação estabelecida entre os

profissionais e o público. As obras de Bertrand, concentradas na avaliação da eficácia dos instrumentos de autorregulação, revelam-se particularmente interessantes.

A questão da privacidade, que o jornalista pondera com frequência no tratamento noticioso, é naturalmente problematizada nesta tese. No domínio legal, são analisados os contributos de Warren e Brandeis, através do artigo “The Right of Privacy”, de 1890, para a definição do núcleo, inviolável, de intimidade dos cidadãos, mas também a influência da doutrina alemã das três esferas, de 1973, que inspira o ordenamento jurídico nacional.

A análise desta temática, no que concerne especificamente ao Jornalismo, obriga à configuração do conceito de interesse público, fundamento de atos de intromissão na vida privada de cidadãos. Trata-se de um exercício complexo, na medida em que não se encontra tipificado na legislação e, em sede autorregulatória, é demasiado lato, deixando aos jornalistas uma certa margem de discricionariedade na sua invocação, tendo em conta o caso concreto. O recente aprofundamento do conceito, que só alguns códigos deontológicos procuram explicitar, não dispensa duas obras fundamentais, que sublinham a importância da proteção da privacidade. A saber: “Privacy and the Press”, de Hodges, e “Privacy, probity and public interest”, de Whittle e Cooper, ambas de 2009.

O novo contexto comunicacional, associado a fenómenos como a mudança de perfil profissional dos jornalistas, a espetacularização da informação e a participação do público na produção noticiosa, também é objeto de apreciação. Às preocupações manifestadas por autores como Wolton, em obras publicadas desde a década de 90 do século passado, juntaram-se as de Gillmor (sobretudo “Mediactive”, de 2010).

Em Portugal, a problemática da compatibilização entre direito à informação e direitos de personalidade carece de estudo sistemático. A inexistência de obras específicas torna mais relevantes, para a presente investigação, as abordagens de quatro autores. Mesquita, cuja obra mais relevante, neste particular, é “O Quarto Equívoco – o Poder dos Media na Sociedade Contemporânea”, publicada pela primeira vez em 2003, desenvolve uma análise crítica de natureza transversal, tendo sempre presentes as questões deontológicas. Em “O Lugar da Ética e da Auto-regulação na Identidade Profissional dos Jornalistas”, de 2009, Fidalgo reflete sobre o papel da ética na resposta a novos desafios. As vulnerabilidades da autorregulação são o tema da obra de Camponez “Deontologia do Jornalismo – a Autorregulação Frustrada dos Jornalistas Portugueses”, editada em 2011. Finalmente,

Castanheira, em “No Reino do Anonimato – Estudo Sobre Jornalismo Online”, editado em 2004, avalia o impacto da Internet.

Razões da escolha do tema

O tema da dissertação foi escolhido por razões de natureza profissional e científica. Jornalista desde 1983, integrei redações de diversos órgãos de Imprensa, de diários a semanários, e exerço funções de chefia há mais de 14 anos. A vertente deontológica da profissão, que não pode ser dissociada da competência estritamente técnica, sempre fez parte das minhas preocupações. No decurso da carreira, enfrentei diversas situações em que o direito à informação – justificação primeira do Jornalismo – teve de ser ponderado em função dos direitos de personalidade presentes. É suposto ser assegurada a conciliação entre ambos, mas o risco de colidirem é real.

A experiência profissional consolidou a minha convicção de que embora as normas deontológicas nem sempre satisfaçam a necessidade de concretizar o direito à informação sem violar outros direitos – credores de igual dignidade – é nessa sede, a da Deontologia jornalística, que o debate deve travar-se. Sem prejuízo da eventual consagração legal de normas que proporcionem eficácia aos instrumentos de autorregulação.

Eleito em 2008 e reeleito em 2011, em representação dos jornalistas, membro da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ), cuja Secção Disciplinar integro, tenho tido oportunidade de aprofundar a reflexão ético-deontológica, na medida em que o organismo, criado como entidade oficial de acreditação profissional, dispõe hoje de competências de âmbito disciplinar.

Sendo assistente convidado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, onde leciono disciplinas da licenciatura em Ciências da Comunicação e do mestrado em Comunicação Social, o meu interesse por esta temática não é, também, alheio ao facto de ser pouco explorada em Portugal, em termos científicos. Note-se que a investigação académica sobre Ética e Deontologia tem sido desenvolvida, essencialmente, por antigos jornalistas.

Metodologia

A execução de um trabalho científico desta natureza pressupõe que, uma vez estabelecido com clareza o objeto de investigação, sejam feitas opções metodológicas. A pesquisa bibliográfica exigiu uma apurada e rigorosa avaliação prévia, para evitar a dispersão. Revelou-se indispensável a leitura de obras clássicas e documentos historicamente relevantes sobre Deontologia, além de textos mais recentes, que analisam a evolução das exigências éticas, e estudos relativos à cobertura jornalística de acontecimentos marcantes do ponto de vista da aplicação de preceitos deontológicos. A emergência de novas modalidades de exercício do Jornalismo justificou a inclusão de obras sobre os seus efeitos no plano deontológico.

A compreensão da problemática implicou, por outro lado, cruzar a reflexão teórica com a abordagem de casos, ocorridos em Portugal e no estrangeiro, em que o tratamento jornalístico foi suscetível de ser interpretado como causador de colisão entre direitos. Tratou-se de analisar situações consideradas pertinentes, pelas suas características e por terem suscitado a intervenção de entidades de autorregulação ou heterorregulação ou dado origem a processos judiciais. Daí a realização de uma análise exaustiva de documentos em primeira mão, grande parte dos quais disponíveis na Internet.

No que concerne à autorregulação, foram contemplados 43 códigos deontológicos e de ética de diversas proveniências – além de estatutos editoriais, livros de estilo e estatutos de redação – e 22 tomadas de posição do órgão deontológico do Sindicato dos Jornalistas (SJ) – Conselho Técnico e de Deontologia (CTD), depois Conselho Deontológico (CD). As intervenções de entidades reguladoras também mereceram atenção: 17 da responsabilidade do extinto Conselho de Imprensa (CI) e outras tantas da Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS), 15 da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) e 6 da CCPJ.

No plano legislativo, ao exame de 16 diplomas nacionais ligados, direta ou indiretamente, à atividade jornalística, incluindo a Constituição, juntaram-se 3 pareceres, 5 acórdãos ou sentenças de tribunais portugueses e 12 de estrangeiros. A pesquisa incluiu ainda 16 documentos emanados de organizações internacionais, a maioria pelo CE e, entre outros, 14 do SJ.

A realização de entrevistas semiestruturadas a jornalistas profissionais resultou do facto de constituir a técnica mais adequada a investigações qualitativas, porque valoriza o saber dos

entrevistados e, ao mesmo tempo, propicia a descrição de situações concretas com as quais se defrontaram. É assim assumida a intenção de estabelecer o que pode ser caracterizado como coconstrução de sentido entre investigador e participante.

A flexibilidade que a entrevista semiestruturada proporciona afigurou-se muito útil, por facultar ao entrevistador a possibilidade de introduzir temas, visando a clarificação ou o aprofundamento de ideias, sem restringir a liberdade do entrevistado. Foi assim possível concretizar uma estratégia “múltipla”. Por um lado, a entrevista semiestruturada criou condições, também motivacionais, para que o participante na investigação verbalizasse as suas experiências; por outro, permitiu apreender perspetivas individuais sobre o fenómeno.

A partilha de património profissional entre entrevistador e entrevistado (é mesmo de admitir que também o quadro de referência seja comum) obrigou a cuidados especiais. Salvar a fiabilidade dos dados recolhidos e eliminar riscos de enviesamento eram condições de sucesso. Como assegurá-las, se o investigador faz parte do universo de estudo? Os meios mais recomendáveis consistem num esforço de distanciamento e numa atitude de neutralidade, que se procurou preservar.

O grau de complexidade da fase de interpretação de dados é inversamente proporcional à diretividade da entrevista. A entrevista semiestruturada produz, inevitavelmente, uma certa heterogeneidade de respostas, tanto mais difíceis de analisar e codificar quanto mais longas forem. Extrair de um conjunto de discursos um único – ou agregar respostas com o propósito da generalização (criação de categorias) – foi, porventura, o maior desafio que se colocou.

A opção por uma amostra teórica, não probabilística, afigurou-se a mais adequada. Sem ter a pretensão de extrapolar resultados estatísticos para o universo, propõe-se, apenas, ilustrar uma determinada realidade. Inicialmente, a dimensão da amostra foi fixada em 20 entrevistas, mas no decurso da investigação concluiu-se que o ponto de saturação teórica foi atingido com a realização de 17.

A seleção dos participantes (Cfr. Anexo 2) não foi, no entanto, aleatória. Obedeceu a um conjunto de critérios destinado a assegurar que, teoricamente, a amostra representasse, tanto quanto possível, a pluralidade de perspetivas que se cruzam no interior da profissão. Tal implicou, desde logo, entrevistar jornalistas de diferentes idades e percursos profissionais, de ambos os sexos, com ligação atual ou passada a diferentes meios de

informação, detentores de responsabilidades editoriais ou que exerçam funções de repórter ou de redator.

Não foram escolhidos, portanto, apenas jornalistas com longa experiência profissional, que já se confrontaram com situações diversas, se dedicam à reflexão sobre Deontologia e de cujo currículo faça parte a participação em órgãos de autorregulação. Tratou-se, também de conhecer as perspectivas dos mais jovens. Tanto mais que tem vindo a acentuar-se a tendência para o rejuvenescimento da profissão, fruto de dois movimentos simultâneos: a entrada de recém-licenciados, que também se repercutiu na maior qualificação da classe, e a dispensa de jornalistas mais velhos, muitas vezes prematuramente.

A amostra, que também não se circunscreve a jornalistas ligados a determinado tipo de meio, inclui profissionais cuja atividade se desenvolve em plataformas digitais ou que estão familiarizados com os chamados novos media. Por outro lado, sendo o campo de estudo uma profissão desenvolvida em contexto coletivo – embora regulada por normas legais e deontológicas que vinculam individualmente os jornalistas, enquadra-se numa estrutura hierarquizada – mais justificável se tornou entrevistar jornalistas que exercem ou exerceram cargos de chefia ou direção, até para avaliar se esses estatutos influenciam a maneira como interpretam preceitos deontológicos.

As entrevistas, baseadas num guião previamente concebido (Cfr. Anexo 1), em função das questões centrais, foram realizadas, individual e presencialmente, no período compreendido entre outubro de 2010 e julho de 2011. Na transcrição das gravações efetuadas, procurou-se preservar ao máximo o diálogo estabelecido, tendo em vista a posterior análise sistematizada das posições dos inquiridos acerca das matérias objeto de pesquisa.

Organização da investigação

A investigação opera uma abordagem alargada dos direitos de personalidade. Não se limitando aos previstos na lei, inclui os que figuram, sob a forma de deveres dos jornalistas, em normativos deontológicos – como salvaguarda da presunção de inocência, audição das partes envolvidas, retificação de erros, imprecisões e informações falsas e direito de resposta – além de questões relacionadas com a identificação de protagonistas de notícias (crianças e vítimas de crimes, por exemplo) e as condições de contacto com fontes ou testemunhas de acontecimentos.

A primeira parte é dedicada à análise da consolidação dos valores da liberdade de expressão e da dignidade da pessoa humana. O primeiro capítulo incide na evolução histórica do direito à informação e dos direitos de personalidade. É contemplada a reflexão sobre o público e o privado e o conceito de interesse público, que determina a análise da privacidade de figuras públicas e de cidadãos comuns. Em atenção ao facto de o noticiário sobre processos penais constituir terreno propício à violação de direitos individuais, são ainda abordados o fenómeno dos chamados “julgamentos na praça pública” e os modelos de cobertura mediática de processos penais.

A proteção legal de direitos de personalidade é desenvolvida no segundo capítulo, que faz referência à tipificação legal dos crimes contra a honra – em especial injúria e difamação – e contra a reserva da vida privada, além dos direitos à imagem e à palavra. As questões colocadas pelo instituto do segredo de justiça e pela interposição de procedimentos cautelares também são suscitadas, além da problemática do recurso às vias civil ou criminal para a reparação de danos.

O terceiro capítulo da Parte I aborda as características do novo contexto comunicacional, fortemente influenciado por inovações tecnológicas. Pretende-se avaliar os efeitos do incentivo à participação do público na produção noticiosa e as transformações introduzidas no perfil profissional do jornalista, com reflexos no plano ético-deontológico.

No primeiro capítulo da segunda parte, é examinada a evolução do debate sobre a Deontologia jornalística, registando os contributos da Ética, da Moral e do Direito. É igualmente analisada a eficácia dos instrumentos de autorregulação ou correção, como códigos deontológicos e de ética, tribunais de honra, provedores do leitor, conselhos de redação (CR) e conselhos de Imprensa.

A forma como a Deontologia jornalística se afirmou em Portugal é tratada no segundo capítulo desta parte. As mudanças ocorridas na sequência da instauração da democracia, os limites da intervenção do CD, a retirada ao SJ de funções de acreditação profissional e a atribuição de competências disciplinares à CCPJ figuram entre as questões abordadas.

No Capítulo 3 da Parte 1, é efetuado um exercício de comparação entre códigos deontológicos jornalísticos de diversos países do mundo, concentrado no núcleo de normas suscetíveis de aplicação em situações onde a proteção dos direitos de personalidade está presente. A análise recai, assim, sobre matérias como honra, bom nome, reserva da vida

privada e intimidade, presunção de inocência, acusação sem provas e não discriminação, sem esquecer o dever do jornalista de proporcionar o exercício do direito de resposta e de providenciar a imediata retificação de erros e imprecisões.

A percepção dos jornalistas sobre o quadro legal e a Deontologia é o objeto da Parte III. O primeiro capítulo regista a opinião dos entrevistados sobre a lei e a sua articulação com a autorregulação. A pertinência dos preceitos deontológicos, no sentido de avaliar se determinados contextos justificam a sua reformulação, é abordada no segundo. O terceiro capítulo desenvolve a questão da eficácia dos instrumentos autorregulatórios e o quarto os constrangimentos com que os jornalistas se debatem ao aplicarem normas a situações específicas.

PARTE I LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIGNIDADE HUMANA

Capítulo 1 Direito à informação e direitos de personalidade

A problemática da compatibilização do direito à informação com direitos de personalidade só pode ser compreendida à luz da análise de questões como a separação entre os domínios público e privado e a determinação do que se entende por interesse público, passível de fundamentar, no campo jornalístico, a violação da privacidade de cidadãos. Neste capítulo, empreendemos essa reflexão, partindo da abordagem do percurso histórico de consolidação dos valores da liberdade de expressão e do respeito pela dignidade humana, dos quais aqueles direitos emanam.

Uma abordagem das fontes de direito, no plano da liberdade de expressão e da proteção da vida privada, da honra e da reputação, revela em que medida os dois universos se cruzam. A DUDH atribui a qualquer indivíduo o direito de opinião e expressão, bem como o de procurar, receber e difundir ideias. Por outro lado, determina que “ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação”.

A CEDH fixa no art.º 10.º os contornos do direito à liberdade de expressão: “compreende a liberdade de opinião e de receber ou de transmitir informações ou ideias”, sem ingerência de autoridades públicas. Contudo, assinala o facto de o exercício dessas liberdades implicar “deveres e responsabilidades”, podendo ser submetido “a certas formalidades, condições, restrições ou sanções, previstas pela lei, que constituam providências necessárias, numa sociedade democrática, para a segurança nacional, a integridade territorial ou a segurança pública, a defesa da ordem e a prevenção do crime, a proteção da saúde ou da moral, a proteção da honra ou dos direitos de outrem, para impedir a divulgação de informações confidenciais, ou para garantir a autoridade e a imparcialidade do poder judicial”.

O direito ao respeito pela vida privada e familiar, bem como pelo domicílio e correspondência, consagrado no art.º 8.º da CEDH, não é, igualmente, suscetível de sofrer intromissões de autoridade pública, salvo as previstas em lei, necessárias “para a segurança nacional, para a segurança pública, para o bem-estar económico do país, a defesa da ordem e a prevenção das infrações penais, a proteção da saúde ou da moral ou a proteção dos direitos e das liberdades de terceiros”.

A ordem constitucional portuguesa consagra, com equivalente dignidade, a liberdade de expressão e informação (art.º 37.º), a liberdade de Imprensa (art.º 38.º) e os direitos de personalidade, essencialmente através do art.º 26.º. Trata-se de preceitos diretamente aplicáveis – não carecem de lei – e vinculativos para entidades públicas e privadas. A lei ordinária “só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos”.

Canotilho e Moreira (2007: 580-581) sublinham que a liberdade de Imprensa é “apenas uma qualificação da liberdade de expressão e de informação”, pelo que “compartilha de todo o regime constitucional desta, incluindo a proibição da censura, a submissão das infrações aos princípios gerais do direito criminal, o direito de resposta e de retificação”. E vão mais longe: “A liberdade de Imprensa, sem deixar de ser um direito de defesa perante os poderes públicos, passou a ser também garantia constitucional da livre formação da opinião pública num estado constitucional democrático”.

O direito a ser informado, que já figurava na Lei de Imprensa de 1975, foi constitucionalizado em 1982. Tratou-se de “uma inovação de grande alcance, ao colocar a questão no plano dos destinatários da informação e não apenas na perspetiva do emissor, como sucedia de acordo com a visão liberal tradicional” (Carvalho *et al.*, 2003: 69-70).

Os direitos à identidade pessoal, desenvolvimento da personalidade, bom nome e reputação, imagem e palavra, reserva da intimidade da vida privada e familiar e não-discriminação também usufruem de proteção constitucional. É remetida para a lei ordinária a previsão de garantias contra a obtenção e utilização abusivas, “ou contrárias à dignidade humana”, de informações pessoais. Para Canotilho e Moreira, os artigos 34.º (direito à inviolabilidade do domicílio e da correspondência), e 35.º (proibição de tratamento informático de dados relativos à vida privada) devem ser associados, já que funcionam como garantia de proteção do direito à reserva da vida privada e familiar. Note-se que, segundo Castro (2003), Portugal foi o primeiro país do mundo a introduzir na Constituição o direito à proteção de dados pessoais objeto de tratamento automatizado – a versão original, de 1976, fazia referência ao uso de dados mecanográficos.

No sensível campo da ponderação entre o direito à informação e os direitos de personalidade, é especialmente relevante a Resolução 1003/93 do CE, sobre ética

jornalística. O documento valoriza o facto de os media prestarem um serviço, desejavelmente livre de interferências externas – provenientes de autoridades públicas ou do setor privado – e que reclama proteção contra pressões internas. A prestação desse serviço pressupõe verdade e imparcialidade, nas notícias, e honestidade na opinião.

A profissão de jornalista, destaca a resolução, comporta “direitos e obrigações, liberdades e responsabilidades”. Entre os direitos, a garantia de independência, que também depende de salário justo e boas condições de trabalho, a cláusula de consciência e o sigilo profissional. No núcleo de deveres, a recolha de informação por meios legais, a retificação de informações falsas ou erróneas e o respeito pela presunção de inocência e pela privacidade, mesmo de titulares de cargos públicos, a menos que a conduta privada influencie o seu desempenho. Além da defesa de valores democráticos como a dignidade humana – “obrigação moral” dos media – e da rejeição de qualquer tipo de discriminação com base na cultura, sexo ou religião.

1.1 Direitos dos jornalistas

Do conjunto de direitos – além da liberdade de expressão e de criação, o acesso às fontes oficiais de informação, a garantia de independência e o direito de participação na orientação editorial – justifica análise mais detalhada o sigilo profissional. Elemento indispensável ao exercício da liberdade de Imprensa, constitui um direito-dever, que pressupõe a proteção da confidencialidade das fontes de informação.

É um lugar-comum afirmar que sem fontes não há Jornalismo. A frase revela quão essencial é a relação de confiança entre jornalista e fonte. Se quebra o sigilo, o jornalista trai a fonte e perde credibilidade perante os pares. Por mais fidedigna que seja a fonte, não dispensa o jornalista de um rigoroso escrutínio das informações que divulga, nem anula a necessidade de observar especiais cuidados na concessão do chamado *off the record*. O sigilo profissional não cobre a veracidade ou a responsabilidade pelo conteúdo de uma notícia, que cabe sempre ao seu autor. Se prejudicar terceiros, responde por esse facto, independentemente de o texto indicar ou não as fontes em que se baseou.

A par da salvaguarda da independência e do direito de acesso às fontes de informação, o sigilo beneficia de proteção constitucional. O EJ opera a regulamentação – segundo o art.º 11.º, os jornalistas “não são obrigados a revelar as suas fontes de informação, não sendo o seu silêncio passível de qualquer sanção, direta ou indireta”. O sigilo estende-se às buscas

a redações, decididas por um juiz, que preside pessoalmente à diligência. O presidente da organização sindical mais representativa é previamente avisado, para que possa estar presente ou fazer-se representar. Material recolhido que permita a identificação de fontes deve ser selado e remetido ao tribunal competente para determinar a quebra de sigilo.

Em sede de lei processual penal estão, contudo, previstas restrições ao exercício deste direito. O art.º 135.º do Código de Processo Penal (CPP) equipara, neste particular, jornalistas a sacerdotes, médicos e advogados, entre outras classes profissionais, e autoriza o tribunal superior àquele onde o incidente tiver sido suscitado a decidir, com audição do organismo representativo da profissão, da prestação de testemunho com quebra do segredo, sempre que justificada “segundo o princípio da prevalência do interesse preponderante, nomeadamente tendo em conta a imprescindibilidade do depoimento para a descoberta da verdade, a gravidade do crime e a necessidade de proteção de bens jurídicos”. Note-se que a admissibilidade de quebra de sigilo colide com a norma autorregulatória – o Código Deontológico português determina que o jornalista “não deve revelar, mesmo em juízo, as suas fontes confidenciais de informação”. Porém, autoriza a denúncia da fonte, caso tente canalizar informações falsas.

A exceção à proteção do sigilo em nome da imprescindibilidade do depoimento para a descoberta da verdade tem merecido críticas, sobretudo porque pode prestar-se a que o depoimento do jornalista sirva para colmatar falhas de investigação policial. Mas estudiosos dos media como Cornu (1990 [1994]: 90) admitem que a Deontologia não é atingida se uma lei estabelece a obrigação de testemunhar, em processos relativos a crimes graves.

Na recomendação 7/2000, o CE consagra a não revelação de fontes de informação como direito dos jornalistas, tomando como excecional a quebra do sigilo profissional – caso exista um “imperativo preponderante de interesse público e se as circunstâncias apresentem um carácter suficientemente vital e grave”. A jurisprudência do TEDH consolidou a proteção de fontes, a partir de casos como os de Goodwin contra o Reino Unido e de Roemen e Schmit contra o Luxemburgo (Cfr. Anexo 3).

Embora outros jornalistas portugueses tenham sido instados pelos tribunais a revelar as suas fontes, Manso Preto (Cfr. Freitas, 2006), foi até hoje o único condenado por desobediência, pelo Tribunal Criminal de Lisboa, em 2004, por se ter recusado a tomar essa atitude. Viria a ser absolvido pela Relação um ano depois. Nos Estados Unidos, o caso

Valerie Plame (Cfr. Anexo 3) teve consequências bem mais graves para a jornalista Judith Miller, que cumpriu pena de prisão e acabou por se demitir do “The New York Times” (NYT).

1.2 Esfera privada e esfera pública

A questão da separação entre as esferas pública e privada – melhor: entre o que, do campo da vida privada, é passível de ser revelado publicamente e o que deve manter-se sob reserva – é objeto de permanente debate. Carvalho, Cardoso e Figueiredo (2003: 203) consideram impossível distinguir os dois planos, de forma “estanque e invariável”, porque o conceito de privacidade depende de tradições históricas e culturais. “A regra é a da permanente comunicabilidade entre público e privado, tanto mais que mesmo factos pertencentes à esfera da privacidade ou até da maior intimidade podem tornar-se objeto de devassa e legítima discussão, quando produzem efeitos na vida pública, contendendo com o interesse comunitário”.

É comum às diversas tentativas de conceptualização da privacidade a ideia de que é determinada pelo indivíduo e, por isso, insuscetível de padronização. O que alguém deseja preservar de olhares alheios pode não ser exatamente o que outra pessoa quer esconder. Não é sequer de excluir que esteja em determinadas circunstâncias disponível para tornar públicas informações do seu foro privado – ou até interessado em fazê-lo – e tome a decisão contrária, se se alterarem. A privacidade pode, contudo, ser definida pela negativa: é a área onde os outros não têm de se intrometer. Esta perspetiva, cara à teoria liberal, que entende a privacidade como zona que nem o Estado pode invadir, converte em direito o que deriva de uma necessidade.

O conceito, afinal tão impreciso, pode mudar de contornos com a evolução das mentalidades – que se repercute na delimitação das zonas pública e privada –, por efeito da situação concreta ou da posição social dos envolvidos. “Privacidade e intimidade são sempre função da conduta, do papel e do estatuto social do respetivo portador” (Andrade, 1996: 94). Quem voluntariamente abandona a condição de anónimo, tornando-se figura pública, tem consciência de que a sua privacidade diminui – é “inversamente proporcional ao estatuto social da pessoa” (Andrade, *apud* Dias, 1999: 730). Todavia, a mudança de estatuto não constitui autorização para que a sua privacidade seja invadida.

Numa perspetiva jurídica, está em causa o direito à preservação de um espaço de isolamento, protegido de interferências externas, a “liberdade do indivíduo perante o Estado

e a sociedade” (Schunemann, *apud* Dias, 1999: 728), que pode consistir em erguer uma barreira de proteção, total e inviolável, da sua esfera privada. Deste território, como assinala a Resolução 428/70 da Assembleia Parlamentar do CE, faz parte a vida familiar e doméstica, a integridade física e moral, a honra e a reputação. Mas também dimensões, ligadas à intervenção dos media que não devem ser negligenciadas: prevenção contra a falsa imagem; não revelação de factos irrelevantes ou embaraçosos; não publicação de fotografias privadas; proteção contra o uso indevido de comunicações privadas e contra a divulgação de informações recebidas ou fornecidas confidencialmente.

É, portanto, de autodeterminação informativa que se fala, quando se fala em privacidade. Trata-se do direito do indivíduo a fixar o tempo e o modo – não apenas que informações admite libertar, mas também em que momento e circunstâncias podem ser conhecidas – e bem assim, naturalmente, a possibilidade de se opor à sua divulgação. Trata-se do “direito ao resguardo”, que “consiste na exclusão do conhecimento, por parte das outras pessoas, de quanto se refere à própria pessoa” – figura física, voz e “todos os acontecimentos, e o desenvolvimento, da sua vida” (Cupis, 1961 [1959]: 144). Ou do direito “a decidir até onde vai a sombra que deseja que paire sobre as informações que lhe dizem respeito” (Castro, 2003: 10).

O conceito, de acordo com Castro (2003: 11), foi configurado numa decisão de 1983 do Tribunal Constitucional alemão, suscitada pela recolha de dados pessoais, no âmbito do recenseamento da população. Segundo o acórdão, só o interesse público pode restringir o direito à autodeterminação informativa. O Tribunal Constitucional português explicitou o conceito de forma mais clara no acórdão 442/2007: é o direito de “subtrair ao conhecimento público factos e comportamentos reveladores do modo de ser do sujeito na condução da sua vida privada. Compete a cada um decidir livremente quando e de que modo pode ser captada e posta a circular informação respeitante à sua vida privada e familiar”.

Abordado sob o prisma do Jornalismo, o direito à autodeterminação informativa coloca uma questão incontornável: “qual a fronteira entre o direito da sociedade a saber e o direito do indivíduo a ocultar?” (Hodges, 2009: 281). A interrogação, ética, traduz o potencial de conflito entre direitos, presente no trabalho quotidiano dos jornalistas. Westin, consciente de que também grupos e instituições determinam por si mesmos “quando, como e em que medida a informação que lhes diz respeito é comunicada aos outros” (*cit. in* Hodges, 2009: 277), reconhece ao indivíduo a prerrogativa de estabelecer o núcleo da sua intimidade, no centro de círculos concêntricos. O mais restrito corresponde ao direito de estar só; o

segundo abrange informações sobre si próprio que partilha apenas com os mais próximos (cônjuge, advogado, médico, sacerdote); o terceiro a informação de que os amigos tomam conhecimento.

O jornalista confronta-se em dois momentos, assinala Hodges, com a necessidade de decidir. No primeiro, avalia se pode invadir a privacidade do sujeito da notícia; no segundo se pode publicar. O princípio a ter em conta é o que o público tem necessidade de saber, mas subsiste o risco de entrar no círculo da privacidade. A decisão de publicar deve, nestas circunstâncias, fundamentar-se no incontestável interesse público da informação.

Hodges dá exemplos – justifica-se a denúncia de um caso de perseguição sexual perpetrada por uma figura pública, mas não de um caso de infidelidade, a menos que produza efeitos públicos ou influencie a performance do envolvido – e estabelece distinções. Estando em causa “celebridades” (vedetas de televisão, desportistas, atores de cinema, etc.), o interesse do público prevalece sobre a importância, porque do ponto de vista moral são tomadas como exemplo pela sociedade. Acerca da vida privada de criminosos, só devem ser publicados aspetos que permitam entender melhor os seus atos. Já em relação a cidadãos anónimos circunstancialmente tornados mediáticos, Hodges considera que da sua privacidade só é noticiável o que tem relação direta com a situação. A este propósito, recorda o caso de Oliver Sipple, o homem que em 1985 evitou a morte do presidente norte-americano Gerald Ford, cuja orientação sexual foi revelada pelos media (Cfr. Anexo 3).

O respeito pela privacidade é conciliável com a investigação jornalística, mas não pode impedir a divulgação de assuntos de interesse público. Seria assim desejável um consenso sobre que informações podem ser reveladas e que pessoas devem, atento o interesse público, estar sob escrutínio. “Em todos os casos onde a privacidade corre o risco de ser violada, um jornalista deve considerar a natureza do lugar que alguém ocupa na sociedade, a sua reputação e a sua posição na vida pública” (White, 2008: 126).

O caso Albert contra Strange, decidido no Reino Unido em 1849, ficou para a história como o primeiro em que a Justiça se pronunciou sobre a problemática da privacidade, culminando numa sentença pioneira, que introduziu no direito britânico o princípio do abuso de confiança. O tribunal concedeu uma providência cautelar ao príncipe Alberto, marido da rainha Vitória, impedindo a publicação de um catálogo de gravuras privadas que o descreviam. Não estando apenas em causa a questão da propriedade intelectual, o tribunal considerou o ato uma invasão “imprópria e indecorosa” da privacidade.

O Reino Unido só em 1998 incorporaria na sua legislação (Human Rights Act) os princípios da CEDH, o que foi entendido como um avanço no sentido de proteger direitos na relação entre cidadãos, quando tradicionalmente se tratava apenas de os salvaguardar na sua relação com o Estado. Contudo, não legislou ainda sobre privacidade. Em 2003, a Câmara dos Comuns recomendou ao Governo que tomasse a iniciativa, para corresponder efetivamente às obrigações do país enquanto signatário da CEDH, mas o Governo argumentou que a matéria deveria permanecer na esfera da Justiça, à qual cabe avaliar direitos em conflito.

Um relatório de uma comissão parlamentar publicado em 2010 (Câmara dos Comuns, 2009-2010), reconheceu que os litígios judiciais implicam altos custos e que a escassez de jurisprudência causa insegurança jurídica – fatores que desincentivam a Imprensa de contestar processos. Embora tenha recolhido depoimentos no sentido de que tais questões não deveriam ser deixadas ao livre arbítrio dos juízes, o relatório constatou que a indústria dos media está, nesta matéria, dividida. Assim, concluiu que é preferível não adotar legislação específica.

A lacuna já em 1985 era detetada, num artigo que analisava o fenómeno dos tabloides ingleses. “A liberdade pela qual os jornalistas lutaram foi uma liberdade para expressar ideais políticos, não uma licença para invadir a privacidade pessoal. O conceito de liberdade de imprensa foi um pouco distorcido pelo crescimento da imprensa popular. Mas, embora os motivos dos proprietários sejam agora sobretudo comerciais, os jornalistas têm-se agarrado à ideia de uma imprensa livre, a fim de resistir a legislação em questões como a da privacidade” (Bulmer *et al.*, 1985: 20).

Inovações tecnológicas como gravadores, câmaras ocultas e teleobjetivas emprestaram uma nova centralidade ao debate das questões da privacidade. Em Portugal, os seus efeitos já eram pressentidos na década de 70 do século passado. “O indivíduo está universalmente ameaçado – na sua vida, no seu valor pessoal. Os *mass media* – a imprensa, o cinema, a TSF, a TV – são ferozmente ciosos do destino do indivíduo, com vista a satisfazer os insaciáveis desejos de um público drogado pela ‘machine à sensations’. Os meios técnicos de que hoje se dispõe – o magnetofone, as câmaras de filmar, os postos de escuta – violam, sistematicamente, a intimidade de cada um” (Carvalho, 1973: 29).

Embora, atualmente, o impacto seja ainda maior – basta pensar no tratamento informatizado de dados pessoais – a verdade é que o efeito das tecnologias fazia parte das preocupações, pelo menos em países como os Estados Unidos, em finais do século XIX. A reflexão sobre o núcleo mais reservado da intimidade contou com o decisivo contributo do artigo de Samuel Warren e Louis Brandeis, “*The Right of Privacy*”, publicado em 1890 na Harvard Law Review. Rebelando-se contra a Imprensa “cor-de-rosa”, os autores defendiam o direito a ser “deixado em paz” (“*right to be left alone*”), conceito formulado em 1888 pelo juiz Thomas Cooley.

A tomada de posição partiu do caso do próprio Warren, advogado de sucesso, a quem desagradou a cobertura, feita pela Imprensa de Boston, da festa de casamento da filha. Nessa época, a legislação norte-americana era omissa em relação à circulação de fotografias não autorizadas e mesmo à violação da privacidade pelos media. Warren e Brandeis alegaram que a evolução tecnológica tornava real a “ameaça” de que “o que é sussurrado no armário, deve ser proclamado do alto dos telhados” (Brandeis *et al.*, 1890). Defendendo a tese de que a vida privada não pode deixar de se manter sob reserva quando não existe conexão com cargo público, reconheciam que o direito cessa após a divulgação de factos pelo próprio ou com o seu consentimento.

Os autores, para quem a veracidade dos factos, estando em causa a vida privada, é irrelevante, defendiam que é a revelação que deve ser punida. E, notando que “a lei comum já reconheceu a casa de um homem como o seu castelo inexpugnável, até mesmo para os seus próprios agentes, envolvidos na execução das suas determinações”, colocavam a questão: “devem os tribunais fechar a porta da frente à autoridade constituída e abrir a porta das traseiras à curiosidade lasciva?” (Brandeis *et al.*, 1890).

Mais de um século volvido, a legislação norte-americana viria a ser uma vez mais influenciada, desta feita diretamente, por um caso envolvendo meios tecnológicos. A revelação, pelo “Washington City Paper”, em 1987, de uma lista de cassetes vídeo alugadas pelo juiz Robert Bork, no decurso da sua nomeação para o Supremo Tribunal, precipitou a aprovação do The Video Privacy Protection Act, lei que proíbe registos de aluguer de cassetes vídeo, exceto com consentimento do cliente ou mandado judicial.

Momento marcante da mediatização da vida privada, a trágica morte da princesa de Gales, em 1987, deu origem a polémica, a propósito da atuação dos *paparazzi*. Chegou a defender-se o reforço das medidas de proteção do direito à privacidade de figuras públicas,

por via de uma convenção europeia. A Comissão de Assuntos Jurídicos e Direitos Humanos do CE promoveu uma audição sobre a matéria, mas não acolheria a proposta. Na Resolução 1165/98, que menciona o caso de Diana Spencer, o CE reitera a necessidade de garantir o equilíbrio entre o respeito pela vida privada e a liberdade de expressão – direitos de igual valor, não absolutos nem hierarquizáveis.

Embora reconhecendo que as figuras públicas, das áreas da política, artes, economia ou desporto, “devem reconhecer que a posição que ocupam na sociedade – em muitos casos, por opção – implica automaticamente um aumento da pressão sobre a sua privacidade”, o CE elenca um conjunto de orientações para os estados-membros. Por um lado, disposições a contemplar nas legislações nacionais: sanções económicas a grupos editoriais que violem sistematicamente a privacidade; proibição da perseguição de pessoas por jornalistas; procedimento judicial urgente, capaz de suspender a difusão de informações sobre a vida privada, com avaliação prévia pelos tribunais dos fundamentos dessa conduta. Por outro, o estímulo a boas práticas dos media – como a elaboração das suas próprias orientações neste domínio e a criação de organismos habilitados a apreciar queixas e a impor a publicação de retificações – e das entidades representativas dos jornalistas, no sentido de introduzirem critérios de ingresso na profissão, bem como mecanismos de autorregulação.

Presidente do TEDH em 2004, quando a entidade deliberou sobre o caso da princesa do Mónaco (Cfr. Anexo 3), Cabral Barreto apoiou-se na Resolução 1165/98 da Assembleia Parlamentar do CE na sua declaração de voto, concordante com a decisão (foi violado o art.º 8.º da CEDH), mas divergente quanto à fundamentação. O juiz reconhecia a dificuldade em determinar o limite da vida privada de uma figura pública, a menos que decida, voluntariamente, isolar-se. Na sua opinião, apesar de não exercer qualquer cargo institucional, a princesa é uma figura pública, pelo que o público tem o direito de ser informado sobre a sua vida. Existe, mesmo, interesse legítimo em julgar o comportamento destes cidadãos, por serem modelos para a sociedade. Assim, Carolina não podia ter, na piscina de um hotel ou a fazer compras, uma “expetativa razoável” de não ser exposta aos media. Diferente foi a perspetiva de Cabral Barreto em relação às fotografias da princesa a cavalo ou a jogar ténis, em atenção à circunstância e aos locais em que foram captadas. Neste caso, considerou ter ocorrido violação da privacidade.

1.3 Interesse público e privacidade

O interesse público, valor primacial do Jornalismo, é frequentemente invocado na prática profissional como justificação para intromissões na vida privada. Decorrente do direito-dever dos jornalistas a informar, para satisfação do direito do público a ser informado, é, porém, de difícil conceptualização: não é interesse nacional, não é interesse do público, não tem forçosamente a ver com a pertença dos envolvidos à esfera pública ou com a natureza pública do facto relatado. A questão pode ser enquadrada no dever de verdade a que os jornalistas estão vinculados. “A informação jornalística concerne uma verdade que interesse à sociedade civil e não à esfera privada. Liga-se a um aspeto específico da verdade, que é de interesse público. Significa isso que não se destina a perseguir todas as verdades. As que não são públicas não são da sua competência” (Cornu, 1999 [1994]: 403).

Perante o risco de conflito entre direito à informação e direitos de personalidade, a barreira a erguer convoca outro valor, que deve nortear a atividade do jornalista: o respeito pela dignidade humana. Admitindo que a expectativa do leitor, ouvinte ou espetador também é tomada em consideração, Wemans (1999: 64) traça justamente esse limite: “O que interessa ao público é publicável se não conflitua com outros direitos. Se entra em confronto com outro qualquer direito, o interesse público de uma informação só existe se sem ela a opinião pública formulasse juízos errados ou insuficientemente fundamentados sobre pessoa, instituição ou matérias do domínio público”. Todavia, adquirido que esteja o interesse público da notícia, não pode o jornalista ignorar que sacrifica o direito de alguém, quando conflitua com a sua privacidade.

Sara Pina (1997: 87-88) coloca o problema de forma ainda mais direta. Na sua ótica, nenhum interesse público justifica o desrespeito pela dignidade da pessoa humana, que “é, em si própria, um valor superior, limitativo do próprio poder constituinte”. A exceção do interesse público é, portanto, apenas invocável “se o trabalho jornalístico rigorosamente respeitar o exigível dever de cuidado com a proporcionalidade e adequação da ingerência ao estritamente necessário para a efetivação do interesse público”. Diferente perspetiva apresentam Whittle e Cooper, convictos de que um conceito é parte integrante do outro: “A perceção atual é de que há interesse público em preservar a privacidade pessoal” (Whittle *et al.*, 2009:49).

A ténue linha de separação entre os dois domínios obriga a uma apreciação casuística, seja em sede de autorregulação, seja na Justiça. Era essa a perceção, já em 1988, de Christopher Meyer, ex-presidente da Press Complaints Commission (PCC), a comissão

britânica de queixas de Imprensa. “Nunca haverá uma decisão absolutamente definitiva, tomada por juízes ou pela PCC que trace uma linha de aplicação geral entre o espaço privado e o interesse público. É claro que os tribunais e a PCC tomam as suas decisões no âmbito da respetiva jurisprudência. Mas, no final, há uma apreciação caso a caso e um certo grau de subjetividade é inevitável. É por isso que casos de privacidade, sejam julgados por tribunais ou pela PCC, serão controversos até o fim dos tempos” (*apud* Whittle *et al.*, 2009: 63).

A avaliação das justificações para a invocação do interesse público só é, em regra, feita *a posteriori*. Miguel Sousa Tavares sustenta que “não é possível exigir que um jornalista no ato de informar não tenha o direito de fazer um julgamento sobre o interesse público. Aquilo que é possível exigir é que alguém venha posteriormente fazer um julgamento sobre o julgamento que foi feito pelo jornalista” (*in* AA. VV., 1996: 137). A tese assenta na liberdade conferida ao jornalista de selecionar os factos a investigar e decidir sobre os métodos de pesquisa e a forma de transmitir a informação, bem como no respeito pelo princípio, central na ética profissional, de que deve agir, em todas as circunstâncias, em conformidade com a sua consciência. Levado à letra, este princípio confere enorme poder ao jornalista, individualmente considerado. Sendo certo que interpretações flexíveis do conceito de interesse público, por natureza difuso, tornam-se arriscadas, porque suscetíveis de ceder à arbitrariedade.

A redução da margem de discricionariedade só pode brotar da reflexão empreendida no seio de uma redação. O exercício jornalístico é muito mais coletivo do que individual, pelo que tomar decisões partilhadas é, se não exigível, pelo menos recomendável. No limite, pode culminar no reconhecimento de que prevalecem valores mais importantes. “O questionamento ético das decisões editoriais impõe o dever de suspender ou de não publicar informações, em casos de eventual conflito entre o direito a informar e o dever de proteger os direitos individuais” (Mesquita, 1998: 70).

Como assinalam Whittle e Cooper (2009: 5), a partir da análise do caso Max Mosley (Cfr. Anexo 3), duas questões centrais devem ser debatidas: qual a natureza da vida privada e que comportamento justifica a sua intrusão pelos media; qual a natureza do interesse público e como deve ser hoje definido. Num estudo baseado em entrevistas a jornalistas, académicos, juristas e bloguistas, aqueles autores empreendem um esforço de sistematização das razões mais frequentemente apresentadas como justificativas da invasão da privacidade de figuras públicas, com fundamento no interesse público.

A primeira é a contradição entre o comportamento privado e o discurso público. Presente em diversos normativos de Deontologia jornalística, a denúncia de condutas deste jaez não está isenta de riscos. Por um lado, porque pressupõe a avaliação dos efeitos da hipocrisia na esfera pública – alguns media norte-americanos trataram o caso Clinton-Lewinsky na ótica do adultério, como se o comportamento sexual influenciasse a aptidão de Bill Clinton para o cargo de presidente. Por outro lado, porque se presta a abordagens moralistas, arrogando-se o jornalista o direito de agir como “polícia” de costumes – a Imprensa inglesa não se inibiu de revelar os tratamentos a que a modelo Naomi Campbell se submeteu (Cfr. Anexo 3), com o argumento de que não assumira a sua toxicodependência. Finalmente, porque é passível de causar controvérsia em torno da legitimidade da invocação do interesse público – no caso Jim West (Cfr. Anexo 3), o editor da revista sentiu necessidade de explicar publicamente as opções tomadas.

A segunda razão identificada por Whittle e Cooper é a prestação de contas, por parte das figuras públicas. Não apenas políticos, uma vez que o exemplo que estes autores apresentam é o de um homem de negócios que usa dinheiro da empresa para alimentar uma relação secreta (Whittle *et al.*, 2009: 15).

Um terceiro argumento, que pode designar-se como privacidade “pactuada”, consiste na ideia de que se alguém recorre aos media para se promover, exibindo uma parcela da sua vida privada, não pode impedir que outras partes sejam expostas. O quarto – quem adquire o estatuto de figura pública, sacrifica o seu direito à privacidade – também não pode ser invocado em quaisquer circunstâncias. A autorização implícita para abordar assuntos da esfera privada, que derivaria do estatuto, abre um campo tão vasto quanto perigoso. A mesma crítica pode ser feita em relação a outra razão, invocada sobretudo pela chamada Imprensa “cor-de-rosa” em relação a celebridades: enquanto modelos sociais, a sua vida privada está sujeita a mais apertado escrutínio.

Whittle e Cooper (2009: 97) concluem que qualquer justificação de interesse público, na esfera jornalística, deve incluir diversos aspetos. A saber: a exposição ou deteção de crimes ou de comportamento antissocial; a possibilidade de evitar que as pessoas sejam enganadas por uma declaração ou ação de um indivíduo ou organização; a divulgação de informações que permitam tomar uma decisão informada sobre assuntos de interesse público ou revelem incompetência que afete o público; a promoção de um debate informado sobre questões-chave; a promoção de prestação de contas e transparência das decisões e

despesas públicas; o combate à fraude e à corrupção; a promoção da concorrência; o contributo para que as pessoas entendam e possam contestar decisões que as atingem.

A dificuldade de definir com clareza o que se entende por interesse público, enquanto fonte de legitimidade do Jornalismo, explicará o facto de poucos códigos deontológicos ou de ética sistematizarem as situações em que é suscetível de ser invocado. O Código de Práticas Editoriais da PCC atribui interesse público à liberdade de expressão, em si própria e admite que pode cobrir diversas situações, como exceção. Todavia, embora esclarecendo que não se limita a elas, toma o interesse público como incontestável em quatro, devidamente tipificadas: descoberta ou revelação de crime ou grave delito; descoberta ou revelação de comportamento antissocial grave; defesa da saúde e segurança pública e prevenção do público, quando subsiste o perigo de ser ludibriado por uma declaração ou ação, seja de indivíduo ou de organização.

A avaliação, casuística, do interesse público é, na Grã-Bretanha, confiada aos responsáveis editoriais – cabe-lhes demonstrar “convicção razoável” de que pode ser invocado. Quando determinada questão já é do domínio público ou vai ser, a PCC avalia se pode ser objeto de notícia. Em 1998, o código passou a determinar que casos envolvendo menores de 16 anos exigem demonstração de “excecional interesse público”.

Neste domínio, os códigos do regulador de radiodifusão (Ofcom) e da BBC inspiram-se no da PCC. O primeiro acolhe-o genericamente e inclui a denúncia de “alegações enganosas”, acrescentando a divulgação de incompetência capaz de afetar o público. O segundo, reconhecendo que não existe uma única definição, identifica como matérias de interesse público a exposição e deteção de crime ou comportamento significativamente antissocial; a exposição de corrupção e injustiça; a divulgação de incompetência ou negligência; a proteção da saúde e segurança das pessoas; a prevenção do público quando há perigo de ser enganado por uma declaração ou por uma ação (formulação, neste particular, muito semelhante à da PCC) e a divulgação de informações que permitam ao público tomar decisões mais informadas sobre assuntos de importância pública.

Fora do universo mediático britânico, referência apenas para o código de ética austríaco, que além de incluir crimes graves, proteção de segurança pública ou saúde e prevenção do público para enganar, proclama expressamente que a publicação de fotos em violação da esfera íntima apenas para satisfazer propósitos “voyeuristas” não corresponde ao interesse público.

1.4 Privacidade de figuras públicas

É consensualmente aceite que o núcleo de matérias privadas de reserva absoluta integra sexualidade, vida familiar, saúde, correspondência pessoal e finanças. Trata-se de um domínio de natureza íntima, que o jornalista deve abster-se de abordar, independentemente do estatuto da pessoa visada. As exceções, por manifesto interesse público, exigem sólida fundamentação.

O caso do ministro britânico John Profumo (Cfr. Anexo 3), que em plena Guerra Fria se envolveu com uma prostituta, simultaneamente amante de um diplomata soviético, é clássico. Como contendeu com o interesse público, deixou de usufruir de proteção. A intrusão na vida privada justificou-se nesse momento, mas a controvérsia instalou-se quando, anos volvidos, o episódio voltou a ser noticiado. Profumo abandonara a ribalta, pelo que o Press Council condenou o jornal que revelou as memórias da prostituta, por entender que a informação não se revestia de interesse público.

Pelas suas características, esta decisão inscreve-se no chamado “direito ao esquecimento”, contemplado na legislação de alguns países. A Noruega dispõe de regras específicas sobre o tratamento jornalístico de crimes cometidos no passado ou cujo autor já cumpriu a pena. O britânico The Rehabilitation of Offenders Act adota a mesma perspetiva, de reabilitação social. O Tribunal Constitucional alemão considerou, em 1973, ilícita a transmissão de um documentário televisivo sobre o caso do assassinio dos militares de Lebach (Cfr. Anexo 3), por violação não apenas do direito à imagem (um dos envolvidos estava prestes a cumprir a pena), mas também do direito à ressocialização.

O escrutínio da vida financeira de políticos (não nos referimos à denúncia de enriquecimento ilícito, noticiável por ser crime) é muito comum. A decisão de publicar, porém, deve ser sempre ponderada, para obstar a uma atitude “justiceira”, de efeitos perniciosos. Pacheco Pereira, habitualmente crítico da conduta dos media, só considera justificável a invasão da privacidade de políticos, em nome do interesse público, se existirem suspeitas de ilegalidades: “Não admito uma suspeição genérica, que considera os políticos, por o serem, putativos ladrões e transforma a comunicação social numa variante moderna da polícia, do júri e dos juízes – tudo numa só página” (Pereira, 1995).

A intrusão no núcleo mais restrito da privacidade suscita mais dúvidas do que de certezas. É legítimo revelar a doença fatal de que sofre um candidato a cargo público, se existir a expectativa de que não cumprirá o mandato por inteiro? A reserva da sua intimidade

recomenda que tal facto não seja divulgado, mas proporcionar ao público a informação suficiente para tomar decisões em matéria eleitoral é uma obrigação do jornalista. E no caso de um desportista, acometido por uma doença suscetível de afetar a sua performance? O questionamento ético é de idêntica natureza.

Na década de 70, o congressista norte-americano Wilbur Mills só assumiu que o alcoolismo prejudicava o seu desempenho quando os media revelaram que foi intercetado pela polícia a conduzir, embriagado, a alta velocidade. A doença era conhecida de alguns jornalistas, que até ocorrer esse episódio se abstiveram de a divulgar. Em 1992, o tenista Arthur Ashe, que fora n.º 1 do mundo nos anos 70, foi impelido a tornar público que estava infetado com o vírus da Sida, na sequência de uma transfusão sanguínea, na iminência da revelação do caso nas páginas do “USA Today”. A antecipação inibiu a Imprensa de especular sobre o assunto.

Os casos apresentados envolveram figuras públicas, conceito que abrange um universo vasto – não apenas quem detém cargos eletivos ou influência social, mas também pessoas genericamente designadas como celebridades. “A exigência da opinião pública em querer saber quem e como são as figuras públicas que atravessam o espaço da notoriedade é democraticamente compreensível. Em momentos cruciais, todos suspeitamos que ninguém decide em função apenas daquilo que pensa, mas em função daquilo que realmente é como pessoa” (Wemans, 1999: 64). Porém, “as exigências do público detêm-se perante a esfera íntima da vida privada” (Cupis, 1961 [1959]: 146).

A avaliação do interesse público ergue-se, assim, a um patamar de exigência mais elevado. É necessário demonstrar que o ato ou a conduta revelados têm conexão ou produzem efeitos na atividade da figura pública visada. A mera satisfação da curiosidade pública não corresponde à função social dos media. Foi esse o argumento usado pela ERC no caso Dina Félix da Costa (Cfr. Anexo 3).

“É legítimo divulgar factos da privada quando o próprio nisso consentir, quando tais factos sejam notórios e por isso percam o seu carácter íntimo ou, ainda, quando haja um interesse legítimo do público no seu conhecimento”, sustentava o Conselho de Imprensa português, em deliberação de 29/2/1988, ao pronunciar-se sobre uma queixa contra o “Tal & Qual” (T & Q). O órgão admitia que o interesse legítimo poderia incidir sobre alguém que “acidentalmente” participa na “história contemporânea”, fazendo por isso parte de um facto da atualidade. Mas, ressaltava, “o interesse público não legitima que se noticiem todos e

quaisquer factos da vida íntima dessas pessoas ‘públicas’”, porque é necessário ponderar direitos em confronto. Há factos “absolutamente inacessíveis”, cuja revelação significaria que a liberdade de Imprensa “esmagaria totalmente” o direito à intimidade.

Nestas condições, notava o CI, a revelação de factos da vida privada deve ter uma “relação útil”, do ponto de vista do direito à informação, com os cargos e atividades públicas que o indivíduo em causa desempenha. É lícito fazer referência a eventos da vida íntima de “candidatos a lugar elegível” que “devam ser ponderados pelo eleitor ou devam influenciar a sua escolha”, mas não noticiar factos que não tenham relação ou não sejam pertinentes à escolha.

Em 1989, analisando a relação entre o poder político e a Imprensa, o órgão (Cfr. Parecer CI, 27/4/1989) reconhecia que os políticos estão “mais sujeitos à legítima indiscrição do que o cidadão comum”, porque deve ser levado em linha de conta o direito de saber se “usam o prestígio e influência dos cargos que exercem, ou informações que por via deles obtêm, para proveito pessoal, do seu partido ou de amigos”, concluindo que é dever da Imprensa divulgar casos de aproveitamento ilícito do exercício da autoridade. O cumprimento desse dever pode pôr em causa o bom nome dos visados, mas no entender do CI só se exige ao jornalista, uma investigação “séria” e “elevado grau de segurança da veracidade da notícia”.

A deliberação do conselho sobre o caso Taveira (Cfr. Anexo 3), também de 1989, aborda de novo as questões da privacidade, procurando clarificar os contornos do direito em causa: “Sejam quais forem as dificuldades que surjam na delimitação do conjunto dos acontecimentos que preenchem o conteúdo do direito à privacidade, sempre neles se hão de incluir pelo menos os relativos à vida afetiva e familiar” (Parecer CI, 27/11/89).

Em situações deste tipo, estão em causa tentativas de traçar os limites de intervenção do jornalista. De diferente natureza é o caso de alguém que usa a Comunicação Social para se promover, exibindo a sua privacidade. Ao abrir as portas, perde argumentos para a proteger. Nesse sentido aponta a Resolução 428/70 do CE: “Aqueles que, pelos seus próprios atos, incentivaram revelações indiscretas em relação às quais se queixam mais tarde, não podem invocar o direito à privacidade”.

Degenhart, que analisa o fenómeno sob o prisma jurídico, é ainda mais radical na apreciação das consequências de tal conduta: “Quem espelha a sua vida privada na publicidade e procura a notoriedade através dos media terá por sua vez de contar com que

a publicidade se ocupe dele. Ele renuncia, nessa medida, à proteção global da sua esfera privada. Por princípio, isto só valerá para a área da vida privada que o próprio indivíduo divulga. Quem, porém, puser no mercado dos media toda a sua personalidade para fins comerciais ou políticos, terá já de contar com o interesse global da comunidade pela sua pessoa” (Degenhart, *apud* Andrade, 1996: 191).

O tratamento jornalístico de assuntos íntimos é, naturalmente, influenciado pelas culturais mediáticas. Abundam casos de carreiras de políticos norte-americanos arruinadas na sequência da denúncia de condutas dessa esfera que na Europa, provavelmente, não seriam reveladas pela Comunicação Social, ainda que os jornalistas delas tivessem conhecimento. A relação amorosa entre Sá Carneiro e Snu Abecasis (Cfr. Anexo 3), por exemplo, não foi explorada pela Imprensa. No panorama jornalístico português, aliás, a manchete do T & Q dedicada aos amores de Torres Couto (Cfr. Anexo 3) e a revelação do relatório de um exame ginecológico da ministra Leonor Beleza pelo “Diário Popular”, em 1987, entraram nos anais por constituírem exceções, no que a políticos diz respeito.

Em França, uma reportagem sobre a filha ilegítima de François Mitterrand (Cfr. Anexo 3) quebrou uma tradição de contenção dos media em relação à vida privada de políticos, desencadeando um debate assente em duas posições opostas. De um lado, os críticos, para quem houve violação da privacidade não apenas do presidente da República, mas também da filha e não foram avaliados os efeitos da revelação pública na dignidade da esposa. Do outro, os que sustentaram que o facto de Mitterrand ter usado a residência do Estado para instalar a amante e a filha ilegítima lhe retirou o direito de invocar a reserva da sua intimidade. Ficaria para sempre a suspeita de que foi o próprio chefe de Estado a determinar o momento em que a situação se tornou notícia.

Mais recentemente, a propósito do caso Strauss-Kahn (Cfr. Anexo 3) voltaram a ser confrontadas diferentes culturas mediáticas, a pretexto das imagens televisivas da sua saída do tribunal, algemado. Em França, não teriam sequer sido captadas, porque a lei proíbe a publicação de imagens passíveis de incriminar cidadãos ainda não condenados. No entanto, a Imprensa acolheu-as. Ao contrário dos norte-americanos, alguns órgãos de comunicação gauleses identificaram mesmo a alegada vítima de violação, bem como a sua filha menor.

O conceito de interesse público assumiu papel central no debate, surgindo alegações sobre a suposta contemporização dos jornalistas franceses com o comportamento sexual dos políticos. “Em França, consideramos que a tarefa do jornalista termina à porta do quarto.

Não há razão para explicar quem dorme com quem”, declarou Stéphane Jourdain, correspondente da France Press em Nova Iorque, ao “Público”¹. Enquanto os media norte-americanos estão atentos a certos aspetos da vida privada dos políticos, porque o carácter é um critério de escolha eleitoral, porventura decisivo, em França a questão nem se coloca.

O princípio segundo o qual familiares e amigos de figuras públicas mantêm intacto o direito à privacidade nem sempre é respeitado. A violação da lei serviu de argumento para que o caso de Noelle Bush, sobrinha do ex-presidente dos Estados Unidos, fosse mediatizado. A irmã da princesa de Espanha, Telma Ortiz, tentou impedir pela via judicial a publicação de reportagens. O caso da mulher de Jesualdo Ferreira, ex-treinador do Benfica, mereceu críticas da AACS aos jornais envolvidos (Cfr. Anexo 3, sobre todos estes casos).

1.5 Privacidade de cidadãos comuns

“À partida, as pessoas são uma não notícia: é preciso uma razão substancial (que, em princípio, lhes seja atribuída) para serem objeto de notícia”, assinalava o CD, em 1996. Por “razão substancial” pode entender-se a prática de um crime (ou, pelo contrário, de um ato heroico), mas a probabilidade de merecerem tratamento jornalístico é infinitamente menor no caso de cidadãos comuns do que de figuras públicas. Só são notícia “se fizerem alguma coisa para o serem e, mesmo assim, se os termos da notícia lhes não violarem os direitos à imagem, ao bom nome e à reserva da intimidade” (Rec. CD 4/1996).

Os cidadãos anónimos desconhecem os mecanismos de funcionamento dos media e, por vezes, os seus próprios direitos. São mais vulneráveis à intrusão na sua privacidade, mesmo que por ingenuidade ou ânsia de protagonismo. O dever de lealdade para com a sociedade impõe aos jornalistas que não tirem proveito de tais situações. Mais do que isso: que defendam a privacidade de todos os cidadãos, “em particular crianças, deficientes mentais ou marginalizados” (Rec. CD 1/2002).

Este exercício pressupõe, quando estão em causa pessoas não habituadas a contactos com jornalistas, o dever de informação de que não são obrigadas a expor-se e “nenhum prejuízo lhes advirá de o não fazerem” (Rec. CD 4/1996), bem como a obtenção de autorização expressa para a prestação de declarações. A regra deve ser observada “ainda que a vítima tenha dado o acordo para que ela própria viesse a ser despudoradamente exposta à luz do dia” (Rec. CD, 1/2002). O facto de os envolvidos consentirem não pode servir aos jornalistas

¹ “DSK ou a França numa série policial”, 7/6/2011.

de pretexto para a invasão da sua privacidade. Mesmo quando são os cidadãos a recorrer aos media, como sucedeu no caso do desaparecimento de Igor, um adolescente de 14 anos, em 2010 (Cfr. Anexo 3).

A predisposição de cidadãos comuns para se exporem é uma tendência dos tempos modernos. No entanto, tem sido escassa, em Portugal, a reflexão sobre o fenómeno, no plano da ética jornalística. Embora se debruce sobre o universo do entretenimento – o programa televisivo “Big Brother” – uma deliberação da AACS de 24/10/2000 é, a este propósito, pertinente. Qualificando o fenómeno de “privacidade oferecida”, que tanto se manifesta na participação em *talk shows*, convertendo-se em espetáculo, como na iniciativa de menores e familiares de menores que contam o seu caso à Comunicação Social, a reguladora concluía que “não perde a condição de privacidade aquilo que não o quer ser, ou que consente não ser”.

Tomando a privacidade como elemento constituinte da dignidade humana, a AACS interrogava-se sobre a renúncia a esse direito: “Estamos assim em saber se é privado aquilo que não se quer a si próprio como tal, se podemos e devemos proteger quem não quer nesta matéria ser protegido. Tal como estamos em saber se é legítimo exigir de órgãos de comunicação social que não firam a privacidade que não se reconhece como ferida”.

A mediatização de cidadãos anónimos, ocasionalmente envolvidos em eventos com impacto social, também não tem merecido, da parte dos jornalistas, o debate ético que se impõe. Embora não falem casos em que é a notícia que confere notoriedade a pessoas até então confinadas à sua comunidade. Foi essa a crítica do CI, formulada na deliberação de 29/2/1988, a uma notícia do T & Q acerca da morte de um sacerdote e da jovem com quem manteria uma relação afetiva (Cfr. Anexo 3). O conselho considerava nada legitimar a revelação da vida sentimental da falecida, nem as circunstâncias da morte do padre, que não era conhecido a nível nacional. O que seria notícia, sublinhava, deveria ter sido divulgado com respeito pela intimidade dos protagonistas. O artigo acabaria também por atingir a localidade a que pertenciam.

A argumentação semelhante recorreu o CI num parecer sobre a reportagem “Tragédia em família na região de Basto – Infanticida estava grávida do irmão”, publicada em “O Jornal”. Além de reprovarem a invasão da privacidade e o excesso de exposição pública de pessoas comuns – “exploração, tão emocional, que quase lhe confere foros de acontecimento nacional” – condenava a pormenorizada revelação da identidade dos envolvidos, que se não

existisse não retiraria “força” à história, sublinhando, porém, que o cuidado na identificação não significa proteger o anonimato de delinquentes ou silenciar acontecimentos em que intervieram. “O direito à vida privada não pode ser visto apenas como um direito individual. Em certas circunstâncias, pode-se ampliar à coletividade, quando nele (e dela) se repercute, publicamente, a atuação individualizada dos seus elementos”, concluía (Parecer CI, 20/6/88).

Em certos casos, os cidadãos não têm sequer condições para preservar a sua privacidade. A propósito da conduta da RTP em 1988, ao emitir imagens de doentes mentais no Hospital Júlio de Matos (Cfr. Anexo 3), o CI considerou que “não há nada mais privado e inviolável do que o estado de doença; daí que a violação da reserva da privacidade e vicissitudes do enfermo seja contrária aos próprios princípios da coexistência social” (Deliberação, 11/7/1988). Para o órgão, também o direito à imagem foi “ofendido cruamente”, por ser difundido o aspeto físico dos doentes internados “como pasto à curiosidade popular”.

1.6 Julgamentos na praça pública

Segundo um estudo da autoria do jornalista Gilles Balbastre (*cit. por* Pina, 2009: 149), o caso Outreau (Cfr. Anexo 3), que concentrou as atenções em França no ano de 2004, foi abordado 20 vezes na primeira página dos quatro maiores jornais do país num só mês, entre 5 de maio e 5 de junho. A profusão de informações divulgadas sobre os acusados, algumas das quais completamente alheias ao processo em causa, criou na opinião pública a convicção de culpa, que nem a posterior absolvição terá eliminado.

Não faltam exemplos de cobertura mediática de processos criminais com características semelhantes, dando origem ao que tem sido designado como “julgamentos na praça pública”. Muitas vezes incentivada por fontes judiciais cuja credibilidade não é avaliada, a Comunicação Social cede à tentação de produzir quase um veredito. Assim se substitui à Justiça – corre mesmo o risco de com ela se confundir, na perceção pública dos casos – afetando profundamente a reputação dos envolvidos, aos quais nem sempre é concedida a oportunidade de apresentarem a sua versão dos factos.

O maior dos danos causados é a presunção de culpa a que o público é conduzido, colidindo abertamente com o princípio da presunção de inocência, basilar num Estado de Direito como na Deontologia jornalística. Marinho Pinto (*cit. por* Coelho, 2005: 15) entende que aquele princípio só se impõe ao juiz, no ato de julgar. Na sua ótica, abster-se de formular

presunções, de culpa ou de inocência, é uma conduta derivada do dever de informar com rigor, a que o jornalista está legal e deontologicamente vinculado. Há, no entanto, registo de casos, apreciados pela Justiça, em que a perspetiva não foi exatamente esta. Coelho (2005: 21) cita uma sentença do Tribunal da Relação do Porto (TRP), de 1994, que arquivou uma queixa por difamação contra um jornalista, considerando que “a presunção de inocência do arguido não condenado, tomada como princípio absoluto, constitui sério entrave e perigo para a liberdade de expressão”.

O atual funcionamento do campo jornalístico é um dos fatores que contribui para as situações que afetam a reputação de cidadãos. A cobertura mediática é determinada por “considerações comerciais propiciadoras da espetacularização e do sensacionalismo mais do que da procura serena da verdade factual” (Pina, 2009: 148-149). Impera uma lógica de concorrência e de submissão às leis do mercado que nem sempre é compaginável – e muitas vezes colide – com a responsabilidade social do Jornalismo.

“Os mass media exercem um poder punitivo não escrutinado perante audiências mobilizadas por acusações, ou pela mera suspeita da prática de crimes que, em obediência à lógica do *market model* (*‘it bleeds, it leads’*) são geralmente horrendos e intoleráveis e em que a vítima é geralmente indefesa e o culpado, ou suspeito, odioso” (Pina, 2009: 150). A este “poder punitivo”, que funciona como castigo suplementar, chama Ossenbuhl (*apud* Andrade, 1996: 55) “efeito de pelourinho”, continuador da tortura medieval, que comete “assassínios de honra”. Nilo Batista designa o fenómeno como “pena-notícia” (*apud* Pina, 2009: 149). Para os atingidos, as consequências podem ser devastadoras: perda de emprego, ostracização pela comunidade, tentativas de linchamento e até de suicídio, como aconteceu no caso Outreau.

O papel do jornalista na recolha de informação é, neste domínio, cada vez mais exigente, já que pode cruzar-se com a investigação criminal. Desde logo, porque não dispõe de meios equivalentes, nem visa objetivos inteiramente coincidentes – à Comunicação Social não compete julgar e mesmo a verdade que persegue não é, forçosamente, a verdade da Justiça. Mas também por duas outras ordens de razões: nem sempre pode confrontar versões dos factos e tende a omitir as fontes nas quais baseia a informação. Embora permita revelar factos de interesse público, esta opção envolve riscos de instrumentalização pelas partes. “Certas investigações jornalísticas configuram-se, em determinadas circunstâncias, como uma espécie de pré-julgamentos de opinião pública que, em

determinadas circunstâncias, podem sobrepor-se, reduzir a eficácia ou influenciar julgamentos” (Mesquita, 2003: 118).

É real a possibilidade de ser comprometido o direito dos cidadãos a um julgamento justo e imparcial. Cunha Rodrigues, ex-procurador-geral da República, sempre se mostrou crítico em relação aos efeitos da investigação jornalística nos processos judiciais. Na sua ótica, os media exercem “condicionamento e pressão” sobre os agentes do processo. “A antecipação de juízos de valor sobre o sentido da prova ou sobre a credibilidade das testemunhas ou o ‘julgamento’ pré-datado dos factos, trazem para dentro do tribunal o elemento ‘opinião pública’ e produzem tentações de reinterpretação do real, de adesão às expetativas da comunidade ou de conformação com o mediaticamente correto” (Rodrigues, 1999: 88).

Por outro lado, Rodrigues (*idem*, 87) considera demonstrado que a investigação jornalística pode vulnerabilizar a consistência das provas. Mais: “a espontaneidade da testemunha diminui se for repetidamente inquirida e, ainda mais, se o seu depoimento for objeto de publicidade”. Excesso de informação; “sofisticação do escândalo”, pela amplificação desproporcionada dos factos; “espetacularização da audiência”, quando não é respeitada a presunção de inocência; “banalização da violência”, que cria risco de mimetismo; conversão dos destinatários das notícias em tribunal de opinião pública, “com reflexos na produção de provas e nas expetativas de justiça”; uso de linguagem “nem sempre ajustado à racionalidade do discurso jurídico”: eis os perigos que o autor (*idem*, 51) identifica no fenómeno de mediatização da Justiça. Combatê-los reclama a criação de “pontes”, numa lógica de cooperação, entre a magistratura e a Comunicação Social, e a autorregulação dos media.

Os limites do delicado equilíbrio entre o direito à informação e o exercício da Justiça, pilar fundamental de um Estado democrático, são testados no quotidiano. O direito-dever de fiscalização dos poderes públicos detido pelo jornalista impõe-lhe o escrutínio do aparelho de Justiça e a deteção de eventuais linhas de investigação atentatórias dos direitos individuais, tanto como de erros judiciais. Trata-se de um terreno em que o cumprimento da *legis artis* deve ser rigorosamente observado. A começar pela exigência de revelar a perspectiva da defesa, correspondente ao dever de “ouvir as partes com interesses atendíveis”, assim formulado no Código Deontológico português, mas também acolhido em estrangeiros.

É necessário, porém, salvaguardar que a recusa de prestar esclarecimentos, perante o legítimo questionamento, não pode jogar em desfavor do jornalista. A não audição de uma das partes, que a ela se furta, instituir-se-ia como poderoso obstáculo à liberdade de Imprensa, se redundasse na inibição do jornalista em revelar factos de interesse público. Sendo certo que em determinadas circunstâncias, por paradoxal, a audição das partes representa uma violação da lei. Como sublinhou o tribunal no caso Fátima Galante (Cfr. Anexo 3), estando vinculada ao segredo de justiça, a juíza não podia defender-se, quando a acusação de que era alvo foi tornada pública.

Fenómenos de dependência em relação às fontes policiais inquinam o cumprimento dos deveres profissionais. O jornalista hipoteca a sua independência, presta-se a manipulações e pode, inclusive, tornar-se cúmplice, ainda que involuntário, da perseguição judicial de cidadãos. O impulso para tomar partido, como ocorreu em Portugal nos casos Esmeralda e “Maddie” (Cfr. Anexo 3), retira isenção ao jornalista tanto quanto induz na opinião pública juízos de valor assentes apenas em fragmentos da informação. De maior gravidade ainda são situações em que a abordagem é alterada por razões meramente “oportunistas”. Depois de contribuir para a condenação pública dos envolvidos no caso Outreau (Cfr. Anexo 3), boa parte da Comunicação Social francesa passou a apresentá-los, uma vez absolvidos, como vítimas do mau funcionamento do sistema judicial.

A reportagens de tom acusatório – ou montagens (em televisão) e títulos (na Imprensa), suscetíveis de afetar a honra e a dignidade dos cidadãos – sucede-se com frequência o súbito desaparecimento do caso do espaço mediático ou a referência em discretas notas de pé de página. A suspeita da prática do crime, essa, perpetua-se como mancha indelével, mesmo quando a Justiça acaba por ilibar os visados. O caso Moderna (Cfr. Anexo 3), um dos mais mediatizados em Portugal na década de 2000, pelas proporções que adquiriu, terminou com uma única condenação, mas essa não é, forçosamente, a memória que o público guarda do desfecho. Roberto Carneiro, pronunciado no “caso Indesp” (Cfr. Anexo 3), viria a ser absolvido.

Em 2003, Besseghir, o bagageiro de um aeroporto francês apodado de terrorista (Cfr. Anexo 3) foi inocentado, perante a indiferença da Comunicação Social. O fenómeno está, portanto, longe de atingir apenas figuras públicas. O efeito de estigmatização é, aliás, muito mais profundo quando envolve cidadãos anónimos. Em especial se os casos são revelados numa fase embrionária e a absolvição, ocorrendo, não chega a ser noticiada.

O caso José de Brito (Cfr. Anexo 3), a este respeito pertinente, suscitou uma tomada de posição do CD. “Quando alguém é acusado, por mais inocente que seja, foi obrigado a entrar no território da anormalidade e do incomum – e é isso que leva a voz pública a presumir a culpa. E é também isso que leva os media a converter a acusação em notícia”, observou então (Deliberação 3/2000). O órgão defendeu que o direito de retificação, previsto na lei de Imprensa, fosse alargado a este tipo de situações, proporcionando a quem foi objeto de notícia como suspeito ou acusado e é posteriormente absolvido o direito à reposição do seu bom nome, através de nova notícia. A decisão final deveria caber à AACS, entretanto extinta, escudada em parecer do próprio CD.

No mesmo sentido apontou a recomendação do provedor de Justiça, de 29/7/2005, emitida no contexto da revisão da lei de Imprensa, que não chegaria a concretizar-se. Nascimento Rodrigues preconizou a obrigatoriedade legal de divulgar a absolvição de cidadãos cuja constituição como arguido, a acusação ou a pronúncia foram noticiadas. Seria um “direito de resposta adaptado”, visando tornar pública a decisão absolutória de ausência de responsabilidade penal em determinado prazo, após o trânsito em julgado, com documentação de suporte e “em termos análogos” a notícias anteriores. Da recusa de publicação caberia reclamação para o órgão regulador.

A inscrição de um dispositivo desta natureza na lei não é pacífica, até por colidir com a cultura profissional. “Para a imprensa, se uma inculpação é uma informação, o arquivamento que a anula é uma não-informação. A primeira será mencionada em lugar de relevo, mas a segunda será desdenhosamente ignorada ou, no melhor dos casos, registada de forma quase invisível”, anota Du Roy (*apud* Cornu, 1999 [1994]: 97). Entre os jornalistas, há, por isso, quem defenda que a questão deve ser tratada no plano da autorregulação. O Código de Imprensa alemão contempla disposições neste domínio. Também o livro de estilo elaborado para o “Jornal de Notícias” (JN) por Óscar Mascarenhas – presidente do CD que apreciou o caso José de Brito – prevê o “direito ao completamento da notícia”, que obedece à mesma filosofia.

Consagrada na lei ou em instrumento autorregulatório, a aplicação do direito teria de ser suficientemente flexível para atender ao caso concreto, ponderando aspetos como o destaque dado às notícias originais. Colocam-se, por outro lado, problemas de exequibilidade, mesmo quando não se trata de publicar uma notícia reparadora do dano causado. O provedor do leitor do “Washington Post”, Andrew Alexander, contou na sua coluna dominical a história de um polícia cuja acusação de “exposição indecente” numa

cadeia de restauração foi, em 1987, noticiada pelo jornal, sem dar seguimento ao caso. Nunca chegou a ser levado a tribunal, mas quando em 2010, já reformado, se candidatou a um emprego para complementar a pensão, não foi aceite, porque o empregador descobrira através da Internet duas pequenas notícias publicadas 13 anos antes. O polícia pedia ajuda ao jornal para remover a informação, porque, eliminados os registos judiciais, não podia provar que o episódio não tivera quaisquer consequências².

Numa sociedade democrática, Justiça e Comunicação Social não estão imunes a influências recíprocas. Nem tão pouco o poder político. A introdução de reformas legislativas na sequência de casos que, atingindo figuras públicas, ganham enorme mediatização foi, em Portugal, diversas vezes denunciada. As polémicas em torno da divulgação de escutas ou da violação do segredo de justiça demonstram de que forma a cobertura jornalística influencia as leis penais. O roubo à atriz Lídia Franco, em 2000, e o falso “arrastão” na praia de Carcavelos, em 2005 (Cfr. Anexo 3), precipitaram, respetivamente, a entrada em vigor das leis tutelar educativa e de proteção de crianças e jovens em perigo, que estavam aprovadas desde 1999, assinala Rui do Carmo, magistrado do Ministério Público (*cit. por* Pina, 2009: 263).

1.7 “Casa Pia”, um “*case study*”

Nascido de uma investigação jornalística publicada na edição do “Expresso” de 23 de novembro de 2002, o “caso Casa Pia” é particularmente revelante para a análise da relação entre os media e a Justiça. Já porque mereceu vasta cobertura mediática, ao longo de anos. Já porque deu origem a diversas situações de violação de direitos de personalidade, em especial à privacidade. Já porque desencadeou o debate de questões legais.

Segundo Rodrigues da Costa (*cit. por* Pina, 2009: 286), o caso marcou a discussão de três problemas de âmbito penal: prisão preventiva (“nunca se pôs verdadeiramente em causa essa medida coativa, que era largamente aplicada a arguidos que não tinham voz nem peso suficientemente para elevarem a questão a verdadeira questão nacional”); escutas (“só quando foram envolvidas nas escutas determinadas personalidades é que o problema começou a suscitar interesse”) e segredo de justiça. Pina não tem dúvidas de que o reforço do pendor garantístico do CPP, operado no âmbito da reforma de 2007, resultou daquele

² Cfr. <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/08/06/AR2010080604341.html>, consultado 17/9/2010).

caso. Na sua opinião, foi “determinante o relevo dado em media de referência à crítica de certos subsistemas do CPP em vigor” (*idem*, 250).

O “caso Casa Pia” dominou a Comunicação Social, sobretudo nos primeiros anos de década de 2000. Um estudo da Marktest citado por Pina (2009: 217) contabilizou 8251 peças em estações generalistas de televisão de canal aberto, correspondentes a 315 horas de emissão, entre 22 de novembro de 2002 e 25 de novembro de 2004, data de início do julgamento. Ao analisar as edições de dois jornais dos 30 dias após a formulação da acusação, Pina (*idem*, 211-234), identificou duas tendências distintas: um tratamento mais favorável às posições da acusação, dando relevo ao sofrimento das vítimas, por parte do “Correio da Manhã” (CM); e uma atitude crítica em relação à condução do processo, mais sensível às alegações dos arguidos quanto às limitações de garantias de defesa, por parte do “Público”.

Convertido em verdadeiro “*case study*”, o tratamento jornalístico do processo desencadeou um debate em torno de uma multiplicidade de questões, desde a revelação de escutas telefónicas a dirigentes políticos que se encontravam sob segredo de justiça (Cfr. Anexo 3), à apresentação de depoimentos de alegadas vítimas em estações de televisão, passando pelas sucessivas entrevistas a suspeitos e arguidos. Foram revelados pormenores da vida pessoal de um magistrado; tornados públicos nomes de personalidades constantes no processo, que não foram acusadas ou cujo nome constava de cartas anónimas não valorizadas pela investigação; publicadas listas de pessoas incluídas em fotografias de reconhecimento e excertos de conversas com fontes, gravadas por um jornalista (Cfr. Anexo 3, sobre todos estes casos).

Pelos excessos então cometidos acabou por ser responsável, em maior ou menor grau, a generalidade dos media. Tal facto foi implicitamente reconhecido pelos 16 diretores de jornais, estações de televisão e rádios subscritores, em finais de 2003, da “Declaração de princípios e acordo de órgãos de Comunicação Social relativo à cobertura de processos judiciais”. Iniciativa de correção por excelência, traduziu-se num pacto de boa conduta, patrocinado pela AACCS.

A declaração reconhece que o objetivo de apuramento de factos pode ser prejudicado durante as fases instrutória ou de julgamento de processos, e, em alguns casos, “gravemente comprometido, por eventuais excessos de opacidade que objetivamente abrem caminho a indesejáveis imprecisões e especulações, bem como a redutoras versões mais

ou menos taticamente interessadas” (Declaração 27/11/2003). Admitindo que o tempo do sistema judicial, obrigado a cumprir regras processuais, não coincide com o da Comunicação Social, os subscritores assumem o compromisso de rigor informativo, assente no princípio de que os media “investigam, divulgam e comentam, mas não acusam, não julgam, não condenam, designadamente não põem em causa o direito à presunção de inocência”.

As entidades reguladoras – primeiro a AACS, depois a ERC – e o Conselho Deontológico pronunciaram-se por diversas vezes sobre a cobertura do “caso Casa Pia”. “O tratamento mediático de situações pessoais muito delicadas, que contendem com o pudor, a autoestima e a dignidade de pessoas identificadas que sofreram violências à sua intimidade tem de ser extremamente cuidadoso, evitando causar danos morais irreparáveis àquelas pessoas, danos que elas mesmas podem nem sempre avaliar adequadamente”, sublinhou a AACS (Declaração, 2/12/2002).

Alertando para a necessidade de respeitar a presunção de inocência e o segredo de justiça, em atenção à reputação dos envolvidos, aquela entidade denunciava a “exposição excessiva e informativamente desnecessária de atos de grande delicadeza” e o desrespeito pelo princípio do contraditório. Em declaração de voto, Joel Silveira, um dos membros da AACS, afirmava que certas peças jornalísticas “atingiram um carácter de mero voyeurismo, em que a corrida pelas audiências levou à exibição de imagens suscetíveis de identificar as vítimas, à destruição do bom nome e reputação de pessoas cujo envolvimento nesse caso não estava devidamente comprovado, à invasão da privacidade de pessoas, na altura menores, vítimas dessas situações”.

No ano seguinte, a AACS aconselhou os media a evitarem imagens, sons ou descrições “desnecessariamente chocantes, por exporem de forma explícita atos sexuais ou outros factos ou atitudes cuja exibição possa atentar contra a dignidade humana ou afetar a formação da personalidade das crianças e adolescentes e a sensibilidade dos públicos mais vulneráveis [ou que] atentando contra a dignidade da pessoa humana, sejam desnecessários ou escusados do ponto de vista estritamente jornalístico” (Diretiva, 12/2/2003). No documento, eram ainda abordadas as questões da identificação de pessoas sexualmente abusadas – que mesmo tendo desvendado a sua identidade preservam o direito à imagem – e do tratamento jornalístico de cidadãos indiciados, que até ao trânsito em julgado devem ser referidos “de acordo com o seu estatuto de suspeitos, arguidos ou

acusados, evitando-se criar na opinião pública uma errada crença na legitimidade dos chamados ‘julgamentos mediáticos’, inaceitáveis num Estado de Direito”.

A terceira intervenção da AACS, de 2004, refere-se à exploração do interesse de agentes judiciais “em promoverem os seus pontos de vista particulares” e analisa o desvio de critérios éticos na cobertura do caso, denunciando abertamente o sensacionalismo, consubstanciado na excitação de sentimentos primários e em alarmismo que, “baseando-se em situações marginais e irrelevantes no entanto atinentes a casos de grande importância social, dão a impressão ilusória de esclarecer a opinião pública quando na realidade a estão a obscurecer” (Declaração, 24/1/2004).

Após a condenação dos sete acusados em 1.^a instância, em setembro de 2010, a conduta dos media foi de novo alvo de reprovação. O protagonismo concedido pela RTP, em três programas, a Carlos Cruz, um dos condenados, levou a ERC a considerar que a liberdade de informação e de livre determinação de critérios editoriais não deve “servir, ainda que de forma involuntária, para transmitir convicções próprias ou para uma procura de audiências a qualquer custo, com prejuízo do equilíbrio, isenção e imparcialidade a que o serviço público de televisão obriga” (Comunicado, 10/9/2010). Já o CD criticou “uma prática ilusória de verdade justiceira, que funciona tanto para condenar como para absolver os mesmos arguidos, e uma prática redutora da expressão das partes com interesse no caso, o chamado contraditório, que ignorou e se serviu sempre das vítimas apenas como pretexto noticioso” (Comunicado, 17/9/2010).

1.8 Cobertura mediática de procedimentos penais

A declaração subscrita por órgãos de comunicação, a que já aludimos, reivindicava o acesso a “informações possíveis” disponibilizadas por autoridades judiciais e policiais e considerava “essencial a criação de condições para a acessibilidade às audiências públicas dos julgamentos, em especial os de manifesto interesse público” (Declaração, 27/11/2003). Trata-se de questões às quais o CE dedicou a recomendação 13/2003.

O cuidado na prestação de informações pelas autoridades, a que o organismo exorta, aplica-se a várias dimensões. Só as seguras ou baseadas em “presunções razoáveis” (estas claramente indicadas como tal aos media) devem ser libertadas, sempre respeitando o direito à proteção da vida privada (sobretudo de menores, pessoas vulneráveis, vítimas, testemunhas, familiares de suspeitos, acusados ou condenados). As autoridades devem

abster-se de tornar públicas informações que possam ter influência negativa na equidade do procedimento penal. O CE recomenda que reportagens em direto de julgamentos não sejam autorizadas, nem admitida a divulgação da identidade de testemunhas, exceto com consentimento prévio, por razões de interesse público ou se o julgamento já foi prestado em público. Finalmente, chama a atenção para a proteção da identidade de cidadãos que cumpriram pena, em ordem à sua reintegração social, salvo se consentirem na revelação ou motivos de interesse público a justifiquem.

A filmagem de julgamentos obedece a diferentes abordagens legais, consoante o país. Em França, carece de autorização do arguido, porque prevalecem os valores da privacidade, presunção de inocência e serenidade de apreciação dos factos pelo juiz – anteriormente, a perspetiva era a oposta: certos julgamentos podiam até ser transmitidos em direto, por se entender que isso favorecia o aperfeiçoamento da máquina judicial (Coelho, 2005: 148). Alemanha e Holanda proibem a tomada de som e imagem de audiências e a Dinamarca não permite sequer o recurso a ilustrações (*idem, ibidem*). Nos Estados Unidos, o Supremo Tribunal decidiu em 1981 que a captação de imagens televisivas não é inconstitucional. Os media têm, ainda assim, de respeitar um conjunto de procedimentos que inclui um sistema de *pool*, já que só é permitida a presença de uma câmara nas salas de audiência (*idem*, 149).

No Reino Unido, onde o princípio do bom funcionamento da justiça prevalece sobre a liberdade de Imprensa (Morgado *et al.*, 2003: 134), as estações de televisão não têm acesso a audiências de julgamento e os juízes dispõem da faculdade de não autorizar relatos sobre elas, ao abrigo do *contempt of court* (Pina, 2009: 94). Este instituto legal proíbe a revelação pelos media de comentários ou factos sobre processos judiciais em curso, após a acusação, caso se verifique que existe risco para a imparcialidade do julgamento, como o resultante da referência a antecedentes criminais do acusado. Trata-se de evitar que o curso do processo seja perturbado, pelo que também abrange críticas injuriosas a autoridades judiciais. O caso do “The Sunday Times” (Cfr. Anexo 3) impôs em finais da década de 70 uma revisão do *contempt of court*. O do “Sunday Mirror” (Cfr. Anexo 3) entrou na História por ter culminado no pagamento de uma das mais elevadas multas impostas no país a um jornal.

Mecanismo administrativo de características semelhantes ao *contempt of court*, embora possa ser aplicado a pedido das partes, a *gag order* vigora nos Estados Unidos. Noutros países, está tipificado legalmente o crime contra a realização da Justiça, de que os jornalistas também podem ser acusados. Em Portugal, em nome do respeito pela dignidade

humana de todos os intervenientes (arguidos, ofendidos e testemunhas) a filmagem de julgamentos, como veremos no capítulo seguinte, depende de autorização do juiz, sendo a decisão tomada em função das circunstâncias. Na memória, está o julgamento do padre Frederico (Cfr. Anexo 3), o primeiro em Portugal acompanhado em direto pelas televisões. Mais recentemente, na leitura da sentença do “caso Casa Pia”, os canais tiveram de aceitar a transmissão com um ligeiro atraso, para que pudesse ser omitida a identificação das vítimas.

A permissão de recolha de imagens e sons em processos relativos a crimes cometidos por titulares de cargos públicos no exercício de funções é defendida por Machado (2002: 575). Embora admitindo que certos julgamentos podem transformar-se em *reality shows*, este autor considera que a questão deveria ser regulada, passando a proibição judicial a exceção, fundamentada na Constituição. Já para Artur Costa a presença das câmaras de televisão, potencialmente constrangedora, afeta a espontaneidade e a naturalidade dos intervenientes. Subsiste, por outro lado, o risco de reprodução de uma “ideia falseada da justiça, em detrimento da sua autonomia, independência e imparcialidade” (AA. VV., 1993: 60).

1.9 Outros excessos dos media

A violação dos direitos de personalidade pelos media nem sempre ocorre em contexto de cobertura de casos criminais ou de julgamentos. O caso Carina Ferreira (Cfr. Anexo 3) é revelador dos riscos de permeabilidade a fontes de duvidosa fiabilidade, que se refugiam no anonimato. Maior impacto teve, indiscutivelmente, a cobertura da tragédia de Entre-os-Rios, em março de 2001, quando o colapso de uma ponte causou um acidente rodoviário de que resultou a morte de 59 pessoas.

A tragédia mereceu ampla cobertura, em particular das estações de televisão, através de diretos sucessivos. Segundo um estudo da MediaMonitor³, em nove dias foi emitido pelo conjunto dos canais generalistas o equivalente a seis dias e meio de transmissão ininterrupta. O jornalista responsável pela equipa da SIC no terreno chegou a propor um acordo entre canais, para abdicarem de diretos não justificados – que além do mais comportam elevados custos – mas só mais tarde se registou um abrandamento. Mesquita comentou nestes termos a proposta: “se a ética se revela demasiado longínqua e a

³ Cit. por Mário Mesquita, “Portugal necrófilo”, “Público”, 18/3/2001.

deontologia sobremaneira frágil para ‘conterem’ a voracidade das audiências das empresas mediáticas, em contexto de concorrência num mercado exíguo, se os Governos, sob Cavaco Silva e António Guterres, não lograram viabilizar soluções para o problema, então deixem-me saudar a autocontenção por motivos comerciais, desde que permita encontrar remédio eficaz para as patologias correntes da paisagem audiovisual”⁴.

Também o CD se pronunciou sobre a cobertura em direto – que envolveu entrevistas a crianças e abordagens a pessoas nas suas próprias casas, frequentemente em momentos dramáticos – colocando a questão da responsabilidade editorial. É a redação, e não o repórter no terreno, que deve atuar no sentido da prevenção de erros, sustentou o órgão, para o qual os apelos de responsáveis de estações televisivas no sentido da contenção não passavam de propostas para um “pacto de não-agressão comercial, com a ética jornalística como refém” (Comunicado CD, 12/3/2001).

Nove anos volvidos, outra recomendação do CD, de 17/3/2010, assentou na defesa de princípios semelhantes. A propósito da cobertura das cheias na Madeira, aconselhou o tratamento de imagens das vítimas “com zelo acrescido”, porque em situações de catástrofe, mais do que o valor noticioso, deve ser avaliado o risco de chocar a sensibilidade do público. O órgão condenou a exibição de imagens de vítimas mortais pelos diários “24 Horas” e JN e pela revista “Visão” – que pediria, na capa, desculpa aos leitores – e lembrou que o Código de Ética da National Press Photographers Association repudia a intrusão em momentos privados, de luto, excetuando situações justificadas pelo interesse público.

1.10 Síntese conclusiva

Historicamente, o direito à informação e os direitos individuais foram sendo consolidados através de instrumentos como a CEDH, desenvolvidos em diversas resoluções do CE. Esta matriz civilizacional encontra em Portugal correspondência na Constituição, que confere equivalente dignidade à liberdade de Imprensa e aos direitos de personalidade. A Lei Fundamental inscreve um conjunto de direitos dos jornalistas – independência, acesso a fontes de informação e sigilo profissional – regulados em leis ordinárias.

O debate em torno desta problemática não dispensa um esforço de delimitação das esferas pública e privada. Embora se reconheça ao indivíduo a prerrogativa de estabelecer as fronteiras da área reservada – autodeterminação informativa – ela pode ser invadida pelos

⁴ *Op. cit.*

jornalistas, por razões de incontestável interesse público. O conceito, no qual assenta a legitimidade do Jornalismo, é no entanto flexível, porque se presta a interpretações subjetivas, que derivam de juízos éticos. Em nome da dignidade humana, a preservação da privacidade é de interesse público, mas não pode tornar-se obstáculo à revelação de factos com impacto na sociedade.

Na determinação do valor prevalecente, o jornalista deve levar em linha de conta a condição do envolvido. A reflexão desenvolvida por entidades de regulação e autorregulação – como o CI, a AACS e o CD – aponta para acolher, entre os argumentos válidos de violação da privacidade de detentores de cargos públicos ou políticos, a denúncia da contradição entre a conduta privada e o discurso público e a revelação de factos que tornem mais informadas as escolhas eleitorais. Quer em relação a pessoas que atingiram aquele estatuto, quer às chamadas celebridades, cuja vida é tomada como modelo social, a informação divulgada deve ter conexão com a atividade da figura pública em causa. Quanto a anónimos, prevalece a tese de que incumbe ao jornalista defender os seus direitos de personalidade.

O risco de serem produzidos julgamentos mediáticos, que não é alheio à tendência para a espetacularização da informação, pode constatar-se em diversas situações, sobre as quais se pronunciaram entidades de regulação ético-deontológica. A conduta é danosa a dois níveis: afeta o núcleo essencial da responsabilidade social do Jornalismo e causa fenómenos de estigmatização dos envolvidos, mais profunda quando trata de cidadãos comuns. Daí que, no caso de a investigação que conduz se cruzar com a judicial, o jornalista deva impor-se maior exigência, para não prejudicar a presunção de inocência dos arguidos e a imparcialidade dos julgamentos e para obstar à instrumentalização pelas fontes, se deficientemente escrutinadas.

Em Portugal, os maiores excessos, com efeitos negativos na preservação de direitos de personalidade, terão sido cometidos na cobertura do “caso Casa Pia”. No entanto, a possibilidade de tal ocorrer não se circunscreve ao tratamento informativo de processos judiciais em curso, como ficou patente na abordagem da tragédia de Entre-os-Rios e das inundações na ilha da Madeira.

Capítulo 2 Proteção legal de direitos de personalidade

A generalidade das legislações de países democráticos consagra normas de proteção de direitos de personalidade. Neste capítulo, procedemos à análise do ordenamento jurídico português, concentrada nos códigos Civil (CC) e do Processo Civil, bem como da sua articulação com o exercício profissional dos jornalistas. A questão do segredo de justiça merece, neste contexto, particular atenção.

O direito geral de personalidade começou a ser reconhecido na Alemanha a partir de 1954, na sequência de sentenças do Supremo Tribunal Federal. A conceção de que, embora viva em sociedade, o homem não deixa de ser indivíduo – que como tal deve ser considerado nas suas relações com os outros – tornou necessária a proteção jurídica. Trata-se de um conjunto de direitos intransmissíveis, indisponíveis e irrenunciáveis, pelo que não podem extinguir-se por vontade do seu titular. Contudo, estando vinculados ao ordenamento positivo, “não é possível denominar os direitos de personalidade como ‘direitos inatos’, entendidos no sentido de direitos respeitantes, por natureza, à própria pessoa” (Cupis, 1961 [1959]: 18).

Sob influência liberal, as bases da Constituição portuguesa de 1921 já abordavam “direitos individuais do cidadão” (liberdade, segurança e propriedade). A Constituição Política da Monarquia (1922) integrava direitos e deveres individuais. Formulação semelhante adotaram a primeira constituição republicana (1911) e a do Estado Novo (1933), que especificava como direitos de personalidade o bom nome, a reputação e a reparação de danos morais. Sem efeitos práticos, uma vez que, como assinala Cordeiro (2001: 1232), “o autoritarismo do Estado Novo resultava da prática do regime e não da Constituição”. Direitos, liberdades e garantias pessoais viriam a ser consagrados na Constituição democrática de 1976.

No campo do direito civil (Cordeiro, 2001), o Código de Seabra, de 1867, identificava “direitos originários”, inalienáveis e apenas limitados “por lei formal e expressa”: à existência (direito à vida e integridade pessoal, mas também bom nome e reputação, “em que consiste a sua dignidade moral”) e à expressão (“livre, como o pensamento, mas o que dele abusar, em prejuízo da sociedade ou de outrem, será responsável na conformidade das leis”).

Só na década de 50 do século XX os direitos de personalidade conheceriam consagração jurisdicional. O CC de 1966 absorve os direitos ao nome, imagem e intimidade da vida privada. Um avanço em relação ao código alemão, que só reconhecia o primeiro, e ao

italiano, que preservava o nome e a imagem. “A defesa da pessoa foi, todavia, assegurada mais eficazmente através do Direito constitucional e do instituto dos direitos fundamentais” (*idem*, 1244).

No plano jurisprudencial, a primeira aplicação pelos tribunais do “direito à existência” só ocorreu em 1957, no âmbito de um processo relativo à construção do Metropolitano de Lisboa. O período entre 1967 e 1982 foi de reconhecimento pontual de direitos – em 1977, uma sentença da Relação de Lisboa abordou pela primeira vez o direito à imagem, ao pronunciar-se sobre a utilização do retrato de uma criança num cartaz publicitário, admitindo a licitude, porque a fotografia fora captada em local público. Entre 1983 e 1992, assiste-se à implantação de direitos de personalidade, pela progressiva absorção dos direitos à vida, ao nome e à imagem. A foto de uma mulher em *topless*, recolhida sem autorização, é em 1989 objeto de um acórdão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ). A partir de 1993, tornam-se correntes as decisões envolvendo direitos de personalidade, o que permite fixar jurisprudência. Começa a surgir a temática do conflito de direitos.

2.1 Tensão dialética permanente

Como analisámos no Capítulo 1, a Constituição Portuguesa atribui dignidade equivalente ao direito à informação e aos direitos de personalidade, mas a doutrina reconhece uma tensão dialética permanente entre eles. Para Andrade (*apud* Dias, 1999: 738), não é suficiente invocar o direito à informação; é preciso demonstrar que o interesse noticioso é superior e não causa “um sacrifício manifestamente desproporcionado”. A dignidade da pessoa humana deve ser vista como “afirmação da autonomia racional e moral prática, como valor a realizar em concreto” (Machado, 2002: 359-360). Funciona, simultaneamente, como fundamento da liberdade de expressão e como limite. Neste sentido, “assume a natureza de conceito de comunicação, salientando as dimensões relacionais da existência humana e os direitos de reconhecimento, consideração e respeito do indivíduo perante a sociedade”.

A compatibilização de direitos, traduzida em soluções de compromisso, para que nenhum ceda ou alcance primazia, é, assim, indispensável. Porque, como sublinha Sousa (1984: 293), “liberdade de expressão e de informação estarão tanto mais alto na escala dos bens jurídicos, quanto mais diretamente manifestarem os princípios da dignidade humana e do Estado de Direito democrático”.

Reconhecida a impossibilidade de hierarquizar direitos com o mesmo valor, a jurisprudência tem consolidado a ideia de que, não sendo absolutos, podem ser objeto de restrição. Incidindo sobre um deles, a restrição deve, ainda assim, limitar-se ao estritamente necessário. Os princípios da concordância prática ou da proporcionalidade aplicam-se a situações de colisão.

O primeiro traduz um esforço de harmonização, em função da situação concreta. Se for impossível de aplicar, um direito prevalece sobre o outro. É necessário, em qualquer caso, delimitar, o mais rigorosamente possível, o alcance de cada um dos direitos em causa, através da definição do núcleo essencial, a partir do qual é avaliado o grau de conflitualidade. A determinação desse núcleo é indispensável, para que um direito não seja sacrificado ao outro.

O princípio da proporcionalidade, assenta em três subprincípios: (1) adequação ou conformidade – as restrições devem prender-se exclusivamente com os fins a que se destinam, para salvaguardar outros bens protegidos (requisito de idoneidade); (2) exigibilidade ou necessidade – só devem ser introduzidas as restrições necessárias para atingir os fins; impõe-se prova de que não era possível uma opção menos lesiva; (3) justa medida ou proporcionalidade no sentido estrito – avaliação equilibrada dos valores em jogo, para que a restrição não seja excessiva ou desproporcionada face ao fim pretendido.

Machado (2002: 750) é mais favorável à aplicação do princípio da concordância prática, suscetível de produzir um efeito de “recíproco condicionamento” entre direitos. Contudo, admite que “a violação do núcleo essencial do direito ao bom nome e reputação dificilmente poderá ser legitimada com base no exercício de um outro direito fundamental” (*idem*, 767).

“A irredutível singularidade do caso concreto tende a condenar o aplicador do direito penal nesta área problemática à sorte de Sísifo: cada caso obriga a começar praticamente tudo de novo” (Andrade, 1996: 155). Por isso a ponderação de casos em que o direito à informação e os direitos de personalidade se confrontam pode dar origem a decisões judiciais completamente contraditórias, como no caso de Filipa Garnel (Cfr. Anexo 3).

Segundo Sofia Pinto Coelho (2005: 312), os tribunais tendem, em Portugal, a observar os princípios da concordância prática e da ponderação de interesses, este na perspetiva de avaliar qual o direito que deve prevalecer e em que medida. As situações são analisadas de

forma a preencher três requisitos: relevância social da notícia; verdade dos factos e contenção da linguagem.

Araújo (2010: 66-67) apresenta casos de sentenças de tribunais portugueses que atribuem maior valor aos direitos individuais. Um acórdão do STJ de 8/3/2007 considera que “o conflito entre o direito de liberdade de imprensa e de informação e o direito de personalidade – de igual hierarquia constitucional – é resolvido, em regra, por via da prevalência do último em relação ao primeiro”. De acordo com uma sentença do Tribunal da Relação de Coimbra (TRC) de 18/4/2001, “estando em confronto dois direitos de igual hierarquia constitucional – o direito à honra e o direito à liberdade de expressão – a colisão entre ambos conduz, em princípio, à necessidade de compressão do segundo”. Finalmente, a propósito de uma questão autárquica, o TRP, em 21/3/2007, sentenciou: “Não é juridicamente aceitável que em nome das liberdades de imprensa, de expressão, de opinião e de informação, se ofenda, injustificada e imerecidamente, a honra e a consideração de outra pessoa, mesmo que no âmbito de um direito de participação na vida política e relativamente a assuntos de interesse público”.

O TEDH, por seu lado, tem vindo a produzir diversos acórdãos condenatórios de estados, fazendo prevalecer sobre outros o direito à liberdade de expressão. Foi o que sucedeu, por exemplo, no caso *Flinkkilä e outros e Jokitaipale, Iltalehti e Karhuvaara, Soila e Tuomela e outros contra Finlândia* (Cfr. Anexo 3). Entre 2000 e 2009, Portugal foi oito vezes condenado por violação do art.º 10.º da CEDH (Mota, 2009: 39). Na sequência de uma dessas condenações, um jornalista conseguiu ver reconhecida, em 2011, a prerrogativa conferida pelo art.º 449.º do CPP, que determina a revisão de sentenças transitadas em julgado quando “uma sentença vinculativa do Estado português, proferida por uma instância internacional, for inconciliável com a condenação ou suscitar dúvidas sobre a sua justiça” – a sua condenação foi anulada (Cfr. caso *SIC/Pinto da Costa*, Anexo 3). A jurisprudência do TEDH é criticada por magistrados como Rui Rangel: “Tem uma cultura fundamentalista, muito virada para a proteção da liberdade de expressão a todo o custo”⁵, acusa.

2.2 Direito à honra

Na definição clássica, formulada por Binding em 1902 (*apud* Andrade, M. C., 1996: 78), “honra é o valor que pertence a uma pessoa enquanto tal e na base da sua conduta, isto é, por força do cumprimento dos seus deveres éticos e jurídicos, portanto na medida da sua

⁵ Entrevista ao “Observatório de Deontologia do Jornalismo”, junho de 2010.

identidade ética e jurídica”. Trata-se da imagem que cada um tem de si próprio (honra subjetiva ou interior). “Significa tanto o valor moral íntimo do homem, como a estima dos outros ou a consideração pessoal, o bom nome ou a boa fama, como, enfim, o sentimento, ou consciência, da própria dignidade pessoal” (Specker, *apud* Cupis, 1961 [1959]: 111). Consideração, reputação e bom nome correspondem a juízos que os outros formulam, à representação que têm do valor de uma pessoa (honra objetiva ou exterior).

“A boa fama da pessoa constitui o pressuposto indispensável para que ela possa progredir no meio social e conquistar um lugar adequado; e, por sua vez, o sentimento, ou consciência, da própria dignidade pessoal representa uma fonte de elevada satisfação espiritual” (Cupis, 1961 [1959]: 112). O direito à honra traduz-se, assim, no “direito ao segredo da desonra” (*idem*, 139), porque o que é contrário à dignidade da pessoa deve permanecer em segredo.

A ofensa à honra resulta da imputação de factos, sendo irrelevante se falsos ou verdadeiros. Basta que “sejam suscetíveis de diminuir a confiança na capacidade e na vontade da pessoa para cumprir as suas obrigações (prejuízo do crédito) ou de abalar o prestígio de que a pessoa goze ou o bom conceito em que seja tida (prejuízo do bom nome)” (Carvalho *et al.*, 2003: 216).

Por injúria, entende-se a violação da honra perante a própria vítima, o que justifica pena mais leve. Já a difamação consiste na violação da honra através de terceiros, pela imputação de facto, a formulação de juízo ou a reprodução de imputação ou juízo. “Ninguém desconhece que as formas mais destruidoras da honra e da consideração de outrem não são as que exprimem, de modo direto, factos ou juízos atentatórios da honra e da consideração” (Costa, *apud* Dias, 1999: 612). Daí que a lesão deste direito não exija que se atinjam “pessoas individualizadas, pois poderá bastar uma certa caracterização da pessoa, suscetível de a identificar” (Sousa, *in* AA. VV. 1993: 30-31).

Crimes tradicionalmente designados como de “abuso de liberdade de Imprensa” são hoje, no direito penal português, “crimes cometidos através da Imprensa” (Lei da Imprensa), “por meio de televisão” (Lei da Televisão) ou “através da atividade de radiodifusão” (Lei da Rádio). O princípio geral, constante no Código Penal (CP), é de agravamento de pena, pelo facto de a ofensa se ampliar a uma audiência mais vasta. As penas aplicáveis aos crimes de difamação ou injúrias são elevadas de um terço nos limites mínimo e máximo, se a ofensa for “praticada através de meios ou em circunstâncias que facilitem a sua divulgação” ou se

confirme que o agente conhecia a falsidade da imputação. Cometido através de órgão de comunicação, o crime é punido com pena de prisão até dois anos ou pena de multa não inferior a 120 dias.

As penas são elevadas de metade nos limites mínimo e máximo, caso os queixosos sejam membros de órgãos de soberania e outros titulares de cargos políticos, funcionários públicos, agentes de forças de segurança, advogados, docentes e sacerdotes, entre outros. A ofensa à honra do presidente da República é ainda mais agravada: “Se a injúria ou a difamação forem feitas por meio de palavras proferidas publicamente, de publicação de escrito ou de desenho, ou por qualquer meio técnico de comunicação com o público, o agente é punido com pena de prisão de 6 meses a 3 anos ou com pena de multa não inferior a 60 dias” (art.º 328.º, n.º 2 do CP). A norma foi invocada em 2011 para acionar judicialmente o diretor da revista “Sábado” (Cfr. Anexo 3).

O agravamento de pena, nestes casos, representa uma proteção excessiva, porque suscetível de comprometer o exercício de uma das mais importantes funções do Jornalismo, que consiste em ajudar os cidadãos a tomarem decisões informadas sobre quem elegem. Colide, aliás, com a orientação de instituições internacionais. Em declarações de 1997, 2000 e 2001, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) exortou os estados-membros a revogarem leis que prevejam sanções penais para a difamação de figuras públicas ou penalizem a difamação de órgãos ou funcionários públicos. Em 1999, a Comissão de Direitos Humanos da ONU tomou posição no mesmo sentido. O CE enunciou em 2004 o princípio de que políticos e detentores de cargos públicos não devem usufruir de especial proteção legal, numa declaração do Comité de Ministros, e reforçou-o três anos depois, com a Resolução 1577 da Assembleia Parlamentar.

A violação da honra pode justificar-se, se for considerada o meio necessário e proporcionado para consumir o fim desejado, como a realização do interesse público. Em crimes neste domínio, o CP admite a exclusão da ilicitude em duas situações: se a imputação for feita para “realizar interesses legítimos” e se o agente provar a verdade da imputação ou tiver “fundamento sério para, em boa-fé, a reputar como verdadeira”, exceção que não se aplica se estiver em causa um facto relativo à intimidade da vida privada e familiar.

Antes da revisão operada em 1998, o CP previa a invocação de “interesse público legítimo ou qualquer outra justa causa”. Na atual formulação, Costa (*apud* Dias, 1999: 615)

considera que “um simples interesse privado” preenche o requisito do interesse legítimo. Mas quando entra em jogo o direito penal da Imprensa é difícil traçar fronteiras, na medida em que o conceito de interesse legítimo pode não coincidir com o de interesse público. Para Costa, a instauração de um processo penal não é forçosamente noticiável, porque “não existe uma presunção absoluta do interesse público a justificar uma narração que lese a honra e consideração da pessoa visada” (*idem*, 619).

Os penalistas tendem a considerar que, em sociedades democráticas, o conceito de interesse legítimo deve ter uma interpretação ampla, sendo suscetível de aplicação a peças jornalísticas. Na ótica de Machado (2002: 813-814), pode verificar-se no caso de figuras públicas, quando as condutas na esfera íntima têm repercussões na sua atividade e nas instituições, são relevantes para avaliar o seu caráter, capacidade para exercerem cargos ou valor como figuras públicas ou, ainda, quando ajudam os cidadãos a formular um juízo mais completo dos políticos. Situações presentes na apreciação judicial de casos como os de Miguel Cadilhe e de José Luís Judas (Cfr. Anexo 3).

Costa (*apud* Dias, 1999: 616) recusa, no entanto, o “erróneo entendimento” das funções da Imprensa. “Nem toda a realização do direito de informar se pode considerar um exercício legítimo daquele direito, na medida em que precisamente não prossegue um interesse legítimo. Não há, por isso, qualquer coincidência, nem lógica, nem valorativa, nem, muito menos, sistemático-funcional entre o direito de informar e a prossecução de um interesse legítimo”. É consensual que a Imprensa que se concentra no entretenimento, cultiva o *voyeurismo* e o sensacionalismo e privilegia a satisfação do interesse do público não pode invocar exclusão de ilicitude, quando atenta contra direitos de personalidade, porque não cumpre a “função pública” da Imprensa.

A prova de verdade (*exceptio veritatis*) de uma imputação desonrosa só pode ser autorizada se for feita para realizar interesses legítimos. “Exigir para a publicação de uma notícia que o jornalista tivesse o grau de certeza equiparável, por exemplo, ao grau de certeza necessário para proferir uma condenação, seria inviabilizar de todo, mas de todo, o direito de informação” (Costa, *apud* Dias, 1999: 623). Atento ao respeito pela presunção de inocência, este penalista sublinha, ainda assim, que a invocação do interesse legítimo deve basear-se em fundamentos sólidos. “Se houver a mínima dúvida – e falamos de mínima dúvida não em sentido retórico – quanto ao caráter público e social da notícia desonrosa dever-se-á, sem exceção, considerar que a imputação de tal facto não prossegue a realização de interesses legítimos” (Costa, *apud* Dias, 1999: 626).

Nas investigações que empreendem, os meios ao alcance dos jornalistas são limitados. “Estão simplesmente desprovidos de armas capazes de lhes trazer provas blindadas, irrefragáveis. Para arrancar essas provas, seriam necessários outros instrumentos que os de um jornalista de mãos vazias: escutas telefônicas, detenções, interrogatórios...” (Cornu, 1999 [1994]: 79). Daí que quando revelam indícios de um escândalo público – envolvendo, por exemplo, um político – não devam ter de “provar completamente a verdade dos factos, mas apenas a plausibilidade racional desses indícios” (Machado, 2002: 807) – a verdade ou falsidade dos factos deve ser apurada em juízo.

De forma a não desencorajar o jornalismo de investigação, Machado é favorável à doutrina adotada nos Estados Unidos a partir do caso “The New York Times”/Sullivan (Cfr. Anexo 3), que culminou numa sentença do Supremo Tribunal de Justiça, em que o juiz William Brennan escreveu uma frase histórica: “O debate sobre questões públicas deve ser desinibido, robusto e aberto e isso pode muito bem incluir ataques veementes, cáusticos e às vezes desagradavelmente duros contra titulares de cargos públicos”. Trata-se da orientação, também seguida em Portugal no caso “Açoriano Oriental”/Ricardo Rodrigues (Cfr. Anexo 3), segundo a qual imputações difamatórias dirigidas a detentores de cargos públicos só usufruem de proteção constitucional se proferidas com conhecimento da sua real ou provável falsidade ou com consideração ou desprezo “grosseiramente negligente” (Machado, 2002: 808) da sua veracidade.

A doutrina, expendida em cível, mas que influenciou o direito penal, sustenta que cabe ao lesado provar a falsidade da imputação ou a negligência grosseira do jornalista e não ao jornalista alegar *exceptio veritatis* e a existência de interesse legítimo das revelações feitas. “Pode questionar-se se a garantia de liberdade de Imprensa não deveria passar pelo estabelecimento de uma presunção de verdade dos factos noticiados, em matérias de relevante interesse público, remetendo-se para qualquer sujeito que interponha uma ação contra o órgão de comunicação social o ónus de provar a falsidade da mensagem que o ofendeu” (Machado, 2002: 809).

Como vimos, a boa-fé pode constituir causa de exclusão da ilicitude. O conceito não corresponde, simplesmente, à convicção subjetiva do jornalista sobre a veracidade das informações. É objetivo, porque depende do cumprimento do “dever de informação” previsto na lei, que consiste em realizar todos os esforços necessários para assegurar a verdade dos factos divulgados, tanto mais exigível quanto maior for a carga negativa da imputação.

Trata-se, para os jornalistas, de cumprir as regras inerentes à sua atividade, a *legis artis*: cuidados na recolha de informação, seleção criteriosa e avaliação da idoneidade e da fiabilidade das fontes, confirmação de factos, audição dos visados. Deveres que, sendo de natureza técnica, são também deontológicos.

O sistema contempla, portanto, um “risco permitido” (Andrade, 1996), associado ao exercício profissional. “Presta-se, deste modo, uma forte homenagem à Imprensa, na medida em que o risco inerente ao desempenho dessa atividade pode justificar lesões à honra, levadas a cabo por imputações de factos falsos” (Costa, *apud* Dias, 1999: 623).

Num campo onde cada caso convoca reflexão, por se revestir de contornos específicos, as decisões judiciais podem ser díspares – embora, em regra, baste a negligência para a responsabilização civil por casos de violação de direitos de personalidade, enquanto no direito penal se exige prova de dolo.

A convicção da veracidade dos factos relatados foi reconhecida à jornalista do “Público” autora de uma notícia sobre o rebentamento de uma bomba numa viatura, uma vez que resultavam do “trabalho de campo” por ela desenvolvido (Cfr. Anexo 3). Já as queixas de Jardim Fernandes contra “O Jornal” e o “Expresso” (Cfr. Anexo 3) tiveram desfechos distintos, porque assentes em diferentes interpretações do cumprimento de deveres profissionais: no primeiro caso, o juiz entendeu que a jornalista teria de confirmar a veracidade de uma afirmação proferida numa conferência de Imprensa; no segundo, vingou a tese de que noticiar a intenção de mover uma ação judicial contra uma figura pública se insere no quadro daqueles deveres.

A fundamentação de notícias em documentos oficiais é por vezes admitida em tribunal como bastante para tornar legítima uma imputação, o que resulta do reconhecimento de que jornalista não é um investigador policial. Porém, como veremos, em certas fases do processo a divulgação de peças processuais pode dar origem a procedimento criminal, por violação do segredo de justiça.

2.3 Crimes contra a reserva da vida privada

A tutela jurídica da privacidade e da intimidade visa “emprestar consistência à linha de fronteira definida pelo indivíduo e através da qual ele se entrincheira com o universo das vivências, experiências e pessoas que quer preservar contra os ruídos e irritações do mundo

ambiente. Isto é: contra a intromissão de todas as pessoas não expressamente autorizadas a participar ou a tomar conhecimento” (Andrade, 1996: 101).

A doutrina e jurisprudência portuguesas inspiram-se, no que diz respeito à proteção da vida privada, na teoria dos três graus ou das três esferas (*dreistufentheorie*), expandida pelo Tribunal Constitucional Federal alemão em 1973. A primeira esfera, de natureza pública, é de publicidade, sem quaisquer restrições. A segunda, privada, depende do estatuto da pessoa envolvida – “engloba os acontecimentos que cada indivíduo partilha com um número restrito de pessoas” (Cabral, 1988: 30). A terceira, íntima, é tutelada pelo direito à reserva sobre a intimidade da vida privada e “compreende os gestos e factos que em absoluto devem ser subtraídos ao conhecimento de outrem (concernentes não apenas ao estado do sujeito enquanto separado do grupo, mas também em certas relações sociais)” (*idem, ibidem*). Isto é: a saúde e a vida familiar, afetiva ou sexual.

A esfera de intimidade, caracterizada pelo Tribunal Constitucional português como “a última e inviolável área da liberdade pessoal”, é tomada como domínio absolutamente vedado, num acórdão do seu congénere alemão (*cit. por Dias in Andrade, 1996: 729*): “nem sequer os interesses superiores da comunidade podem justificar uma agressão à área nuclear da conformação privada da vida, que goza de proteção absoluta. Uma ponderação segundo o critério da proporcionalidade está aqui fora de causa”. Não é admissível, nesta área, a alegação de interesses legítimos, nem a prova de verdade dos factos.

A extensão da reserva da intimidade da vida privada é definida, no art.º 80.º do CC, “conforme a natureza do caso e a condição das pessoas”. Segundo o parecer 121/80 da Procuradoria-Geral da República (PGR) “compreende aqueles atos que, não sendo secretos em si mesmos, devem subtrair-se à curiosidade pública por naturais razões de resguardo e melindre” – sentimentos e afetos familiares, costumes, práticas quotidianas, “a vergonha da pobreza e as renúncias que ela impõe e até, por vezes, o amor da simplicidade, a parecer desconforme com a natureza dos cargos e a elevação das posições sociais”. Na intimidade, não se inclui, portanto, “a atividade profissional que, tendo relações estreitíssimas com a pessoa, constitui, simultaneamente, uma das mais importantes manifestações da sua atividade social e cívica” (Cabral, 1988: 30). Note-se que a limitação voluntária dos direitos de personalidade é nula, “se for contrária aos princípios da ordem pública”. Mesmo quando legal, é sempre revogável, ainda que com obrigação de indemnizar (art.º 81.º do CC).

A privacidade, segunda esfera da doutrina alemã, justifica uma apertada tutela jurídico-constitucional, porque também adquire interesse público de relevo. Todavia, é suscetível de ponderação, a título de prossecução de interesses legítimos. É assim consensual, por exemplo, que factos como crime violento ou organizado, terrorismo, “colarinho branco”, corrupção ou utilização indevida de fundos públicos não são abrangidos pela reserva da vida privada. É legítima a investigação jornalística, não estando os profissionais inibidos de fazer prova (*exceptio veritatis*) das imputações feitas. Tal não significa que deixem de ser observados os requisitos de idoneidade, adequação, necessidade e proporcionalidade, como salienta Andrade (1996: 388).

A tutela penal da vida privada de figuras que adquirem relevo público é mais reduzida do que a do cidadão comum. Tanto mais quanto mais “jogar a sua vida privada na busca do reconhecimento e do carisma público e da legitimação que eles emprestam” (Andrade, 1996: 190). Contudo, as “pessoas da história do seu tempo”, conceito também originário do direito alemão, preservam o direito à reserva da vida íntima, “àquele sector da sua vida que se desenvolve entre as paredes domésticas e no âmbito da família; podem pedir um preço por esse consentimento e, por isso, a difusão abusiva da sua imagem determina um dano patrimonial indemnizável” (Cupis, 1961 [1959]: 142).

A definição do conceito de privacidade deve ter em conta “a referência civilizacional sob três aspetos: o respeito dos comportamentos, do anonimato e da vida em relação (Canotilho *et al.*, 2007: 468). Mas é controversa a questão do consentimento para a revelação de assuntos da vida privada. No entender de Pinto (2001: 540), “a autorização não pode ser perpétua, tendo de ser limitada temporalmente”, nem ter natureza tácita. “A mera complacência com a revelação de factos privados, só por si, não significa necessariamente uma renúncia à privacidade futura” (Pinto, 1993: 571).

A regra geral deve ser de consentimento. O sujeito pode opor-se à divulgação de factos da sua vida privada ou impedir a investigação por terceiros. Se permitir, define termos, condições e contexto em que são divulgados. Não é lícito presumir a renúncia a esse direito. O facto de não se ter oposto, anteriormente, à revelação de factos não significa, em novas ocasiões, consentimento tácito, só admissível em situações muito específicas. Foi esse o sentido da deliberação da AACS no caso “VIP”/João Gil (Cfr. Anexo 3).

Privacidade, intimidade e honra são bens jurídicos distintos. O ataque à honra não tem necessariamente de se concretizar à custa do ataque à privacidade ou à intimidade. A

devassa da intimidade pode resultar da revelação de factos, como uma doença, que não põem em causa a honra ou a consideração. Isto porque, constituindo um “delito de indiscrição”, não está em causa a verdade dos factos, mas a sua divulgação.

O Código Penal pune quem, sem consentimento e com intenção de devassar a vida privada, intercepte, grave, registre, utilize, transmita ou divulgue conversas ou comunicações telefónicas; capte, fotografe, filme, registre ou divulgue imagens de pessoas, objetos ou espaços íntimos; observe ou escute de forma oculta quem está em lugar privado; divulgue factos da vida privada ou a doença grave de alguém. Esta última conduta não é punível se praticada “como meio adequado para realizar um interesse público legítimo e relevante”, que pode corresponder à função social da Imprensa. Os crimes de introdução em lugar vedado ao público, devassa por meio informático, violação de correspondência ou telecomunicações ou violação de segredo não comportam exceções.

Um parecer do CI de 1988 procurou fixar os limites do tratamento jornalístico da saúde de cidadãos. O documento sustentava que a identificação de pessoas e das lesões e tratamentos a que foram submetidas em casos de acidentes, crimes violentos ou, por exemplo, intervenção cirúrgica que representou um avanço na esperança de tratamento de doença mortal só é legítima quando “indispensável à verosimilhança da notícia ou o interesse público o exigir”. Não deve ser identificado quem se sujeitou a transplante ou sofreu mutilações de órgãos sexuais, mas a opção contrária é válida quanto a vítimas de acidentes, catástrofes ou repressão policial. Na dúvida, deve adotar-se a solução que cause menos danos à privacidade.

A invocação do direito à informação, assinalava o CI, só é admitida quanto a factos da vida íntima sobre os quais exista um interesse social legítimo no seu conhecimento. “Esse interesse depende, entre outros fatores, da função que na sociedade desempenhem as pessoas visadas”. Tratando-se de anónimos, a abordagem de doenças está vedada, por integrar a reserva da intimidade. No caso de figuras públicas, só é legítima se a doença está associada à atividade que lhes confere notoriedade, como a lesão que incapacite um desportista. Mesmo em relação a políticos, é necessário avaliar o alcance do cargo.

2.4 Direito à palavra e à imagem

Constitucionalizado em 1989, o direito à palavra usufrui de maior proteção do que o direito à imagem, uma vez que a gravação é, por si só, ilícita, enquanto a captação de imagens só é

crime, como veremos mais adiante, se realizada contra a vontade da pessoa. Não se trata de preservar algo sob segredo, mas de acautelar a eventual manipulação, mesmo quando a reprodução é autorizada. O direito desdobra-se em três princípios: à voz – registo e divulgação só com consentimento; às “palavras ditas” – autenticidade e rigor de reprodução; ao auditório – decisão sobre a quem se transmitem as palavras (Canotilho *et al.*, 2007:467). A reprodução de conversas privadas, mesmo em lugares públicos, discutida em 1999 a propósito do caso “O Independente”/Sousa Franco (Cfr. Anexo 3), é ilegal.

"A necessidade de proteger a pessoa contra a arbitrária difusão da sua imagem deriva de uma exigência individualista, segundo a qual a pessoa deve ser árbitro de consentir ou não na reprodução das suas próprias feições: o sentido cioso da própria individualidade cria uma exigência de circunspeção, de reserva" (Cupis, 1961 [1959]: 130). O CP criminaliza a captação de imagens de pessoas contra a sua vontade, mesmo em eventos em que “legitimamente” tenham participado, e a utilização de fotografias ou filmes, tenham ou não sido lícitamente obtidas. Já segundo o CC um retrato não pode ser exposto, reproduzido ou lançado no comércio sem consentimento do próprio (ou de familiares, após a morte). Esta proibição aplica-se “se do facto resultar prejuízo para a honra, reputação ou simples decoro da pessoa retratada”.

A lei dispensa o consentimento em função da notoriedade, cargo, exigências de polícia ou justiça, finalidades científicas, didáticas ou culturais ou “quando a reprodução da imagem vier enquadrada na de lugares públicos, ou na de factos de interesse público ou que hajam ocorrido publicamente”. A conjugação das exceções previstas nesta norma com as do CPP torna, de acordo com doutrina, a incriminação mais estreita, cingindo-se, tendencialmente, à fotografia íntima, neste caso em nome da proteção do direito à intimidade e não do direito à imagem.

O direito à imagem é, à luz do CC, autónomo em relação ao direito à privacidade. O modelo, que não encontra paralelo noutras ordens jurídicas, permite ao jornalista, segundo Costa Andrade⁶, “fotografar tudo o que diz respeito ao público”. A ampla liberdade de ação concedida pela lei aos repórteres-fotográficos não dispensa, contudo, especiais cuidados, a ponderar na esfera da autorregulação. A possibilidade de captar e divulgar imagens não é uma porta aberta à invasão da privacidade. Nesta sede, o juízo ético-deontológico deve ser convocado, especialmente em situações que podem afetar a dignidade humana.

⁶ Intervenção, como deputado, nos trabalhos preparatórios da reforma do CP de 1995 (*cit. in* parecer PGR 95/2003).

Como provedor do jornal “Público”, Jorge Wemans preocupou-se com questão das fotografias – de menores; de desconhecidos, antes de serem arguidos ou acusados em processos judiciais; de figuras públicas em ambientes privados, sem autorização; de indivíduos identificáveis, para ilustrar textos a que são alheios (Wemans, 1999: 32). Ainda que involuntariamente, os media formatam, por esta via, a imagem pública dos cidadãos. “Escolhem-se as fotos e as imagens que ‘mais dizem’ aquilo que o personagem é. E quem define o seu ser, aquilo que o personagem é, são os jornalistas. Violento poder. Será que, pelo menos, dele se tem consciência?” (*idem*, 142).

A exibição de imagens de pessoas em momentos de fragilidade será, porventura, a que mais apertado escrutínio exige, atentos os danos que pode causar. Em 11/7/2001, a AACS emitiu uma diretiva especificamente sobre a autorização de utilização da imagem, em televisão, de pessoas em situação de “manifesta fragilidade psicológica”. O regulador defendeu que o consentimento não pode limitar-se a uma “pergunta feita em cima da hora”, antes exigindo um conjunto de diligências prévias: recurso, sempre que possível, à intervenção de familiares ou representantes legais; esclarecimento junto do visado das características da reportagem, para que decida “em perfeita consciência”; consideração de eventuais conflitos de direito (a informar e à identidade pessoal). Em casos de especial gravidade, a AACS determinava suporte jurídico e autorização escrita, para defesa de quem a concede e do próprio jornalista.

Nesse mesmo ano, a entidade reprovou (Deliberação AACS 7/11/2001) a cobertura noticiosa de um incêndio num lar de idosos de Viana do Castelo, que causou a morte de três pessoas. A generalidade da Imprensa exibiu nas primeiras páginas fotografias de doentes acamados, em situação de fragilidade física e psíquica, sem salvaguarda da identidade. Algumas estações de televisão emitiram imagens com as mesmas características, não editadas, recebidas de cidadãos. A abordagem, comum a sete jornais e quatro canais, representou para a AACS uma violação do direito à imagem, para mais tratando-se de cidadãos anónimos.

Em determinadas situações, a divulgação de imagens de pessoas mortas pode revestir interesse público. Depende do caso e do estatuto da pessoa envolvida. É no entanto necessário, mesmo quando se justifica, compatibilizar o tratamento jornalístico com o respeito pelos direitos de personalidade – que perduram para além da morte, como determina o art.º 71.º do CC –, mas também com duas outras dimensões: os direitos dos familiares e os do público, sobretudo o mais vulnerável, como as crianças.

A morte – e as emoções que a rodeiam – é terreno propício à exploração gratuita da dor, morbidez ou crueldade. Daí a controvérsia causada, em 2004, pela cobertura dos casos dos futebolistas Feher e Bruno Baião ou, em 2010, das cheias na Madeira. Imagens desta natureza, sustentara a AACCS em 2002, só devem ser apresentadas como “elementos de facto estruturantes da informação, essenciais à matéria noticiosa, ou pela notoriedade dos falecidos ou pela relevância da situação que os vitimou” (Diretiva, 26/6/2002). Nenhum destes pressupostos foi preenchido na divulgação pelo CM e pela TVI, em 2011, de imagens de um homicídio, que a ERC reprovou (Deliberações 9/2011 e 16/2011). No caso da morte do artista Angélico Vieira, a reguladora instou o JN a recusar o sensacionalismo e a respeitar a dor de familiares e pessoas próximas do falecido (Cfr. Anexo 3, sobre todos estes casos).

A avaliação do valor-notícia inclui, como componente essencial, o respeito pela dignidade da pessoa humana, que “não permite que o corpo humano, depois do falecimento, possa ser transformado num objeto e exposto ao público sem qualquer recato”, como observou a ERC na deliberação 7/2008, sobre fotografias de cadáveres de militares timorenses abatidos, no âmbito do caso “Sol”/Reinado (Cfr. Anexo 3).

Não raro, as reportagens acerca de casos criminais suscitam dúvidas quanto à ocultação ou identificação, pela imagem, de agentes policiais que participam em detenções, juízes ou magistrados do Ministério Público (MP). Em 2003, os magistrados que dirigiram o inquérito ao “caso Casa Pia” queixaram-se da presença de jornalistas junto às instalações onde desenvolviam a sua atividade. O Conselho Consultivo da PGR pronunciou-se (Parecer 95/2003), sobre os procedimentos a adotar pelas forças de segurança: só poderiam restringir o direito à informação para garantir a livre entrada e saída de pessoas e viaturas no tribunal e salvaguardar a vida, integridade física, liberdade e segurança de intervenientes processuais, respeitando o princípio da proporcionalidade. Não estavam, assim, autorizadas a impedir a captação e o registo de imagens pelos jornalistas.

Mais complexa é a divulgação de imagens de suspeitos de crimes, sem ocultação de rosto – protegida com ecrã, na Imprensa, ou através de distorção de imagem, em televisão. Regra geral, a identificação não representa um valor acrescentado do ponto de vista noticioso, pelo que além da violação do direito à imagem, reputação e bom nome, é posto em causa o princípio da presunção de inocência. Neste domínio, o caso porventura mais grave foi o do

homicídio do agente da PSP Felisberto Silva, em 2002 (Cfr. Anexo 3). Até porque viria a concluir-se que os dois presumíveis implicados nada tinham a ver com o crime.

Alguns dos órgãos de comunicação visados apresentaram argumentos que merecem um exame crítico. A TVI, por exemplo, inscreveu a sua conduta no cumprimento de “exigências de polícia ou de justiça”, legalmente previsto, alegando que contribuiria para a captura dos criminosos. A ideia de que faz parte da missão dos media a colaboração com a polícia é tanto mais perigosa quanto mais efeitos produzir na sua atividade – desde logo, na perda de independência face aos poderes públicos. Pode ocorrer cruzamento entre a investigação jornalística e a criminal, mas os jornalistas devem evitar tornar-se instrumento das polícias, sob pena de hipotecarem a sua autonomia e alienarem condições para averiguarem a legalidade da atuação policial e formularem um juízo crítico das linhas de investigação seguidas.

A questão da publicação intencional de imagens de presumíveis criminosos foi suscitada em 1984, quando o “Diário Popular” publicou fotos de seis suspeitos das FP-25 de Abril, cujo paradeiro era desconhecido, fornecidas pela Polícia Judiciária (PJ). O CI defendeu que não deve ser obrigatória, porque, “por mais cuidadosa que seja, pode trazer graves prejuízos morais, sociais e outros aos próprios” (Parecer, 1/4/1985). O órgão valorizava a presunção de inocência, que o jornalista deve observar, independentemente da necessidade da polícia de localizar um suspeito. E concluía: “Em caso de conflito, o princípio da liberdade de Imprensa prevalece sobre o dever de cooperação com as autoridades policiais, que deve ser ponderado casuisticamente, de acordo com os princípios deontológicos do jornalismo e com a informação disponível, pelos responsáveis dos órgãos de comunicação social”.

Práticas profissionais consolidadas nem sempre levam em linha de conta o direito à imagem. Em Portugal, a perseguição de figuras públicas por *paparazzi* não é prática corrente – o caso “VIP”/Manuel Maria Carrilho (Cfr. Anexo 3), embora tenha motivado a discussão em torno das fronteiras da invasão da privacidade, não se enquadra nessa categoria. Já o recurso a imagens de arquivo tem sido objeto de queixas. Quando atinge cidadãos completamente alheios à notícia, os efeitos podem atingir dimensões graves. Os *graffiters* que em 2001 foram associados involuntariamente a um gangue pelo “24 Horas” (Cfr. Anexo 3) terão sido alvo de ameaças de morte.

2.5 Utilização de meios ilícitos

Certas “reportagens infiltradas” (*cover-up operations*), muito comuns no jornalismo de investigação, elegem como método principal de recolha de informação a ocultação da identidade e o recurso a câmaras e microfones ocultos. A utilização de meios ilícitos, legítima apenas para apurar factos de incontestável interesse público, tem carácter absolutamente excecional, uma vez esgotados todos os outros e ponderada a adequação e a proporcionalidade. Ainda assim, “a publicação de conteúdos informativos recolhidos ilegalmente deve ser *prima facie* protegida, a menos que se prove que a empresa ou o jornalista participaram, como autores morais, na recolha ilegal das informações” (Machado, 2002: 578).

De salientar que, no domínio da legislação específica da Comunicação Social, o EJ não qualifica os meios de ilícitos ou ilegais. Apenas inclui entre os deveres profissionais passíveis de sanção disciplinar o recurso a meios “não autorizados”, admitindo como exceções o “estado de necessidade para a segurança das pessoas envolvidas” e o interesse público.

No caso ABC/Food Lion, a desproporção de meios foi uma das causas da condenação, apesar de reconhecida a veracidade dos factos revelados na reportagem. No “Time”/Dietmann, o tribunal de recurso entendeu que a Primeira Emenda à Constituição norte-americana não concede imunidade aos jornalistas que cometem crimes no decurso de investigações, a menos que se trate de perseguir fins legítimos, que não estavam em causa. O caso que conduziu ao encerramento do jornal britânico “News of the World” assumiu proporções mais profundas (Cfr. Anexo 3, sobre todos estes casos).

Natureza distinta tiveram, em Portugal, os casos “A Bola”/doping no futebol (Cfr. Anexo 3), em que a ação judicial não foi movida ao autor da reportagem televisiva, e T & Q/Manuel Damásio (Cfr. Anexo 3), que motivou uma controversa busca à redação do jornal. Note-se que medidas como a apreensão de documentos foram consideradas em 2002 pelo TEDH como “interferência desproporcionada na liberdade de expressão”⁷.

⁷ Caso Öztürk v. Turquia, *cit. in* relatório do Comité de Direção dos Media do Conselho da Europa.

2.6 Segredo de justiça

Em Portugal, a publicidade do processo penal é a regra, o que pressupõe a assistência pelo público a atos processuais. O juiz pode, no entanto, decidir em contrário, por despacho fundamentado no “grave dano” à dignidade das pessoas, à moral pública ou ao normal decurso do ato que a publicidade causaria, sendo a decisão revogada quando cessarem os motivos que lhe deram origem. Atos relativos a crimes de tráfico de pessoas ou contra a autodeterminação sexual decorrem, por norma, com exclusão de publicidade. Pessoas que o juiz reconheça terem “razões atendíveis”, nomeadamente de natureza profissional ou científica, podem, ainda assim, assistir.

O princípio da publicidade não inclui dados relativos à reserva da vida privada que não constituam meio de prova. Cabe à autoridade judiciária especificar os elementos que se mantêm em segredo de justiça e, eventualmente, ordenar a sua destruição ou entrega a quem diga respeito. Aos media, estão vedados, sob pena de desobediência simples, diversos atos, como a reprodução de peças ou documentos incorporados no processo até sentença em 1ª instância, salvo exceções; a publicação da identidade de vítimas de crimes de tráfico de pessoas, contra a liberdade e autodeterminação sexual, honra ou reserva da vida privada, exceto se autorizarem ou se o crime tiver sido cometido através de órgãos de comunicação; a publicação de conversações ou comunicações interceptadas no âmbito de processo, salvo se não estiverem sob segredo de justiça e os intervenientes consentirem.

Quem manifestar “interesse legítimo”, pode solicitar a consulta de processos não abrangidos pelo segredo, cabendo à autoridade judiciária a autorização. A consulta e obtenção de cópia, extrato ou certidão não invalida a proibição de narração de atos processuais ou a reprodução dos seus termos pelos media.

O segredo de justiça, cujo objetivo é proteger a eficácia da investigação criminal, em determinada fase do processo, bem como as partes (queixosos e arguidos, neste caso para salvaguardar o princípio da presunção de inocência), também visa garantir a imparcialidade do poder judicial, para que não seja influenciado ou pressionado por julgamentos mediáticos. Regulado pelo CP e pelo CPP, usufrui de dignidade constitucional desde 1997 (sobre a evolução do quadro legal, Cfr. Araújo, 110-124).

A constitucionalização do segredo de justiça torna-o, no entender de diversos autores, um valor passível de ponderação, no cotejo com o direito à informação, perante o qual, antes, tinha de ceder. Marinho Pinto (*in* AA. VV., 1998: 144) discorda da opção, porque encara o

segredo de justiça como “mero instrumento acessório da investigação criminal”. Convicto de que se criaram condições para punir jornalistas pela sua violação – o que até então dificilmente poderia acontecer, caso agissem de boa-fé e por motivos profissionais – não lhe é indiferente o facto de ter sido inscrito na Lei Fundamental num momento em que diversas figuras públicas eram alvo de processos muito mediatizados.

O parecer 121/80 da PGR reconhece tratar-se de um campo onde é notória a “tensão dialética” entre diversos interesses. Desde logo, o interesse do Estado na realização da Justiça. Mas também o interesse de obstar a que o arguido perturbe o processo, eventualmente subtraindo provas, o interesse do próprio arguido em não ver revelados publicamente factos que podem não vir a ser provados, mas prejudicam a sua reputação, e o interesse dos ofendidos.

Cabe ao juiz de instrução, a requerimento de qualquer das partes, determinar a aplicação de segredo na fase de inquérito, por despacho irrecorrível, se entender que a publicidade é prejudicial aos direitos de participantes. O MP está habilitado a tomar uma decisão nesse sentido, mas tem de ser validada pelo juiz. Pode ser incriminado, arriscando pena de prisão ou multa, quem der conhecimento ilegítimo, no todo ou em parte, do teor de um acto de processo penal sob segredo.

A questão da vinculação dos jornalistas é objeto de permanente controvérsia. Até à reforma legislativa de 2007, de acordo com Patrício e Geraldo (2009: 56), “era sempre necessário, constituindo requisito fundamental da punição da violação do segredo de justiça, que o agente tivesse efetivamente ‘contactado com o processo’”. Isto porque o n.º 4 do art.º 86.º do CPP determinava a incriminação de “todos os sujeitos e participantes processuais, bem como as pessoas que, por qualquer título, tiverem tomado contacto com o processo e conhecimento dos elementos a ele pertencentes”. Com a alteração operada nesse ano (inscrita no n.º 8), a conjunção “e” foi substituída, nesta última frase, por “ou”. Tal significa que de cumulativo o requisito passou a alternativo. Em simultâneo, foi introduzida no n.º 1 do art.º 371.º do CP a expressão “independentemente de ter tomado contacto com o processo”, o que leva Paulo Pinto de Albuquerque (*cit. por* Patrício *et al.*, 2009: 60) a concluir que a reforma de 2007 visou, neste plano, incluir os jornalistas na vinculação ao segredo de justiça.

No entanto, a primeira condenação, em democracia, de um jornalista por violação do segredo de justiça (Cfr. Anexo 3, RDP-Guarda/João Raimundo) ocorreu ainda na vigência

do anterior regime legal. Casos como este e o da detenção de uma jornalista na redação (Cfr. Anexo 3, Rádio Altitude/Abílio Curto) revelam diferentes interpretações da lei por parte dos tribunais.

A tese de que a obrigação de guardar segredo não respeita apenas a quem tem contacto direto com o processo, fundamento da condenação no caso Rádio Altitude/PJ (Cfr. Anexo 3) tem vindo a ser abertamente contestada pelos jornalistas. Marinho Pinto (*in* AA. VV., 1998: 145) sustenta que deve vincular “apenas quem, por força da sua profissão, toma contacto com o processo e não o jornalista que, por imperativo legal e profissional, noticia factos de interesse público contidos nesse processo”.

Em que medida o segredo de justiça afeta o direito à informação? A questão é há anos debatida, muitas vezes a pretexto da mediatização de casos e tomando-os como referência, o que retira serenidade à argumentação. A publicidade total dos processos comprometeria a eficácia da investigação criminal e, pelo menos potencialmente, a imagem pública dos arguidos. Mas o segredo pode ocultar situações de violação dos direitos dos arguidos, má administração da justiça ou irregularidades processuais. Passível de impedir a análise crítica de decisões de acusação ou arquivamento, pode “dar cobertura a motivações menos claras das autoridades policiais ou judiciárias, ciosas de apresentar resultados rápidos do seu trabalho ou, eventualmente, receosas de atingirem sujeitos particularmente poderosos ou influentes ou de contenderem com interesses instalados” (Machado, 2002: 563).

A questão reside, para Machado, no equilíbrio ou na harmonização entre valores. O segredo de justiça não constitui um fim em si mesmo, pelo que quando restringe a liberdade de informação deve limitar-se ao necessário para assegurar a realização e a eficácia do inquérito – pelo menos nos casos a que estão associados titulares de cargos políticos ou figuras públicas e “tratando-se de crimes realizados no exercício das suas funções ou outros crimes considerados graves” (*idem*, 564). Este autor defende a remoção do segredo em caso de suspeita de abusos e desvios de poder por parte das autoridades policiais e judiciárias.

O segredo de justiça não impede a prestação de esclarecimentos públicos pela autoridade judiciária, quando necessários ao restabelecimento da verdade e desde que não prejudiquem a investigação, a pedido de cidadãos postos em causa ou para garantir a segurança de pessoas e bens ou a tranquilidade pública. O já citado parecer 121/80 da PGR fixa as condições em que é admissível o levantamento do segredo. Só pode ocorrer se

estritamente exigido “pelo interesse da averiguação dos factos criminais ou da responsabilidade dos seus agentes”, não violando o princípio da presunção de inocência ou causando dano injustificado ao interesse da proteção da vida privada dos envolvidos. A PJ está inibida de fornecer informações que permitam a identificação das partes pelo público. Não pode emitir juízos opinativos sobre a eventual responsabilidade dos infratores e a conduta das vítimas e deve “evitar que tais informações possam suscitar estados de opinião suscetíveis de influenciar a apreciação dos factos pelos órgãos jurisdicionais competentes”.

A ausência de mecanismos eficazes de esclarecimento público acentua a opacidade do sistema e torna mais complexa a recolha e confirmação de informações. Não podendo reproduzir uma acusação, documento fidedigno que asseguraria o rigor noticioso, o jornalista pode ser impelido a atribuir maior valor aos elementos carreados pelos investigadores. Em prejuízo da defesa, na medida em que o acusado também está vinculado ao segredo de justiça.

Foi para a falta de transparência que um conjunto de órgãos de comunicação, alertou, em 2003. Os signatários de uma declaração patrocinada pela AACS exprimiam o desejo de que o segredo de justiça não cause “desnecessárias opacidades, objetivamente comprometendo os direitos de informar, de se informar, de ser informado e contribuindo para a imprecisão, a suposição, a especulação, a falta de rigor” (Declaração, 27/11/2003).

Pinto denuncia “cirúrgicas violações do segredo de justiça em fases processuais em que os arguidos e os seus defensores não podem aceder ao processo”⁸. Na ótica do bastonário da Ordem dos Advogados, ex-jornalista, “grande parte da investigação criminal faz-se para a Comunicação Social, com o intuito óbvio de criar artificialmente o alarme social necessário à aplicação de medidas de coação mais severas e de condenações mais duras”. Os media demonstram a “culpa necessária à condenação”; “ao julgador não resta outra alternativa que não condenar os arguidos, senão acaba ele mesmo condenado a preceito por certos órgãos de informação”.

O mau uso do segredo de justiça deve-se, na ótica de Morgado e Vegar (2003: 133) à “conceção de sistema fechado”, sem ligação com a realidade, que o magistrado tem das suas funções. O segredo torna-se “uma forma de camuflar métodos de trabalho errados, de não prestação de contas sobre a morosidade, uma arma contra a transparência”. Invocando um estudo de direito comparado realizado pela Association de Recherches Pénales

⁸ Discurso na abertura do ano judicial, 27/1/2009.

Europeénnes, estes autores defendem que seja aplicado em função do crime em causa, sendo que a criminalidade complexa jamais o deve dispensar.

O recurso a fontes anónimas insuficientemente testadas – para cujos efeitos o CD chamou a atenção, entre outros, no caso “Maddie” (Rec. CD 3/2007) –, o aproveitamento de fugas de informação com objetivos menos claros ou o desrespeito pelas mais elementares regras de verificação de informações – a situação limite terá sido o Sportugal no caso “Apito Dourado” (Cfr. Anexo 3) – contribuem para criar suspeitas de promiscuidade e adensam um clima de conflitualidade entre a Justiça e os media.

Só no decurso do “caso Casa Pia”, foram incriminados 57 jornalistas por violação do segredo de justiça (Cfr. Araújo, 2010: 122). Dois recursos apreciados pelo TEDH puseram em causa condenações em Portugal. No caso “Público”/Nuno Delerue, o facto de internamente ter sido reconhecido que a notícia não afetou a investigação levou o TEDH a considerar que o direito à informação deveria ter prevalecido. Também no caso “Notícias de Leiria”/autarca” o Estado português foi condenado (Cfr. Anexo 3 sobre ambos).

A Comunicação Social não está inibida de efetuar investigação própria sobre matérias abordadas em processos judiciais, ainda que sob segredo de justiça. “Não pode é recorrer a meios ilícitos ou fraudulentos para conseguir informações e, designadamente, obtê-las através da violação do sigilo por parte de quem estiver legalmente vinculado a respeitá-lo” (Pedro Marçal, *cit. por* Coelho, 2005: 196). A divulgação de factos que resultem de investigação jornalística não constitui violação do segredo de justiça, mesmo que constem do processo e que oficialmente se mantenham reservados, sustenta.

É este, com frequência, o cerne da questão, aliás colocado em termos análogos no caso “Expresso”/Verdasca Garcia (Cfr. Anexo 3). O tribunal reconheceu a legitimidade de divulgar factos apurados num processo ainda em fase secreta, desde que não tenham sido usados meios ilícitos na recolha da informação. Ou seja, o impedimento legal de retirar informação de processos não impede o jornalista de revelar os mesmos factos, autonomamente investigados. Diferente é a revelação de depoimentos recolhidos para fins processuais, numa fase em que o processo já não está coberto pelo segredo de justiça. Neste particular, estão em causa “imperativos deontológicos idênticos aos que impedem o jornalista de divulgar uma conversa de um médico com o seu doente ou de um advogado com o seu constituinte, sem prévio consentimento dos visados” (Marinho Pinto, *in* AA. VV., 1998: 145).

A divulgação de escutas telefônicas, porventura a mais polêmica das questões neste campo, regressa ciclicamente à ordem do dia, como aconteceu nos casos que envolveram Rui Pedro Soares e José Sócrates, ambos relacionados com o semanário “Sol” (Cfr. Anexo 3). Trata-se de uma problemática que excede, em larga medida, o respeito pelo segredo de justiça, porque é suscetível de afetar um conjunto de direitos fundamentais: à reserva da vida privada, à reputação e bom nome e à palavra.

A ERC defendeu em 2010, na sequência de queixa de Joaquim Oliveira contra o “Sol” (Cfr. Anexo 3), que “uma conversa privada, que decorreu com a convicção dos seus interlocutores de que a mesma não era escutada e de que não seria tornada pública, terá, necessariamente, que ser reconduzida à esfera da privacidade dos seus protagonistas, independentemente do seu estatuto e do teor da conversa” (Deliberação 27/2010). A reguladora admite situações excecionais, que nunca podem abranger a devassa da intimidade: “matérias de inequívoco interesse público e gravidade, em que o perigo e dano social que pode advir de não revelação de escuta se revelam manifestamente superiores”.

2.7 Procedimentos cautelares

O Código Civil prevê a possibilidade de serem requeridas “as providências adequadas às circunstâncias do caso”, para evitar a consumação da ameaça ou atenuar os efeitos da ofensa já cometida à personalidade física ou moral, independentemente de ação cível. Os procedimentos cautelares, instrumentos céleres e simplificados, são decididos em primeira instância, não cabendo recurso para o STJ, de acordo com o Código de Processo Civil, Quando visam publicações, podem dar origem, por exemplo, à apreensão de exemplares. O juiz dispõe da faculdade de decretar a providência sem proporcionar à parte contrária o exercício do contraditório, se entender que essa diligência lhe retira eficácia ou que é elevado o risco de lesão do direito.

“É perigoso partir do princípio de que uma publicação se prepara para violar direitos de personalidade para fundamentar a partir daí uma intervenção judicial prévia”, observa Machado (2002: 774). Este autor admite que possam daí resultar restrições à liberdade de Imprensa. Por isso considera que uma intervenção prévia deveria circunscrever-se a casos de “violação grave, intolerável e irreparável dos direitos de personalidade, com particular relevo para o da privacidade, sem que exista interesse público relevante” (*idem*, 774-775). Nas circunstâncias legalmente previstas, há, afirma, uma forte presunção de

inconstitucionalidade dos procedimentos cautelares, na medida em que podem prefigurar atos de censura prévia de caráter administrativo.

Em Portugal, este mecanismo terá sido pela primeira vez usado contra uma publicação por Tomás Taveira, no âmbito do caso referido no Capítulo 1. Mais recentemente, figuras públicas como o futebolista Cristiano Ronaldo, o treinador de futebol José Mourinho, o humorista Ricardo Araújo Pereira e Rui Pedro Soares, à época administrador da Portugal Telecom, adotaram o mesmo procedimento (Cfr. Anexo 3, sobre todos estes casos).

2.8 Via civil ou via criminal?

O recurso às vias civil ou criminal para a reparação de danos na esfera dos direitos de personalidade é uma matéria sensível. A perspectiva de incorrerem numa pena de prisão pode causar fenómenos de autocensura ou, pelo menos, retraindo os jornalistas, como reconhecem diversas instituições internacionais. Todavia, a assunção de elevados custos, em advocacia e indemnizações, asfixia financeiramente os media, comprometendo a sua sobrevivência.

Para Francisco Teixeira da Mota, advogado do jornal “Público” (*cit. por Araújo, 2010: 205*), certas ações são movidas “para intimidar e criar dificuldades económicas”, constituindo, muitas vezes, uma retaliação. “Não tenho hoje em dia dúvida nenhuma de que há informação na comunicação social que não sai em virtude dos riscos de processo judicial”, afirma. O simples anúncio do acionamento de um processo pode influenciar negativamente a captação de publicidade pelo órgão de comunicação e desencadear mecanismos de pressão da empresa sobre o jornalista.

Convicto de que o direito penal não é o mais adequado para a aplicação do princípio da concordância prática na resolução de conflitos – porque a definição de fronteiras entre os valores em jogo nem sempre pode ser traçada de forma nítida e, portanto, indiscutível – Vieira de Andrade (*in AA. VV., 1996: 95*) defende que a punibilidade dos crimes de difamação, injúrias ou devassa da vida privada através dos media “deveria ser limitada aos casos mais graves, onde pudesse afirmar-se sem dúvida a prevalência dos direitos dos destinatários sobre a liberdade de Imprensa e o direito de informar”.

Abertamente favorável à interposição de ações cíveis para defesa de direitos de personalidade, Noronha do Nascimento preconiza a apresentação de pedidos de

indenização “com efeitos reparadores na esfera jurídica do violador que os sente patrimonialmente na pele”⁹. O presidente do STJ reconhece que os “novos conceitos indenizatórios dos tribunais são o cabo das tormentas para jornais nos limites do equilíbrio orçamental”, mas entende que a demanda criminal produz “efeitos inócuos em termos de afetação patrimonial”. Na sua ótica, foi a tendência para “indenizações punitivas” que nos Estados Unidos levou à contenção por parte dos media.

“A interpretação dos direitos de personalidade deve emancipar-se das suas raízes pré-modernas e adaptar-se aos imperativos da coexistência entre indivíduos livres e iguais, numa democracia comunicativa”, aduz Machado (2002: 761). Na ausência de danos patrimoniais, “a preocupação fundamental do processo penal deve consistir numa adequada satisfação moral do lesado, mais do que na punição do autor ou na restrição da liberdade de expressão” (*idem*, 776). Em certo sentido, o desfecho do caso CBS/Westmorerland (Cfr. Anexo 3) corresponde a esta visão.

Diversas instituições internacionais têm vindo a preconizar a descriminalização da difamação. Trata-se de uma velha reivindicação da Federação Internacional de Jornalistas (FIJ), sensível ao facto de uma legislação excessivamente restritiva inibir o jornalismo de investigação. A posição de organizações não governamentais como a Human Rights Watch ou a Repórteres sem Fronteiras é coincidente. A ONU expressou, em 1999, preocupação quanto à imposição de penas de prisão a jornalistas pela prática deste crime. No ano seguinte, em declaração conjunta sobre mecanismos para a promoção da liberdade de expressão, ONU, OSCE e Organização dos Estados Americanos afirmaram-se favoráveis à revogação de leis que criminalizam a difamação, substituídas por leis civis, capazes de refletir “a importância do debate aberto sobre matérias de interesse público e o princípio de que as figuras públicas são obrigadas a aceitar um maior grau de crítica”¹⁰. A declaração defende, ainda, que, sob pena de a liberdade de expressão ser afetada, a legislação não deve prever sanções pecuniárias excessivas.

O Conselho da Europa tem vindo a manifestar-se contra a aplicação de penas de prisão a jornalistas. Em 2006, o Comité dos Media da organização admitiu que mesmo penas suspensas podem afetar o exercício profissional. O TEDH, que nunca confirmou condenações a penas de prisão por difamação, reconheceu – sobretudo em casos de natureza política, como Jersild contra Dinamarca, de 1994, e Scharsach e News

⁹ Intervenção em colóquio sobre “Direito penal e processo penal”, 3/6/2009.

¹⁰ *Cit. in* documento do Steering Committee sobre Media e Novos Serviços de Comunicação, do CE, 15/3/2006.

Verlagsgesellschaft contra Áustria, de 2003 – o efeito pernicioso das sanções criminais sobre o trabalho dos jornalistas e o estigma que o registo criminal representa no futuro. Por outro lado, ao apreciar, em 1995, um caso cível do Reino Unido, considerou desproporcionada a indemnização de 1,5 milhões de libras.

Pese embora a consolidação da tendência para a descriminalização da difamação, há casos recentes de prisão de jornalistas – mesmo em países europeus, como Bélgica, Itália, Noruega, Suíça e Dinamarca –, e condenações em Malta e na Finlândia. Na Holanda, entre janeiro de 2002 e junho de 2004, mais de 100 pessoas foram presas por calúnia, difamação ou injúria¹¹. Segundo o levantamento efetuado pelo CE, até 2006 só Bósnia, Chipre, Estónia, Geórgia e Ucrânia tinham abolido o crime de difamação. Dos 56 estados da OSCE, apenas 11 tomaram, até 2011, essa decisão.

No Reino Unido, a difamação deixou de ser crime em 2009. De acordo com o relatório da Câmara dos Comuns sobre situação na Imprensa 2009/2010, o regime em vigor permitia a condenação, ainda que os réus provassem a veracidade de imputações. Argumentos centrais da mudança: desproporcionalidade da punição face ao valor a defender (reputação) e risco de autocensura dos jornalistas. O relatório exprime preocupações quanto aos elevados custos dos processos cível para a defesa, reconhecendo que são os mais elevados da Europa. Segundo a FIJ, o número de processos por difamação movidos na Grã-Bretanha por figuras públicas, em especial do mundo do espetáculo, duplicou entre 2005 e 2008 (White, 2008: 135). Em 2007 e 2008, as ações contra os media corresponderam, na Inglaterra e no País de Gales, a um terço do total.

Neste plano, são diferentes as opções de cada país. Na Alemanha, a lei fixa limites máximos de indemnização em casos de difamação. Em França, são reduzidas as custas legais a suportar pela parte vencida. Nos Estados Unidos, cada parte assume as suas despesas, mas o tribunal dispõe do poder discricionário de decidir noutro sentido.

A ausência de dados sistematizados em matéria de processos contra os media inviabiliza uma perceção exata da dimensão do fenómeno em Portugal. Através de uma investigação quantitativa empírica aos instaurados ao “Público”, complementada com entrevistas a advogados dos grupos Cofina e Global Notícias, Araújo procurou preencher essa lacuna. O estudo (Cfr. Araújo, 2010: 157-158) revela uma tendência para o crescimento do número de ações, exceto contra jornais de referência, sendo a maioria esmagadora criminais. A

¹¹ Informação do Governo, *cit. in paper* do comissário de Direitos Humanos do CE, 1/3/2011.

difamação é a principal causa, seguindo-se a devassa da vida privada, gravações e fotografias ilícitas. A grande maioria dos processos – quem os instaura raramente exerce o direito de resposta – não chega a julgamento e, entre os que chegam, só uma parte acaba em condenação. Os autores são políticos, que raramente pedem indemnizações, empresários e outras personalidades. O valor das indemnizações exigidas, que tem vindo a aumentar, varia entre 25 mil e 500 mil euros.

O elevado volume de processos justificaria, na opinião de André Fontinha Raposo, uma alteração legislativa que retire os crimes de Imprensa do elenco de crimes particulares. Para o advogado do grupo Global Notícias (*cit. in* Araújo, 2010: 192), esta solução permitiria que o MP exercesse um juízo crítico sobre os processos, impedindo que cheguem a julgamento “acusações estapafúrdias, sem qualquer viabilidade”.

Uma breve análise das práticas profissionais permite compreender algumas das causas dos processos que envolvem direitos de personalidade. Com frequência, resultam de títulos de notícias, nem sempre elaborados pelos autores dos textos. Em algumas publicações, há jornalistas que asseguram a tarefa, mas são frequentes manchetes ou chamadas de primeira página imprecisas ou até de sentido contrário ao das notícias a que correspondem.

Ainda que o rigor não seja posto em causa, os títulos podem ser tomados pelos tribunais como abusivos, como sucedeu no caso “O Independente”/Sousa Franco, de 1996, ou excessivos (“O Independente”/Fernando Nogueira e Luís Marques Mendes, de 1991). Noutro caso, também de “O Independente”, que não chegou a julgamento, o juiz considerou que o título “Aqui há Latas”, trocadilho em torno do nome do envolvido, representava “uma insinuação de que o que se passa a relatar são factos que traduzem uma situação obscura e pouco transparente” (*cit. in* Coelho, 2005: 348), embora se tratasse de factos verdadeiros. No caso “Diário de Notícias”/Alberto João Jardim, o tribunal entendeu que o título não podia ser analisado isoladamente. E no que envolveu o “Expresso” e o Governo da Madeira a imputação genérica de factos constante no título mereceu condenação em 1.^a instância, não confirmada pela seguinte (Cfr. Anexo 3, sobre todos estes casos).

Os títulos podem ser difamatórios por si só, caso se revistam de “intrínseca idoneidade ofensiva” (Costa, *apud* Dias, 1999: 621). Para o penalista, devem, no entanto, ser confrontados pelos tribunais com os textos, de forma a avaliar todos os elementos que integram um trabalho jornalístico. “Devido à sua particular força impressiva, os títulos

possuem uma acrescida eficácia corrosiva – muitas vezes o que se retém da factualidade narrada cinge-se a essa síntese” (*idem*, 620).

2.9 Responsabilização pelos crimes

Até à entrada em vigor da Lei da Imprensa de 1999, vigorou em Portugal o sistema de responsabilidade sucessiva ou “em cascata”, comum à maior parte das legislações, que estabelece uma ordem de responsáveis, em regra apontando o diretor como cúmplice da publicação de um texto (alguns quadros legais chegam a envolver editor, impressores e até distribuidores). O modelo, ao permitir a punição de apenas um dos possíveis autores do crime, tornava mais simples a repressão e menor o risco de impunidade, sendo mais favorável à liberdade de Imprensa (Carvalho *et al.*: 2003: 209).

Em 1999, foi adotada, segundo Carvalho, uma solução inédita: a autoria é atribuída a quem tiver produzido o texto ou a imagem ou a quem os tiver promovido, caso não tenham sido consentidos. O diretor, ou quem o substitua, incorre em pena de desobediência qualificada se, sendo notificado para revelar a identidade do autor, não o fizer. “Só responde a título de culpa pela omissão do dever de exercer o devido controlo sobre o conteúdo da publicação” (*idem*, 211) – não pela autoria, o que seria inconstitucional. Uma punição por facto praticado por outrem “representava um manifesto entorse ao princípio da responsabilidade pessoal que informa o direito penal”. É assim afastada a possibilidade de responsabilização objetiva, mas Carvalho considera que aumenta o risco de impunidade.

Para artigos de opinião e declarações corretamente atribuídas – que só responsabilizam os seus autores, a menos que esteja em causa a instigação à prática de um crime – mantém-se o regime especial. De sublinhar que nas leis da Televisão e da Rádio está prevista a criminalização dos responsáveis que, podendo, não se oponham à prática dos crimes, sendo punidos com a pena aplicável ao tipo de crime, reduzida de um terço nos seus limites.

2.10 Síntese conclusiva

A consolidação dos direitos de personalidade como valor social conduziu à introdução em ordenamentos constitucionais e legais de princípios como o direito à vida e integridade pessoal, honra, bom nome e reputação, imagem, palavra e intimidade da vida privada. Em Portugal, só na década de 90 do século passado começou a ser fixada jurisprudência.

O direito à informação e os direitos de personalidade mantêm uma tensão dialética que torna difícil a compatibilização. De igual valor constitucional, não são hierarquizáveis, pelo que restringir um deles não pode implicar o seu sacrifício. Em situações de colisão, aplicam-se os princípios da concordância prática ou da proporcionalidade. Reconhece-se, todavia, que impera neste domínio o caso concreto, suscetível de dar origem a sentenças contraditórias.

A imputação de factos que afetam o crédito e o bom nome de um indivíduo é legalmente tipificada como ofensa à honra. Injúria é a violação da honra perante a própria vítima, enquanto a difamação se exerce através de terceiros, pela imputação de facto, formulação de juízo ou reprodução de imputação ou juízo. Se cometidos via Comunicação Social, as penas são agravadas para estes dois crimes. A lei prevê a exclusão de ilicitude, caso a imputação de factos seja concretizada para realizar “interesses legítimos”, conceito que pode aplicar-se a peças jornalísticas, se se trata do exercício da função social dos media. A prova da verdade da imputação ou a demonstração de que o agente tem “fundamento sério para, em boa-fé, a reputar como verdadeira” também afastam a ilicitude, exceto estando em causa a intimidade da vida privada e familiar. No caso dos jornalistas, o conceito de boa-fé está associado ao cumprimento do “dever de informação”, que pressupõe a realização de todos os esforços destinados a garantir que os factos revelados são verdadeiros.

A teoria alemã das três esferas é seguida pela doutrina e jurisprudência portuguesas em matéria de proteção da vida privada. As fronteiras são traçadas a partir das esferas pública, de publicidade total; privada, dependente do estatuto da pessoa, e íntima. Esta última, de carácter inviolável, abrange vida familiar, afetiva ou sexual e questões de saúde. Não admite a alegação de interesses legítimos, nem a prova de verdade dos factos.

Em Portugal, o direito à palavra tem dignidade constitucional, gozando de proteção superior ao direito à imagem, por sua vez autónomo face ao direito à privacidade. Tal como está configurado na legislação, o direito à imagem proporciona aos repórteres-fotográficos ampla liberdade. Sem prejuízo das regras a respeitar, sobretudo nos casos de pessoas em situação de fragilidade, de mortos ou de suspeitos de crimes.

À face da lei, só é legítimo o recurso a meios ilícitos de recolha de informação em situações excecionais, com vista a apurar factos de incontestável interesse público e desde que tenham sido esgotadas todas as outras vias. É, porém, necessário avaliar a adequação e a proporcionalidade dos meios utilizados.

O segredo de justiça, também inscrito na Constituição, visa essencialmente proteger a eficácia da investigação criminal, bem como queixosos e arguidos. A vinculação dos jornalistas a este instituto é contestada – os tribunais fazem, aliás, interpretações distintas da lei. O risco de prejudicar o direito à informação, ocultando casos de violação de direitos dos arguidos ou má administração da justiça, tem sido suscitado. A impossibilidade legal de retirar informação de processos judiciais não impede, contudo, o jornalista de revelar os mesmos factos, através de investigação autónoma. Mais controversa é a questão da divulgação de escutas telefónicas, situação em que estão também em causa os direitos à privacidade e à imagem.

A interposição de procedimentos cautelares está legalmente prevista. Tais instrumentos podem ser usados para evitar a consumação de uma ameaça a direitos de personalidade. Caso o risco seja considerado elevado, o juiz pode dar-lhe provimento sem prévia audição da parte contrária. Constitucionalistas como Machado exprimem dúvidas quanto à constitucionalidade das normas, admitindo que possam dar origem a atos de censura prévia.

A questão da via mais adequada à reparação de danos no domínio dos direitos de personalidade não é pacífica. Entidades como o CE têm vindo a apelar à remoção do crime de difamação das legislações nacionais, alegando que a perspetiva de serem alvo de penas de prisão inibe os jornalistas. Sucede que o recurso à via civil não está isento de perigos. Os elevados custos dos processos judiciais são suscetíveis de pôr em causa a sustentabilidade financeira dos media.

O modelo de responsabilização por crimes cometidos pela Comunicação Social vigente em Portugal desde 1999 não consagra a responsabilização objetiva, já que imputa o texto ou a imagem a quem os produziu (ou promoveu, se a divulgação não tiver sido autorizada). O diretor só pode ser acusado de não exercer o controlo sobre a publicação ou de desobediência qualificada, se não revelar a identidade do autor.

Capítulo 3 Novo contexto comunicacional

A perspectiva de Wolton (2000 [1999]: 77), segundo a qual “as novas tecnologias são o símbolo da liberdade e da capacidade de dominar o tempo e o espaço”, permanece válida. Tal como então assinalava, “cada um pode agir, sem intermediário, quando quiser, sem filtro nem hierarquia e, o que é mais importante, em tempo real”. Está, por outro lado, definitivamente consolidada, com repercussões a vários níveis, a tripla dimensão – autonomia, domínio, rapidez – a que o autor atribuía o sucesso das tecnologias. Tributário das mutações operadas, o novo contexto comunicacional reconfigura as práticas profissionais do Jornalismo, com efeitos no plano ético-deontológico. A questão é abordada neste capítulo.

Tornando acessíveis aos cidadãos instrumentos de participação na vida social, as novas tecnologias rasgam horizontes de liberdade de expressão, mas também propiciam a invasão da privacidade e fenómenos como o *cyberbullying*. Ao mesmo tempo que enriquecem o debate público, as modernas plataformas de difusão e partilha de informação ameaçam a Imprensa tradicional, cuja sobrevivência volta a estar em causa. Desalojado da cómoda posição de detentor único das chaves da informação, o jornalista é obrigado a repensar o seu papel, num contexto que incentiva a partilha de territórios com outras formas de comunicação e a entrada do público no núcleo essencial das suas funções.

A crise da Imprensa é tão profunda que qualquer tentativa de esboçar um balanço corre o risco de se desatualizar rapidamente. Nos Estados Unidos, a média diária de exemplares vendidos pelos jornais baixou de 62 milhões para 49 milhões, entre 1993 e 2008. Nesse período, cem diários deixaram de ser publicados em papel, atirando para o desemprego milhares de jornalistas, enquanto o número de leitores de formatos digitais cresceu de 0 para 75 milhões. Pela primeira vez em meio século, o “Washington Post” e o NYT apresentaram prejuízos¹².

A indefinição quanto ao modelo de negócio agrava a situação. As empresas encaram a presença na Internet como incontornável, mas são as versões impressas que continuam a assegurar proventos. Um estudo do centro de investigação norte-americano Pew revelou que a produção de um diário na Web, sendo incomparavelmente menos onerosa do que em

¹² Cfr. John Carlin, “O futuro da Imprensa – o momento crucial”, *Jornalismo & Jornalistas*, n.º 39, Jul/Set, 2009.

papel, também reduz em 90% as receitas de publicidade¹³. Os efeitos na produção jornalística são profundos. “Com margens de exploração de 4% na Internet, não é possível enviar correspondentes a zonas de conflito”, constata Juan Luis Cebrián, presidente executivo do grupo espanhol Prisa e ex-diretor do “El País”¹⁴.

A acelerada evolução tecnológica impõe frequentes mudanças de estratégia. Ainda os media estavam a adaptar-se ao Jornalismo Digital em *websites* e já outras plataformas lançavam novos desafios. Fenómenos como o Facebook – que atingiu 500 milhões de utilizadores em 2010, guindando o seu fundador, Mark Zuckerberg, a figura do ano da revista “Time” – exigiram o reposicionamento das empresas de comunicação. O cargo de gestor de redes sociais passou a integrar os organogramas e a presença em plataformas móveis tornou-se quase obrigatória. Em janeiro de 2011, foi criado o primeiro jornal exclusivamente para iPad, “The Daily”, do grupo News Corp., de Rupert Murdoch.

O fenómeno de concentração empresarial é hoje incontornável. O CE, que já em 2007 (Cfr. Declaração do Comité de Ministros, 31/1/2007) alertara para o enorme poder adquirido pelos detentores dos media, dotados de capacidade para determinar a agenda do debate público e influenciar a opinião pública, exortou em 2008 os estados a legislarem no domínio da propriedade, para o travar. Num relatório sobre autorregulação jornalística, o organismo identificava as consequências da concentração no plano laboral: precariedade (“formas atípicas de trabalho”, como a ausência de contrato, fragilizam a autonomia do jornalista); limitação da capacidade de negociação coletiva; riscos de autocensura e abandono de valores de serviço público (Cfr. Relatório CE 29/2008).

Desde então, a necessidade de assegurar a sustentabilidade financeira dos grupos de media conduziu à introdução de múltiplos fatores de desregulação. A tendência para a progressiva integração de serviços, com vista a criar economias de escala, tem vindo a repercutir-se na redução de efetivos, na polivalência de funções e, até, na fusão de redações.

Não é apenas a sempre difícil conciliação entre interesse jornalístico e interesse comercial que está em causa. As novas formas de precarização das relações laborais põem em causa a independência dos jornalistas e refletem-se nas práticas profissionais – logo, na

¹³ *Op. cit.*

¹⁴ *Op. cit.*

Deontologia. Acentuam-se traços de “desprofissionalização”, entendida como alienação, por um grupo profissional, de um conhecimento específico.

Consciente do impacto dos fatores que comprometem a autonomia do jornalista, Fidalgo advoga que “a questão a colocar será menos a de saber se se observa, ou não, uma tendência de proletarização dos jornalistas (...), mas a de saber quais as implicações, para as exigências do seu trabalho profissional, para a construção e afirmação da sua identidade profissional, para a prossecução da sua função social, de um enquadramento socioeconómico-laboral misto, fluido, quando não contraditório” (2008: 62).

Este panorama suscita, uma vez mais, fundadas interrogações quanto à regulação. Passada a época da detenção de meios de comunicação pelos estados – até o monopólio da televisão perderam – a regulação foi em vários países entregue unicamente ao mercado. A opção é suscetível tanto de condicionar o papel dos media enquanto serviço público como de reduzir o pluralismo.

O fenómeno não é novo, nem deriva apenas das diferentes condições de exercício profissional criadas pela Internet. Em 1994, Cornu sublinhava os efeitos no plano ético das mutações que o setor audiovisual atravessava, reclamando uma reflexão sobre os caminhos a seguir. “A discussão sobre a ética não pode dispensar um exame aprofundado das novas condições criadas por uma tendência geral para a desregulação, pela clivagem cada vez mais nítida entre uma televisão de serviço público (onde esta se mantém) e uma televisão privada. Na verdade, perante uma tal evolução, uma ética da informação limitada à prática jornalística corre o risco de parecer fora de moda, nostálgica. Mais do que isso: esmagada por mecanismos dotados de um poder e de uma rapidez de execução antes ignorados” (Cornu, 1999 [1994]: 25).

Já então eram perceptíveis as implicações no plano ético-deontológico de certas abordagens jornalísticas. O predomínio da imagem generalizou as transmissões televisivas em direto, que retiram tempo de avaliação do valor noticioso dos acontecimentos. O imediatismo não se compagina com o distanciamento necessário à compreensão dos factos, quanto mais com a sua interpretação. Nestas condições, o jornalista pode mesmo tornar-se vulnerável a atos de instrumentalização. A própria presença de câmaras presta-se a encenações, com o objetivo de aproveitar a oportunidade oferecida por uma emissão em direto. Foi para reduzir esses riscos que a estação francesa TF 1 adotou, em 1994, normas no sentido de impedir filmagens quando se constata que podem favorecer uma ação criminal.

Tal não significa, evidentemente, que a tecnologia seja inimiga da Deontologia, mas apenas que se impõe a percepção dos perigos que encerra. “A tecnologia, tanto pelos seus bons como pelos maus efeitos, promoveu a deontologia. Por um lado, democratiza os media, mas, por outro lado, provoca a distorção: o repórter no terreno dirige-se em direto ao telespetador, sem tempo para reflexão. Enfim, a tecnologia torna mais fácil a manipulação da informação, nomeadamente a manipulação de imagens” (Bertrand, 2002 [1997]: 16).

3.1 Desaparecimento de fronteiras

Também, em grande parte, devido às mutações tecnológicas, tendem a desaparecer as fronteiras entre os diversos ramos da comunicação. Emerge, quase como paradigma, a uniformização de funções, patente na designação “produtores de conteúdos”, hoje muito em voga, que elimina distinções entre o papel dos diversos atores. A era dos “conteúdos” cria um caldo de cultura para o “contágio” comunicacional. O jornalista arrisca-se a ver diluídas as suas funções nucleares, abdicando, premeditada ou involuntariamente, do papel de mediador que o público tradicionalmente lhe confia.

No plano da produção jornalística, é essa a principal consequência, mas não a única. A mistura entre espetáculo e informação – ou a incorporação, pela informação, de traços característicos do espetáculo – revela-se especialmente perniciosa, pelas repercussões que tem no domínio ético. O chamado *Infotainment* eleva a emoção, tomada como valor intrínseco, a um lugar de topo entre os valores-notícia. “Que interesse público, que interesse jornalístico, que excesso de zelo podem levar um jornalista a perguntar à vítima de um acidente, que se sabe paralisada há menos de 24 horas, ‘e como vai viver com isso?’”, questiona Diana Andringa¹⁵, concluindo que “confundir informação com telenovela poderá aumentar as audiências ou as vendas – mas não me parece que sirva o interesse público ou dignifique a profissão de jornalista”.

A espetacularização da informação incentiva investigações jornalísticas que, ávidas de satisfazer a curiosidade do público, invadem a esfera privada. Disso são exemplo reportagens cujo objetivo assumido é revelar factos completamente alheios à situação que as justificou, sob o argumento de que é necessário “contar tudo” – incluindo aspetos chocantes ou escabrosos da vida de cidadãos que nada fizeram para conquistar protagonismo, desde que despertem emoções.

¹⁵ “Angústias de jornalistas”, “Público”, 26/12/1992.

Como sublinha Mesquita (2004: 215), o fenómeno de “contaminação” do Jornalismo por outras formas comunicacionais resulta em prejuízo da informação. “A ficcionalização, o sensacionalismo e a hiperpersonalização destroem o sentido de ‘aproximação à realidade objetiva’”. Uma das marcas do atual panorama mediático consiste, precisamente, na sobreposição de formatos – telejornais concebidos como *show*, programas de entretenimento que incluem “reportagens” e, mesmo, espaços apresentados como informativos, da responsabilidade de jornalistas, mas que obedecem a uma lógica diferente. Criando situações, como no caso TVI/“Crime disse eu” (Cfr. Anexo 3), em que a ética jornalística é ignorada.

Na perspetiva do mercado, trata-se de adaptar a oferta às exigências do consumidor, mesmo que implique sacrificar a autonomia do Jornalismo. Ganhando primazia esse princípio, puramente económico, a seleção noticiosa fica refém dos interesses da audiência. Como assinala Bertrand (2002 [1997]: 68), “a comercialização leva à corrupção da informação pelo ‘show business’”. Nestas condições, o jornalista é impelido a esquecer deveres fundamentais, como o de avaliar se o interlocutor está em condições de serenidade para se pronunciar sobre determinado assunto.

A Internet oferece oportunidades únicas para consumir a estratégia de satisfação dos desejos do consumidor, na medida em que permite a segmentação de públicos e, inclusive, a personalização da oferta informativa. Se, a qualquer momento, é tecnicamente possível conhecer a dimensão da audiência – algo inviável nos media tradicionais – cresce a tentação de “dar ao público o que ele quer”. As opções editoriais passam a ser determinadas pelo número de visualizações de conteúdos em plataformas eletrónicas, o que pode provocar constrangimentos às práticas profissionais.

3.2 Maior proximidade com o público

A interatividade, que a Internet proporciona, alterou profundamente a relação entre o público e os media, hoje muito mais próxima. O ambiente digital, ao instaurar uma “sociedade em rede”, na conceção de Castells (2004 [2001]), estimula a partilha de informação. Já não se trata apenas de ampliar o espaço de participação cívica, através da expressão de pontos de vista em *fora* abertos, mas de levar o público a passar a fronteira, tornando-se parceiro do jornalista ou, mesmo, tomando o seu lugar.

Os sistemas de informação “parecem um pouco os supermercados, são o ‘grande festim’ da informação e da comunicação. A abundância é oferecida a todos, sem hierarquia nem competências exclusivas, com a ideia de que se trata de um espaço transparente” (Wolton, 2000 [1999]: 77-78). Embora comporte riscos, esta tendência não é, em si, perniciosa. Pelo contrário: beneficia a livre circulação de informação e a discussão de ideias e pode ajudar os media a consolidarem uma relação mais aberta com o público – logo, mais disponível para acolher a crítica.

As chamadas “caixas de comentários” constituem o canal mais acessível para o fomento do debate, mas também para a violação dos mais elementares direitos de personalidade. Isto porque se prestam a veicular afirmações difamatórias ou de caráter discriminatório, acusações sem fundamento e até incitações ao ódio e à violência, frequentemente a coberto do anonimato ou com recurso a identificações fictícias. A este respeito, é revelador o estudo de Castanheira (2004: 73 e ss.) sobre os comentários inseridos no *website* do “Expresso” aos 32 artigos que publicou no semanário, ao longo do ano 2000, tendo com tema a Fundação Jorge Álvares. Dos 730 comentários recolhidos, 601 (82,3%) eram anónimos, grande parte dos quais difamatórios, chegando mesmo ao insulto. Apenas em 46 (6,3%) os autores eram identificados com nome e endereço eletrónico.

Tal como outros órgãos de comunicação, o “Expresso” instalou, entretanto, um mecanismo de restrição de comentários. Generalizou-se o recurso a filtros, ferramentas técnicas que, a partir de palavras-chave, removem automaticamente conteúdos impróprios, para evitar a responsabilização. Vários media permitem ao utilizador a denúncia de mensagens desse tipo. Porém, a vigilância permanente das “caixas” obriga a mobilizar meios humanos e coloca problemas operativos. A velocidade de inserção – e eventual replicação noutras plataformas – torna muitas vezes inviável eliminar comentários em tempo útil.

O Código de Conduta da BBC determina a remoção de “conteúdo abusivo ou material inadequado” por uma de três vias – através de pré e pós-moderação, pelo moderador, e da “moderação reativa”, pelo utilizador, que alerta o moderador, especificando que esta última modalidade não é apropriada em *websites* suscetíveis de atrair crianças. O *site* www.huffingtonpost.com atribui a uma equipa a missão de “moderar” comentários e elimina ataques *ad hominem*, discursos de ódio, violência, racismo, homofobia, antissemitismo, etc.

Outra alternativa consiste no registo prévio de utilizadores, solicitando um conjunto de elementos. Desde março de 2011, o jornal “Público” valida previamente os comentários. Tal

como o “i”, exige que o utilizador forneça uma conta de *email*, através da qual recebe um endereço eletrónico, a que deve aceder para ativar o seu registo. Assim pode ser identificada a proveniência, embora persista a possibilidade de uso de nomes fictícios.

As estratégias adotadas por estes órgãos revelam a tomada de consciência de que os espaços de comentário não podem ser inteiramente livres. O condicionamento do acesso suscita críticas, mas não é atentatório da liberdade de expressão. Pelo contrário, favorece-a, desde que entendida como implicando responsabilidade. A Deliberação 2/2011 da ERC sobre comentários em edições eletrónicas de quatro jornais, a propósito de notícias relativas ao caso do homicídio do cronista social Carlos Castro (Cfr. Anexo 3), aponta precisamente no sentido da introdução de barreiras. A ERC defende, desde 2009, que a Lei de Imprensa, que atribui ao diretor a responsabilidade editorial por todos os conteúdos, deve ser aplicada às edições eletrónicas, com as devidas adaptações.

As mutações em curso podem vir a aconselhar, se não a autonomização de um direito do ciberespaço, pelo menos a reconfiguração das disposições legais que regulam o setor da Comunicação Social. Porém, a regulamentação da Internet está longe de ser pacífica ou sequer exequível. Dada a sua desterritorialização, é tecnicamente muito complexa e, porventura, impossível, como demonstra o caso da difusão de telegramas diplomáticos confidenciais pelo WikiLeaks (Cfr. Anexo 3). Os modelos que têm sido aplicados, como os “polícias cibernéticos” que na Alemanha procuram vigiar sítios eletrónicos, ilustram essa enorme dificuldade.

Prévia à questão técnica, é a política, digamos assim, que prevalece. Tão intrinsecamente associado à liberdade de expressão, o ciberespaço é naturalmente resistente a tentativas de controlo. Em 1997, o Supremo Tribunal dos Estados Unidos anulou, por ser contrária à Primeira Emenda, a Communication Decency Act, lei aprovada no ano anterior, que visava sobretudo contrariar a propagação de conteúdos pornográficos e obscenos na Internet.

“Num meio absolutamente aberto e de acentuado pendor libertário, é impossível a autorregulação. O que torna mais complexa a necessidade de regulamentação”, reconhece Castanheira (2004: 172-173), consciente das resistências que enfrentaria. “Esta peculiar experiência autogestionária é defendida com vigor, mas também com enorme desconfiança relativamente a quem a tente regulamentar, mesmo no plano técnico. Qualquer tentativa tende a ser encarada como potencialmente censória”, afirma aquele autor.

Sendo improvável a eficácia (ou sequer a vontade) de autorregulação da indústria, em especial de fornecedores de conteúdos, tornou-se imperioso assegurar a autodefesa dos utilizadores, numa perspetiva transnacional. A União Europeia, que lançou, em 1996, o debate sobre esta matéria, através do “Livro Verde sobre a Proteção dos Menores e da Dignidade Humana nos Serviços Audiovisuais e de Informação”, criou a partir de 1999 (Cfr. Decisão 276, do Parlamento Europeu e do Conselho) programas de incentivo à utilização segura da Internet. Especialmente vocacionados para a proteção da juventude e da infância, identificam riscos e graus de exposição. A estratégia passa pelo incremento da informação acerca de conteúdos ilegais, como a pornografia, e consequências danosas, como o abuso sexual e o *cyberbullying*.

A preocupação com o impacto da Internet, que iniciativas desta natureza expressam, reside na constatação de que está a redefinir as fronteiras da privacidade. Emily Bell, diretora de conteúdo digital do Guardian News and Media (*cit. por Whittle et al.*, 2009: 5), constata que “nunca foi tão fácil descobrir o paradeiro, negócios e comportamento de qualquer indivíduo (...) Metade da população parece feliz em partilhar a sua vida com o público – fotos, detalhes, *blogs* – e onde você não tem que ser muito intrometido para se encontrar na posse de ‘muita informação’”. Informação em grande quantidade, mas de fiabilidade difícil de avaliar e que pode ser falsa ou difamatória, como sucedeu no caso Mathew Firsht (Cfr. Anexo 3).

Concentremo-nos nas redes sociais, onde a multiplicação de “amigos” convida à partilha de confidências e à revelação de assuntos da esfera íntima. São do domínio privado, semiprivado ou público? No que ao Jornalismo diz respeito, mesmo que a resposta a esta pergunta não seja cabal, é evidente que interpelam o exercício profissional.

Quaisquer informações difundidas por essa via devem ser objeto de escrutínio muito rigoroso. Tendo carácter pessoal, o jornalista deve abster-se de as usar, a menos que razões de imperioso interesse público o justifiquem. O facto de circularem na *Web*, muitas vezes por iniciativa de quem assim expõe, deliberadamente, a sua privacidade aos olhos de desconhecidos, não torna legítima a apropriação. Nesse sentido, a reprodução pelo semanário “Sol” de conversas mantidas no Facebook entre o cronista social Carlos Castro e Renato Seabra, presumível autor da sua morte (Cfr. Anexo 3), viola o direito de ambos à reserva da vida privada.

3.3 Participação do público na produção noticiosa

O envolvimento do público na produção noticiosa é um fenómeno que tem vindo a ganhar força desde os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. Os primeiros registos áudio e vídeo do tsunami na Sudoeste Asiático, em dezembro de 2004, foram disponibilizados por turistas, assim usados como fonte primária. O Twitter constituiu o meio de difusão das primeiras imagens do sismo no Haiti, em janeiro de 2010. Os internautas funcionam, cada vez mais, como “contribuintes do ecossistema dos media”, a terminologia adotada por Gillmor (2010: 51). A maioria dos sítios eletrónicos informativos convida-os a partilharem a sua opinião, mas também a elaborarem notícias, reportagens e entrevistas e a enviarem fotografias, áudio ou vídeo.

O desenvolvimento do chamado “Jornalismo Participativo” ou “Jornalismo do Cidadão”, de que Gillmor é um dos mais consagrados teorizadores, deu origem a experiências como o Independent Media Center, que se assume como órgão de informação alternativa¹⁶. Instrumento de combate político, obedece à máxima “*don’t hate the media, become the media*”, publicando contributos de internautas sem quaisquer restrições. Diferente é a estratégia do Ohmynews¹⁷, que dispõe de uma equipa de profissionais encarregados de editar as notícias recebidas, proceder à verificação da autenticidade e negociar com o autor a publicação, ou do Slashdot¹⁸, cuja filosofia assenta num modelo colaborativo, selecionando previamente o material noticioso enviado pelo público.

A esta tendência não são, evidentemente, indiferentes os media tradicionais, que a procuram absorver nos seus sítios eletrónicos. A fiabilidade da informação ou o papel que quem a disponibiliza desempenha – pode ser mera testemunha de acontecimentos ou protagonista – nem sempre são, porém, submetidos a avaliação. Em muitos casos, é ignorada a necessidade de indicar, expressamente, o facto de não se tratar de material da responsabilidade de jornalistas, que devem fidelidade a normas ético-deontológicas. Em outubro de 2008, foi introduzido no *website* CNN iReport um *post* assinado sob pseudónimo, segundo o qual Steve Jobs, então CEO da Apple, sofrera um ataque cardíaco. As ações da empresa caíram a pique, até surgir o desmentido. A partir de então, a CNN passou a avisar

¹⁶ Cfr. <http://www.indymedia.org/pt/index.shtml> (consultado em 25/9/2011).

¹⁷ Cfr. <http://international.ohmynews.com/> (consultado em 25/9/2011).

¹⁸ Cfr. <http://slashdot.org/> (consultado em 25/9/2011).

que as histórias depositadas no *website* não são objeto de seleção prévia ou de verificação de factos (Gillmor, 2010: 18).

O aproveitamento de material inserido em sítios como o YouTube é cada vez mais frequente. A opção comporta riscos, caso seja seguida acriticamente e não se observem elementares cuidados na difusão, como ocorreu no caso CM/DREN (Cfr. Anexo 3). “Se é indiscutível que o diálogo com os leitores pode trazer mais informação aos jornais, também é certo que uma eventual interação excessiva pode causar constrangimentos ao repórter, impedindo-o de fazer o seu verdadeiro trabalho” (Castanheira, 2004: 102-103).

A concorrência entre órgãos de comunicação, já de si acentuada, ganhou novos protagonistas. O caso Clinton-Lewinsky nasceu no *website* Drudgereport, a 18 de janeiro de 1998. Matt Drudge antecipou-se à “Newsweek” e, em pouco tempo, o caso passou a dominar os media norte-americanos. O êxito do “furo” mediu-se pelo número de visitas ao sítio eletrónico – 123 milhões. No entanto, segundo uma investigação de Florence Santrot (*cit. por* Castanheira, 2004: 151), o próprio Drudge reconhece cometer, em média, 20% de erros, avaliação que pecará por defeito, já que admite recorrer várias vezes a uma só fonte.

Em Portugal, o caso da licenciatura do antigo primeiro-ministro José Sócrates foi suscitado pelo blogue Do Portugal Profundo, dando origem à primeira notícia do “Público”¹⁹. Nessa edição, em nota da justificativa da investigação, a Direção Editorial do jornal reconheceu que as referências à forma como o político obtivera a licenciatura corriam na blogosfera. “O Público não dá à estampa boatos, mas não deve ignorar que eles existem e que a melhor forma de acabar com eles é confirmá-los ou infirmá-los. Foi isso que procurámos fazer, até ao limite do possível, com esta investigação”, esclareceu.

A maior proximidade com o público reclama dos órgãos de comunicação uma nova atitude, que em benefício do direito à informação torne a relação mais transparente. Trata-se de uma oportunidade que diversos jornais estão a aproveitar, introduzindo mecanismos de intervenção dos leitores através dos seus *websites*. Desde outubro de 2011, o britânico “The Guardian”²⁰ convida-os a consultarem artigos em preparação – excluindo, naturalmente, matérias sob embargo ou exclusivos. Podem dar a sua opinião e sugerir linhas de investigação, em contacto direto com os jornalistas, via Twitter. O norte-americano “The Spokesman-Review” (Smith, 2008: 82-83) transmite reuniões onde são tomadas decisões

¹⁹ “Há falhas na licenciatura de Sócrates pela Universidade Independente”, 22/3/2007.

²⁰ Cfr. <http://www.guardian.co.uk/news/series/open-newslist> (consultado em 31/10/2011).

editoriais – podendo, em alguns casos, o público participar – e proporciona aos bloguistas a crítica regular do jornal. Os editores respondem a questões, passando algumas respostas para a edição impressa. O “The Dallas Morning News” criou blogues onde explica opções e incita o leitor a participar. O “San Jose Mercury News” chegou a apresentar na primeira página uma nota justificativa da publicação de uma foto.

3.4 Novo perfil do jornalista

Se, reconhecidamente, aumentou a rapidez de execução, a evolução tecnológica fê-lo à custa da concentração no jornalista de um conjunto de tarefas antes desempenhadas por outros profissionais. Tarefas que se situam, digamos assim, a jusante da produção de informação. O processo está ainda em curso, agora a ocupar crescentemente o núcleo central da atividade jornalística, a recolha de informação.

Os meios tecnológicos propiciam a multifuncionalidade – o Webjornalismo associa texto, fotografia, áudio, vídeo e infografia animada. Mais do que uma nova linguagem, cria um novo paradigma, a que o jornalista tem de corresponder. Combinada com a necessidade de difusão imediata, a exigência do domínio técnico de uma panóplia de ferramentas, de uso simultâneo por parte do mesmo profissional, tende a prejudicar a recolha de informação e a capacidade de interpretação das diversas dimensões de um acontecimento. A polivalência é, portanto, suscetível de criar constrangimentos que se repercutem na qualidade da informação.

A mudança de perfil do jornalista não deriva apenas da reconfiguração de práticas profissionais; inscreve-se na tendência para a democratização do acesso aos media. “Os jornalistas já não têm acesso especial aos mecanismos de produção e distribuição alargada de informação. Não têm acesso especial à própria informação ou às fontes de onde ela emana” (Fidalgo, 2009: 295). Isto é: perderam o monopólio de difusão, mas também de recolha e tratamento de informação. O público dispõe, hoje em dia, de iguais condições para aceder a fontes primárias, dispensando a intermediação dos meios de comunicação, e para intervir ativamente na transmissão de factos noticiosos, “usando os mecanismos, os procedimentos e, nalguns casos, os próprios objetivos tradicionalmente reservados aos jornalistas profissionais integrados em empresas de media” (Fidalgo, 2008: 169-170). Tal

significa que o jornalista já não detém o papel de *gatekeeper*²¹? A resposta à questão não é linear, mas deve ser analisada mais na perspetiva do direito do cidadão a ser informado do que pela estrita ótica das práticas profissionais.

O novo contexto comunicacional é suscetível de afetar o direito à informação em dois planos. Primeiro, paradoxalmente, porque ela abunda – a sobreinformação não garante um maior esclarecimento; pelo contrário. “Demasiada informação mata a informação”, afirma Wolton (2006 [2005]: 74), na medida em que lhe retira fiabilidade. “Como se oculta hoje a informação? Através de um aumento de informações: a informação é dissimulada ou truncada, porque há demasiada para consumir. E não chegamos mesmo a aperceber-nos da que falta” (Ramonet, 1999: 48).

A sobreinformação, potenciada pela Internet, não reclama a eliminação das funções de *gatekeeper*, antes o seu fortalecimento. Ou, como sugere Singer (*cit. por* Fidalgo, 2009: 296), uma reformulação: os jornalistas já não são *gatekeepers*, mas *sense-keepers*, encarregados da missão de dar sentido a informações dispersas, de as interpretar, enquadrar e contextualizar, de assegurar a sua fidedignidade. Enfim, de lhes apor um “selo de qualidade”, a medida da sua responsabilidade social.

“A revisão das considerações sobre quem simplesmente é ou não é jornalista tem de incluir hoje, como sua característica distintiva, a noção de assunção de uma responsabilidade pessoal pela salvaguarda da confiança do público”, sustenta Fidalgo (*idem, ibidem*), enquanto Wolton (2006 [2005]: 36) reivindica para os jornalistas a manutenção de um espaço simbólico, de forma a que “lancem informações de última hora, procurem as chaves para a compreensão dos acontecimentos, isto é, reencontrem a espessura da história por detrás dos acontecimentos”.

Uma atitude de abertura à crítica e de lealdade perante o público é condição para preservar a credibilidade. Tanto mais exigível quanto é certo que o jornalista está sujeito a maior escrutínio, efeito encarado como aspeto positivo das novas modalidades jornalísticas. O *online* permite a correção instantânea de informações contestadas e o acolhimento de pontos de vista distintos. “Descentraliza” o processo de correção de erros, que já não é apenas efetuado pelo jornalista. E pode tornar mais célere o exercício do direito de resposta. Isso mesmo constatou o CE, que em 2004 definiu um conjunto de princípios mínimos para o

²¹ Função atribuída por David Manning White no artigo “The ‘Gate-keeper’: a Case Study in the Selection of News”, publicado em 1950 no jornal “Journalism Quarterly”, inspirando-se no conceito criado por Kurt Lewin, em 1947.

satisfazer: acesso a qualquer pessoa; rapidez; visibilidade; gratuidade; salvaguarda de efetivo exercício, mediante a identificação da pessoa encarregada de lhe dar satisfação; e possibilidade de recurso para tribunal, ou outra instância, em caso de recusa (Cfr. Rec. CE 16/2004).

Do ponto de vista da pesquisa de informação, a Internet abre um campo ilimitado de oportunidades, hoje ainda mais vasto graças à blogosfera e às redes sociais. Num inquérito a jornalistas realizado em dezembro de 2009 pela Universidade George Washington, 56% consideravam as redes sociais importantes/muito importantes como fonte; 89% usavam, para esse efeito, blogues, embora 84% admitissem que as redes sociais são menos fiáveis do que media tradicionais. Dois terços consultavam o LinkedIn e o Facebook e cerca de metade o Twitter. Já para a difusão de informação 64% recorriam a blogues, enquanto 60% preferiam redes sociais.

O facto de a informação disponível ser abundante e diversa torna incontornável a questão da fiabilidade, impondo múltiplas ações de confirmação. “A especulação em excesso apresentada como informação; a proliferação de fontes imprecisas ou anónimas; informações não confirmadas e não verificadas e que são apresentadas como factos” constituem, de acordo com Castanheira (2004: 152) os riscos mais comuns, agravados pela dificuldade de responsabilizar, no universo da Web, os autores dos conteúdos – podem ocultar a identidade ou, inclusive, usurpar o nome de outra pessoa.

Não faltam casos de informação falsa acolhida como verdadeira por prestigiados órgãos de comunicação, em alguns casos pondo em causa a honorabilidade e a reputação de cidadãos. Em fevereiro de 2004, começou a circular na Internet uma fotografia supostamente de John Kerry, então candidato do Partido Democrático à Presidência dos Estados Unidos, ao lado da atriz Jane Fonda, num comício contra a guerra do Vietname, nos anos 70 do século passado. O NYT deu-lhe crédito, apondo-lhe mesmo a assinatura da Associated Press. Tratava-se de uma fotomontagem, pelo que teve de apresentar desculpas aos leitores. Em janeiro de 2010, Jason Calacanis, um reputado especialista em tecnologias, disseminou deliberadamente dados falsos sobre o novo iPad da Apple, através do Twitter, para demonstrar a ligeireza com que os jornalistas dispensam a confirmação de informações.

Gillmor acredita que a circulação de notícias falsas num sistema de informação ininterrupto como o atual tem outras causas, que não apenas a velocidade de divulgação. Está em

declínio, constata o especialista, a regra de ouro da verificação prévia de factos, o que reforça a necessidade de o utilizador procurar “mediadores de confiança” (Gillmor, 2010: 29). “O *blogger* que recusa identificar-se convida-me a procurar outro lugar”, observa (*idem*, *ibidem*, 43).

A blogosfera e as redes sociais são, por natureza, espaços de construção coletiva, que levam à letra o conceito de comunicação “de-muitos-para-muitos”, a essência da Internet. Essa vocação de partilha traduz-se na troca de dados informativos sem restrições, assumindo a ausência de objetividade e neutralidade. A presença de jornalistas nestes domínios é hoje muito comum, o que pode levantar a questão do relacionamento com o órgão de comunicação ao qual estão vinculados.

O código de ética do NYT, que inclui normas específicas para o uso do Facebook em reportagem, estabelece que nada pode ser publicado sob o nome de empresa, ou de qualquer uma das suas unidades, sem um processo prévio de edição ou moderação. As páginas ou blogues de jornalistas têm de ser assumidas como pessoais e devem evitar a abordagem de temas que tratam profissionalmente, para evitar a confusão de papéis. O código aconselha moderação no tom, decência, gosto e respeito pela dignidade e privacidade, recusando a difamação, a humilhação e a intolerância. Já o Guia para Redes Sociais da BBC exorta os membros da redação a não esquecerem o seu estatuto. Mesmo que não se identifiquem como jornalistas da empresa, devem sempre deixar claro que as opiniões que emitem são pessoais e não comprometer a sua imparcialidade.

Em Portugal, José Alberto Carvalho, então diretor de informação da RTP, remeteu em 2009 à redação um *email* com regras de conduta a respeitar pelos jornalistas envolvidos na blogosfera e em redes sociais. A maior parte das recomendações são conselhos éticos básicos, válidos em qualquer plataforma, sintetizados numa frase, que valoriza a reputação da marca: “Nunca dizer nada online que não possa dizer numa peça da RTP”. Contudo, a iniciativa gerou controvérsia, levando o jornalista a defender que se tratava de uma questão de credibilidade e imparcialidade. “Um cidadão não jornalista pode dizer o que quiser online (embora se sujeite às consequências legais), porque não tem de manter boas relações com as fontes, de procurar informação idónea, de cruzar essa informação... Já um jornalista não pode dar seguimento a boatos e rumores, deve verificá-los, mesmo em artigos de opinião. Porque há uma responsabilidade social acrescida na nossa profissão”, afirmou²².

²² Entrevista à revista “Jornalismo & Jornalistas”, Jan/Mar 2010.

3.5 Ética como marca distintiva

Perante o novo contexto comunicacional, cujas características procurámos esboçar, emerge uma interrogação: reclama a reformulação das normas inseridas em instrumentos deontológicos? Pese embora as profundas mudanças que a Web está a introduzir nas práticas jornalísticas, os profissionais ligados ao meio mantêm a percepção de que devem ser conservados os padrões éticos tradicionais. Foi essa a conclusão de um inquérito realizado em 2010 a ciberjornalistas portugueses: 96,9% dos 67 respondentes afirmaram-no (Bastos: 2010: 18-20). A convicção de que o património ético adquirido deve permanecer como orientação não impede, porém, o reconhecimento de que se deparam com novos dilemas, à cabeça dos quais é identificada (por 72,7% dos inquiridos) a indefinição legal relacionada com a Internet. De salientar que a criação de conteúdos pelas audiências só preocupa 36,4% dos ciberjornalistas envolvidos no estudo.

Os desafios multiplicam-se, como assinalou o provedor (*public editor*) do “The Washington Post”, Andrew Alexander, em 2009²³: “Quais são os padrões éticos para edição de imagens ou conteúdos áudio? Que regras devem orientar o tratamento das informações obtidas através do Twitter ou de *sites* de redes sociais como o Facebook? Quais as políticas para postar conteúdo gerado pelo utilizador, como fotos? Quais as diretrizes de verificação para linkar material não produzido pelo *website* do Post?”.

O efeito das transformações tecnológicas nas condutas éticas, objeto de vasta reflexão, levou a PCC a introduzir no seu código, em 2004, normas que visam a proteção de correspondência privada, incluindo comunicações digitais e mensagens via telefone. Ficou então consagrada a proibição de recolha de informações através de câmaras escondidas e de escutas clandestinas, bem como a interceção de comunicações telefónicas, correio eletrónico ou documentos ou fotos não autorizados. Disposições desta natureza, como veremos no Capítulo 3 da Parte II, foram entretanto absorvidas por diversos códigos deontológicos.

A agência de informação espanhola EFE publicou em setembro de 2011 um livro de estilo que apresenta como “primeiro manual jornalístico multimédia”. O documento fixa normas relativamente rígidas de tratamento de informação recolhida na Internet. Páginas oficiais de organismos devem ser encaradas como fontes autorizadas. Já às páginas pessoais é atribuído o valor de testemunho, equivalente a declarações obtidas num inquérito de rua.

²³ “The Post’s Journalistic Rules Are Kept Hidden From Readers”, 5/4/2009.

Não são suficientes para sustentar informações, nem devem ser usadas como referência para investigações. Por outro lado, informações e documentos disponibilizados nesse tipo de páginas só são reproduzíveis, citando claramente a origem, “quando têm alto valor informativo ou razoável autenticidade” (Agencia EFE, 2011: 46).

Estando em causa *fora*, redes sociais, *chats*, sítios de “Jornalismo Cidadão” e comunidades *wiki* ou de contribuição aberta de conteúdos, o livro de estilo da EFE recomenda precaução. Devem ser consideradas fontes desconhecidas e anónimas, porque embora possam ter valor testemunhal “não cumprem os padrões que exigimos às nossas fontes, nem sequer na identificação de quem as divulga” (*idem, ibidem*). Qualquer informação recolhida na Internet, determina o documento da EFE (*idem*, 47), deve ser contrastada e comprovada “como se se tratasse de um rumor”, seguindo procedimentos equivalentes aos adotados no caso de outras fontes. A obtenção de informações ou documentos através de acesso ilegal ou fraudulento, do recurso não autorizado a palavras-passe ou da dissimulação de identidade em *chats* ou em correio eletrónico é uma conduta tida como violadora da privacidade das fontes.

Grevisse (*apud* Fidalgo, 2009: 472) está convicto de que a ética é insuficiente “para construir, por si só, uma resposta aos desafios jornalísticos contemporâneos”. Admite, porém, que pode fornecer um quadro pertinente para a reflexão, “na condição de que seja percebida no contexto de uma dinâmica social completa que leve em conta as condições reais de produção”.

Ameaçada a autonomia dos jornalistas, a Deontologia reforça o seu papel como instrumento de salvaguarda da identidade profissional, assegurando o cumprimento da sua função primacial: satisfazer o direito dos cidadãos à informação. O compromisso ético “está rapidamente a tornar-se a única coisa que distingue o jornalista de outros fornecedores de informação que são independentes mas não responsáveis, como os *bloggers*, ou são responsáveis mas não independentes, como os *spin doctors* de todos os géneros” (Singer, *apud* Fidalgo, 2009: 299).

Nesta perspetiva, a ética deve ser assumida como “elemento constitutivo e diferenciador da profissão de jornalista, por relação com outros ofícios da comunicação mediática” (Fidalgo, 2008: 5). Este autor afirma-se favorável a um *back to basics*, que entende como *back to ethics*. Trata-se de instaurar um “mínimo ético comum”, que “diferencie o Jornalismo de práticas que com ele procuram confundir-se e, de algum modo, o reconcilie com o público –

e consigo próprio” (Fidalgo, 2009: 479). Suscetível de ser partilhado por todos os jornalistas e tomado como referência, independentemente das opções e práticas.

Reúne a Deontologia virtualidades para assegurar a função de “separação de águas”? Não faltam autores muito pessimistas a este respeito – o título de um artigo de Mesquita (tornado público em 1995, assinale-se) é revelador: “Da (provável) inutilidade da deontologia em tempos de euforia mediática”. No entanto, Mesquita (2004: 227) continua a centrar as suas preocupações na revalorização da Ética: “O que se afigura pertinente discutir, no debate contemporâneo, é a eficácia da autorregulação dos jornalistas, através dos seus códigos deontológicos, a fim de responderem aos desafios de um universo mediático onde a informação surge progressivamente subordinada à lógica da comunicação e do espetáculo”.

Não há dúvida de que é hoje maior a responsabilidade social do jornalista. A sua missão de identificar a pertinência de temas de interesse público é ainda mais reclamada, embora porventura também se tenha tornado mais complexa. “Só o mito da sociedade da informação nos poderá levar a iludir as constantes necessidades de mediação da comunicação, nas sociedades contemporâneas”, observa Camponez (2011: 373). Fidalgo (2009: 119-120) esboça uma leitura da situação: “Num universo global cada vez mais multifacetado e de fronteiras ténues entre o que é ou não é informação socialmente relevante, onde a especificidade do jornalismo nem sempre consegue já ver onde se situar, será porventura cada vez mais importante ‘o que’ se faz, ‘onde’ e ‘quando’ se faz, e cada vez mais decisivo e diferenciador o ‘como’ se faz (a prevalência do processo sobre a crescente ditadura do produto), o ‘por que’ se faz (as motivações, a submissão voluntária de quaisquer interesses particulares a um interesse público) e o ‘para que’ se faz (a responsabilidade social, o compromisso com a dinamização do espaço público e com os cidadãos de uma sociedade livre e criticamente participativa)”.

Face a este cenário, que desencadeou no seio do Jornalismo uma verdadeira revolução – ainda em curso – justifica-se, no entender de Fidalgo, que aos quatro momentos históricos de construção da identidade dos jornalistas identificados por Ruellan, que abordaremos no Capítulo 1 da Parte II, se acrescente um quinto, caracterizado pela emergência de novos desafios. “Muitas das questões sobre a crise identitária dos jornalistas nos anos 90 [do século XX] encontram as suas origens, e talvez algumas das suas respostas, nos tempos, agora longínquos, em que a profissão se foi construindo” (Delporte, *apud* Fidalgo, 2008: 75). A análise deste autor, datada em 1999, faz ainda mais sentido na atualidade.

3.6 Síntese conclusiva

As novas tecnologias estimulam a liberdade de expressão e a participação na vida cívica, mas podem, também, constituir canais disponíveis para a intromissão na vida privada. Ao proporcionarem autonomia, domínio e rapidez, transformaram profundamente o modelo comunicacional e, bem assim, o próprio exercício do Jornalismo.

Forçada a adaptar-se às circunstâncias, a Imprensa tradicional entrou em crise, agravada pelo facto de o modelo de negócio na Internet estar por definir. Sob ameaça, tem procurado responder aos novos desafios empreendendo estratégias de concentração empresarial, que aumentam a influência dos grupos de comunicação sobre a opinião pública. A autonomia e a independência dos jornalistas são postas em causa pela precarização das relações laborais, acentuando-se a tendência para a desregulação.

O impacto da tecnologia na esfera deontológica é hoje evidente. Na diluição de fronteiras entre as diversas atividades do campo da comunicação, que afeta o núcleo essencial das funções do jornalista, como na espetacularização da informação. Incentivada com o argumento de satisfazer os interesses do consumidor – objetivo cuja concretização é favorecida pela Internet, ao proporcionar a segmentação de públicos e a personalização da oferta – é, contudo, suscetível de conduzir a situações de invasão da privacidade.

A interatividade assegura uma maior proximidade entre jornalistas e público. As novas tecnologias criam condições para uma relação mais transparente e aberta à crítica, como já compreenderam alguns órgãos de comunicação. Ferramentas como as “caixas de comentários” promovem o debate, mas prestam-se à violação de direitos de personalidade, o que obriga a reforçar a vigilância.

O público, habilitado a participar na produção noticiosa – diretamente ou em parceria com os jornalistas – disseminou canais de difusão de informação. Este fenómeno incontornável, que deu origem ao desenvolvimento de modelos como o “Jornalismo do Cidadão”, torna mais exigente a avaliação da fiabilidade dos conteúdos e a indicação da sua proveniência, em particular quando se concretiza através de sítios eletrónicos de órgãos de comunicação.

A regulamentação do ciberespaço, tecnicamente difícil de concretizar, não é desejável, já que se trata, por excelência, de um espaço de liberdade. A alternativa tem consistido no estímulo à autodefesa dos utilizadores, aumentando a informação acerca de conteúdos

ilegais e efeitos perniciosos. Até porque cresce a consciência de que a Internet está a redefinir as fronteiras da privacidade, reflexão que também se impõe aos jornalistas.

O perfil do jornalista tem vindo, progressivamente, a ser alterado. A multifuncionalidade cria um novo paradigma e exige polivalência. Como já não detém o monopólio de recolha, tratamento e difusão da informação, o jornalista passa de *gatekeeper* a *sense-keeper*, incumbido de assegurar a fiabilidade da informação que difunde, num contexto comunicacional marcado pela sobreinformação. Sob mais apertado escrutínio, não pode deixar de cultivar uma relação aberta com o público – que passa, por exemplo, pelo mais rápido exercício do direito de resposta.

A blogosfera e as redes sociais constituem atualmente instrumentos de pesquisa fundamentais para o jornalista, sendo certo que não dispensam a confirmação das informações recolhidas, em especial quando atingem a honra e a reputação de cidadãos. Por outro lado, a participação nesse universo de jornalistas ligados aos media tradicionais tornou-se uma preocupação, dado o risco de confusão de papéis. Alguns órgãos de comunicação inscreveram nos seus códigos de ética normas de conduta a observar em tais circunstâncias, mas o debate acerca da eventual necessidade de reformular instrumentos deontológicos em função do novo contexto está longe de esgotado.

A ética pode oferecer um quadro de reflexão ajustado às atuais condições de produção de informação e consolidar-se como marca identitária dos jornalistas, capaz de os distinguir dos outros profissionais de comunicação, porque alicerçada no compromisso de satisfazer o direito do público à informação. Trata-se de estabelecer um “mínimo ético comum”, tomado como referência pelo conjunto da classe, cuja responsabilidade social é cada vez maior.

PARTE II A ABORDAGEM DEONTOLÓGICA

Capítulo 1 Evolução do debate

Em Jornalismo, as dimensões técnica e ética são indissociáveis. Partindo desta premissa, procuramos, neste capítulo, compreender de que forma adquiriu a Deontologia, recolhendo contributos da Moral, da Ética e do Direito, um papel central no exercício profissional. Tornando-se decisiva na consolidação da identidade profissional dos jornalistas e pilar da autorregulação, cujos instrumentos serão objeto de análise.

“Como, em que condições, é um jornalista capaz de produzir uma boa informação? Porquê boa?”. A pertinente questão colocada por Cornu (1999 [1994]: 13) serve de ponto de partida para a reflexão. Não se esgotando o exercício jornalístico em aspetos técnicos e pragmáticos, o autor reconhece que “a resposta depende da maneira como o Bem se articula com o Verdadeiro e com o Justo, das relações entre o Verdadeiro e o Justo no domínio particular da informação jornalística. Supõe uma interrogação ética”.

A interrogação ética é, efetivamente, fundamental no Jornalismo, atenta a sua presença no espaço público e repercussões na sociedade. De natureza individual, a Ética impele a uma abordagem crítica das normas morais socialmente aceites, que interpela e problematiza. Chega a pôr em causa os seus fundamentos, por essa via incentivando a mudança. Situa-se “a montante da norma, a montante das prescrições morais: ela é o seu alicerce global, permanente, ela é o seu quadro de referência, não se esgotando no cumprimento mecânico de um conjunto de deveres codificados em função de circunstâncias concretas de espaço e de tempo” (Fidalgo, 2009: 167).

Associada às noções de bem e de mal, a Moral adota prescrições destinadas a orientar comportamentos, num determinado contexto sociocultural. Como sublinha Cornu (1999 [1994]: 37), “cumpre uma tarefa de regulação, facilitada pela publicidade dada às suas normas, enquanto a ética cumpre uma função de legitimação ao interrogar essas próprias normas”.

Ética e Moral cruzam-se com a Deontologia, entendida como “consciência moral coletiva, partilhada no âmbito de uma profissão” (Aznar, 2005: 48) ou como ética profissional – na terminologia anglo-saxónica –, na medida em que postula deveres e regras de conduta

aceites por um grupo profissional, que assim abdica, voluntariamente, da sua liberdade de decisão. A Deontologia jamais pode ser encarada como imutável, produto acabado, impermeável a influências, porque “implica a reflexão pragmática e ética, na perspetiva da adequação dos meios aos valores a prosseguir” (Mesquita, 2004: 244). São as interrogações éticas que a tornam dinâmica, capaz de se renovar por impulso de novos desafios. Se não as convocar permanentemente, “cristaliza-se, sedimenta-se e nega os seus fundamentos para se autojustificar sem um fim” (Bernier, *apud* Fidalgo, 2009: 169).

“Território da controvérsia”, na caracterização de Pina (1997: 21), a Deontologia é também território da ambiguidade e, até, da contradição. “Não é uma prática abstrata, nem uma ciência exata: é um campo de escolhas e de juízos que não admite o desleixo e a leviandade, mas não expurga a possibilidade do juízo erróneo” (Wemans, 1999: 16). “Difícilmente conseguiríamos apreender os problemas que se colocam à deontologia do jornalismo num quadro limitado que tivesse de se decidir entre uma ética individual e uma moral coletiva/comunitária, entre uma ética finalística, supostamente mais ajustada aos objetivos do mundo socioprofissional, e uma *moralität* centrada no dever dos sujeitos”, observa Camponez (s/d: 54²⁴). Este autor propõe que se ultrapasse a dualidade entre ética e moral, para perceber de que forma podem organizar-se como “fontes de legitimidade da ação humana, nas sociedades pós-moralistas de hoje”.

Ao sistematizar preceitos, a Deontologia aproxima-se do Direito, cujo papel de codificação de normas, com o objetivo de tutelar interesses e garantir a harmonia social, implica coercibilidade. Procura, porém, antecipar-se a ele, tornando dispensável, na medida do possível, a sua intervenção. “O direito à informação, princípio-base de todo o Direito da Informação, estará assim duplamente entranhado na Moral: na medida em que é objeto do direito objetivo e na medida em que constitui a medida da própria informação. Daí igualmente que o conteúdo sistemático da deontologia jornalística integre um grande número de disposições que se incluem também no Direito da Informação” (Pina, 1997: 23).

De facto, os países democráticos reconhecem ao jornalista, em regra, um conjunto de direitos consolidados no plano deontológico, como o sigilo profissional, o acesso às fontes oficiais de informação e a recusa de funções contrárias às suas convicções. No entanto, certos atos permitidos por lei, como a aceitação de prendas, são contrários à Deontologia,

²⁴ “Fundamentos da Deontologia do Jornalismo – a Auto-Regulação Frustrada dos Jornalistas Portugueses (1974-2007)”, dissertação de doutoramento concluída em novembro de 2009, cedida pelo autor em formato pdf.

enquanto esta admite atos ilegais, como a usurpação da identidade, caso constituam o único meio de descoberta de factos de interesse público.

A ética profissional não se esgota no exercício da liberdade de expressão, um direito de todos os cidadãos, nem se confina à consciência individual, “tornando virtualmente inimputáveis os jornalistas que se refugiem na sua liberdade de expressão e na boa consciência que dela tenham” (Giroux, *apud* Fidalgo, 2009: 276-277). Nesse sentido, “não é propriedade exclusiva dos jornalistas. Envolve muitos outros atores do espaço público democrático. Reflete-se no funcionamento geral das instituições democráticas” (Mesquita, 1998: 32). Daí que reclame uma permanente interação, não apenas com os destinatários da informação, mas também com as fontes.

A Deontologia, assinala Wemans (1999: 118), “nunca se poderá ter como acabada”, porque é enriquecida por novos conflitos entre a prática dos media e o juízo ético que sobre ela se sedimenta na sociedade. Fundando-se “numa ética que aceita dialogar em simultâneo com a responsabilidade da intenção e a responsabilidade das consequências”, implica “um movimento de extroversão da classe, para captar o sentir da sociedade”. Emerge, neste sentido, como instrumento de aferição da responsabilidade social dos jornalistas, associada à tomada de consciência dos efeitos, eventualmente danosos, do exercício profissional. “Sem essa consciência, o jornalismo cai no exercício leviano de um poder que se compraz na pesporrente demonstração da sua força e na contabilidade mórbida das suas vítimas” (*idem*, 125).

“Se o jornalista não pode responder pelas consequências de tudo aquilo que relata ou transmite, isso não o desvincula da obrigação de calcular os possíveis efeitos sociais de certos ‘atos de palavra’, nem de ponderar os processos utilizados na condução dos inquéritos ou a linguagem usada no relato ou no comentário jornalístico” (Mesquita, 2004: 274). Impõe-se, portanto, no entender deste autor, o respeito por um “mínimo ético”, sobretudo quando está em jogo a salvaguarda de direitos individuais, que pode levar à não divulgação de uma informação. A atitude, contraditória com a vocação do jornalista, exige coragem. “Ao contrário da luta contra a censura, a abstenção de difundir notícias não gera heróis, desde logo porque, por via de regra, fica confinada às quatro paredes de um gabinete de redação. Por vezes, coloca o responsável pela decisão em desvantagem perante a concorrência. A lógica da competição joga no sentido de um máximo de difusão”.

O jornalista está investido do direito-dever de proporcionar informação aos cidadãos, função social que deve ter como contrapartida tanto o acesso do público aos media como a possibilidade de escrutínio das suas práticas. Não sendo líquido que a lei satisfaça tais exigências, é legítimo convocar o quadro deontológico. “De que serve, efetivamente, a liberdade de expressão se não nos pudermos fazer ouvir? (...) decretar um acesso aos media é impensável: a deontologia é um meio respeitável de o conseguir” (Bertrand, 2002 [1997]: 43).

Bertrand (*idem*, 34) não estabelece distinções entre Deontologia, responsabilidade social (conceito nascido nos EUA, que deriva da ideia de prestação de contas), serviço público (designação europeia que não lhe agrada, por estar associada ao Estado) ou mesmo “controlo de qualidade”, noção suficientemente vasta para abranger Moral, Deontologia e iniciativas promovidas pelos media com vista à satisfação do público.

Encarar a Deontologia na perspetiva da satisfação do consumidor é uma tese que deve ser enquadrada nos objetivos que lhe estão subjacentes, embora possa chocar quem refuta a ideia da informação como produto, transacionado como qualquer outro. Colocada nestes termos, a questão remete para as condições de produção de informação. O mercado não é suficiente para assegurar a qualidade dos media, no sentido da sua responsabilidade social, porque não oferece garantias de “boa comunicação”, para usar uma terminologia cara a muitos especialistas. A Deontologia, instituída como contrato com o público e a sociedade, reúne virtualidades para dar expressão a esse compromisso, uma vez que o jornalista se expõe ao julgamento da sua conduta profissional, que envolve o cumprimento de deveres.

1.1 Deontologia e identidade profissional

A Deontologia não serve apenas para assegurar “informação correta” – noção que, se desenvolvida, justificaria a convocação de outro debate, o da objetividade. É uma forma de legitimação e, em simultâneo, uma fonte de poder do jornalista. “Para salvaguardar o seu prestígio e a sua independência, os media têm necessidade de se envolver na sua responsabilidade primordial: servir dignamente a população” (Bertrand, 2002 [1997]: 14).

Há quem deposite na Deontologia esperanças de que funcione como trincheira de defesa da liberdade de informação ou “escudo” protetor da independência do jornalista face a ingerências governamentais. Neste campo se situa Asenjo, (*apud* Pina, 1997: 28), que imputa ao poder político um “intento perene” de controlar o chamado “Quarto Poder”. A

noção de “Quarto Poder” – como a de “contrapoder” – tem vindo, no entanto, a ser questionada. Mesquita (2003: 72) contesta, inclusive, a própria invocação do Jornalismo como poder, capaz de conduzir a “resultados perversos do ponto de vista da afirmação da legitimidade da presença do jornalista no espaço público”. A ausência de representatividade e mandato é o argumento central.

A evolução do debate em torno da Ética e da Deontologia está ligada ao estabelecimento dos traços identitários da profissão. Com efeito, desempenhou historicamente um papel decisivo na autonomização dos jornalistas enquanto grupo profissional, a par da uniformização de práticas, assentes num conjunto de competências técnicas. Como assinalam diversos autores, quando a meados do século XIX a Imprensa empreendeu o lento e desigual processo de industrialização, os jornalistas sentiram necessidade de delimitar o seu território. Num contexto ainda muito marcado pelo Jornalismo panfletário, ao serviço do combate político, ou pelo Jornalismo de difusão cultural, tratava-se de proceder à tipificação de práticas tendentes a definir fronteiras face a outras atividades, que disputavam o mesmo espaço, desde o propagandismo partidário à criação literária, passando pela publicidade comercial.

Nesses tempos ainda apenas esboçada, a construção da identidade dos jornalistas não se desenvolveu, porém, apenas com o objetivo de determinar linhas separadoras no interior do universo da Imprensa. Aos olhos do público – mais: da sociedade – os jornalistas ainda não usufruíam de estatuto profissional próprio. Conquistar um lugar implicava obter reconhecimento e legitimação sociais, bem como criar condições de autonomização face ao Estado, cuja apetência pelo controlo da Imprensa era, como hoje é, diretamente proporcional à sua influência. Tais necessidades só podiam ser satisfeitas mediante a adoção de um “saber” e de um “saber fazer” específicos e claramente identificáveis. Dos quais, nesta fase, fazia parte integrante a Moral (pelo menos um conjunto de princípios morais consensualmente aceites), embora ainda não a Deontologia, como quadro de deveres profissionais.

Ruellan (*cit. por* Fidalgo, 2008: 75) divide em quatro fases o percurso histórico de afirmação da identidade dos jornalistas. A primeira desenvolve-se de meados do século XIX até à industrialização, que autonomiza. O período entre as duas guerras mundiais, em especial de 1918 a 1935, corresponde à terceira fase, na qual é determinado o quadro legal e institucional da profissão e se intensifica o debate deontológico. Do final da II Guerra Mundial até hoje, a profissão tem vindo a reforçar o seu papel social.

Os quatro períodos identificados por Ruellan não são balizados por datas concretas pelo simples facto de as transformações terem ocorrido a ritmos diferentes de país para país, por efeito das condições específicas de exercício da profissão, frequentemente influenciadas pelos regimes políticos. Delporte (*apud* Fidalgo, 2008: 113) arrisca uma definição mais exata das fronteiras temporais, ao observar que, entre 1880 e o início da Grande Guerra, o Jornalismo “redefine as suas práticas, fixa o papel social do jornalista, aponta referências culturais e identitárias fundamentais”.

No início desse período, surgem as primeiras iniciativas no domínio da formação. Em 1893, a Universidade de Filadélfia, nos Estados Unidos, cria uma disciplina de Jornalismo. Dois anos depois, nasce o primeiro curso, na Universidade de Heidelberg, na Alemanha. Em 1899, entra em funcionamento em França um centro de ensino de Jornalismo, na Escola Livre de Altos Estudos Sociais. Começava a ser posta em causa, embora ainda perdurasse por muitos anos, a perspetiva de que o exercício do Jornalismo deriva de talentos inatos e assenta na “tarimba”, dispensando a aquisição prévia de conhecimentos específicos. Dessas embrionárias experiências, já fazia parte a preocupação de dotar os futuros jornalistas de preceitos de natureza moral.

Momento marcante para a ética jornalística foi a publicação, em 1947, do chamado “Relatório Hutchins”, que introduziu a doutrina da responsabilidade social. Numa perspetiva de libertação dos media de pressões políticas e económicas, contrariando visões liberais, o relatório atribuía à Imprensa as funções de proporcionar ao público um relato verdadeiro; instituir-se como espaço de debate e crítica; apresentar um quadro representativo dos diferentes grupos sociais; ajudar a clarificar valores sociais e assegurar a inteligibilidade, o que pressupõe contextualização e interpretação de factos (Cfr. Commission on the Freedom of the Press, 1947).

A recusa da propriedade estatal dos media e a tese de que se trata de um setor com especificidades, não podendo visar apenas o lucro, provocaram reações e estimularam a reflexão. As recomendações do relatório, progressivamente absorvidas por grande parte da Comunicação Social norte-americana, acabaram por fazer caminho. As suas ideias-chave viriam a ser retomadas em 1983 pela Unesco na “Declaração sobre os Media”, que consagrava a informação como bem social e postulava, precisamente em nome da responsabilidade social, que o jornalista deve atuar, em todas as circunstâncias, de acordo com a sua própria consciência ética.

O paradigma do “Relatório Hutchins”, ajuízam Christians e Nordenstreng, já não é suficiente para assegurar a responsabilidade social dos media. A autorregulação encerra o risco de fechar-se sobre si própria: “Quem guarda o guardião? (...) Canhões à solta no convés do navio do Estado são intoleráveis” (Christians *et al.*, 2004: 14). Os códigos de ética estão demasiado marcados por contextos locais, regionais ou nacionais para poderem ambicionar a universalização de valores. Daí que aqueles autores proponham um conjunto básico de princípios éticos a respeitar – dignidade humana, verdade e não-violência – capazes de superar os constrangimentos do relativismo cultural. Uma perspectiva mais baseada na ética do cidadão do que na profissional.

Apesar dos avanços alcançados, a questão ética manteve-se “sempre incompleta, ora ficando-se pelo enunciado retórico de vontades sem efetiva tradução prática, ora perdendo-se no meio das dificuldades e contradições de um coletivo aqui e além prisioneiro de vícios corporativos e, por isso, incapaz de se disciplinar e de se autorregular de modo transparente e consequente” (Fidalgo, 2009: 457). A tais vicissitudes ficou a dever-se a tardia afirmação dos jornalistas no contexto profissional. Precisamente porque a ética desempenha um papel central na sua identidade.

“Se o saber profissional, tal como o defendemos, implica necessariamente uma exigência ética, deve salientar-se que também uma adequada postura ética implica necessariamente um saber adequado” (Fidalgo, 2009: 461). Ética e técnica não são, portanto, separáveis: “Fazer um jornalismo competente não se resume ao domínio instrumental de um conjunto de técnicas narrativas, ao manuseio adequado dos diferentes géneros, à boa capacidade de pesquisar e recolher informação, ao cultivo empenhado de fontes qualificadas, ao conhecimento dos critérios básicos de noticiabilidade, à lucidez na seleção e hierarquização de fatos e opiniões” (*idem*, 460).

1.2 Propósitos e instrumentos da autorregulação

“É na correta observância de um autêntico ‘contrato social’ – com todas as exigências de boa-fé, de clareza entre as partes, de respeito mútuo e de controlo nele implicadas – que o grupo profissional pode alicerçar a sua própria legitimidade” (Fidalgo, 2009: 285). Tomar a Deontologia como um contrato significa inscrevê-la em instrumentos capazes de aferir o seu cumprimento. O compromisso com o público não pode, assim, deixar de ser assumido em sede de autorregulação, ainda que a lei integre normas que lhe deem expressão e a sua

concretização recolha contributos da correção. Daí que, neste ponto, a análise incida, em especial, na autorregulação, sem perder de vista os constrangimentos derivados do contexto empresarial que a influenciam.

De molde a assegurar a confiança do público, o contrato deontológico comporta restrições à intervenção do jornalista, voluntariamente aceites. Limitar ou reduzir o impacto dos danos causados pelo exercício profissional pode, portanto, implicar cedências, quando o direito à informação colide com outros valores socialmente consagrados, como os direitos individuais.

O princípio segundo o qual o jornalista só aceita, em matéria profissional, a jurisdição dos seus pares, excluindo qualquer intervenção, governamental ou outra, é hoje absolutamente consensual. Vertido na Declaração de Deveres (“Declaração de Bordéus”), adotada em 1954 pela FIJ, constitui o fundamento da autorregulação profissional. Trata-se de assegurar a responsabilização perante o público, assumida na “Declaração de Munique”, subscrita em 1971 pelos sindicatos dos seis países então membros da CEE, que se sobrepõe a qualquer outra, seja perante o empregador, seja perante os poderes públicos.

A autorregulação materializa a prestação de contas (*accountability*) à sociedade, através de um conjunto de instrumentos, que pode envolver a codificação de normas conhecidas do público – assim habilitado a avaliar o seu cumprimento e a exercer sobre elas um juízo crítico –, ou a criação de canais de participação externa. Embora a autorregulação possa ser encarada como complementar da heterorregulação, também visa garantir a autonomia face ao Estado, promovendo a independência e a liberdade dos media. Quanto mais eficaz for, menor será a tentação dos poderes públicos de se imiscuírem no setor e menos necessária se torna a própria intervenção judicial.

Instituições como o CE têm vindo a insistir na necessidade de fomentar a autorregulação, assinalando aquelas virtualidades. Em 2011, através de um *paper* do comissário dos Direitos do Homem, sublinhou que cria condições sociais e profissionais para que os jornalistas sirvam melhor o público – reforça a confiança que deposita nos media e, assim, ajuda-os a resistirem a pressões políticas e económicas –; promove a melhor compreensão da sociedade sobre o papel do jornalismo independente em democracia; apoia os jornalistas no seu trabalho; incentiva a solidariedade profissional; proporciona a apreciação de queixas do público e fornece soluções para condutas antiéticas.

A autorregulação também encerra vulnerabilidades. Camponez (2011: 151) aponta duas: não tem força de lei e está marcada pelos interesses corporativos dos profissionais e da indústria. “Exigir demasiado da autorregulação do jornalismo é o primeiro passo para acabar com ela. A autorregulação pensada como a panaceia capaz de acabar com todos os problemas do jornalismo é uma miragem que só pode conduzir a sentimentos de frustração e, por consequência, à tentação de reforçar a regulação legislativa”.

Converter a autodisciplina em autodefesa é um risco, tanto maior quanto mais fechados forem os instrumentos. Condutas de jaez corporativista destroem a credibilidade dos sistemas de autorregulação e fomentam a desculpabilização pelos abusos cometidos. Os jornalistas nem sempre revelam disponibilidade para o escrutínio do seu trabalho – em alguns casos, recusam-no liminarmente. Nessa atitude reside uma das principais limitações da autorregulação. Estimular um ambiente profissional de debate e crítica, no plano deontológico, é condição para a combater. Evitando ao mesmo tempo que a ética e a deontologia fiquem, na expressão de Camponez (2011: 374), “encapsuladas na sua autonomia”, esgotando-se num discurso de autolegitimação.

Para assegurarem o reconhecimento por parte de quem é suposto respeitá-los, os modelos de autorregulação têm de revestir-se de eficácia. Não existe, porém, consenso quanto à forma de a garantir. No essencial, confrontam-se duas posições: de um lado, os defensores da sanção moral; do outro, os que reclamam a imposição de penas com efeito direto no exercício profissional.

A primeira posição é suportada pelo argumento da exposição pública a que o jornalista está sujeito. Denunciar a violação de um preceito deontológico nas páginas de um jornal abala a reputação de quem a comete, penalizando o visado a dois níveis: perante os pares e perante o público. Na Holanda, foi instalado após a II Guerra Mundial um Tribunal de Honra, com capacidade para aplicar sanções que podiam ir até à expulsão da profissão. Nunca chegou a conquistar autoridade e acabou, em 1958, substituído por um Conselho de Jornalismo, só com poderes sobre sindicalizados. O novo órgão abandonou a estratégia, impondo apenas a publicação obrigatória das suas decisões.

É certo que a ausência de sanções reais pode tornar os instrumentos impotentes para evitar abusos. “Também em matéria deontológica existe a tentação de saltar para o estribo da comunicação. Para jornalistas que se recusam a desistir de um ‘furo’ deontologicamente duvidoso, para editores desejosos de aumentar as suas vendas sem respeito pela vida

privada, para canais de televisão à procura de uma audiência engodada pela violência ou pelo sexo” (Cornu, 1999 [1994]: 115). Porém, se previstos, os poderes sancionatórios das entidades autorreguladoras devem ser limitados, para “evitar a sedimentação de uma ortodoxia politicamente correta sobre qual seja o modo inteligente e adequado de exercer a profissão de jornalista” (Machado, 2002: 543) e obstar à emergência de corporativismos. “Se o jornalismo é demasiado importante para ser deixado ao Estado, ele também é demasiado importante para ser deixado aos jornalistas”, sublinha este autor.

O perigo de sancionar comportamentos individuais, esquecendo que muitas vezes as práticas violadoras da Deontologia resultam do contexto empresarial em que se desenvolve a atividade e da influência das hierarquias, é assinalado por Mesquita, para quem “as sanções deontológicas – caso existam – devem circunscrever-se ao âmbito associativo e possuir natureza essencialmente simbólica” (1998: 32).

1.2.1 Instrumentos de autorregulação transversais

1.2.1.1 Códigos deontológicos

Os códigos – deontológicos, de conduta ou de honra, entre outras designações – são o mecanismo de autorregulação mais comum. Um levantamento efetuado em 2002 pela Unesco sobre os europeus contabilizava a sua existência em 38 países. Extensos uns, minimalistas outros, são tão diversificados que condenaram ao fracasso as propostas de criação de um código internacional, lançadas pela CEE, em 1971, e pela Unesco, em 1983.

A tentativa de contemplar respostas ao máximo de situações fragiliza documentos muito detalhados. Num domínio em que a disparidade de situações impõe uma permanente reflexão, suscetível até de ultrapassar as normas, a rigidez é pouco recomendável. “Por muito longe que se vá na codificação de prescrições deontológicas, nunca o imperativo de uma exigência ética efetiva e preocupada com a singularidade dos casos concretos se esgotará naqueles” (Fidalgo, 2009: 169).

Por outro lado, aquela opção pode degenerar na uniformização da linguagem jornalística, efeito pressentido ao analisar o pormenorizado código da PCC ou as diretrizes éticas emitidas pela organização sindical do país. O código da National Union of Journalists (NUJ) comporta apenas 12 cláusulas, mas os textos complementares abrangem a cobertura

jornalística de terrorismo, questões raciais, de asilo, emigração, deficiência, sida e suicídio, além da situação específica dos refugiados na Irlanda.

O respeito pela verdade e o rigor constituem traços comuns, mas é muito vasto o conjunto de preceitos reunidos em códigos, desde os que elencam apenas deveres aos que incluem direitos. Diversos estudos demonstram que predominam normas relativas a práticas ou a valores estritamente profissionais – liberdade de expressão, independência, sigilo profissional. Um estudo de Asenjo (*cit. por* Pina, 1997: 36), que abrangeu mais de 100 códigos nacionais ou supranacionais, de vários tipos de media, concluiu que entre os valores consagrados pela maioria figuram a rejeição da calúnia, acusação sem provas e difamação, bem como o respeito pela vida privada, o dever de retificação de informações incorretas e o direito de resposta.

A ausência de uniformidade – um elevado número de códigos, por vezes no mesmo país, tende a reduzir a sua eficácia, por estimularem práticas profissionais diferentes – tem sido apontada como uma das fragilidades. A outra consiste na inscrição de regras pela negativa, como sucede num artigo do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros – o jornalista “não pode”, o jornalista “deve abster-se de”. Sensível às omissões, Bertrand (2002 [1997]: 73) constata que “os códigos proscrevem muito e prescrevem pouco – sem dúvida, porque é mais fácil chegar a acordo quanto aos erros a evitar do que quanto às virtudes a praticar. Mas uma moral negativa não é suficiente”.

Iniciativa de entidades representativas de jornalistas, do universo empresarial do setor ou conjuntos, coexistem códigos de diversas origens. Quando emanam de organismos sindicais, debatem-se com défice de representatividade, que prejudica o seu reconhecimento. Os de associações empresariais traduzem, muitas vezes, intentos comerciais. Seja qual for a génese, subsiste a possibilidade de serem vistos pelo público como mecanismos de autoproteção ou satisfação de interesses comerciais e políticos (Jones, 1980: 16).

De acordo com Pina (1997: 29), o primeiro código deontológico foi adotado no estado norte-americano do Kansas em 1910, envolvendo editores e diretores. Em 1915, a primeira Conferência Internacional da Imprensa lançou a ideia de criar um código em cada país. O sindicato francês elaborou três anos depois a Carta dos Deveres Fundamentais dos Jornalistas. O Código de Ética da Associação Interamericana de Imprensa, primeiro de âmbito supranacional, data de 1926. A FIJ aprova o seu primeiro Código de Honra em 1939.

Nos Estados Unidos, o aprofundamento das discussões deontológicas ocorreu no período entre os dois conflitos mundiais. Nem sempre, porém, o resultado correspondeu aos interesses dos profissionais, na perspectiva da sua credibilização perante a sociedade. A proliferação de códigos tendeu, aliás, a tornar mais complexa a sua aplicação. Muitos serviam propósitos comerciais, como Jones assinalou em relatório produzido para a Unesco, em 1980, ao aludir à existência de códigos adaptados às necessidades. Esta natureza “utilitária” dificilmente é compaginável com os objetivos de um código. “Quanto mais a deontologia se torna particular, como resposta a interesses específicos do público e às orientações dos estudos de mercado, maior é o risco de serem feitas concessões” (Cornu, 1999 [1994]: 44).

Após a II Guerra Mundial, assistiu-se a uma nova fase, impulsionada pela DUDH. Nela se insere a “Declaração de Bordéus”, que seria adotada na Holanda como código nacional. Decisivos na construção do edifício deontológico são, ainda, a “Declaração de Munique”, o Código de Imprensa alemão (Pressekodex), elaborado em 1973 pelo Conselho de Imprensa, em colaboração com organizações de editores e de jornalistas, e os “Princípios Internacionais da Ética Profissional dos Jornalistas”, que a Unesco tornou públicos em 1983. Fruto de discussão alargada a organizações representativas de 400 mil jornalistas de todo o mundo, este documento sistematizava princípios constantes dos códigos existentes. Foi o primeiro verdadeiramente internacional sobre Deontologia, embora os princípios que acolhia constituíssem apenas orientações.

Em regra, a apreciação do cumprimento dos preceitos contidos em códigos está a cargo de conselhos deontológicos ou de ética, cujos poderes se limitam, em caso de violação, à censura ou reprovação pública. Neste plano, a NUJ é uma das exceções. Aplica penas, entre multa e expulsão, a sócios que cometam infrações ao Código de Conduta Profissional, reconhecidas pelo Conselho de Ética (Cfr. “Livro de Regras”), de cujas decisões cabe recurso para um Tribunal de Apelo. O modelo do sindicato brasileiro é semelhante. Já a Comissão de Queixas e Deontologia da Federação de Associações de Jornalistas de Espanha (FAPE), em cuja composição atual os jornalistas são minoritários, privilegia a arbitragem de litígios, a partir de reclamações de cidadãos ou entidades. Não prevê sanções; apenas o envio das suas decisões a órgãos de comunicação, naturalmente sem garantia de divulgação.

Este panorama leva autores como Bertrand (2002 [1997]: 116) a lançar a interrogação: “De que serve um código se este ‘não tem dentes’? Quando as associações corporativas ou os sindicatos preveem sanções (como a expulsão), raramente são aplicadas”. O estudo da ONU (Jones, 1980: 42) aponta essa insuficiência: nos Estados Unidos e na Austrália, a multiplicidade de códigos produziu um efeito escasso no combate a abusos – só eram respeitados quando previam penalizações económicas, em caso de infração.

1.2.1.2 Ordens

A ordem italiana, criada em 1925 pelo regime fascista e regulada por nova lei em 1963, é a mais conhecida das ordens de jornalistas. Entidade de direito público, de inscrição obrigatória, regula o acesso e impõe sanções a infratores à honra e dignidade da profissão – advertência, censura, suspensão (que pode ser superior a um ano) e proibição de exercício da atividade – admitindo recurso para os tribunais.

O modelo disseminou-se na América Latina a partir do Chile, que criou uma ordem em 1956. Está hoje implantado em países como Peru, Bolívia, Venezuela, Costa Rica, Honduras e República Dominicana. Apesar da componente comum – a exigência de diploma de nível universitário para aceder à profissão – não se trata de realidades semelhantes. O Colegio de Periodistas chileno integra assessores de Imprensa; o costa-riquenho publicitários, relações públicas e produtores audiovisuais (o próprio código de ética, de agosto de 2011, consagra deveres específicos para cada uma das categorias profissionais). Em Portugal, onde uma tentativa de criar uma ordem foi abortada em 1993 – questão que abordaremos no capítulo seguinte – o exercício daquelas atividades é incompatível com o Jornalismo.

Mais do que o facto de envolver o aval do poder político, a principal crítica ao modelo de ordem, cujo exame remete para as características do Jornalismo, é a inscrição obrigatória. A maioria dos países conserva a natureza aberta da profissão. O acesso não pressupõe uma habilitação específica, muito menos um diploma de nível universitário – em Portugal, é exigido o 12.º ano. São valorizadas a diversidade de saberes, enriquecedora da qualidade da informação, e a aquisição de formação técnica em local de trabalho.

Por outro lado, o Jornalismo não preenche os requisitos de uma profissão liberal. Raros são os jornalistas que trabalham em regime independente; a maioria está vinculada contratualmente a uma empresa. Legalmente, o exercício profissional, que não carece de autorização, assenta essencialmente nessa componente: é jornalista quem tem emprego

num órgão de informação. A condição laboral assume maior relevância do que a detenção de um conjunto de competências.

1.2.2 Instrumentos de autorregulação internos aos media

1.2.2.1 Códigos de conduta, livros de estilo e estatutos editoriais

Os códigos de conduta ou de ética assumidos por órgãos de comunicação incluem, frequentemente, normas mais restritivas do que as consagradas em documentos elaborados por organizações sindicais ou patronais. É o que sucede com os códigos da BBC, do “Expresso”, criado em 2003, e da “Visão” (2004). O “Público”, pioneiro em Portugal, inseriu logo na fundação, em 1990, um conjunto de “Princípios e Normas de Conduta Profissional” no seu Livro de Estilo, muito detalhado em matéria de direito ao bom nome.

Os livros de estilo são considerados instrumentos de “contratualização” com os leitores especialmente úteis, já que, se tornados públicos, permitem aferir o cumprimento dos compromissos assumidos. Todavia, quando se cingem à dimensão puramente técnica, como sucede, por exemplo com o da Agência Lusa, perdem essa mais-valia. Por outro lado, como assinala Fidalgo (2009: 389), podem contribuir para uma indesejável uniformização do Jornalismo praticado numa redação.

A eficácia de estatutos editoriais, cuja elaboração está prevista na lei nacional, que se limitam a enunciar princípios gerais é reduzida. O da SIC compromete-se a respeitar os “princípios deontológicos da Comunicação Social e a ética profissional do Jornalismo”, bem como o direito de resposta, acrescentando que o diretor de informação “observará as normas deontológicas do Estatuto do Jornalista e respeitará a competência específica que a lei fixar ao Conselho de Redação”. O “Público”, cujo estatuto “reconhece como seu único limite o espaço privado dos cidadãos”, compromete-se através dele a defender o rigor e a independência e a recusar o sensacionalismo. Já a revista “Caras” não esconde o propósito de “mostrar a vida das figuras públicas”, mas salvaguarda que se rege “pela defesa da intimidade das personalidades que dá a conhecer”.

Bem mais detalhado, o Estatuto de Redação da agência espanhola EFE (Cfr. Agencia EFE, 2011: 381-398), instituído em 2006 como “pacto” entre a empresa, a direção editorial e os jornalistas, inclui direitos e deveres – também com incidência ética, incluindo

incompatibilidades. Além de garantir a proteção de jornalistas alvo de processos judiciais e de regular a invocação da cláusula de consciência e do segredo profissional.

1.2.2.2 Provedores

Experiência positiva é a dos provedores – *ombudsman*, mediadores, defensores do leitor ou *public editors* – que funcionam no seio dos órgãos de comunicação como intermediários entre a redação e o público. O primeiro foi nomeado em 1967 pelo “Courier-Journal”, de Louisville, nos Estados Unidos. Três anos volvidos, o “The Washington Post” seguiu o exemplo, com a inovação de publicar textos sobre as queixas recebidas. Em 1993, o CE, através da Resolução 1003, propôs a introdução à escala continental da figura de *ombudsman*. A FIJ aderiu, mas a ideia não vingou, porque a Federação Internacional de Editores de Jornais a considerou atentatória da liberdade e da independência empresarial. Por iniciativa própria, vários jornais têm vindo, porém, a adotar o modelo.

A credibilidade de um provedor é condição para assegurar a confiança do público. Porém, sendo um cargo unipessoal, é fortemente influenciado pelo perfil do seu titular. A escolha de uma personalidade alheia ao meio, oferecendo a vantagem do distanciamento, pode prejudicar a sensibilidade, e até o conhecimento, da cultura jornalística e do funcionamento de uma redação. Privilegiar um profissional com longa experiência encerra o risco de impedir uma visão do Jornalismo a partir do exterior. Trata-se, ainda assim, da opção mais comum. Com efeito, o cargo é frequentemente confiado a um jornalista sénior, com prestígio consolidado. Foi o caso, em Portugal, de Mário Mesquita, primeiro provedor do “Diário de Notícias” (DN), e, nos Estados Unidos, de Daniel Okrent, que exerceu funções de chefia em publicações como a revista “Time”, aceitando estreitar o modelo no NYT, em 2003, no rescaldo do escândalo protagonizado por Jayson Blair (Cfr. Anexo 3), que plagiou textos e chegou a criar factos e entrevistas fictícias.

A mediação entre o órgão de comunicação e o público é a função essencial do provedor – embora disponha de condições para a observação e crítica próprias, graças à possibilidade de emitir recomendações e publicar textos, nos quais pode fazer reparos ao jornal nas suas páginas. Mesquita (1998: 16-17) sistematiza seis funções: crítica e simbólica – incentiva, para o exterior, o debate sobre opções editoriais; mediadora – faz a ponte entre leitores e redação, já que avalia a pertinência das queixas e responde a críticas; corretiva – retifica informações inverídicas, inexatas ou incompletas; persuasiva – dirige recomendações à hierarquia no sentido de reparar atos lesivos dos direitos dos leitores; pedagógica – explica

práticas jornalísticas e mecanismos de produção noticiosa; dissuasiva – influencia o comportamento de jornalistas; cívica – promove debates de temas políticos, económicos e sociais.

O provedor está habilitado a resolver conflitos que de outra forma poderiam ter de ser dirimidos em sede judicial. Dispõe de poder de influência e de enquadramento social da atividade dos media, bem como de capacidade para combater o fechamento da classe jornalística. Esta função pedagógica, de fomento da autocritica, só produz, contudo, efeitos a médio ou a longo prazo.

O facto de intervir *a posteriori* constitui uma das principais vulnerabilidades. No relacionamento com a redação, é muitas vezes encarado como “polícia da ética”, pondo a nu a relutância dos jornalistas em se exporem à crítica ou aceitarem a discussão de tratamentos jornalísticos. Pode assim, ainda que involuntariamente, contribuir para a desresponsabilização dos jornalistas, se considerarem que quem tem de questionar e refletir sobre práticas profissionais é o provedor.

A possibilidade de ser instrumentalizado pela empresa, funcionando numa lógica de relações públicas, não é de excluir. Num colóquio promovido pelo SJ em 1991, Mesquita sintetizou numa frase a sua própria experiência: o provedor “vive sempre dessa contradição do produto jornalístico ser, por um lado, uma mercadoria e, por outro, um serviço que se presta à comunidade. A gestão dessa contradição salutar gera e gerará sempre tensões e conflitos”²⁵.

Ocupando uma posição delicada, o principal desafio do provedor consiste, como assinala Bertrand (2002 [1997]: 105), em preservar um difícil equilíbrio: não ser visto pelo público como advogado do órgão de informação e pelos membros da redação como porta-voz dos leitores. A sua independência face à empresa deve ser preservada, através de fórmulas como a limitação temporal do mandato. Em Portugal, os estatutos dos provedores consagram, neste particular, opções distintas. O DN veda o exercício do cargo a quem integra os quadros da empresa. O “Público” não estabelece essa restrição, mas define um regime de incompatibilidades que implica o não exercício de funções jornalísticas ou a colaboração regular em órgãos de comunicação. A independência do provedor, é, porém, testada no quotidiano, como ficou demonstrado no caso das “escutas de Belém” (Cfr. Anexo

²⁵ Colóquio sobre Deontologia, Arquivo do SJ.

3). Ao criticar a atuação do “Público”, Joaquim Vieira contribuiu para reforçar perante o leitor não apenas a credibilidade da sua função, mas a do próprio diário.

Grande parte dos provedores partilha posteriormente a sua experiência. É significativo que ao longo de um ano no cargo Mesquita (1998: 39) afirme que só o diretor admitiu erros. Recusando simultaneamente as missões de magistrado e de “fiscalizador”, seja em nome de uma ‘ética jornalística’ pré-fabricada, supostamente situada acima da política e da ideologia, seja com base numa visão todo-poderosa dos ‘códigos deontológicos’ do jornalismo” (*idem*, 15), Mesquita assume ter uma visão modesta das virtualidades da atuação do provedor: “A principal força do *ombudsman* consiste, a meu ver, na possibilidade de criticar o jornal nas suas próprias páginas. Possui apenas um poder de influência e de palavra. A sua eficácia depende daquilo que dele fizerem as empresas, os jornalistas e os leitores”.

No primeiro texto publicado no DN, após a entrada em funções, Mesquita advertiu que procuraria evitar “duas atitudes-limite: a tendência para a autojustificação permanente dos jornalistas e a tentação de se autoconstituir numa espécie de tribunal da infalibilidade deontológica”. Porque, do seu ponto de vista, o provedor “será, na melhor das hipóteses, um intermediário, que poderá contribuir para reduzir o isolamento dos leitores perante o seu jornal” (*idem*, 23).

Wemans, que recusou continuar em funções no “Público” ao constatar que “a empresa virou-se contra o produto” (1999: 21), revela-se consciente dos limites da função: “O provedor não serve para castrar o jornalismo. Assim como não basta para garantir o bom jornalismo. Só pode, como a deontologia, chamar a atenção para que o mau jornalismo é isso mesmo: mau jornalismo” (*idem*, 17). Daí o balanço “moderadamente otimista” do seu mandato (1997-1998).

Também ex-provedor do “Público”, de 1999 a 2001, Fidalgo fixa o território do seu desempenho “sempre algures entre dois polos, uns mais conflitantes, outros mais complementares: entre o polo dos leitores e o polo dos jornalistas (ou constituindo-se, ele próprio, na ‘ponte’ que os liga, assim favorecendo percursos nos seus dois sentidos), entre o polo da exposição/condenação dos erros praticados e o da explicação (quando não justificação) dos constrangimentos que podem estar na sua base, entre o polo de ‘relações públicas’ do jornal/da empresa e o de crítico independente e especializado de media” (Fidalgo, 2009: 428).

Salvaguardadas as diferenças entre as realidades mediáticas, o testemunho de Daniel Okrent, que exerceu no NYT um mandato de 18 meses, não renovável, de dezembro de 2003 a maio de 2005, merece atenção. A maior parte dos casos sobre os quais se pronunciou prendia-se com o posicionamento político do jornal, sendo recorrente nos seus textos a problemática do anonimato das fontes no noticiário político. Nenhum membro da redação era obrigado a responder às suas questões, mas procurou ser proativo, ao apresentar propostas como a de criação de um espaço no sítio eletrónico onde os jornalistas procedessem voluntariamente a retificações. Constatou uma “hesitação geral” em publicar cartas que fazem acusações ao jornal, criticam os jornalistas ou questionam práticas profissionais (Okrent, 2008: 278).

Favorável a uma atitude de abertura à crítica, que demonstraria a força do jornal, Okrent reconhece constrangimentos, como o espaço disponível, e riscos, como o de degenerar em ataques e calúnias (*idem*, 280). Não basta criar espaço no *website*, porque as cartas enviadas exigem um rigoroso escrutínio, o que obrigaria a grande mobilização de meios humanos. Por isso defendeu o aumento do número de pessoas adstritas ao gabinete do provedor, para que pudesse publicar uma coluna diária *online*.

1.2.2.3 Conselhos de redação

Os conselhos – ou comités – de redação são, em regra, de criação voluntária, ainda que possam adquirir validade jurídica, quando previstos em estatutos de redação. É essa a experiência espanhola, que assegura a sua presença em diversos jornais, canais de televisão e estações de rádio. Pioneiro em Espanha, o Estatuto de Redação do “El País” atribui ao comité funções de representação dos jornalistas perante a empresa, consubstanciadas na atividade de mediação entre a redação e a sociedade editora, por exemplo em casos de invocação da cláusula de consciência.

Em Portugal, os CR têm consagração legal e, até, constitucional. Vocacionados para tornar efetivo o direito de participação dos jornalistas na orientação editorial dos órgãos de comunicação, introduzem, nessa medida, limites ao direito de propriedade. Apesar de terem perdido poderes e só funcionarem em alguns órgãos de comunicação, como veremos no capítulo seguinte, conservam potencialidades ainda não suficientemente exploradas. Com efeito, os CR podem participar na elaboração de códigos de conduta internos e pronunciar-se sobre matérias deontológicas, através de pareceres ou recomendações. No entanto, esta

dimensão tem sido desvalorizada pelos próprios órgãos, cujos regulamentos se limitam, regra geral, a reproduzir as atribuições que a lei lhes confere. Mais concentrados na defesa dos direitos dos jornalistas e nas condições de exercício profissional, raramente apreciam conteúdos editoriais, porventura porque as direções, em vez de fomentarem a cooperação, encaram os CR como forças de bloqueio.

O acolhimento de queixas provenientes do público, relativas ao desempenho técnico-profissional dos jornalistas, é uma via interessante, sobretudo em órgãos de comunicação que não dispõem de provedor. O CR da agência EFE, cujo funcionamento é regulado pelo Estatuto de Redação, admite intervenções por solicitação de clientes, mas também de pessoas e instituições. O facto de as tomadas de posição do órgão não poderem ser dadas a conhecer fora da empresa retira a essa competência, contudo, o sentido de prestação de contas que aparentemente revela.

1.2.3 Instrumentos previstos na lei

1.2.3.1 Direito de resposta

Para autores como Pina (1997: 83), o dever deontológico de retificação de erros e imprecisões abrange o direito de resposta. Mecanismo destinado a garantir a proteção dos cidadãos perante a Comunicação Social, foi introduzido em 1822, pela primeira vez, na legislação francesa. Em Portugal, contemplado na lei da Imprensa de 1837, seria constitucionalizado em 1933. Atualmente, a Constituição salvaguarda dois princípios fundamentais do direito de resposta: igualdade (paridade de meios e condições entre respondente e media visado) e eficácia (que implica divulgação imediata e equivalência em relação ao texto ou imagem que lhe deu origem).

O exercício do direito de resposta, cujos recursos preencheram grande parte da atividade das entidades de regulação criadas em Portugal desde 1975, constituiu sempre um foco de tensão. Atenta a polémicas com jornais como o “Público” e o JN, a própria ERC, através da Diretiva 2/2008, admitiu um elevado grau de litigiosidade. Num esforço de clarificação de interpretações discrepantes, notava que “cabe direito de retificação, e não direito de resposta, sempre que a produção de referências factuais tidas por inverídicas ou erróneas não atinja o bom nome ou a reputação do visado”.

Não se restringindo à correção de informações, o direito de resposta ajuda a garantir a veracidade informativa, uma vez que o respondente apresenta a sua versão dos factos. Moreira (1994: 24 e ss.) salienta o facto de funcionar como instrumento de defesa de direitos de personalidade. Isto porque, sem prejuízo de eventual procedimento civil ou criminal, constitui um meio de defesa contra ofensas produzidas através da Comunicação Social, que “não se limita à imputação ou refutação de factos” (*idem*, 66).

O direito de resposta tem, para os jornalistas, um “efeito preventivo” (*idem*, 181), na medida em que fomenta o autocontrolo. Pode, por outro lado, suprir deficiências técnicas, que correspondem ao incumprimento de deveres deontológicos, como a ausência de audição dos visados pelas notícias. Até por materializar, ainda que de forma diferida, o princípio da igualdade e armas – inserção na mesma página ou emissão no mesmo horário.

O facto de proporcionar a participação do público, incentivando o pluralismo, justifica que se inclua o direito de resposta entre os instrumentos disponíveis em sede de autorregulação. É, aliás, nessa perspetiva que instituições internacionais como a União Europeia, a ONU e o CE o têm abordado. A Resolução 26/74 desta última entidade tipificou as disposições para o exercício do direito de resposta. A Recomendação 16/2004, sobre a sua aplicação no novo ambiente mediático, formula princípios mínimos a respeitar: acesso a qualquer pessoa, rapidez, visibilidade, gratuidade, salvaguarda de efetivo exercício (mediante a identificação da pessoa encarregada de o satisfazer) e possibilidade de recurso para tribunal ou outra instância, em caso de recusa. Contudo, admite que não seja aceite se a resposta for extensa ou não se limitar a corrigir factos contestados; se a publicação puder conduzir a um ato civilmente punível ou que envolva transgressão à moralidade; se é contrária aos interesses juridicamente protegidos de terceiro; se a informação contestada diz respeito à reprodução fiel de uma sessão de autoridade pública ou tribunal.

1.2.4 Outras modalidades

1.2.4.1 Conselhos de Imprensa

As mais remotas experiências de conselhos de Imprensa são nórdicas. Foram lançadas na Noruega, em 1912, e na Suécia, sob a designação de Tribunal de Honra, em 1916. Em 1947, a Comissão Hutchins recomendou a criação, nos Estados Unidos, de uma organização independente (dos media e do poder político), financiada através de doações, com a missão de avaliar a Imprensa. No mesmo sentido se pronunciou, em 1949, a

Comissão Real britânica sobre a Imprensa. O modelo foi replicado, com âmbitos nacionais ou regionais, estando hoje também presente fora da Europa, em países como Índia, Chile e Canadá. Em Portugal, funcionou, como veremos no capítulo seguinte, de 1975 a 1990.

Os conselhos de Imprensa não são exatamente instrumentos de autorregulação, na mais estrita aceção do termo, uma vez que podem envolver profissionais, empresas e público. Fórmulas de associação apenas entre jornalistas e patronato, menos comuns, encerram a regulação nas fronteiras do setor. “A experiência demonstra que toda a cooperação privilegia a defesa dos interesses próprios e negligencia a autocrítica” (Bertrand, 2002 [1997]: 97).

A representação múltipla constitui uma mais-valia, como assinala a resolução 1003/93 do CE sobre ética jornalística. O documento defende o envolvimento de jornalistas, editores, associações de utentes dos media e académicos em organismos encarregados de produzir resoluções sobre ética, que os media assumam o compromisso de publicar, e pesquisas periódicas sobre a veracidade das informações divulgadas, que ao avaliar o respeito por padrões éticos funcionem como barómetro de credibilidade.

A intervenção dos CI, cujas decisões incidem sobre órgãos de comunicação e não sobre jornalistas individualmente considerados, assenta sobretudo na apreciação de queixas de cidadãos. Reúnem condições para o debate de questões deontológicas, com a vantagem de envolverem não jornalistas, assim habilitados a julgar os casos com maior conhecimento das práticas e dos constrangimentos profissionais e a partilharem a responsabilidade pelas decisões. A atividade de mediação, por esta via enriquecida, é suscetível de levar os media a corrigirem voluntariamente erros, evitando intervenções judiciais, ou mesmo a alterarem condutas. A possibilidade de através dos conselhos se defenderem de acusações infundadas também deve ser levada em conta.

A presença de personalidades exteriores ao meio jornalístico é tida como indispensável para inviabilizar tentações corporativas. No entanto, estes órgãos não lhes são imunes. O CI português, colocado em 1979 perante a queixa do diretor do vespertino “A Capital” contra um jornalista do “Diário”, relativa a um artigo considerado difamatório, nunca tomou uma decisão, acabando por arquivar o processo. O facto de os envolvidos serem ambos membros do órgão terá contribuído para o desfecho.

Também a PCC revelou falta de independência no caso das escutas telefónicas ilegais efetuadas pelo jornal “News of the World” (Cfr. Anexo 3), que viria a converter-se em cumplicidade, por omissão, com atos criminosos cometidos por um associado. Não encontrou, em 2007, vestígios de tais práticas e persistiu na atitude de negação em 2011, quando já não era possível esconder as evidências.

O organismo é frequentemente acusado de intervenção tardia. Um relatório de uma comissão da Câmara dos Comuns sobre a situação da Imprensa no Reino Unido no biénio 2009/2010 suscitou essa questão. Os parlamentares concluíram que o comportamento da Imprensa no caso “Maddie” (Cfr. Anexo 3), ao publicar centenas de notícias falsas, ficou a dever-se a fatores concorrenciais, que não podem justificar a diminuição dos padrões éticos. A abordagem da PCC foi apresentada como exemplo negativo: o caso constituiu “um teste importante para a capacidade de a indústria se autorregular”, mas o órgão falhou. “Por não tomar medidas firmes, deixou escapar uma oportunidade de impedir, ou pelo menos atenuar, alguns dos aspetos mais graves deste episódio”.

O argumento da PCC, que decidiu não intervir por estarem em causas matérias a dirimir em tribunal, mereceu fortes críticas. O relatório defendia uma ação mais proativa, anterior às denúncias, mesmo que só veiculada através de avisos públicos. Por outro lado, recomendava ao organismo que impusesse sanções pecuniárias em casos graves de violação do código deontológico e inscrevesse entre os seus poderes o de suspender a impressão de uma publicação.

No Reino Unido, a história da autorregulação está indelevelmente marcada por pressões do poder político, que impulsionaram sucessivas reformas do modelo, nunca logrando travar os excessos da Imprensa tabloide. Na génese do antecessor da PCC – o Press Council, criado em 1953 por sete organizações do setor – esteve precisamente o receio da intervenção estatal. A Comissão Calcutt, nomeada pelo Governo, preconizou a tipificação dos crimes de colocação de aparelhos de vigilância em propriedade privada, captação de imagens a partir de teleobjetivas e gravação de voz sem autorização. A comissão instou os proprietários dos media a criarem um CI, advertindo que, se não tomassem a iniciativa, ela própria se instituiria, por lei, como organismo dotado de poderes para assegurar o respeito pela privacidade e o exercício do direito de resposta.

O Press Council, inicialmente composto por proprietários e jornalistas, alargou-se em 1963 a representantes do público, mas perderia o concurso dos profissionais em 1980, com a saída

da NUJ, cofundadora do organismo, por não aceitar que a maior parte das propostas das comissões reais fosse ignorada. A extinção, em 1991, do Press Council e o nascimento da PCC “foram causados por uma doença tipicamente inglesa, que é a do público obcecado pela sua privacidade e, ao mesmo tempo, devorador de artigos que relatam a vida privada de outras pessoas”, afirmou em 1991 Kenneth Morgan, ex-membro de ambos os órgãos, no já citado colóquio do SJ sobre deontologia.

Constituída hoje maioritariamente por representantes do público, sendo o presidente designado pelos proprietários de jornais, a PCC adotou em 1991 um código deontológico, curiosamente da autoria de Patsy Chapman, diretora do tabloide “News of the World” (NotW). Dois anos depois, um novo relatório de uma comissão oficial admitiu substituir o órgão por um tribunal, com poder para impedir a circulação de jornais e aplicar multas. As recomendações não foram seguidas, mas impeliram a PCC a empreender novas reformas.

“O mérito da PCC, se é que o tem, baseia-se em dois fatores: o compromisso e o medo. O compromisso é a dedicação dos editores e donos dos jornais. O medo é a ameaça do Governo e do Parlamento à Imprensa. Como se fosse a última oportunidade. Como que uma espada de Dâmocles pendente sobre a Imprensa”, sintetizou Morgan. Instituição frágil desde o início, a PCC “não desencorajou nenhuma das veleidades políticas de controlar a imprensa de forma mais apertada” (Cornu, 1999 [1994]: 46), acabando por tornar-se mais um mecanismo de autorregulação da indústria da Imprensa do que da atividade dos jornalistas (Aznar, 2005: 232).

Em França, onde a tutela deontológica cabe ao sindicato e à Comissão da Carteira de Identidade dos Jornalistas Profissionais, na qual participa, foi lançada em 2006 pela Associação de Prefiguração de um Conselho de Imprensa (APCP) uma tentativa de instituir uma nova entidade. A ideia “nasceu da constatação da existência de um fosso entre os cidadãos, descontentes com o conteúdo e a qualidade dos media, e a escassa atenção concedida pela profissão a estes protestos” (APCP, *cit. por* Fidalgo, 2010a: 65-66).

Os promotores da iniciativa preconizam um órgão tripartido, com igual número de representantes do público, proprietários de órgãos de comunicação e jornalistas, que aplique sanções de carácter moral e aja exclusivamente sobre a Imprensa. A possibilidade de, sendo criado por lei, funcionar sob a égide da comissão da carteira, com garantias de independência, em vez de assumir o estatuto de associação privada, como defendem os membros da APCP, é a mais provável.

Entretanto, o sindicato propôs, em congresso, um conselho de deontologia tutelado pela comissão da carteira, semelhante ao criado na Bélgica em 2009 para as comunidades francófona e de língua alemã, com a missão de “investigar a origem das derivas deontológicas nas práticas e no funcionamento do conjunto da cadeia redatorial” (Boletim da APCP, n.º 1) e não apenas o jornalista “situado em primeira linha”. O modelo prevê a publicitação das investigações como única sanção, a representação do público, em posição minoritária relativamente a jornalistas e a editores, e a não aceitação de recurso à justiça enquanto o conselho se ocupa do caso.

A Resolução 428/70 do CE, que entre as medidas destinadas a assegurar a responsabilidade dos media preconizava a disseminação de conselhos, propunha que fossem dotados de poder para investigar e censurar condutas não-profissionais. É essa a modalidade mais comum. Culmina na emissão de um juízo público acerca das queixas recolhidas, que o órgão visado tem obrigatoriamente de divulgar. Excecional é a aplicação de sanções efetivas: multas, como no sueco e no indiano, e penas de prisão, no dinamarquês²⁶.

As fórmulas de designação de representantes da sociedade (Cfr. Boletim da APCP, n.º 1) são diversas: candidaturas, selecionadas por uma comissão (Reino Unido, Irlanda); nomeação por fundação da qual depende o CI (Holanda, Suíça); nomeação por membros do próprio órgão (o secretário-geral, na Noruega), por associações de utilidade pública (Dinamarca) ou pelo *ombudsman* (Suécia), cujo papel é apreciar queixas do público, decidindo se devem ser encaminhadas para o conselho, embora possa tomar a iniciativa de desencadear a realização de inquéritos.

A ausência de legitimidade comprometeu experiências como a do norte-americano National News Council (NNC), fundado em 1973 pela Twentieth Century Fund, uma instituição não-governamental. Os conselhos não têm tradição no país – nessa época, só funcionavam em Honolulu e no Minnesota, único que sobrevive. O NNC, segundo Jones (1980: 42), enfrentou forte resistência dos meios, que montaram uma campanha contra ele, por ter anunciado que limitaria a sua atividade à apreciação de denúncias contra jornais nacionais. Terá sido mesmo boicotado pelo NYT.

²⁶ Sobre as características dos conselhos de Imprensa, Cfr. Camponez (2011: 136-139) e Bertrand (2007).

Contudo, não terá sido essa a principal causa do insucesso. O NNC “nunca estabeleceu um lugar na consciência do público. Os seus membros e funcionários trabalharam em relativa obscuridade e a sua dissolução em 1984 recebeu apenas um lampejo de cobertura dos media” (Ugland, 2008: 3). Este autor não detetou evidências de que tenha sido hostil para com os reclamantes ou tratado de forma desfavorável os media, mas considera que não conseguiu ultrapassar “obstáculos estruturais e processuais” (*idem*, 19). Pouco recetivo a abordagens menos convencionais das normas, terá ficado demasiado preso a padrões jornalísticos tradicionais. Ofereceu assim argumentos para pôr em causa a sua legitimidade como mediador e enfraqueceu a autoridade moral em matéria de ética.

Um dos obstáculos à consolidação dos CI, que também determinou o fim do NNC, reside na autonomia financeira, indispensável à preservação da independência. Daí que diversos autores recomendem a diversificação de fontes de financiamento, para que se libertem da dependência do Estado ou dos meios empresariais. Bertrand (2002 [1997]: 108) defende o envolvimento de organizações internacionais, agências governamentais, fundações, sindicatos, universidades, etc.

Camponez (2011: 377) assume neste plano uma posição dissonante. Favorável à presença do Estado nos conselhos – é o modelo dinamarquês – sustenta que não impede a crítica ao poder político, tem a vantagem de assegurar o financiamento e permite influenciar debates políticos e legislativos respeitantes ao setor. “Afastar da autorregulação o poder político sem excluir o poder económico seria um contrassenso. Porém, rejeitar à partida ambos seria ainda mais errado”, argumenta, admitindo que os CI podem contribuir para o reforço da credibilidade do Jornalismo, desde que se tornem mais abertos aos diferentes interesses e não se circunscrevam à análise de queixas.

Uma estratégia em múltiplas frentes é a proposta de Bertrand. O conceito de MARS (meios de assegurar a responsabilidade social dos media), que formulou no início da década de 90 do século XX, remete para um conjunto de instrumentos não estatais, alguns dos quais já experimentados, suscetíveis de associar profissionais e público. Estão incluídos os que só têm impacto a prazo, como a educação do público e a formação dos utentes, e os que proporcionam uma ação imediata, como os provedores, além de códigos, conselhos de Imprensa, sistemas de monitorização, relatórios e obras críticas. “Os profissionais sabem bem como melhorar os media e têm boas razões para o desejar, mas são muito frágeis perante as forças políticas e sobretudo económicas. Têm necessidade do apoio das massas de utentes, eleitores e consumidores”, assinala Bertrand (2002 [1997]: 98).

1.2.4.2 Meta-jornalismo

Até que ponto o chamado meta-jornalismo, assim designado por incidir no noticiário sobre práticas jornalísticas e empresas mediáticas, pode instituir-se como meio de autorregulação alternativo aos tradicionais? Nos Estados Unidos, onde é designado de *media criticism*, os observadores atribuem-lhe um papel comparável ao de mecanismos como os CI ou os provedores. No entanto, a atitude refratária – quando não arrogante – dos jornalistas perante a crítica não é propícia a garantir a sua utilidade.

Mesquita sustenta que o meta-jornalismo cumpre três funções. Em primeiro lugar, a estratégica, que se prende com a competição entre empresas, órgãos de comunicação e os próprios jornalistas. Em segundo, a autopromocional, quando “substitui o elogio mútuo pela crítica e o secretismo por alguma transparência, ainda que limitada por motivos estratégicos e conveniências corporativas” (Mesquita, 2004: 279). A função reguladora, finalmente, está associada ao fomento do debate sobre a produção jornalística e a Deontologia. Exerce-se informal, dispersa e irregularmente, pelo que este autor considera que não chega a questionar práticas e rotinas. Contudo, reconhece ao meta-jornalismo “a vantagem de responder a uma exigência de equidade. Com efeito, compreendia-se mal que o jornalismo e os jornalistas fossem as únicas entidades ou pessoas a escapar à vigilância crítica dos media” (*idem*, 280).

Em Portugal, nunca se consolidaram práticas que possam corresponder a algo de semelhante ao meta-jornalismo. No entender de Carvalho (2010: 71), a “notória insuficiência de análise crítica que a generalidade da Comunicação Social faz sobre si mesma” contribui para acentuar a fragilidade da autorregulação dos media nacionais.

1.3 Exercício da profissão em contexto empresarial

Os jornalistas detêm direitos que representam uma “compressão ou limitação maior ou menor do direito de orientação dos titulares dos órgãos de comunicação que desse modo e nessa medida deixam de ser sujeitos ativos da liberdade de imprensa para passarem a ser seus destinatários” (Canotilho *et al.*, 2009: 582). Por outro lado, para alguns autores – a doutrina e a jurisprudência seguem essa linha – o artigo 41.º da Constituição, relativo à inviolabilidade da liberdade de consciência, religião e culto, deve ser interpretado como protetor da consciência em si e não apenas das convicções religiosas. Machado (2002: 585)

defende que, na dimensão negativa da objeção de consciência, aquele artigo pode constituir um instrumento de defesa do jornalista perante a empresa, o diretor ou mesmo o CR.

A garantia de independência dos jornalistas, introduzida pela primeira vez na lei de Imprensa de 1972, figura na Constituição e comporta direitos inscritos em legislação ordinária. De acordo com o EJ, “não podem ser constrangidos a exprimir ou subscrever opiniões nem a abster-se de o fazer, ou a desempenhar tarefas profissionais contrárias à sua consciência, nem podem ser alvo de medida disciplinar em virtude de tais factos” e podem recusar ordens ou instruções de serviço com incidência editorial emanadas de pessoas estranhas à área da informação. O EJ confere ainda ao jornalista o direito de se opor à publicação de textos da sua autoria em órgão de comunicação diferente daquele em cuja redação exerce funções, ainda que pertencente à empresa ou grupo económico a que se encontra vinculado. Neste caso, terá de invocar, de forma fundamentada, desacordo com a orientação editorial.

A alteração profunda da orientação editorial ou da natureza do órgão de comunicação podem justificar a cessação da relação de trabalho, com justa causa e direito a indemnização, conforme dispõe o EJ. A chamada “cláusula de consciência”, que também figura na lei de Imprensa, desde 1975, faz parte da legislação de diversos países, como o Código do Trabalho francês, de 1935. A Hungria foi, neste plano, precursora, em 1914.

Em Portugal, a situação de precariedade laboral esvazia de eficácia a “cláusula de consciência”, que só em dois casos foi aceite como fundamento para a rescisão de contratos. No extinto “República”, em 1975, a legitimidade da saída de 21 jornalistas foi reconhecida pelo CI, que confirmou a alteração da linha editorial. No caso da revista “Focus”, em 2001, a AACs deliberou favoravelmente a dois jornalistas (Cf. Carvalho *et al.*, 2003: 119).

“A liberdade de expressão dos jornalistas não deve ser apenas assegurada perante os poderes públicos, mas igualmente face aos proprietários e à estrutura hierárquica por estes estabelecida” (*idem*, 123). Assim enunciado, o princípio proporciona ao jornalista um espaço próprio de decisão e formação de opinião, dentro das linhas de orientação genéricas fixadas pela empresa. Porém, os direitos conferidos pela lei não põem em causa – nem poderiam pôr – a subordinação à hierarquia. Nestas condições, “a margem de decisão dos jornalistas está limitada, não só, a montante, pela lei, mas também, a jusante, pela orientação, pelas

regras e pelas estratégias definida pela respectiva empresa jornalística” (Mesquita, 2003: 240).

A Resolução 428/70 do CE sustenta que a organização interna dos meios de comunicação deve garantir a liberdade de expressão dos editores responsáveis e preservar a sua independência, mas nem sempre é possível compatibilizar a liberdade dos jornalistas, assalariados, com a liberdade interna aos media. Cria-se uma situação de “dupla dependência” ou de “dupla lealdade” – das normas específicas do exercício da profissão e das determinações da empresa, emanação do direito de propriedade – que pode ser conflitual e criar constrangimentos aos jornalistas.

O poder coercivo da empresa, que pode condicionar a evolução na carreira, recusar aumentos salariais ou mesmo despedir, é passível de quebrar a fidelidade do jornalista ao seu compromisso ético. A concentração empresarial, ao reduzir alternativas de emprego, também pesa na atitude do jornalista. Não é de todo seguro que a diminuição do pluralismo causada por aquele fenómeno seja compensada pela pluralidade interna em cada órgão de comunicação, ao contrário do que desejam Carvalho, Cardoso e Figueiredo (2003: 124).

Combater este cenário, em que as pressões tendem a multiplicar-se, passa pela valorização da componente coletiva da atividade. Um jovem estagiário, especialmente em contexto de precariedade laboral, é mais vulnerável do que um veterano. Mas nenhum deles está isolado. O jornalista “nunca se encontra totalmente só perante as suas opções. Faz parte de uma equipa redatorial” (Cornu, 1999 [1994]: 264-265). A responsabilidade solidária não reduz a autonomia individual; pelo contrário, reforça-a, ao criar no seio das redações um clima de diálogo “capaz de realizar as condições de uma ética da informação baseada na intersubjetividade e de fundamentar exigências de legitimação junto dos responsáveis hierárquicos”.

Pragmático, Mathien (*apud* Mesquita, 2004: 241) constata a necessidade de um “compromisso permanente” entre o dever do jornalista de satisfazer o direito do público à informação e o propósito da empresa/direção de satisfazer as expectativas dos clientes, para rentabilizar o negócio – isto é, entre as visões de informação como produto, que tem de ser vendido, e informação como serviço aos cidadãos. Porém, reconhece que passar à prática esse compromisso pressupõe que as empresas “integrem nas suas estratégias, a par das noções de mercado, de vendas e de audiência, o conceito de credibilidade – credibilidade junto do destinatário, do recetor, dos públicos”.

Imputar às empresas todas as culpas pelas violações ético-deontológicas seria, porém, ocultar as responsabilidades dos jornalistas. “Por muito socialmente responsáveis que alguns jornalistas se tornem, sempre haverá aqueles que para fins comerciais ou de promoção profissional estarão preparados para abusar da sua liberdade”, observam Bulmer e Bell (1985: 20). Sobretudo por efeito de pressões cruzadas sobre o profissional: “são os editores a empurrarem-no para ser o primeiro com a história ou ter a melhor imagem; é a competição com os colegas sob igual pressão dos seus próprios editores; é o orgulho profissional e a esperança de progressão na carreira; e é o poderoso ‘mito’ jornalístico do repórter ‘durão’, que tem a história e não se importa nada com as consequências”.

Perante o público, o jornalista assume o que assina, mas inserido numa redação essa responsabilidade dilui-se, já que não controla todo o processo produtivo. Em Portugal, a própria lei o reconhece, através do EJ, ao autorizar a intervenção hierárquica, sob determinadas condições. O uso da prerrogativa circunscreve-se à forma ou à necessidade de redimensionamento do artigo, muito frequente na Imprensa; não pode servir de pretexto à sua adulteração. Note-se que, neste plano, vigoram sistemas diferentes. Segundo Bertrand (2002 [1997]: 57), na Grã-Bretanha os editores respondem pelos atos da sua equipa, enquanto em França os jornalistas não podem remeter responsabilidades para um superior.

Bertrand (*idem*, 116-177) considera indispensável que os jornalistas “mandem blindar os seus códigos: conseguindo a participação na gestão editorial da sua publicação, fazendo incluir o código nos contratos coletivos de trabalho ou, ainda, conseguindo a legalização das cláusulas do código num estatuto profissional”. O reforço da autonomia, para o qual aponta esta proposta, pode ser alcançado através de diversas vias. Como vimos, em Portugal a participação na orientação editorial goza de proteção legal. Por outro lado, na mais recente revisão, o Estatuto inspirou-se no CD, tornando a violação de deveres passível de procedimento disciplinar – questão que abordaremos no capítulo seguinte.

A incorporação de normas deontológicas em contratos de trabalho – o “Daily Express” aceitou incluir nos seus o código da PCC (Cfr. Câmara dos Comuns, 2009/2010) – é uma via possível, já que também vincula proprietários dos media. Em sede de contratação coletiva, as questões deontológicas estão, em Portugal, salvaguardadas. A convenção em vigor, assinada pelo SJ e pela Associação Portuguesa de Imprensa (API) em 2010, inscreve entre as garantias a impossibilidade de o empregador exigir “qualquer conduta que colida

com os deveres emergentes do Código Deontológico ou com os direitos e deveres previstos no Estatuto do Jornalista”, bem como o direito de “recusar o cumprimento de ordens a que não deva obediência”, nos termos legais.

Alternativa válida é a valorização do papel dos CR, mediante a atribuição de competências como o parecer vinculativo na elaboração do estatuto editorial e de códigos de conduta, defendida pelo SJ²⁷. Assim poderiam ser eliminados – ou pelo menos atenuados – os efeitos perversos do fenómeno que Balle (*apud* Cornu, 1999 [1994]: 71) designa como de “dupla filiação” – a partilha de regras profissionais com os pares e a subordinação e lealdade à hierarquia e à empresa, que considera suscetível de se converter em “dupla infidelidade”.

1.4 Síntese conclusiva

A Deontologia, enquanto quadro de deveres profissionais, inspira-se na Moral, mas problematiza-a permanentemente, por impulso de interrogações éticas a que a prática quotidiana dos jornalistas conduz. Ao codificar normas, aproxima-se do Direito. E, como pressupõe uma abordagem crítica, adquire um dinamismo a que não é indiferente o juízo ético da sociedade sobre o exercício profissional. Entendida como instrumento de aferição da responsabilidade social dos jornalistas, corresponde ao reconhecimento dos efeitos do que transmite. Materializa, assim, um contrato com o público, habilitado a escrutinar condutas em função dos deveres assumidos.

Historicamente, a Ética e da Deontologia foram decisivas para consolidar a identidade profissional, ao contribuírem para que o Jornalismo se distinguisse de atividades conexas e adquirisse legitimação social e autonomia perante o Estado. A introdução da doutrina da responsabilidade social, em 1947, através do “Relatório Hutchins”, constitui um momento importante. Viria a ser acolhida na Declaração da Unesco Sobre os Media, que em 1983 consagrou a informação como bem social e instaurou o princípio de que o jornalista deve nortear-se pela sua consciência ética.

Autores como Christians e Nordenstreng entendem que o paradigma do “Relatório Hutchins” já não reúne condições para garantir a responsabilidade social dos media. De forma a eliminar os riscos de fechamento da autorregulação, preconizam uma ética do cidadão, fundada em princípios como o da dignidade humana. Trata-se da constatação de que o

²⁷ “Posição sobre a Proposta de Lei n.º 76/X/1”, 2006: 21, Arquivo do SJ

respeito pela ética também depende da capacidade dos profissionais de combaterem tendências corporativas.

A autorregulação, assente na perspetiva de que o jornalista só aceita, em matéria profissional, a jurisdição dos seus pares, detendo em primeira instância uma responsabilidade perante o público, materializa-se através de um conjunto de instrumentos. É consensual a ideia de que, se efetivamente exercida, inibe os poderes públicos de intervirem, o que favorece a independência dos media. O reforço da confiança dos cidadãos é outra das vantagens identificadas. Mas o facto de não ter força de lei e de estar exposta aos interesses da indústria dos media e dos próprios jornalistas fragiliza a autorregulação.

Em duas posições se baseia a discussão em torno da fórmula mais eficaz de conferir eficácia à autorregulação. Quem preconiza sanções meramente morais, parte do princípio de que a denúncia pública de uma infração deontológica é suficiente, atendendo à exposição a que o jornalista está sujeito. Do lado oposto, argumenta-se que só a imposição de sanções efetivas pode travar abusos. O debate desta questão não pode, no entanto, ignorar a influência do contexto empresarial nas práticas jornalísticas.

Entre os instrumentos de autorregulação transversais, predominam os códigos. Diversos na dimensão, no conteúdo e na origem, não são uniformizáveis. Contemplam, ainda assim, princípios comuns, como o respeito pela verdade e o rigor. Salvo raras exceções, os conselhos deontológicos ou de ética, encarregados de zelar pelo cumprimento das normas constantes dos códigos, procedem apenas à reprovação pública de infrações. As ordens profissionais, que impõe inscrição obrigatória e regime disciplinar, apenas estão implantadas em Itália e em alguns países da América Latina. Os críticos deste modelo sustentam que não é compatível com a natureza aberta do acesso à profissão e sublinham o facto de a maioria dos jornalistas não exercer a atividade em regime liberal.

Instrumentos internos aos media, os códigos de conduta, livros de estilo e estatutos editoriais têm alcance diferente, no que concerne à eficácia. Os primeiros acolhem muitas vezes regras mais apertadas do que as previstas em documentos nacionais, enquanto a abordagem genérica dos estatutos lhes retira capacidade para produzirem efeitos.

O cargo de provedor, embora dependa em grande medida das características de quem o exerce, apresenta a vantagem de se instituir como “ponte” entre a redação e o público, usufruindo também de condições para desenvolver um olhar crítico sobre o Jornalismo. A

independência é condição de sucesso da sua intervenção, mas os provedores enfrentam muitas vezes a relutância dos profissionais quanto ao escrutínio do seu trabalho e correm o risco de serem instrumentalizados pela empresa.

As potencialidades dos CR, cuja ação incide predominantemente, em Portugal, na defesa dos direitos dos jornalistas, estão por explorar na sua plenitude. A possibilidade de tomarem posição sobre questões deontológicas não tem figurado entre as suas principais preocupações. No entanto, poderiam integrar entre as suas competências a receção de queixas do público sobre o desempenho dos jornalistas neste plano.

Mecanismo vocacionado para a proteção dos cidadãos perante os media, o direito de resposta, que se encontra contemplado na Constituição, obedece aos princípios da igualdade e da eficácia. Visa permitir a apresentação de uma visão dos factos – e não apenas a correção de informações – além de ser um meio de defesa contra ofensas. Nessa medida, pode levar os jornalistas ao autocontrolo.

A participação de personalidades exteriores ao setor dos media é encarada como a principal vantagem dos CI – inclusive na mediação, visto que lhes cabe apreciar reclamações. Contudo, não é facilmente compaginável com o princípio de que os jornalistas não aceitam ingerências estranhas em matéria deontológica. A proposta de Bertrand, que preconiza desenvolvimento de um conjunto de “meios de assegurar a responsabilidade social dos media”, aponta para a combinação de instrumentos.

O noticiário sobre práticas jornalísticas e empresas mediáticas, vulgarmente designado meta-jornalismo, também deve ser incluído entre os mecanismos de regulação. Quanto mais não seja por fomentarem o debate em torno da produção jornalística e permitirem a crítica interna, numa profissão que reclama legitimidade para a exercer sobre cidadãos e entidades.

As normas legais conferem direitos e salvaguardam a independência do jornalista. No plano ético-deontológico, está vinculado a um código, livremente assumido. Porém, enquadrado numa redação, deve obediência às determinações da hierarquia da empresa. Em caso de colisão, podem surgir pressões e até conflitos. Daí a necessidade de reforçar a sua autonomia, através da inclusão de cláusulas de incidência deontológica em contratos de trabalho e da atribuição de novas competências aos CR.

Capítulo 2 Fixação do modelo deontológico em Portugal

A construção do “edifício” deontológico dos jornalistas foi, em Portugal, bem mais lenta do que noutros países. Na tardia democratização reside grande parte da explicação para o atraso. Sob o salazarismo, a ausência de liberdade de Imprensa e o rígido enquadramento profissional não constituíam terreno propício à consolidação de normas éticas. O Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ), de inscrição obrigatória, controlava o acesso à profissão, uma vez que era responsável pela acreditação – emitia a carteira, visada pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, desde 1941. Decorrente dessa competência, estavam também confiadas à organização sindical funções disciplinares, com um quadro sancionatório passível de culminar na expulsão, que redundava no impedimento de exercer a profissão – através do Conselho Disciplinar, entre 1934 e 1940, e do Conselho Técnico e de Disciplina, criado em 1962 e que se manteria até 1975.

A mais remota referência a um código deontológico consta dos primeiros estatutos do SNJ, publicados em 1934 (Veríssimo, *cit. por* Correia *et al.*, 2007: 359). Dadas as circunstâncias políticas, não produziria quaisquer efeitos. O panorama só começou a mudar nos anos 60 do século XX. Em correspondência com a melhoria das condições de trabalho, a modernização dos meios, a rutura com a tradição do Jornalismo “noticiarista” e uma maior sensibilidade para as vantagens da formação, “aumentou a consciência profissional e o sentimento de pertença a um grupo com identidade própria” (Correia *et al.*, 2007: 438), evolução marcada pelo repúdio da Censura, que ultrapassava divisões ideológicas. A conjugação daqueles fatores permitiu que surgissem, no âmbito sindical, preocupações de natureza deontológica.

Os novos estatutos do SNJ, de 1962, incluíam num capítulo dedicado à disciplina a intenção de elaborar um código que contemplasse sanções, sendo a expulsão a mais gravosa. O objetivo de inserir normas sobre Deontologia no projeto de regulamento da carteira, concebido pela equipa sindical de 1964, ficou pelo caminho, mas dois anos depois o contrato de trabalho dos jornalistas incorporou, pela primeira vez, matérias deontológicas, como a incompatibilidade com o exercício da atividade publicitária. Incluía direitos, deveres e penalizações, modelo que acabaria por resistir a sucessivas negociações do articulado (Cfr. Correia *et al.*, 2007: 362).

O regulamento profissional que chegou a ser preparado em 1967 deveria inserir um código deontológico e garantir “a sujeição da lealdade devida às empresas, e aos superiores e

colegas, à primazia dos deveres profissionais” (Boletim do SNJ, n.º 1). Nada, porém, se concretizou. Em 1972, durante a chamada “Primavera Marcelista”, um projeto de Código de Deontologia Profissional incluiu 24 direitos e deveres, atribuindo ao Conselho Técnico e de Disciplina a competência de aplicar sanções, entre a advertência e a demissão, com cassação de carteira e expulsão. No preâmbulo, o projeto reconhecia que os jornalistas devem assumir “as consequências dos seus atos e omissões, respeitando a sua consciência, em cada caso”, mas sublinhava que “a Deontologia profissional pressupõe a responsabilidade do jornalista, a qual só existe quando e onde existir liberdade”. Em vista da persistência de censura, então denominada Exame Prévio, a Assembleia Geral do SNJ suspendeu a aprovação do código.

Com o advento da democracia, após o 25 de Abril de 1974, a Comunicação Social beneficiou de profundas transformações. A Constituição de 1976 não cuidou apenas de consagrar a liberdade de Imprensa – o novo regime conferiu dignidade constitucional aos conselhos de informação, criados no setor público, para garantir o pluralismo. Na prática, os conselhos reproduziram no campo dos media, contaminados pelas divisões políticas que marcaram a época, o conflito entre legitimidade eleitoral e legitimidade revolucionária, característico do PREC. Constituíram uma forma institucional de “fazer substituir a influência ‘gonçalvista’ dos plenários dos trabalhadores das empresas do setor público de Comunicação Social pelo tipo de legitimidade obtido pelo sufrágio eleitoral” (Carvalho, 1986: 57-58), porque os partidos tomavam o lugar dos ativistas. Tornaram-se, assim, “uma réplica comprometida do jogo de forças parlamentar” (Carvalho *et al.*, 2003: 257-258).

A lei de Imprensa, aprovada ainda em 1975, “optou por um modelo claramente liberal, caracterizado pela rejeição não apenas da censura prévia, mas também de qualquer forma de repressão administrativa” (Carvalho *et al.*, 2003: 25). Primeiro passo para o enquadramento legal do setor, o diploma teve enorme alcance na salvaguarda da liberdade de expressão, ao consagrar o direito à informação, bem como o sigilo profissional e a cláusula de consciência. No plano dos instrumentos deontológicos, revelou-se marcante a diversos níveis: criou o Conselho de Imprensa, conferiu existência legal aos CR e determinou a elaboração, pelos jornalistas, de um código deontológico. Esta inédita imposição legal traduziu-se, na ótica de Camponez (2011: 300), num ato de autorregulação “compulsiva”, resultante da inércia dos jornalistas, que perderam a oportunidade de a institucionalizar por sua própria iniciativa.

2.1 Conselhos de redação por via legal

O modelo dos CR, então delineados como coadjuvantes das direções editoriais, fora desenhado ainda em 1970 pelo SNJ. Apresentado nesse ano, o projeto de lei de Imprensa da autoria de Francisco Pinto Balsemão e Sá Carneiro, que procurava aproveitar a abertura política prometida por Marcello Caetano, previa a sua criação. Mas não passou, desferindo mais um golpe na estratégia da “Ala Liberal” de reformar o regime por dentro.

Um ano mais tarde, o contrato coletivo de trabalho celebrado entre o sindicato e o Grémio Nacional da Imprensa Diária contemplou a criação de comissões de redação, com funções semelhantes, que viriam a ser eleitas em quase todos os jornais (Observatório de Deontologia do Jornalismo, n.º 7). Logo após a Revolução, em 2 de maio de 1974, foi aprovada em Assembleia Geral do sindicato a proposta de constituir conselhos, visando o “controlo permanente pelos jornalistas sobre as suas condições e a qualidade do trabalho, direção e orientação de todos os órgãos de informação”.

As novas condições políticas, que favoreciam o envolvimento dos jornalistas na orientação editorial, permitiram a adoção daquele modelo. A criação dos CR por via legal representou, por si só, um assinalável avanço. Tanto mais que lhes foi atribuído voto vinculativo na designação de equipas de direção e chefia de redação, o que significava a possibilidade de veto. O direito de eleger conselhos foi constitucionalizado em 1982. Nesse ano, o I Congresso dos Jornalistas admitiu que poderiam vir a desempenhar um papel “em todas as formas de acesso à profissão” (AA. VV., 1982: 19). Começavam a debater-se alternativas ao sistema de acreditação profissional pela organização sindical herdado do corporativismo.

Em 1990, os CR perderam grande parte dos poderes. O parecer sobre a designação e destituição da direção e das chefias passou a não vinculativo – e sem qualquer sanção, em caso de incumprimento. Desde então, o SJ tem vindo a insistir, sem êxito, no reforço de poderes. No âmbito do processo de revisão do EJ, em 2007, interpelava o legislador: quando “desafia os jornalistas a assumir um novo quadro de autorregulação, não deve temer criar condições para que esta se estabeleça, a começar nas próprias redações”²⁸. Em 2011, no parecer que preparou para a anunciada alteração daquele diploma – que não chegou a concretizar-se, porque a legislatura foi interrompida – defendeu que os membros

²⁸ Principais apreciações do Sindicato dos Jornalistas à discussão conjunta, na especialidade, das propostas de revisão do Estatuto do Jornalista (29/5/2007), Arquivo do SJ.

dos conselhos de redação sejam considerados, “para todos os efeitos, nomeadamente para efeitos de proteção prevista na lei laboral, como representantes dos trabalhadores”²⁹.

Esvaziados de poderes, os conselhos têm vindo a desaparecer. De acordo com um levantamento feito pelo CD (Cfr. Observatório de Deontologia do Jornalismo, n.º 7), com base em dados da CCPJ de outubro de 2010, podem ser constituídos em 195 redações (com mais de cinco elementos), correspondentes a 4053 jornalistas, 66% dos que têm vínculo contratual a órgãos de comunicação. No entanto, não existirão sequer em duas dezenas.

A progressiva perda de influência dos CR não foi compensada por outros instrumentos de regulação internos aos media. Além do “Público”, só publicações do grupo Impresa (“Expresso”, “Visão” e “Caras”) e o semanário “Sol” se muniram, nos primeiros anos do novo século, de códigos de conduta. Os criados na RTP e na Agência Lusa não são códigos jornalísticos, mas empresariais, por isso adaptados ao facto de vincularem todos os trabalhadores das respetivas empresas.

O ímpeto inicial de instituição de provedores do leitor, figura defendida pela primeira vez pelo SJ num colóquio de junho de 1991, não teve sequência. O jornal desportivo “Record” foi pioneiro, um ano depois, ao nomear David Borges para o cargo. Só em janeiro de 1997 o DN se tornou o primeiro generalista a criar a função, confiada a Mário Mesquita. Um mês mais tarde, Jorge Wemans estreou-a no “Público” e, em 2000, chegou a vez do JN, através de Fernando Martins. Hoje, só “Público” e DN conservam o cargo, exercido, respetivamente, por José Queirós e Óscar Mascarenhas. Os provedores do ouvinte e do telespetador, criados por lei no setor público audiovisual, em 2006, não têm uma missão comparável, nem natureza autorregulatória.

2.2 A experiência do Conselho de Imprensa

Inspirado no Press Council britânico, o CI português foi o único órgão deste tipo criado por lei na Europa. A sua composição diversificada constituía uma mais-valia, mas a representação da opinião pública manteve-se sempre escassa. Quando, em 1978, passou de 24 para 19 membros, deixou de incluir militares do MFA e representantes de partidos. No entanto, os quatro cidadãos de “reconhecido mérito”, aos quais se juntavam dois cooptados, eram eleitos pela Assembleia da República, à qual o conselho estava estruturalmente

²⁹ Proposta de alteração ao Estatuto do Jornalista, 28/1/2011, Arquivo do SJ.

ligado. O elevado número de membros e a não exigência de exclusividade no exercício do cargo condicionaram o seu funcionamento.

O Conselho de Imprensa dispunha de poderes – mais amplos do que os de organizações similares estrangeiras – de intervenção formal e informal, quer na defesa da liberdade de Imprensa e do pluralismo, quer dos direitos dos cidadãos perante a Imprensa. Acabaria por privilegiar a defesa dos direitos dos jornalistas, mesmo quando conflituavam com outros. Também por isso, foi “quase sempre oposição” (Carvalho, 1986: 17), principal característica, pelo menos até 1985. O balanço deste autor é muito crítico: demonstrou “escasso grau de iniciativa”, pouca análise de questões deontológicas e “insuficiência de conceção doutrinária”, que foi sendo superada ao longo dos anos.

O facto de quase só emitir recomendações ou juízos de valor – decisões vinculativas, que o jornal visado era obrigado a publicar, constituíram exceção – e de chegar a deliberar sobre queixas anos após as ocorrências reduziu a sua eficácia na repressão de condutas violadoras de normas éticas. Em 1988, reconheceria que, dotado apenas de força moral, “a sua autoridade se esgota nos juízos que produz” (Rec. CI, 20/7/1988).

Quando colocado perante casos dirimidos pela Justiça, o CI não se pronunciava antes do trânsito em julgado. Um parecer de 1979 terá determinado a opção. Solicitado pelo provedor de Justiça, inspirou-se quase por completo numa informação da PGR, segundo a qual a violação de direitos, liberdades e garantias deveria ser apreciada pelos tribunais. Paradigmática das opções do conselho em questões relacionadas com direitos de personalidade foi a forma como abordou, em 1982, o caso de Manuel Pedro Dias, recluso a cumprir pena, a quem “A Capital” dedicou três reportagens (Cfr. Anexo 3), com alusões à ex-companheira e às filhas. O órgão nem sequer instruiu o processo, alegando que não recebera diretamente a queixa e que a intenção de Manuel Pedro Dias seria acionar judicialmente o vespertino.

Uma análise da atividade do CI realizada no âmbito da presente investigação, complementada com informações constantes da obra de Arons de Carvalho “Liberdade de Informação e o Conselho de Imprensa (1975-1985)”, permite concluir que, se neste período mais de metade das deliberações incidiu no exercício do direito de resposta, entre 1986 e 1990, data de extinção do órgão, a proporção foi menor, quedando-se em pouco mais de um quarto. Ao longo de 15 anos de existência, 40% das queixas abordaram a questão do direito de resposta (Comunicado CI 16/90).

No primeiro período, embora tenha analisado várias queixas sobre questões relacionadas com direitos de personalidade – a primeira, no âmbito do chamado caso “Lopes da Neta” (Cfr. Anexo 3), apresentada em fevereiro de 1978 – só emitiu três recomendações (em 1981, 1982 e 1984) e dois pareceres, em 1979 e 1985, este sobre relações da Imprensa com polícias e tribunais, cuja abordagem justifica a inserção nesta categoria. Carvalho (1986: 197-198) considera “pobre” o trabalho desenvolvido pelo CI em matéria de queixas. “Limita-se casuisticamente a apreciá-las. Com raras exceções, deliberou sem formular qualquer reflexão doutrinária e poucas vezes cita um caso passado que para o Conselho de Imprensa tenha criado um precedente aplicável”.

Nas recomendações emitidas na primeira década de funcionamento, estavam em causa “crimes contra a honestidade”, designação genérica, à época, dos crimes de ultraje público ao pudor, atentado ao pudor, estupro voluntário, violação, adultério, lenocínio, difamação, calúnia e injúria. Em 1982, o conselho pronunciou-se sobre uma notícia do jornal “O Dia”, publicada dois anos antes (Cfr. Anexo 3), em que fora revelado o nome de uma vítima de violação. Um ano depois, condenou “O Crime”, por levantar suspeitas sobre a responsabilidade do cunhado de um jovem na sua morte, em resposta a uma queixa da mãe da vítima. Em 1984, abordou a identificação, pelo CM e pelo “Comércio do Porto”, de menores vítimas de crime.

Após 1986, contabilizam-se quatro pareceres sobre condutas deontológicas (entre 52) e duas recomendações, o que revela a escassez de produção doutrinária. Das 133 queixas recebidas, só oito, em rigor, se integram na esfera dos direitos de personalidade – como reputação, boa fama, bom nome e imagem – embora mais três surjam classificadas como tal. Duas delas envolveram, em simultâneo, direito de resposta.

Numa conferência sobre conselhos de Imprensa na Europa, em 1988, o CI sustentou que na época, em Portugal, as ofensas no domínio da violação da privacidade não tinham atingido “dimensão preocupante”. Não deixou, ainda assim, de admitir que deveria estar atento à possibilidade de se agravar, com a crise económica da Imprensa, que tenderia a acentuar o sensacionalismo e a concorrência.

No ano seguinte, o conselho abordou pela primeira vez um caso de direito à imagem. Tratou-se da publicação, pelo T & Q, da foto de uma mulher seminua a ilustrar um texto

sobre concursos de beleza (“É só misses...”), ao qual era completamente alheia (Cfr. Anexo 3), que considerou “indiscreta ofensa à esfera íntima” (Deliberação de 13/2/1989).

O órgão foi extinto em 1990, juntamente com o Conselho de Comunicação Social – criado em 1982, em resultado da fusão dos conselhos de informação da RTP, RDP, Anop e Imprensa estatizada – o qual, vocacionado para os media estatais, perdera razão de ser com a abertura da televisão e da rádio a privados e a criação de grupos de media. O facto de ter, durante anos, coexistido com o CI representava uma sobreposição de atribuições e competências e o risco de decisões distintas ou, até, contraditórias.

Os jornalistas que integraram o CI guardam a memória de uma experiência positiva. “Só existiu porque foi criado artificialmente, imposto por lei e não como emanção da sociedade. Só se manteve porque os jornalistas lhe deram muita força. As empresas nunca quiseram saber dele e sempre o consideraram incómodo”, afirmou Adelino Cardoso em 1991³⁰. “Era uma espécie de tribunal moral que, com mais tempo, provavelmente se teria imposto pelo prestígio das suas decisões equilibradas e pelo desprestígio de quem fosse por ele admoestado”, observa Ribeiro Cardoso (*cit. por* Fidalgo, 2010a: 58).

O Sindicato dos Jornalistas tem vindo a bater-se pela reconstituição de um CI de composição tripartida. Não fechou, contudo, as portas à iniciativa tomada em 2008 pela API, assente num modelo de direito privado, que reúna jornalistas e representantes dos proprietários. Aceitou mesmo participar num “grupo de missão” criado pelas duas organizações para negociar a sua concretização. O processo, contudo, avança lentamente. Está por definir o modelo institucional e o financiamento e persistem divergências de âmbito e de competências do órgão. A API propõe que limite a sua intervenção à Imprensa e media digitais, enquanto o SJ defende a inclusão de todos os meios – podendo ser denominado Conselho de Comunicação Social – e não admite qualquer solução que conduza à extinção do CD. O presidente do sindicato, Alfredo Maia (*cit. por* Fidalgo, 2010a: 54), recusa a intervenção individual sobre profissionais no domínio deontológico, invocando o princípio de que a Deontologia é “esfera exclusiva dos jornalistas”.

Numa iniciativa designada de autorregulação, mas de âmbito empresarial, a Confederação Portuguesa de Meios de Comunicação Social lançou, em 2005, a Plataforma Comum dos Conteúdos Informativos nos Meios de Comunicação. Subscrita pela API, Associação Portuguesa de Radiodifusão, SIC, TVI e Rádio Comercial, assenta em dez “bases

³⁰ Colóquio sobre Deontologia, Arquivo do SJ

programáticas”. Assume o compromisso de observância do Código Deontológico, cujas normas desenvolve, mas diverge dele num ponto: ao admitir que o consentimento expresso pode permitir a divulgação da identidade de vítimas de crimes sexuais.

O documento sustenta que o tratamento jornalístico deve “salvaguardar o princípio da dignidade da pessoa humana”, o que implica prudência ao noticiar atos de violência, para não os incentivar ou “promover tipos psicológicos agressivos”, preservando a privacidade de vítimas e familiares. A investigação jornalística de raptos, insurreições ou atos terroristas deve ser efetuada de forma a “não fazer perigar a vida ou a integridade física das pessoas envolvidas e a não proporcionar qualquer informação vital ou apoio aos autores de tais atividades” (Plataforma, 17/3/2005).

A prudência é também recomendada em notícias sobre crianças e jovens, deficientes ou pessoas em situação de risco, “salvaguardando sempre a sua privacidade”. A divulgação de casos de suicídio é condicionada ao interesse público. Quanto à reprodução de imagens de pessoas mortas, a plataforma só admite a identificação se for “essencial à notícia” e desde que transmitida em respeito pela dignidade da pessoa humana.

2.3 Os dilemas do Conselho Deontológico

Após a Revolução de 1974, o SJ manteve a capacidade de emitir a carteira, a par da função de representação profissional – situação que na perspectiva de Camponez (2011: 235) ofereceu ao legislador pretexto para a “quase completa captura da autorregulação dos jornalistas” pela lei, na medida em que até a criação de um código deontológico foi imposta. Baseado no projeto elaborado na fase final do marcelismo, o código de 1976 incluía 22 deveres e um conjunto de sanções, da censura à expulsão. Este quadro, circunscrito ao âmbito associativo, não afetava o exercício profissional, porque o processo de atribuição de título era independente da condição de filiado – tacitamente até 1979, formalmente a partir dessa data, por via do Regulamento da Carteira Profissional. Uma eventual expulsão adquiriria, portanto, o valor de punição simbólica, já que o sócio atingido poderia, simplesmente, desvincular-se do sindicato.

Fortemente influenciado pelo período revolucionário, o código não conseguiu iludir as insuficiências da organização sindical. Na ótica de Pina (1997: 52), revelava “um maximalismo de todo em todo inapropriado aos poderes e competências, meramente associativas, de que os jornalistas dispunham para o fazer respeitar”. Ultrapassar essa

limitação teria de passar por uma de duas alternativas: “pela assunção, por parte do dispositivo deontológico, de uma natureza meramente moral, mesmo que prevendo sanções de tipo associativo, ou pela alienação no legislador ordinário da autonomia dos jornalistas nesta matéria”.

No próprio ano de 1976, segundo Pina (1997: 49), já o SJ admitia a necessidade de rever o código, mas só no congresso de 1986, dedicado à Deontologia, seria apresentado um anteprojeto, de iniciativa sindical, com quatro capítulos (direitos, deveres, incompatibilidades e sanções). Na resolução final do conclave, defendia-se que o novo código fosse “discutido e aprovado, em igualdade de circunstâncias, por todos os detentores de título profissional” (AA. VV., 1986: 7), enunciando apenas deveres e prevendo sanções morais, a aplicar por um conselho deontológico eleito por todos os jornalistas, filiados ou não no SJ.

A natureza das sanções – com impacto profissional ou apenas morais – é tema recorrente dos debates entre os jornalistas portugueses. Voltaria a ser discutida no III Congresso, em 1998. Diana Andringa, então presidente do SJ, sustentou que “aplicar sanções aos jornalistas, sem aplicá-las aos patrões, é reforçar a tendência já latente para ver os jornalistas como culpados, em vez daqueles que os incitam a proceder ao arrepio das regras éticas” (AA. VV., 1998: 35).

A ausência de condições para assegurar o respeito pelo código é um dilema com o qual o sindicato se debate desde 1976. O primeiro Estatuto do Jornalista, aprovado três anos depois, determinava que o Código Deontológico incluísse “garantias do respetivo cumprimento” e responsabilizava diretamente a organização sindical pela aplicação de sanções. O SJ apressou-se a criar o CTD, para dar satisfação às disposições. Mas o problema persistia. E não seria superado com a aprovação de um novo código.

O texto de 1993, cujas características analisaremos mais adiante, traduziu, em grande medida, a intenção de retirar a carga ideológica ao código então vigente. Condensado em dez normas, não deixou, ainda assim, de o acolher como fonte direta, a par de um anteprojeto da autoria de Oliveira Figueiredo, presidente da Assembleia Geral do SJ, e de vários códigos de âmbito nacional e supranacional.

Uma alteração aos estatutos do SJ operada em 1990 substituíra o CTD pelo CD, eleito por método de Hondt, em lista separada dos restantes corpos gerentes. Tratou-se de mais um passo no sentido de assegurar a autonomia do órgão, mas não foi aproveitado – até hoje, só

numa ocasião se apresentou a sufrágio uma lista alternativa, exclusivamente para o conselho.

A Direção do SJ liderada por João Mesquita defendeu, em 1993, que qualquer jornalista, independentemente da condição de sindicalizado, dispusesse de capacidade eleitoral ativa na escolha dos membros do CD. O Conselho Geral tomou, mais tarde, posição no mesmo sentido. A estratégia, que esbarrou nos limites da intervenção sindical, teria a vantagem de conferir representatividade e legitimidade ao órgão, mas comportava o risco de subordinar sócios à vontade de não-sócios.

De acordo com o levantamento realizado por Camponez (Cfr. 2011: 327-354), que abrange o período entre 1974 e 2007, até 1990 a ação do CD foi essencialmente “autocentrada: de jornalistas, por jornalistas e para jornalistas” (*idem*, 333), o que se deverá ao facto de predominantemente se ocupar da emissão e revalidação de carteiras e do escrutínio de incompatibilidades.

Entre 1991 e 1996, durante os mandatos de Daniel Reis, o conselho assumiu-se como de autorregulação “de jornalistas e para jornalistas”. Em regra, as queixas de cidadãos eram arquivadas, porque entendia não dispor de competências para as apreciar. Estratégia oposta foi adotada sob a presidência de Óscar Mascarenhas (1996-2000). A possibilidade de o CD se pronunciar sobre participações do público, que aumentaram no mandato 1998-2000, ficaria mesmo inscrita nos novos estatutos do SJ, aprovados em 2009.

O estudo de Camponez revela quão escasso é o número de queixas relacionadas com direitos dos cidadãos – respeito pela imagem, dor e vida privada, condições de serenidade no contacto com protagonistas de notícias, discriminação ou identificação de menores e de vítimas de violência –, sendo todas apresentadas após 1988. A maior parte das queixas foi canalizada para a AACCS, no período em que funcionou. Nos últimos três anos, poucas mudanças se registaram: com este tipo de conteúdo, o CD recebeu 3 queixas (uma das quais também remetida à CCPJ) em 2009 e outras tantas no ano seguinte (duas apresentadas igualmente à ERC). Não há registo de qualquer participação em 2011.

Influenciada pela interpretação que os membros do órgão fazem das suas funções – mais restritiva nos mandatos de Reis, mais aberta nos de Mascarenhas, ao longo da década analisada – a atuação do conselho sai prejudicada. “Não se pode dizer que estejamos

perante um órgão que se impôs quer pelo carácter sistemático quer pela coerência de procedimentos, ou ainda pela jurisprudência produzida” (Camponez, 2011: 348).

A ausência de publicidade, que compromete a eficácia da autorregulação, manteve-se como prática institucionalizada, contrastando com a publicação obrigatória de deliberações, característica do antigo CI. De facto, só recentemente passaram a ser publicadas no sítio eletrónico do SJ e de forma irregular.

Carvalho (2002: 102) sustenta que “o órgão deontológico dos jornalistas está limitado pelo instinto corporativo da classe”. Reconhece, porém, atento aos constrangimentos do exercício profissional, que a apreciação de infrações deontológicas não deve envolver só os jornalistas, “dado que isso escamotearia o contexto empresarial que tantas vezes as explica”. Daí a conclusão: “o problema deontológico só poderá ser resolvido no âmbito das empresas e nunca entre os jornalistas”.

2.4 Ordem rejeitada em referendo

A criação, em 1990, da AACCS, na sequência da segunda revisão constitucional, que autorizou o exercício da atividade privada de televisão, representou uma nova etapa na história da Comunicação Social portuguesa. Desde logo, porque o desaparecimento do CI consumou “um deslocamento do campo da autorregulação – ou, mais precisamente, da corregulação – para o campo da heterorregulação simples e pura” (Fidalgo, 2009: 406).

Contestada sobretudo por causa da sua composição (dos 13 membros, cinco eram eleitos pelo Parlamento; três designados pelo Governo e quatro cooptados pelos restantes), a AACCS foi sempre olhada pelos jornalistas com desconfiança, atitude que não mudou com a desgovernamentalização, operada pela revisão constitucional de 1997. “Pouco mais se mostrava do que um órgão de natureza consultiva, tanto mais quanto o reconhecimento da sua ‘magistratura moral’, atenta a sua composição pouco plural, estava longe de ser pacífico” (Carvalho *et al.*, 2003: 261).

Em 1995, num colóquio promovido pela Fundação Gulbenkian, Marçal Grilo defendeu a criação da figura de provedor (da informação ou da Comunicação Social), defensor dos direitos do cidadão, sem prejuízo de recurso aos tribunais. A ideia foi bem acolhida por alguns dos participantes, mas não encontrou eco na classe política. Na conceção de Mário Mesquita, que a propôs para discussão no processo de revisão constitucional seguinte, seria

uma entidade administrativa independente, que absorveria alguns dos poderes então atribuídos à AACS. Órgão unipessoal, à semelhança do provedor de Justiça, teria como vantagens a maior operacionalidade e a mediatização de intervenções. Para a eleição, Mesquita sugeria que conjugasse “três tipos de legitimidade: a representatividade política adquirida por via eleitoral, as instituições da Comunicação Social (empresas, sindicatos, jornalistas, diretores e gestores e outras profissões dos *media*) e os ‘corpos intermédios’ da sociedade civil” (AA. VV., 1996: 126).

O facto de nunca ter conquistado o prestígio que lhe conferiria maior autoridade terá impedido uma análise sem preconceitos da atuação da AACS. E no entanto são da sua responsabilidade diversas tomadas de posição pertinentes, nomeadamente sobre a compatibilização entre direito à informação e direitos de personalidade. Coube-lhe, em 1996, a primeira posição pública de um órgão de regulação tendente a fixar jurisprudência sobre o fenómeno de devassa da intimidade pelos *media*. Na ocasião, a AACS sublinhou as garantias constitucionais e legais de que usufruem aqueles direitos, bem como a dimensão deontológica, para concluir que a devassa da intimidade “é uma prática crescente, quer em secções que chegam a ultrapassar a legitimidade da informação e o direito ao humor e à ironia (...), quer em emissões, essas abertas à participação do público, que convertem tal devassa em espetáculo por vezes de degradação e mesmo autodegradação desse público” (Comunicado AACS, 9/10/1996).

A instituição de um órgão de heterorregulação impeliu o sindicato a proteger a sua trincheira no domínio ético-deontológico. O facto de não abdicar de competências na esfera da Deontologia, enquanto componente legitimadora da defesa dos direitos dos profissionais, redundou na sua utilização “numa perspetiva estratégica e instrumental, no sentido de que quem se impõe deveres, no plano moral, está em melhores condições de reivindicar direitos, no plano sindical” (Camponez, 2011: 247). Sucede que a consagração constitucional da liberdade sindical criara, segundo este autor, uma “contradição insanável”: o SJ mantinha um elevado nível de sindicalização (quase todo o universo dos profissionais), mas a prazo acabaria por colocar-se a questão central: “poderá uma associação privada constituir-se como órgão definidor das normas de deontologia e, eventualmente, dos procedimentos disciplinares com vista ao seu sancionamento, num contexto de liberdade de associação?” (*idem*, 404).

Foi na resposta negativa a esta pergunta que fermentou a ideia de constituir uma ordem, lançada pela Associação de Jornalistas Portugueses (AJP), logo após a sua fundação, em

1991. Os seus promotores contestavam o facto de o SJ continuar a exercer funções de acreditação profissional e criticavam a coexistência de vocações no interior de uma organização sindical, alegando que a vertente de defesa dos jornalistas, enquanto trabalhadores, não seria compaginável com a intervenção no domínio da regulação deontológica.

O risco de perda de autonomia perante o Estado, ao qual caberia a decisão de criar a ordem, constituiu o argumento central do sindicato no combate à proposta. Contrário à inscrição obrigatória, por pôr em causa o princípio da liberdade de associação, o SJ (Comunicado, 22/5/1992) considerou que a estrutura seria “uma forma de fazer depender o exercício da atividade profissional de regras decretadas pelo poder político, à revelia dos próprios jornalistas”, retirando-lhes capacidade para “escolher as suas formas de organização e autodisciplinar a sua conduta ética e deontológica, sem intervenção do Estado”.

Um parecer de Freitas do Amaral e Rui Medeiros, elaborado em 1992 a pedido do SJ, não acolheu totalmente os seus argumentos, em especial o de que a condição assalariada da esmagadora maioria dos jornalistas excluiria um modelo de ordem: “O jornalismo profissional, embora não seja uma profissão liberal e não constitua um corpo teórico com fronteiras definidas a que corresponda um título académico, constitui uma profissão livre suscetível de ser integrada numa associação pública” (Parecer: 20).

Segundo o documento, porém, “a natureza associativa das associações públicas não se harmoniza com a criação de uma Ordem dos Jornalistas contra a vontade da maioria dos profissionais interessados” (*idem*, 9). A auscultação da vontade da classe deveria resultar, sugeria o parecer, de deliberação de um órgão representativo ou de um referendo, que o SJ já decidira convocar para 26 e 27 de maio de 1992. A criação da ordem foi recusada por 80,22%, usufruindo apenas do apoio de 15,69%. Votaram 60% dos 2200 jornalistas detentores de carteira profissional.

2.5 Deontologia transferida para a lei

As teses do movimento pró-ordem foram derrotadas, mas um pedido de intervenção do procurador-geral da República junto do Tribunal Constitucional (TC), formulado pela AJP, viria um ano volvido a desencadear um processo de alteração profunda do sistema de acreditação profissional, com efeitos diretos na regulação. O acórdão 445/93 declarou

inconstitucionais diversas normas do EJ e do Regulamento da Carteira Profissional, por violarem os princípios da liberdade sindical e da independência das organizações sindicais perante o Estado. A saber: as que regulavam a atribuição ao sindicato de competências no domínio da emissão de títulos profissionais e da aplicação de sanções pela infração de deveres deontológicos.

O sindicato perdeu uma competência que, em bom rigor, não tinha condições para exercer integralmente. Na realidade, limitava-se a emitir títulos profissionais se cumpridos os pressupostos legais – desde logo, prova de que o candidato exercia o Jornalismo como ocupação principal, atestada por documento emitido pela entidade patronal.

Suspendendo o processo, o acórdão do TC criou um vazio, que viria a ser preenchido pela CCPJ. O modelo, de inspiração francesa, correspondia, *grosso modo*, ao preconizado pelo SJ, que retomando propostas apresentadas no II Congresso dos Jornalistas defendera a criação, no seio de um CI reconstituído, de uma “comissão mista”, composta por jornalistas e empresários do setor, com “competências no domínio da atribuição e cassação da carteira profissional” (Comunicado, 12/9/1991). Prevista em decreto-lei de 1994, a CCPJ, entidade independente de direito público, entraria em funcionamento dois anos depois.

O Estatuto dos Jornalistas, de 1999, incorporou um conjunto de deveres profissionais, assim transferidos da esfera da autorregulação para a do Direito. Teve então início um processo de “jurisdificação da deontologia” (Camponez, 2011: 306), que este autor critica abertamente, por representar, quando muito, uma “autorregulação regulada pelo Estado” (*idem*, 384), cujo efeito consiste em esvaziar a intervenção dos jornalistas.

Para Camponez (*idem*, 306), na génese do processo está a opção feita alguns anos antes: ao contemplar apenas dez princípios, o Código Deontológico de 1993 tornou a autorregulação mais vulnerável. “A estratégia de definir as normas de conduta da profissão com base na formulação de grandes princípios gerais transformou-se numa armadilha para a própria autorregulação dos jornalistas, na medida em que permitiu que o código deontológico fosse facilmente recuperável pelo legislador, que lhe deu a forma de lei”.

Para superar os condicionalismos da intervenção sindical, sucessivas direções do SJ haviam defendido que o código adquirisse força legal. O facto de ter apenas jurisdição sobre associados representava um incontornável constrangimento do CD. O caso DN/Fernando Negrão (Cfr. Anexo 3) forneceu a maior prova do défice de representatividade do órgão: um

inquérito disciplinar proposto pela Direção acabou arquivado por proposta do próprio conselho, ao verificar que só dois dos três jornalistas envolvidos poderiam ser objeto de sanções. O terceiro, supostamente principal responsável, dada a sua posição hierárquica, não era filiado.

A problemática do modelo fora discutida no III Congresso, em 1998. Dirigentes sindicais como João Mesquita e Diana Andringa recusavam qualquer fórmula que excluísse a articulação com o SJ, insistindo na tese de que a defesa da Deontologia e da melhoria de condições laborais são indissociáveis. José Pedro Castanheira, outro ex-presidente, afirmou-se favorável à criação de um órgão não exclusivamente constituído por jornalistas, de representação alargada e que compromettesse também as empresas. Óscar Mascarenhas defendeu a criação de um Conselho de Ética “que exceda a dimensão do sindicato, sem dele prescindir e abarcando jornalistas de todas as origens associativas ou até individualmente inscritos” (AA. VV., 1998: 210), enquanto José Manuel Mestre propôs a substituição do CD por um Conselho de Conduta Profissional, eleito pela classe, a funcionar no âmbito da CCPJ e dotado de uma comissão disciplinar, podendo as sanções ir até à cassação da carteira (*idem*, 203-204).

A resolução final do congresso seria, a este respeito, mais genérica, admitindo a possibilidade de evolução do conselho para uma estrutura deontológica “que envolva e comprometa todos os jornalistas, eventualmente com capacidade para sancionar aqueles que violem o código”. (*idem*, 11). A expressão “eventualmente” não é obra do acaso. Ao deixar tudo em aberto em matéria de sanções, reflete as divergências que persistiam entre os profissionais nesta matéria.

2.6 CCPJ com competências disciplinares

Culminando um controverso processo legislativo, o Estatuto do Jornalista foi revisto em 2007. O diploma fixou em nove o número de membros da CCPJ – oito jornalistas, sendo quatro designados pelos operadores do setor e quatro eleitos pelos profissionais, e um jurista “de reconhecido mérito e experiência na área da comunicação social”, cooptado pelos restantes membros, a quem cabe a presidência – e investiu a entidade de poderes disciplinares, afetando assim o núcleo central de competências do CD.

A intervenção de membros designados pelo patronato na apreciação de infrações deontológicas e na aplicação de sanções constituiu a principal fonte de contestação.

Chegou a gerar-se um movimento em defesa do boicote ao novo órgão e renasceu a ideia de criar uma ordem de jornalistas. O Movimento Informação é Liberdade, iniciativa de um grupo de profissionais, disponibilizou-se para assumir a autorregulação e o controlo deontológico, por não aceitar que fosse concedido “a um órgão administrativo (na prática não independente) o papel de árbitro em litígios entre os jornalistas e as suas entidades empregadoras em matérias de foro ético e deontológico” (Abaixo-assinado “Alerta ao país”, 27/6/2007) e se mantivesse sob a alçada desse órgão o controlo deontológico da atividade, “reforçando-lhe, além do mais, e, de forma abusiva, os poderes sancionatórios”.

Embora saudasse o novo regime, o SJ salvaguardou que a cláusula do EJ que o consagra só é positiva “se o intuito do legislador é afastar o recurso supletivo, pelas empresas, ao regime disciplinar que deriva da relação de trabalho”³¹. Por outro lado, sustentou que “a consagração – histórica – de um regime disciplinar para os jornalistas não se faz acompanhar de medidas de efetiva garantia da autonomia editorial destes profissionais nem de erradicação das condições que fragilizam a sua posição enquanto trabalhador dependente face ao poder da empresa, às pressões para a submissão aos interesses comerciais e a cedência à superficialidade e à irresponsabilidade impostas pelo imediatismo”.

Na ótica da ERC, que em 2005 substituíra a AACS, já a incorporação de deveres deontológicos no Estatuto, em 1999, “veio amalgamar os universos do Direito e da Ética profissional” (Parecer 2/2006: 15). A “miscigenação” de normas éticas próprias da profissão para o universo jurídico torna complexa a determinação de conceitos – disso são exemplo expressões como “rejeitando o sensacionalismo” ou “não encenar ou falsificar situações com o intuito de abusar da boa fé do público”, observava.

A ERC assinalava, por outro lado, o desequilíbrio entre jornalistas e empresas. Valores como o repúdio do sensacionalismo, a independência da informação perante os poderes político e económico, a proteção da imagem e da privacidade e o respeito pela propriedade intelectual “deveriam vincular igualmente os setores profissional e empresarial, numa simetria de posições que está longe, entre nós, da indispensável consagração” (*idem*, 18).

Camponez (2011: 258) encara a CCPJ como uma “solução híbrida, que junta elementos da autorregulação, da corregulação e da regulação estatal e, ao mesmo tempo, aproxima os

³¹ Posição do Sindicato dos Jornalistas sobre a Proposta de Lei n.º 76/X/1, que altera o Estatuto do Jornalista (3/7/2006), Arquivo do SJ.

modelos de representação sindical e da Ordem”. Já Carvalho (2010: 70) constata que a História se repete: a ausência de uma forma consistente de autorregulação na Comunicação Social “conduziu, por duas vezes, o poder político a criar uma pouco ortodoxa autorregulação induzida” – em 1975, com a criação do CI, e em 2008, com a atribuição de competências disciplinares à CCPJ.

O modelo é de “autorregulação interprofissional”, exercida de forma diferente das ordens e associações profissionais privadas, por delegação legislativa, observa Moreira (*apud* Fidalgo, 2009: 382). O constitucionalista preconizara, em 1997³², a criação de uma Comissão de Deontologia Profissional, dotada de capacidade sancionatória, fixada em lei, mas que não tivesse, como uma ordem, funções de representação ou defesa profissional. Deveria ser liderada pelo presidente da CCPJ e integrar jornalistas (em maioria) e “personalidades ‘leigas’ de incontestável autoridade”.

O art.º 14.º do EJ, sobre o qual incide a atuação da CCPJ, inclui um conjunto de deveres, mas só a violação dos inscritos no n.º 2 é passível de penalização. O regime disciplinar comporta as penas de advertência registada, repreensão escrita e suspensão de exercício de atividade até 12 meses – que só pode ser aplicada caso, nos três anos anteriores, o jornalista tenha sido sancionado duas vezes com repreensão escrita ou uma vez com idêntica pena de suspensão. Uma análise comparativa com regimes de outras nove profissões (Cfr. Mourão, 2010: 88) conduz à constatação de que em todas a pena mais leve é a repreensão. A expulsão, não prevista no caso dos jornalistas, é a mais gravosa para advogados, enfermeiros, médicos e dentistas.

O procedimento disciplinar, a cargo da Secção Disciplinar, de três elementos, pode ser desencadeado por iniciativa da própria CCPJ ou resultar de participação do CR do órgão em que tenha sido cometida, “quando esgotadas internamente as suas competências na matéria”, ou de “pessoa que tenha sido diretamente afetada pela infração disciplinar”. Em matéria de direitos de personalidade, a comissão recebeu apenas 9 queixas de cidadãos em 2009, 3 em 2010 e 7 em 2011, de acordo com informação oficial.

Das decisões tomadas pela Secção Disciplinar, segundo o regulamento da CCPJ, cabe recurso para o plenário. A parte decisória da condenação é tornada pública no sítio eletrónico da entidade e, esgotado o prazo de impugnação contenciosa ou transitado em

³² Vital Moreira, “‘Jornalismo de sarjeta’ e auto-regulação deontológica”, “Público”, 3/4/1997.

julgado o processo, “em condições que assegurem a sua adequada perceção, pelo órgão de comunicação social em que foi cometida a infração”.

O atual presidente da CCPJ, Pedro Mourão (2010: 83), sublinha a dificuldade de definir, nesta sede, fronteiras entre os valores em presença – liberdade de Imprensa, de natureza pública, e reserva da vida privada. É necessário decidir caso a caso, levando em consideração “a intensidade da violação dos princípios em causa, a forma como se colhe e divulga a informação e a condição da pessoa afetada”. O facto de o EJ tipificar todas as condutas sancionáveis demonstra que não foi seguida a linha tradicional em regimes disciplinares. A verificação da infração “não depende da produção de resultados prejudiciais” (*idem*, 87), mas apenas do desrespeito pelos deveres legalmente tipificados, podendo a conduta ser por ação ou omissão. Na impossibilidade de formar um juízo de certeza sobre a prática dos factos, a decisão tem de ser favorável ao arguido.

2.7 Lei inspirada no código

O legislador inspirou-se no Código Deontológico, mas não efetuou uma transposição direta das suas normas para o Estatuto do Jornalista. Nuns casos, introduziu conceitos em relação aos quais o “decálogo” profissional é omissivo. Noutros, operou uma junção de preceitos constantes em pontos distintos. Na descrição dos deveres, a lei é mais específica em certas situações e mais restritiva noutras. A amálgama nem sempre proporciona maior clareza na enunciação dos deveres, mas demonstra que o quadro legal não coincide exatamente com o estabelecido no instrumento autorregulatório.

No domínio dos deveres cuja infração não é disciplinarmente sancionada (art.º 14.º, n.º 1), o EJ substitui a expressão informar com “rigor e exatidão” por “rigor e isenção”, mantendo a rejeição do sensacionalismo e a distinção entre factos e opinião. O repúdio da censura e a obrigação de denunciar condutas que atentem contra a liberdade de expressão e o direito de informar são absorvidos. Contudo, a lei não inclui nos deveres a luta contra restrições no acesso às fontes.

É reproduzida quase integralmente parte do ponto 10 do código, relativa à recusa pelo jornalista de funções ou tarefas “suscetíveis de comprometer a sua independência e integridade profissional”. De fora, ficou a norma segundo a qual “não deve valer-se da sua condição profissional para noticiar assuntos em que tenha interesse”, questão suscitada,

curiosamente, no primeiro processo apreciado pela CCPJ, que conduziria ao arquivamento de uma queixa contra o jornal “O Mirante”, por ausência de suporte legal para sancionar.

Em matéria de fontes de informação, o EJ usa a mesma expressão do código – audição de “partes com interesses atendíveis” – e acolhe as regras da identificação e da atribuição de opiniões. É, contudo, diferente a redação relativa à proteção da confidencialidade das fontes, dever cuja violação é passível de sanção disciplinar. Enquanto o código a toma como absoluta, “mesmo em juízo”, o estatuto recorre à expressão “na medida do exigível em cada situação”, remetendo para o art.º 11.º, que regulamenta as condições de quebra de sigilo, a que já aludimos no Capítulo 1 da Parte I.

Trata-se de uma questão controversa, como ficou patente no caso “escutas de Belém” (Cfr. Anexo 3). A CCPJ sancionou a conduta da Direção do DN, argumentando que a confidencialidade das fontes “representa um dever dos jornalistas, coletivamente considerados, perante todas as fontes, suas ou de outros jornalistas” (Decisão do Plenário, 13/10/2010), não sacrificável em nome do interesse público, que o EJ, neste particular, não admite como exceção, ao contrário do que ocorre em relação ao incumprimento de outros deveres.

O Estatuto confere âmbito mais alargado à norma que previne a instrumentalização do jornalista. À admissibilidade de quebra do sigilo em caso de tentativa de o usar para veicular informações falsas, junta outra situação: “para obter benefícios ilegítimos”. A exceção, acolhida no código português em 1993, só encontra semelhanças no aprovado poucos meses depois pela espanhola FAPE, segundo o qual o dever de preservar o anonimato da fonte cede caso se demonstre “com segurança que a fonte falseou de maneira consciente a informação ou quando revelar a fonte seja o único meio para evitar um dano grave e iminente para as pessoas”.

A norma não é pacífica na classe jornalística, mas só por duas vezes foi invocada como fundamento para revelar a identidade de fontes de informação. Na origem da sua introdução no código estiveram dois casos em que o CTD desobrigou os jornalistas envolvidos de manterem o sigilo. No primeiro, um deputado forneceu informações sobre um membro do Governo e, após a notícia, denunciou no Parlamento uma alegada campanha contra o governante. No segundo, um polícia “leu” passagens de um suposto documento oficial sobre uma investigação que o jornalista tinha em curso, mas, uma vez publicada a notícia, este constatou que a intenção fora, através de um documento apócrifo, sabotar a investigação.

Mais dois jornalistas solicitaram parecer ao órgão deontológico do SJ. Em 1987, Celestino Amaral, do “Expresso”, noticiou, no âmbito do “caso D. Branca”, a suspeita de suborno de um agente do Ministério Público, que o processou judicialmente. A fonte, que poderia vir a ser testemunha, faltou a sucessivos encontros, mas o jornalista, reconhecendo ter-lhe sido passada informação falsa, afirmava não saber se o fez de má-fé ou com intenção de usar o jornal para atingir alguém (Cfr. Parecer CTD, 20/5/1987). Em 1993, Helena Sanches Osório (“O Independente”) apresentou o pedido de apreciação no decurso do julgamento de Carlos Melancia (Cfr. Parecer CD, 26/4/1993). Em ambas as situações a decisão foi deixada ao critério dos jornalistas.

No caso DN/Fernando Negrão (Cfr. Anexo 3), o CD sustentou que a invocação da exceção prevista no código pode ser inútil – se a fonte é confidencial, como prova o jornalista que o tentou instrumentalizar? Chamando a atenção para o efeito danoso da quebra do sigilo no coletivo profissional, o órgão sublinhava que tomar essa atitude exige que não persista a mais pequena dúvida sobre a premeditação de quem presta informações falsas. “Havendo uma fonte confidencial é o jornalista que se interpõe entre a fonte e a responsabilidade” (Comunicado CD, 8/7/1999), pelo que a fonte deve merecer “confiança indestrutível” e apresentar provas das informações que fornece.

No segundo caso de denúncia de fonte confidencial – Rádio Renascença/Armando Vara (Cfr. Anexo 3) – o CD invocou o princípio da credibilidade dos media para contestar o comportamento da estação. Na perspetiva do órgão, deveria ter simplesmente reafirmado a notícia, apesar do desmentido do ministro.

A alínea do EJ sobre a retificação de incorreções ou imprecisões determina ao jornalista que o faça quando lhe sejam imputáveis, enquanto o código recomenda que “promova a pronta retificação das informações que se revelem inexatas ou falsas”. A diferente redação não é de somenos. A lei não tem em conta o facto de a retificação não depender apenas do autor de um texto. A expressa “promova” – junto de superiores hierárquicos, por exemplo – é mais consentânea com as práticas profissionais.

O estatuto reúne numa única alínea princípios inscritos em dois pontos distintos do código – respeito pela presunção de inocência e abstenção de formular acusações sem provas. A violação deste último é, no código, tomada como “grave falta profissional”, a par do plágio, conduta que a lei opta por descrever (“não utilizar ou apresentar como sua qualquer criação ou prestação alheia”).

Ao dar parecer, em 2006, sobre a revisão da lei, o SJ propôs, sem sucesso, uma formulação diferente: é dever do jornalista “abster-se de formular acusações sem elementos de prova suficientes que permitam sustentar a convicção das imputações e respeitar a presunção da inocência”³³. Embora a convicção não baste para fundamentar a veracidade de imputações, esta redação aproxima-se mais da doutrina jurídica. O jornalista tem apenas de demonstrar a plausibilidade dos indícios que apresenta, desde que aja de boa-fé e cumpra rigorosamente a sua *legis artis*, uma vez que não está ao seu alcance a recolha de meios de prova que a lei permite às autoridades policiais.

O código postula que o jornalista “deve proibir-se de humilhar as pessoas ou perturbar a sua dor” e “atender às condições de serenidade, liberdade e responsabilidade das pessoas envolvidas”. Também neste particular o estatuto se inspira em dois pontos diferentes daquele documento. A questão das condições de contacto com protagonistas de notícias – central quando estão em causa direitos individuais – é condensada numa só frase: “abster-se de recolher declarações ou imagens que atinjam a dignidade das pessoas através da exploração da sua vulnerabilidade psicológica, emocional ou física”.

Em matéria de não-discriminação, a lei é mais específica, alargando a conduta, que pode conduzir a sanção disciplinar, a situações que envolvam “ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual”.

Enquanto o código determina a utilização de “meios legais para obter informações, imagens ou documentos”, o EJ recorre a uma formulação pela negativa – proíbe o recurso a “meios não autorizados”, assim ampliando o âmbito da norma. No entanto, admite como exceções o “estado de necessidade para a segurança das pessoas envolvidas” e o interesse público.

A não identificação, direta ou indireta, de vítimas de crimes sexuais é comum ao estatuto e ao código, mas a lei estende o dever de ocultar a identidade a vítimas de crimes contra a honra ou a reserva da vida privada, “até à audiência de julgamento, e para além dela, se o ofendido for menor de 16 anos”. Quanto à não identificação de menores, o código usa a expressão genérica “delinquentes menores” e o estatuto, além da situação referida, especifica que se trata de “menores que tiverem sido objeto de medidas tutelares sancionatórias”.

³³ Posição do Sindicato dos Jornalistas sobre a Proposta de Lei n.º 76/X/1, que altera o Estatuto do Jornalista (3/7/2006), Arquivo do SJ.

O código recomenda respeito pela privacidade, exceto “quando estiver em causa o interesse público ou a conduta do indivíduo contradiga, manifestamente, valores e princípios que publicamente defende”. O EJ faz depender da “natureza do caso” e da “condição das pessoas” a observância do princípio. Por outro lado, contempla o conceito de reserva da intimidade, a preservar “salvo razões de incontestável interesse público”.

A expressão “manifesto interesse público” foi utilizada pelo legislador para caracterizar a exceção à regra da identificação como jornalista, consagrada no código. Os dois documentos condenam o abuso da boa-fé, mas o estatuto é mais específico: estabelece como dever do jornalista não encenar ou falsificar situações com esse objetivo.

2.8 Risco de dupla punição

A detenção de competências disciplinares pela CCPJ é demasiado recente para autorizar uma avaliação séria da experiência. Ainda assim, já ocorreram situações de divergência entre decisões tomadas nesta sede e em outras instâncias. Exemplo disso foi a queixa da jornalista Fernanda Cândia contra colegas de três órgãos de comunicação, por ter sido apresentada em notícias como namorada do primeiro-ministro (Cfr. Anexo 3). Estavam em causa os limites da intrusão na vida privada, mas enquanto a CCPJ tomou como justificáveis as referências ao relacionamento da queixosa com o então chefe do Governo, para o CD é “uma violência exigir-se que a esfera privada dos cidadãos seja reduzida a atos íntimos e secretos” (Parecer 15/2009). Os jornalistas, sustentou, devem proceder à “necessária ponderação da qualidade dos acontecimentos (oficial, público, em público, privado, etc.) em que estão envolvidos os cidadãos suscetíveis de serem objeto de notícia, bem como do interesse público inerente à sua divulgação” (*idem*).

A lei comete à ERC, entre os objetivos de regulação, a proteção de públicos mais sensíveis, como menores, face a conteúdos suscetíveis de prejudicar o seu desenvolvimento, e, genericamente, a proteção de direitos de personalidade. Um levantamento das participações enquadráveis nesta categoria apresentadas ao organismo entre 2009 e 2011, efetuado no âmbito da presente investigação, revela que das 271 deliberações sobre conteúdos (não incluindo direito de resposta) tomadas ao longo dos três anos, 76 (28%) dizem respeito a direitos de personalidade – 26 em 2009, 32 em 2010 e 18 em 2011. Contudo, o número rondaria, anualmente, 20 queixas, se não tivesse ocorrido a concentração de um elevado número nos mesmos casos – 12 na abordagem de assuntos relacionados com o primeiro-ministro José Sócrates no “Jornal Nacional” da TVI, em 2009, e 9 em fotografias publicadas

pela “Visão” e pelo JN (Cfr. Anexo 3) das inundações na Madeira, em 2010. De salientar que as participações raramente foram da autoria de pessoas diretamente visadas e que apenas dez partiram de figuras públicas.

Embora a ERC atue sobre órgãos de comunicação (e não diretamente sobre jornalistas, como compete à CCPJ), no plano da abordagem de casos concretos a fronteira não é fácil de traçar. Tanto mais que, estatutariamente, está incumbida de assegurar a observância de critérios de exigência e rigor jornalísticos. Entre as competências do Conselho Regulador, figura o de “fazer respeitar os princípios e limites legais aos conteúdos difundidos pelas entidades que prosseguem atividades de comunicação social, designadamente em matéria de rigor informativo e de proteção dos direitos, liberdades e garantias pessoais”.

A própria ERC admitiu, na Deliberação 15/2009, ao apreciar uma queixa que remeteria para a CCPJ, que “a questão de saber se houve ou não um comportamento digno de censura do jornalista é, com frequência, incontornável no item que conduz às devidas conclusões acerca da conduta do órgão de comunicação social”, salvaguardando, porém, que “quando tal apreciação é feita, visa apenas fixar uma premissa, não competindo à ERC responsabilizar o jornalista pelos seus atos ou omissões ilícitas”. Foi o que fez no caso “Sol”/Joaquim Oliveira (Cfr. Anexo 3): invocou o desrespeito pelo dever de ouvir as partes atendíveis (Cfr. Deliberação, 27/2010), que cabe à CCPJ analisar. Noutro caso, em que o queixoso dirigiu graves acusações a um jornalista da revista “Sábado”, autor de uma notícia sobre a alegada compra de votos de militantes do PSD em eleições internas, a ERC (Cfr. Deliberação 35/2010) pronunciou-se apenas sobre a alegada denegação de direito de resposta, não dando provimento ao recurso. A apreciação da conduta do jornalista foi remetida para a CCPJ.

A introdução de uma instância com competências disciplinares exterior às empresas pode abrir caminho à dupla punição de jornalistas. Das decisões da CCPJ, cabe recurso para os tribunais administrativos. Caso, contra a mesma pessoa e pelos mesmos factos, a entidade patronal acione um procedimento disciplinar, pode acontecer que o caso venha a ser também apreciado pelos tribunais do trabalho. Qual a decisão que prevalece, se tiverem desfechos diferentes ou incompatíveis, transitados em julgado? Mourão (2010: 92) admite que a resposta passe por “deferir esta competência a um tribunal de conflitos a nível de supremos tribunais (STJ e STA), de forma a obviar a uma decisão ainda passível de recurso”.

2.9 Síntese conclusiva

Só com a instauração da democracia, foram criadas em Portugal efetivas condições para construir um modelo de regulação ético-deontológica do Jornalismo, embora entre os profissionais já na década de 60 do século passado tivessem emergido preocupações nesse campo – data de 1966, por exemplo, a inédita incorporação de questões deontológicas no contrato de trabalho. Todavia, a vigência da censura prévia levou a que a aprovação de um código fosse rejeitada pelos jornalistas.

As novas condições políticas criadas após o 25 de Abril de 1974 propiciaram profundas alterações na Comunicação Social. Desde logo a nível do enquadramento legal da profissão de jornalista. Em especial através da lei de Imprensa, que em nome da liberdade de expressão consagrou os direitos dos jornalistas, abriu a possibilidade de constituição de conselhos de redação e criou o conselho de Imprensa.

Os CR, que até 1990 mantinham voto vinculativo na designação de equipas de direção e chefia de redação, só funcionam atualmente em cerca de duas dezenas de órgãos de comunicação. E poucos foram os que criaram instrumentos alternativos de autorregulação, como códigos de conduta próprios ou provedores do leitor.

O Conselho de Imprensa, único criado por lei na Europa, funcionou até 1990. Concentrou-se essencialmente na defesa dos direitos dos jornalistas e na análise de queixas relativas ao direito de resposta, embora fosse portador de competências muito mais vastas. Produziu escassa reflexão doutrinária em torno de questões deontológicas e o facto de demorar muito tempo a deliberar sobre condutas antiéticas prejudicou o efeito repressivo que era suposto ter. No plano dos direitos de personalidade, foi reduzida a sua intervenção, o que em parte se explica pela assumida opção de não analisar casos que se encontrassem em apreciação pela Justiça ou pudessem vir a ser por ela dirimidos.

O Sindicato dos Jornalistas, que sempre defendeu a existência de um CI e, atualmente continua a pugnar pela sua reconstituição, correspondeu, logo em 1976, à determinação legal de criação de um código deontológico. Muito influenciado pelo ambiente revolucionário, o primeiro código viria a ser substituído, em 1993, por uma versão reduzida a dez pontos – e sem sanções previstas – que se encontra em vigor.

O modelo de acreditação profissional herdado do corporativismo não foi posto em causa com a democratização do país. A organização sindical continuou a controlar o acesso à

profissão, mas o CD nunca obteve condições para garantir o efetivo cumprimento do Código Deontológico. Porque, apesar das alterações estatutárias tendentes a proporcionar-lhe autonomia, se manteve confinado ao âmbito associativo e privado de quadro sancionatório, questão por diversas vezes discutida em congressos de jornalistas.

Como assinala Camponex, a atuação do CD foi sempre marcada pela maneira como os membros do órgão encaram as suas funções – centrada nos jornalistas ou aberta à apreciação de queixas de cidadãos, possibilidade prevista nos estatutos do SJ desde 2009. Assim perdeu coerência de procedimentos e capacidade de produzir jurisprudência. Por outro lado, optou durante muito tempo por não publicitar as deliberações, assim reduzindo a sua eficácia dissuasora.

Com a criação da AACCS, em 1990, foi imposto um sistema de heterorregulação. O novo organismo, cuja composição governamentalizada mereceu fortes críticas dos jornalistas, produziu relevantes deliberações no domínio da compatibilização entre direito à informação e direitos de personalidade. No SJ, a mudança teve como efeito o reforço da tese de que o papel de defesa dos associados na esfera laboral, dadas as especificidades da profissão de jornalista, não pode dissociar-se da intervenção no domínio ético-deontológico. Esta visão seria posta em causa pelos defensores de um modelo de ordem, que os jornalistas rejeitaram em referendo, em 1992.

Um ano depois, a declaração de inconstitucionalidade de normas do EJ e do Regulamento da Carteira Profissional, por violação da liberdade sindical, retirou ao SJ a competência de emissão, revalidação e cassação de títulos profissionais, abrindo caminho à instituição de um novo sistema de acreditação, envolvendo representantes dos jornalistas e dos operadores do setor.

A CCPJ, em funcionamento desde 1996, adquiriu competências disciplinares na sequência da revisão do EJ, em 2007. Passou a poder apreciar a eventual violação de deveres inscritos na lei e a aplicar sanções com efeito direto no exercício profissional. Alguns dos deveres foram transpostos do Código Deontológico, de forma direta, enquanto outros não correspondem exatamente aos previstos nesse instrumento. Os novos poderes detidos pela CCPJ podem abrir caminho à dupla punição de jornalistas, caso seja acionado pela entidade patronal um procedimento disciplinar incidindo nos mesmos factos.

Capítulo 3 Direitos de personalidade em códigos deontológicos e de ética

A multiplicidade de códigos deontológicos e de ética em vigor frustra qualquer tentativa de uniformização de princípios, como se constata pelo insucesso dos esforços nesse sentido empreendidos por entidades supranacionais. Compreende-se que assim seja, já que constituem o produto de tradições culturais e sistemas mediáticos distintos. As políticas criminais dos países nórdicos, por exemplo, refletem-se no campo da ética jornalística, justificando a fixação de regras para reportagens sobre crimes, em sede de autorregulação. No Reino Unido, a preocupação com os jornais tabloides, frequentemente associados a episódios de intrusão na vida privada, esteve na génese de sucessivas alterações ao Código de Práticas da PCC. O resultado é um grau de pormenorização contrastante com documentos que apenas elencam princípios gerais ou resultam de um esforço de síntese, como os dos sindicatos português e britânico ou do Conselho Suíço de Imprensa, que na versão em vigor reduziu a 11 um vasto conjunto de deveres.

As mudanças operadas, por efeito da evolução das sociedades e da aquisição de novos valores, não expurgaram os códigos de princípios fundamentais. Neste capítulo, examinamos especificamente a consagração nestes instrumentos de direitos de personalidade, nas suas múltiplas dimensões. O exercício aplica-se a 43 documentos de diversas origens geográficas (da Europa aos Estados Unidos e à América Latina), proveniências e graus de vinculação.

Dos 28 códigos nacionais objeto de análise, 11 são emanados de conselhos de Imprensa europeus (incluindo o da PCC), oito de organizações sindicais ou associações de jornalistas, cinco de ordens, dois de entidades reguladoras britânicas – o Instituto das Comunicações (Ofcom), que atua sobre estações de televisão e rádio, e a Comissão de Padrões de Radiodifusão (BSC), extinta em 2003 – e dois patronais, ambos da Sociedade Americana de Editores de Jornais (ASNE), o original, de 1923, e o vigente. Neste como nos casos do Código Deontológico português, dos códigos da PCC, dos conselhos de Imprensa alemão (Pressekodex) e suíço e do aprovado pela norte-americana Sociedade de Jornalistas Profissionais (SPJ), a opção consiste em comparar sucessivas versões, tendo em conta a introdução de novas normas e a evolução registada na tipificação de outras. O estudo inclui ainda 12 códigos adotados por órgãos de comunicação, incluindo o Livro de Estilo do “El País”, e três de âmbito supranacional (as declarações da FIJ, de 1954, dos sindicatos da então CEE, de 1971, e da Unesco, de 1983).

A análise não se circunscreve à forma como são acolhidos princípios como a proteção da dignidade humana, a privacidade e a intimidade. Procura-se atender às restrições consagradas em matéria de acusações sem fundamento, difamatórias ou injuriosas e compreender como é garantido o respeito pelo princípio da presunção de inocência. Merece atenção, por ser particularmente suscetível de afetar direitos de personalidade, a questão da identificação de cidadãos. No que respeita ao tratamento jornalístico de crianças, além da ocultação do nome são apreciadas as normas relativas à conduta dos profissionais no contacto que com elas estabelecem. Considerámos ainda pertinente incluir o exame das diferentes abordagens em matéria de recurso a meios de recolha de informação, dispositivos anti-discriminação, dever de retificação de erros e imprecisões e direito de resposta.

3.1 Proteção da dignidade humana

Embora documentos históricos como as declarações de Bordéus e de Munique não incluam a proteção da dignidade humana entre os deveres dos jornalistas – porventura porque, sendo de origem sindical, se concentraram em valores mais diretamente ligados ao exercício profissional – esse valor basilar da relação dos media com a sociedade está consagrado na Declaração da Unesco e em diversos códigos de ética. São os casos do francês, finlandês e chileno, todos de âmbito nacional, bem como do Pressekodex, que menciona a proteção da dignidade humana e da honra, em especial no domínio da palavra e da imagem, e da Carta de Antenas da France Télévisions. Este documento, seguindo a legislação francesa, integra na esfera da vida privada a identidade, domicílio, saúde, convicções religiosas, vida familiar e sentimental, lazer e património. A Carta de Treviso, elaborada pela Ordem de Jornalistas de Itália para orientar o tratamento jornalístico de menores, assume os direitos individuais como valor supremo, devendo ser não apenas garantidos como desenvolvidos, para ajudar o ser humano à plena expressão da sua personalidade.

O princípio da dignidade humana é vertido, de forma genérica, nos códigos do NYT, da BBC e da revista “Caras”. Os autores do código da “Visão” introduziram uma autorrestrição digna de registo: no capítulo sobre ética, determina-se o respeito pela “dignidade das pessoas e os seus direitos de valor superior ao da informação – sempre o direito à vida, os outros dependendo da ponderação concreta dos valores e interesses em jogo”.

3.2 Privacidade

A análise das questões colocadas pela preservação da privacidade remete para conceitos como autodeterminação informativa e interesse público. Vários códigos exigem o consentimento dos envolvidos para a abordagem de assuntos privados, mas o alemão é o único que refere expressamente, desde 2008, a autodeterminação informativa. O Código de Ética da SPJ, que condiciona intrusões na privacidade à invocação de “necessidade pública imperiosa”, reconhece às “pessoas privadas” mais direito a controlar informações sobre si próprias do que detentores de cargos públicos, funcionários públicos e figuras que buscam “poder, influência ou atenção”. Idêntica formulação, que traduz preocupações com o noticiário relativo a cidadãos anónimos, acolhe o “San Francisco Chronicle”.

Referimos no Capítulo 1 da Parte I que o código da PCC identifica as circunstâncias em que é legítima a invocação do interesse público, admitindo sempre que possa ser feita noutras. A tipificação, que visa reduzir a margem de dúvida dos responsáveis editoriais, incumbidos de o avaliar em função do caso concreto, não surge noutros documentos. Porém, como fundamento de exceções à intromissão na vida privada, é transversal a inscrição do interesse público, em certos casos definido pela negativa: não corresponde à mera satisfação da curiosidade pública.

Os “Cânones do Jornalismo”, designação inicial da Declaração de Princípios da ASNE, já instavam os profissionais a não invadirem a vida privada apenas com esse propósito – “a newspaper should not invade private rights or feelings without sure warrant of public right as distinguished from public curiosity”. O código elaborado em 1973 pela Sigma Delta Chi (hoje SPJ) recusa a satisfação da curiosidade mórbida, através da apresentação de detalhes de vícios e crimes. Já o Código do NYT faz uma referência genérica à intromissão inútil na vida privada: “We do not inquire pointlessly into someone's personal life”.

À luz das cerca de 30 alterações a que o código original da PCC, de 1991, foi sujeito, percebe-se quão sensível é para o organismo britânico a proteção da privacidade. Só neste domínio, ocorreram quatro. A primeira, efetuada em 1993, tipificou o que se entende por propriedade privada, a que o jornalista não deve aceder – residência, jardim e anexos e quartos de hotel.

A mais profunda reformulação teve lugar em janeiro de 1998, na sequência da cobertura jornalística da morte de Diana Spencer. Desde logo, pelo reforço do carácter impositivo, consubstanciado no facto de a expressão “should not” ser substituída em todo o código por

“must not”. Inspirada na CEDH – que só no final desse ano seria transposta para o ordenamento jurídico britânico, assim acolhendo as disposições relativas à privacidade e à liberdade de expressão – conduziu à inserção no código de restrições à divulgação de informações em locais públicos onde se verifique uma “expetativa razoável” de privacidade. Foi reforçada a proteção dos direitos das crianças em ambiente escolar e consagradas a proibição de pagamentos a menores, pais ou responsáveis pela tutela de crianças por informações que envolvam o seu bem-estar e a exigência de justificação para publicar informações sobre crianças, tomando como insuficiente o argumento da notoriedade ou posição social dos pais.

Para responder às críticas à controversa atuação dos *papparazzi*, a revisão do código da PCC operada em 1998 tornou também mais restritiva a cláusula sobre assédio. Passou a ser proibida a obtenção de informações ou imagens através de “perseguição continuada”, sendo responsabilizado o diretor que publique material obtido em violação da norma, ainda que produzido por *freelance*. Na versão em vigor, de outubro de 2009, a questão do assédio é ainda mais pormenorizada. Não é permitida a captação de imagens em domínio privado sem consentimento, nem a permanência após solicitação para sair. Além de ser condicionada a recolha de informações por telefone ou através de perguntas a pessoas que pedem aos jornalistas para não insistirem.

Assédio e perseguição não são práticas comuns em Portugal. No entanto, excetuando o da PCC, o Código de Conduta do “Expresso” é o único que as refere, com a particularidade de responsabilizar o jornalista por atos a que, não cometendo, dá cobertura: “É proibido o recurso à intimidação, à chantagem ou a qualquer tipo de assédio ou insistente perseguição ou vigilância para obter informações ou imagens. É interdito aceitar informação escrita ou visual proveniente de terceiros se obtida em violação do princípio anterior”.

O grau de especificação do código da PCC em matéria de espaços de natureza privada vedados a jornalistas revela à sociedade a preocupação com os abusos cometidos pela Imprensa sensacionalista britânica. Até a autorização prévia para acesso a zonas hospitalares interditas ao público, disposição sem paralelo noutros documentos deontológicos, está prevista.

A dispensa de autorização para a cobertura jornalística (incluindo captação de imagens) em lugares públicos, sem qualquer restrição, consta do código finlandês. A BBC recomenda que

não sejam reveladas informações suscetíveis de permitir a localização da casa de uma pessoa, sem o seu consentimento, salvo por razão editorialmente justificada.

A reserva da privacidade pode não ser apenas reclamada em lugares privados. Daí que o código da BBC admita a sinalização de gravações, mesmo em zonas públicas, para que as pessoas decidam se querem ou não ser filmadas. Uma estação de comboio ou um centro comercial, sendo de acesso livre, são públicos. No entanto, a privacidade varia consoante as circunstâncias, a natureza das informações em causa e a condição do envolvido – logo, o local também deve ser equacionado. O Código de Radiodifusão do Ofcom usa o conceito de “legítima expectativa de privacidade” para caracterizar situações, ocorridas em espaços públicos, nas quais subsiste o risco de ser violada. Apresenta como exemplos uma criança nua, alguém desfigurado por uma doença ou imagens de uma tentativa de suicídio difundidas por circuito interno.

Em situações de emergência, como acidentes e catástrofes naturais, é observável o mesmo princípio. O código do CI da Finlândia aconselha descrição no relato. O dinamarquês – que adquiriu força legal após a aprovação pelo Parlamento, em 1992 – sublinha que as vítimas, bem como testemunhas e familiares, merecem respeito. O limite de recolha de informação é o sofrimento dos atingidos e os sentimentos dos dependentes, dispõe o código alemão, exprimindo a consciência de que a reportagem pode constituir um novo fator de vitimização. Nestes casos, toma a não identificação das vítimas como regra, admitindo a exceção para figuras públicas ou quando estão em causa circunstâncias especiais.

Em que condições, à luz dos códigos deontológicos e de ética, é legítimo invadir a privacidade? A resposta do código germânico é, digamos assim, “aberta”: se o comportamento privado concerne o interesse público (mas sempre com o cuidado de não violar a privacidade de pessoas não diretamente envolvidas). Semelhante abordagem consagrou o Código Deontológico português de 1976, ao admitir o levantamento das restrições quando a conduta tem repercussão pública. A partir de 1993, foi adotada uma formulação mais restritiva, que na ótica de Pina (1997: 88) obriga à verificação de um interesse público legítimo: passar a fronteira só se justifica quando a conduta privada entra em contradição com valores publicamente defendidos.

Três códigos de ética de órgãos de comunicação contemplam esta exceção. É a única permitida pelo “Expresso”, que estabelece o “dever de respeitar a privacidade, vida familiar, casa, saúde e correspondência de todo e qualquer cidadão”, incluindo detentores de cargos

públicos e institucionais e “celebridades”. Os Princípios e Normas de Conduta Profissional do “Público” acrescentam, entre as situações em que o direito à privacidade pode ceder, aquelas em que se verifica que o comportamento privado de titulares de cargos públicos pode vir a ter implicações negativas no seu desempenho. No âmbito do capítulo sobre direitos de personalidade, a “Visão” admite três exceções à regra: “quando, tratando-se de figuras de reconhecida notoriedade, 1) exista um relevante interesse público, ou, 2) a sua conduta contradiga princípios que publicamente defendam em seu proveito, ou, 3) os seus atos tenham repercussão por decisão dos próprios”.

O código da BBC sustenta que quem tem comportamentos antissociais ou criminosos não pode esperar proteção de privacidade por parte dos media. Por outro lado, determina que sejam observados cuidados especiais na evocação de eventos passados, no sentido de atenuar o sofrimento. Vítimas sobreviventes ou familiares mais próximos devem ser previamente avisados da sua abordagem.

3.3 Intimidade

Entre os analisados, poucos códigos enunciam expressamente o respeito pela intimidade. O alemão determina que “a Imprensa respeita a vida privada e a esfera íntima”, distinção idêntica à do chileno. A “Visão” destaca o facto de os dois direitos terem consagração legal. O código da espanhola FAPE, que refere em simultâneo os direitos à intimidade e à imagem, menciona o respeito pela intimidade de menores.

O “Público” observa o princípio segundo o qual “o espaço privado e íntimo dos cidadãos é o único limite editorialmente imposto”, mas tem a particularidade de atribuir aos jornalistas o dever de protegerem a intimidade dos cidadãos da “curiosidade alheia”. O que implica não divulgar factos da vida pessoal e afetiva, incluindo hábitos sexuais e consumo de álcool ou estupefacientes, nem publicar fotografias suscetíveis de atingir a reserva da intimidade, sem autorização expressa, mesmo se captadas em locais públicos.

A generalizada ausência de referências específicas ao direito à intimidade não significa omissão dos deveres dos jornalistas, quando confrontados com situações em que pode ser infringido. A maior parte dos documentos ético-deontológicos aborda casos de doença, dor, fragilidade psicológica ou vulnerabilidade emocional, que tanto se prestam a tratamentos jornalísticos sensacionalistas. A Carta de Deveres de Itália revela sensibilidade para com o

impacto de imagens ou fotografias, impondo a abstenção de divulgar as que, pelo conteúdo “horrível”, afetem a dignidade da pessoa.

A referência a “infortúnios, tragédias, doenças, acidentes, violência, etc. não deve ser despudorada nem alimentar curiosidades mórbidas”, recomenda o “Público”. O jornal assume uma atitude de autolimitação, que na prática corresponde à tese enunciada por Cornu (1999 [1994]: 408): “O jornalista não pode dizer tudo, nem mostrar tudo. No seu trabalho, pela sua atitude, o jornalista tem de dar provas de contenção, de pudor perante os que se encontram envolvidos em acontecimentos geradores de sofrimentos físicos ou morais. Este respeito pela pessoa humana não é unicamente satisfeito pelo comportamento privado. Exprime-se também no relato jornalístico, que é a sua expressão pública”.

O código austríaco, significativamente, inclui entre os métodos injustos ou indevidos, de cujo uso o jornalista deve proibir-se, a exploração de situações emocionais, além da intimidação. Traça, deste modo, uma abordagem alicerçada na lealdade. Como assinala White (2008: 79), “na negociação normal com fontes e contactos, os jornalistas éticos contam a sua própria verdade e as suas intenções e objetivos. Não enganam as pessoas, nem as colocam em embaraçosas e humilhantes circunstâncias, não usam de duplicidade para ter acesso a pessoas vulneráveis, não mentem, nem dão impressões enganosas sobre como vão usar as informações obtidas”.

Já em 1975 o código da SPJ reconhecia que a simples recolha de informações pode causar danos ou desconforto. Em momentos de sofrimento, ou sob a ação de um choque, o incómodo é, naturalmente, ainda maior, pelo que se exige sensibilidade na abordagem. Porém, enquanto o código da PCC, recomenda apenas “simpatia e discrição”, o da BSC instava os jornalistas a não exercerem pressão para obter entrevistas, mesmo a pessoas indicadas pelas autoridades, a menos que o interesse público o determinasse. Admitindo idêntica exceção, o código do sindicato inglês (NUJ), insere na mesma cláusula vida privada, dor e angústia.

O Pressekodex determina a abstenção de recorrer a pessoas vulneráveis para recolher informação, em especial se não estão na plena posse das suas faculdades ou foram expostas a situações emocionais extremas. Linha semelhante adotam documentos portugueses. O Código Deontológico proíbe a humilhação e a perturbação da dor, exigindo que a recolha de declarações ou imagens tenha em conta “condições de serenidade, liberdade e responsabilidade das pessoas envolvidas”. O “Expresso” procura prevenir

situações em que o jornalista cede à tentação de se aproveitar da fragilidade: a abordagem deve ocorrer, “de preferência, quando as fontes estão em estado sereno e não em momentos de particular dor ou exaltação”.

Em tais condições, os códigos espanhol e chileno recusam a “intromissão gratuita e especulações desnecessárias sobre sentimentos e circunstâncias”. O da Dinamarca condena o abuso de confiança (o português usa o conceito de abuso de boa-fé), de sentimentos, da ignorância ou da ausência de autocontrole. Por outro lado, tal como o congénere da Noruega, impõe especial atenção em casos de pessoas que eventualmente não percebam os efeitos das suas declarações.

Como reconhece o Pressekodex, doenças físicas ou mentais pertencem, geralmente, à esfera privada – devem, por isso, ser evitadas observações depreciativas e imagens de pacientes hospitalizados. Em nome da proteção da honra, o documento germânico rejeita a “representação inadequada” de pessoas, quando a notícia se prende com doença ou morte. No entanto, o único código que faz depender de autorização da família do falecido a cobertura jornalística de funerais é o da BBC. O da BSC defendia apenas o respeito pelas indicações fornecidas nesses momentos, em que se acentua o risco de causar transtorno e ansiedade.

A revelação do grau de gravidade de situações que afetam a saúde de figuras públicas ou anónimos vítimas de acidentes, bem como a sua evolução, é admitida pelo “Público” como limite. “De muito pouco mais – ou mesmo de nada mais – temos direito a ser informados”, sustenta o código do diário.

Alguns códigos impõem a autolimitação informativa em matéria de suicídios. Na versão de 2005, o suíço sustentava que, sendo a informação sobre a morte um modo de entrar na intimidade, devem ser noticiados com moderação, em situações tipificadas: se o ato tem grande impacto; se, tratando-se de uma figura pública, tem “relação provável” com a função que exerce ou as razões da sua notoriedade; se está ligado a crime revelado pela polícia; se tem “caráter de manifestação” e visa alertar a opinião pública para um problema não resolvido; se levanta discussão pública; se dá origem a rumores ou acusações.

O código helvético – do qual, entretanto, foram removidas as referências a suicídios – não condicionava o noticiário sobre tais atos ao interesse público, ao contrário dos vigentes na Dinamarca e na Suécia. A partir de 1996, o código da PCC passou a recomendar que sejam

evitados detalhes excessivos sobre o método usado. O Livro de Estilo do “El País” exorta à prudência, argumentando que a divulgação destes atos pode incitar as pessoas a porem fim à vida. O jornal espanhol compromete-se a só publicar notícias sobre suicídios de figuras públicas ou se o facto é de “interesse geral”. A Carta de Treviso não desautoriza a divulgação de suicídios de menores, desde que não sejam enfatizados aspetos capazes de provocar sugestão ou emulação.

3.4 Acusações sem fundamento

A acusação sem fundamento é uma grave falta profissional, como tal classificada nas declarações de Munique e de Bordéus, neste caso a par da calúnia, maledicência, difamação, distorção malévola e plágio. A Declaração da Unesco proíbe a difamação, calúnia, injúria e insinuação malévola. A Carta de Deveres dos Jornalistas Franceses, denominada Carta de Ética Profissional na sequência da revisão de 2011, usa a expressão acusação sem provas, qualificada como grave falta profissional, tal com a intenção maliciosa, alteração de documentos, apropriação indevida de imagens, mentira, manipulação, censura e autocensura, deformação e não verificação de factos.

O código português não integra qualquer regra sobre mentira, difamação, injúria e calúnia. Para Pina (1997: 98), a exigência de rigor, exatidão no relato de factos e dever de comprovação já cobre, implicitamente, a mentira e, numa interpretação extensiva, também a difamação e a injúria. Isto porque podem resultar da imputação de factos verdadeiros e a lei penal retira punição ao difamador que prove a verdade dos factos e, cumulativamente, demonstre que a imputação foi feita para realizar interesses legítimos. Daí que a autora questione a manutenção no código da acusação sem provas como grave falta profissional. A alternativa para o que considera falta de coerência na formulação seria a rejeição expressa de tais condutas, como sucedia no código de 1976, ou a omissão de qualquer condenação deontológica de comportamentos que a lei penal sanciona.

Em nome do rigor, documentos como o espanhol e o suíço determinam a não omissão de elementos informativos essenciais. A “Declaração de Munique” coloca a tónica na fidedignidade: o jornalista deve “publicar unicamente informações cuja origem é conhecida ou – no caso contrário – acompanhá-las das reservas necessárias”. Interessante é a abordagem do “Washington Post”, cujo código é praticamente omissivo em matéria de direitos de personalidade, em defesa de um tratamento jornalístico correto: não omitir factos de

grande importância ou significado, não incluir informações irrelevantes, não enganar o leitor, consciente ou inconscientemente.

A divulgação de acusações de terceiros reclama cautelas. O código da Suíça recusa a conversão em notícia de acusações “anónimas e gratuitas” e o da PCC de “matérias inexatas, enganadoras ou deformadas”. Material informativo “falso, enganoso ou deformado” é a qualificação do código espanhol, que impõe a diligência de proporcionar aos envolvidos a apresentação da sua versão. Note-se que a ASNE inscreveu em 1922 na sua Declaração de Princípios a proibição de publicar acusações não oficiais sem dar ao acusado oportunidade de se defender.

A questão da audição prévia constitui, nesta medida, um meio de cumprimento do dever de verdade – logo, de assegurar o rigor – já que permite a confirmação das informações. O Código Deontológico português determina que, para cumprir esse desiderato, sejam ouvidas as “partes com interesses atendíveis”. Não se trata do exercício do contraditório, característico do sistema judicial, porque a audição não se esgota, forçosamente, no acusador, no ofendido e em testemunhas. Diz respeito à recolha do depoimento das “partes envolvidas”, que o Código da Finlândia menciona, ou, em certo sentido, à necessidade de “contrastar fontes”, como prevê o espanhol, que ainda assim reconhece a pessoas e entidades o direito de não prestarem informações ou não responderem a perguntas.

Por maioria de razão, quem é atingido por matérias negativas ou surge numa notícia associado a atos que põem em causa a sua reputação é credor de um tratamento mais cuidado. Alguns códigos de ética de órgão de comunicação traduzem essa preocupação. O do “Los Angeles Times” sustenta que a possibilidade de defesa pressupõe um esforço de boa-fé no acolhimento de alegações, além da concessão de tempo e de informações suficientes para responder, aconselhando por isso o contacto pessoal. O “Público” admite registar acusações de terceiros, mas exige que seja garantida aos acusados a exposição de pontos de vista em pé de igualdade e só as publica quando obtém provas ou “quaisquer outros elementos” que consolidem a convicção de veracidade.

Entre os códigos de âmbito nacional, há abordagens diferenciadas desta questão. A Carta de Deveres italiana faz depender a revelação de acusações da concessão ao atingido de possibilidade de resposta, mas especifica que, se não for possível, por indisponibilidade ou recusa, o jornalista deve dar conta desse facto ao público. Também o código sindical do Brasil aponta para a audição de pessoas objeto de acusações não comprovadas, feitas por

terceiros e “não suficientemente demonstradas ou verificadas”. Uma formulação que se afigura perigosa. Se as acusações carecem da devida sustentação, o jornalista deve abster-se de as veicular, porque é ele quem responde, em primeira instância, pela sua difusão.

Certas práticas profissionais conduzem, muitas vezes, ao cumprimento apenas formal do princípio deontológico da audição das partes. A omissão desse dever com o argumento da preservação do “furo” jornalístico ou o contacto com os visados em cima da hora de fecho da edição, que inviabiliza o efetivo esclarecimento dos factos, são condutas abertamente reprovadas pela Carta de Ética francesa, ao notar que a urgência ou a exclusividade não devem sobrepor-se à seriedade da investigação e à verificação das fontes.

3.5 Presunção de inocência

O jornalista “não confunde o seu papel com o do polícia ou do juiz”, adverte aquele documento. “A função do jornal não é julgar, não devendo confundir suspeita com culpa”, anota o código do “Expresso”, que tal como o “Público” impõe cuidados técnicos – ao nível dos títulos, chamadas, imagens e legendas – destinados a prevenir aqueles riscos. O código alemão recusa a condenação pelos media, que considera punição social suplementar. Subjacente a todos estes postulados, está a presunção de inocência.

As modalidades de salvaguarda do princípio não estão fixadas no código português, que apenas prevê a sua observância até ao trânsito em julgado da sentença. Tal significa que não pressupõe, necessariamente, a ocultação da identidade. Pode ocorrer que a condição de figura pública de determinado cidadão justifique o conhecimento das acusações que sobre ele impendem ou que as acusações, por si só, constituam matéria de interesse público, atento o seu estatuto ou notoriedade. Ou, ainda, que as autoridades ou o próprio tomem a iniciativa de revelar a identidade.

Na versão original, de 1973, o código da Alemanha determinava que não fossem divulgadas decisões de tribunais antes da publicação oficial sem “motivos preponderantes devidamente justificados”. Atualmente, não impede que uma pessoa seja apelidada de criminosa, se o órgão de comunicação apresenta provas contra ela, se o crime foi cometido em público ou se confessou. O jornal “Público”, pelo contrário, não permite o uso da palavra confissão, salvo se resulta de depoimento prestado em audiência formal de tribunal.

A presunção de inocência é protegida no código deontológico italiano dedicado especificamente ao tratamento jornalístico de dados pessoais através da proibição de apresentar imagens de cidadãos algemados. O código dinamarquês, que reserva à reportagem criminal um capítulo autónomo, desautoriza a emissão de juízos de culpabilidade antes da acusação formal e a publicação, nessa fase, de informações que dificultem o esclarecimento do caso. A reportagem deve, porém, revelar se o suspeito se declarou culpado ou inocente.

No tratamento de processos judiciais em curso, a preservação do equilíbrio é comum a diversos códigos. Equilíbrio entre o direito do suspeito a um julgamento imparcial e do público a ser informado, como determina o código da SPJ, mas também equilíbrio entre as partes envolvidas – o austríaco impõe que os suspeitos sejam confrontados com a acusação, regra também contemplada pelo “Público”.

Em todas as fases deve ser garantida a “representação qualitativamente igual” de pontos de vista da acusação e da defesa, segundo o código da Finlândia, que como os da Dinamarca e da Noruega estabelece o acompanhamento do caso até ao fim. O que envolve, explicita o dinamarquês, noticiar a retirada da acusação, a absolvição ou a condenação. O Pressekodex exige a divulgação da absolvição ou da redução de pena, salvo se legítimos interesses das partes o desaconselhem. O princípio aplica-se também à fase de inquérito – se não conduziu a acusação, esse facto deve ser tornado público. Já a Carta de Deveres de Itália estabelece que seja concedido “relevo apropriado” à absolvição, citando anteriores abordagens jornalísticas.

O Pressekodex alude à questão das memórias penais, cuja publicação considera violadora dos princípios jornalísticos, não em atenção ao facto de afetar o criminoso, mas as vítimas. Os envolvidos em casos criminais merecem, do código dinamarquês, maior preocupação: a menos que tenham relação direta com o caso, impõe a omissão de elementos como a profissão, raça, nacionalidade, credo ou filiação em organização.

As relações familiares ou de amizade de suspeitos, acusados ou condenados não devem, determina o “Expresso”, ser exploradas. O código espanhol aponta no mesmo sentido, embora admita como exceção referências necessárias para completar a informação ou torná-la “mais equitativa”. A renúncia à identificação de familiares ou amigos de culpados ou acusados, salvo se for necessária à exposição dos factos, consta do código da PCC.

Na Grã-Bretanha, a cobertura jornalística de processos judiciais é regulada por lei, mas os códigos também fixam normas. O da BBC dispõe de um capítulo sobre reportagem criminal, onde exige o recurso à apreciação das opções pelo controlador de política editorial. O documento recomenda cuidado nas entrevistas a testemunhas, para garantir que não interfiram na evolução do processo judicial. Não exclui a possibilidade de realização de entrevistas a criminosos, desde que não sejam glorificadas condutas erradas, não se revelem detalhes sobre crimes suscetíveis de serem copiados e se evitem apreciações que traduzam desrespeito pelo processo judicial.

A conduta dos jornalistas em julgamento é diretamente abordada em dois códigos. O da Finlândia recomenda que a cobertura não afete as decisões do tribunal ou apresente prematuramente uma posição de culpabilidade. Os depoimentos da defesa e da acusação devem, à luz do código do “Público”, usufruir de igual tratamento.

3.6 Identificação de envolvidos em processos judiciais

No entender de Cornu (1999 [1994]: 96), “se o nome deve ser omitido, é porque existe um interesse preponderante em o calar”. O interesse, no caso de quem está envolvido num processo judicial, é o direito a proteger a sua honra, mesmo na condição de condenado. “O reconhecimento destes direitos do indivíduo constitui um limite à liberdade de imprensa”, salienta aquele autor.

A maioria dos códigos observa os princípios subjacentes a esta tese. Procedem, assim, à tipificação das situações nas quais o direito à informação deve ceder, perante o núcleo essencial dos direitos de personalidade. Sem deixarem de considerar que a identificação, se baseada no interesse público, é exigível em determinadas circunstâncias. O “San Francisco Chronicle” assume que, em relação a acusados de crimes, opta pela publicação dos nomes completos, para evitar que sejam confundidos com outros cidadãos.

Como princípio geral, a identificação, pelo nome ou imagem, de suspeitos, acusados ou condenados, só é no código germânico autorizada em três situações: se contribuir para desvendar um crime, se foi emitido mandado de captura ou se o crime foi cometido em público. Contudo, tratando-se de detentores de cargos públicos ou eleitos, o nome pode ser referido, caso exista conexão entre o cargo ou o mandato e o crime em causa. A mesma exceção está prevista para outras figuras públicas se a conduta contraria a sua imagem. Em

sentido contrário, subsistindo a convicção de que um suspeito é incapaz de cometer um crime, nenhum elemento passível de proporcionar a sua identificação pode ser divulgado.

Confiar ao jornalista a avaliação do interesse público da revelação da identidade de pessoas sob suspeita, acusadas ou condenadas, partindo da regra geral de que deve ser omitida, é a opção dinamarquesa e sueca. Ainda assim, no primeiro caso recomenda-se a ocultação do nome antes de a polícia ou o MP tomarem a iniciativa, porque a legislação do país faculta ao juiz a possibilidade de a determinar. No segundo caso, para evitar a identificação indireta, é especificado que, não sendo publicado o nome, a renúncia se estende a fotografias ou informações sobre profissão, cargo, idade, nacionalidade ou sexo.

Ser criterioso na identificação de suspeitos antes de formalizada a acusação é a única recomendação da SPJ. Ainda no universo mediático norte-americano, a regra inserida nas Diretrizes Éticas do “Los Angeles Times” é a de não revelar nomes, na fase embrionária de processos judiciais, embora o estatuto do envolvido ou a importância do caso possam justificar uma conduta diferente. Já o código da Noruega admite levantar a interdição de identificar, quando se trata de proteger inocentes da exposição a suspeitas infundadas.

Diversos países dispõem de legislação sobre a abordagem, pelos media, de matérias relacionadas com menores, em regra inspirada na Convenção da ONU Sobre os Direitos da Criança, de 1989. Em França, não podem ser fotografados, filmados ou entrevistados sem acordo escrito de dois familiares. Em Portugal, a lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo estabelece que “os órgãos de comunicação social, sempre que divulguem situações de crianças ou jovens em perigo, não podem identificar, nem transmitir elementos, sons ou imagens que permitam a sua identificação, sob pena de os seus agentes incorrerem na prática de crime de desobediência”.

No plano deontológico, essa proteção, em ordem ao desenvolvimento da personalidade de jovens e crianças, traduz-se em disposições restritivas, quer no tratamento noticioso, quer quanto às condições de contacto, com fontes ou testemunhas, que desenvolveremos mais adiante. Por norma, quando é feita referência à identificação de menores, os códigos aconselham abordagens idênticas, encontrem-se na situação de delinquentes, vítimas ou testemunhas.

Enquanto o Pressekodex e o código da SPJ se limitam a recomendar cautela, o da BBC proíbe a divulgação de imagens e exige que seja ponderada a revelação de nome,

endereço, localização da escola que frequenta ou qualquer outro elemento que possa conduzir à identificação, recusando-a no caso de crianças envolvidas em condutas antissociais. Bastante pormenorizado nesta matéria, o Código de Treviso elenca um conjunto de elementos que o jornalista não deve mencionar, incluindo a paróquia à qual o menor esteja ligado, ou reproduzir (fotografias e vídeos, mas também mensagens eletrónicas).

A France Télévisions também estabelece a supressão de todos os elementos passíveis de identificação de menores delinquentes, mesmo que exista autorização dos pais nesse sentido. O mesmo critério respeita quanto a menores em fuga, abandonados, sequestrados, que se suicidaram ou vítimas de crimes, exceto se a publicação ocorrer a pedido de quem detém a guarda do menor ou de autoridades administrativas ou judiciais.

Em Portugal, as normas são, neste domínio, particularmente apertadas. O Código Deontológico proíbe a identificação, direta ou indireta, de delinquentes menores, norma que visa evitar a estigmatização, reconhecendo que o desenvolvimento da personalidade é um valor socialmente mais relevante do que a satisfação do direito do público a ser informado. O “Público” determina que a inibição se estende a “quaisquer atos de que lhes possam advir problemas de carácter pessoal, social ou outro”, assim transferindo para o jornalista a avaliação da situação.

Em 1986, o CI analisou um caso pondo o acento tónico na reintegração social de menores autores de crimes. Numa notícia de “A Capital”, era identificada pelo nome próprio uma criança de 10 anos, presumível autora da morte de uma de 4, lesando “grave e irreversivelmente os direitos morais e sociais” de ambos (Rec. CI, 19/5/1986). Ainda que viesse a ser declarado inocente, a notícia poderia causar ao suspeito uma “irremediável marginalização”, uma vez que, vivendo numa pequena comunidade, seria facilmente identificado.

Para impedir a identificação indireta, o Livro de Estilo “El País” recomenda o uso de iniciais do nome ou a divulgação de dados genéricos, que não a facilitem, tratando-se de menores detidos ou acusados (e também de vítimas de violação). O código da Áustria apenas desautoriza a publicação de nomes completos quando estão em causa infrações criminais ou má conduta de menores. No entanto, a questão não é pacífica. Apesar de códigos norte-americanos como o do “Los Angeles Times” observarem a regra da ocultação em casos de

jovens acusados de crimes, Smith (2008: 226) nota que muitos editores admitem não a respeitar quando são julgados como adultos.

3.7 Identificação de vítimas de crimes sexuais

O anonimato das vítimas de crimes sexuais é garantido pela legislação britânica. Os jornalistas podem ser acusados de desobediência, ao abrigo do *contempt of court*, caso infrinjam a norma. Assim se compreende que os dispositivos deontológicos do país sejam praticamente omissos neste plano – o código da PCC admite a identificação, desde que assente em “justificação adequada”, mas sempre respeitando as restrições legais.

Os poucos códigos estrangeiros que mencionam esta questão não vão para além da recomendação de precauções – entre os analisados, só o do “Los Angeles Times” aponta para a não identificação, cabendo ao editor assumir a decisão contrária. Em Espanha, é adotada a expressão “especial diligência” nos casos de vítimas de delitos contra a liberdade sexual. Mais rígido, o Código Deontológico português toma como absoluta a não identificação de vítimas de crimes sexuais, direta ou indiretamente. O “Expresso”, a “Visão” e a “Caras” não excluem a possibilidade de tornar público o nome com autorização da pessoa em causa. O semanário acrescenta que a regra deve ser respeitada “mesmo no caso em que a lei o permita”. As duas revistas admitem a sua aplicação a “outros crimes ou condutas, sempre que tal identificação possa afetar os seus legítimos direitos ou interesses”.

O tratamento jornalístico de crimes sexuais cria, com frequência, dilemas éticos, até porque pode traduzir-se em abordagens sensacionalistas. “Como podemos tornar os leitores eticamente confortáveis com as nossas escolhas narrativas e moralmente desconfortáveis com o que a história retrata?”, interroga-se Moore (2011: 14). “Nas histórias de violação, estamos a expor publicamente o sofrimento pessoal de sobreviventes. Se o fazemos com qualquer outra intenção que não seja que a violação não deveria acontecer – ou se o fazemos sem clara intenção – estamos a entregar-nos a um tipo de narrativa que os críticos não hesitam em chamar pornografia”.

O tema suscita, por isso, controvérsia. A revelação de uma violação pela própria vítima permite que seja identificada ou o jornalista deve abster-se de o fazer, mesmo nessas condições? Em Portugal, no caso CM/“Reconquista” (Cfr. Anexo 3), a ERC defendeu que a renúncia voluntária à proteção do direito à intimidade não tornou menos criticável a conduta da autora da notícia.

Nos Estados Unidos, a enraizada tradição liberal leva a que os códigos se limitem, quando muito, a exortar os jornalistas a ter prudência na abordagem. No entanto, a questão permanece em debate, estimulado por casos como os descritos por Smith (2008: 228-229). Num deles, os nomes e as fotografias de duas adolescentes raptadas foram divulgados, por encorajamento da polícia, para ajudar à sua localização. Ao serem descobertas, soube-se que tinham sido violadas e os órgãos de comunicação apressaram-se a eliminar os nomes. Noutro caso, uma vítima de violação autorizou um jornal a revelar a sua identidade, argumentando que o ato deve envergonhar quem o comete, não quem é atingido. A quebra da regra da não identificação a pedido da vítima é, aliás, uma faculdade consagrada no código do “San Francisco Chronicle”.

As duas posições são suportadas por argumentos pertinentes. Para Sheila Gibbons, do Media Report to Women, não revelar os nomes de vítimas de violação “transforma em sussurro o que deveria ser um grito” (*cit. por* Smith, 2008: 229). Em favor da tese, são invocados valores caros ao Jornalismo, como o rigor da informação, o compromisso com a verdade e a necessidade de contar toda a história, que até pode ser útil para o sistema de justiça criminal. Os defensores da ocultação da identidade sublinham, por seu lado, que o crime sexual é diferente dos outros, sobretudo porque constitui um ato de humilhação, e alertam para o facto de a divulgação da identidade das vítimas poder inibir a participação de crimes.

“Em caso algum, direta ou indiretamente, podem ser identificados menores envolvidos em crimes ou escândalos de natureza sexual, mesmo que a lei o não proíba, sejam eles vítimas, testemunhas ou autores dos mesmos”. Esta determinação do código do “Expresso” é semelhante à da PCC. Tal como o organismo britânico, o semanário explicita que, se for suscetível de permitir a identificação do menor envolvido, o termo incesto não deve ser usado. Já o nome de adultos envolvidos pode ser revelado, desde que não produza aquele efeito. A identificação indireta constitui, efetivamente, um risco. Ocorreu nos casos do avô acusado de violar o neto, noticiado pelo “24 Horas”, e do avô de uma menina vítima de abuso, que reclamava justiça nas páginas do DN (sobre estes dois casos, Cfr. Anexo 3).

Não é comum a desautorização pelos códigos deontológicos da identificação de vítimas de crimes, excetuando os casos citados. O código da Finlândia protege-as, ao determinar que os nomes não são revelados, a menos que o interesse público o justifique. E vai mais longe: se a publicação de informações sobre condenados, acusados e suspeitos de crimes

“altamente sensíveis” for passível de conduzir à identificação das vítimas, deve ser evitada. Os códigos portugueses não especificam situações deste tipo. É legítimo, porém, que a elas se apliquem as normas genéricas relativas à proteção da privacidade. Foi nessa perspetiva que, em 1998, a AACS analisou uma queixa contra o JN, por identificar pelo nome e morada a vítima de um roubo (Cfr. Anexo 3).

3.8 Contacto com crianças

O cuidado no contacto com protagonistas de notícias, aconselhado por diversos códigos, deve, naturalmente, ser maior quando se trata de crianças. Dois casos ocorridos em Portugal – reportagens da TVI, sobre a agressão de um homem à esposa, e da SIC, a propósito de um caso de regulação do poder paternal (Cfr. Anexo 3) – revelam que este terreno é especialmente exigente, no que ao rigor ético diz respeito.

Os princípios essenciais estão reunidos nas orientações sobre a cobertura jornalística de crianças, aprovadas pela Federação Internacional de Jornalistas no congresso de 2001 (*cit. por White, 2008: 162*): respeito pela privacidade; proteção da identidade, exceto em caso de comprovado interesse público; verificação da informação antes de a divulgar; avaliação das consequências da publicação e minimização de danos para as crianças.

Como já referimos, a proteção de menores justificou, em Itália, a elaboração de um código específico. A Carta de Treviso subordina o tratamento jornalístico ao respeito pelo interesse superior da criança. Daí que, além de precauções quanto à identificação, comuns a outros documentos, consagre normas particulares. No que concerne a notícias sobre raptos e desaparecimentos, por exemplo, só admite a divulgação de dados pessoais ou imagens se forem indispensáveis e, ainda assim, levando em linha de conta o parecer de familiares ou entidades competentes.

A proteção de menores é transversal ao código alemão – nas restrições previstas para reportagens sobre situações de emotividade extrema, acidentes, crimes ou julgamentos e, inclusive, na exigência de avaliação do impacto de fotografias, nas primeiras páginas, contendo cenas de violência. O código da Áustria inscreve a proteção da privacidade de crianças como valor prevalecente sobre o noticioso, pelo que a divulgação de fotografias ou reportagens que as envolvam deve ser precedida de apreciação crítica.

Tal não significa que a ocultação da identidade constitua uma regra absoluta ou que a exibição de imagens de menores seja proibida. Podem ser adotadas soluções diferentes consoante as situações, que nem sempre as normas deontológicas contemplam. Em 1998, o CD enalteceu a opção da SIC de identificar numa reportagem as três filhas menores de uma mulher vítima de sida, a mais velha das quais cuidava das irmãs (Cfr. Deliberação CD 7/1998). Em 2009, a propósito da cobertura jornalística do caso de uma menina de origem russa acolhida por um casal português, que por decisão judicial foi entregue à mãe biológica (Cfr. Anexo 3), o mesmo órgão considerou que a preservação da imagem de menores não deve depender da vontade de pais, encarregados de educação ou tutores legais (Rec. CD 3/6/2009). Embora o código seja omissivo na matéria, entendeu que deve cruzar-se o n.º 7, no que respeita à não identificação de delinquentes menores, com o n.º 9, que determina o respeito pela privacidade e exige que sejam consideradas as condições de “serenidade, liberdade e responsabilidade” das pessoas.

A abstenção de recolher testemunhos, entrevistar ou captar imagens de menores, sem a sua própria autorização e dos pais ou de quem seja responsável por eles (familiares, tutores, detentores do poder paternal, professores ou autoridades escolares, se for o caso) está inscrita em diversos códigos. É o que sucede com os britânicos da PCC, BSC e BBC e os que vinculam os jornalistas do “Expresso” e da “Visão”. Perante a recusa ou não obtenção de consentimento, a BSC previa a abordagem de menores apenas em caso de manifesto interesse público. No código espanhol, que sublinha o respeito pela intimidade dos menores, a proibição não é total; limita-se a contextos ligados a atividades delituosas ou de âmbito privado.

Em alguns casos, são introduzidas restrições quanto às questões a abordar. Estando em causa menores de 16 anos, a PCC desautoriza assuntos que digam respeito ao bem-estar pessoal e o “Expresso” matérias que envolvam a sua personalidade ou a de outros menores. Perguntas que ultrapassem a capacidade de compreensão não são autorizadas pela BBC. A “Visão” recusa a reprodução de declarações capazes de afetar ou dar “indevida exposição pública” a menores.

Em situações de conflito familiar ou judicial ou de intervenção de serviços de proteção de menores, o código da Noruega desaconselha a divulgação da identidade. Se a difusão do testemunho for suscetível de produzir efeitos – filhos interrogados sobre o divórcio dos pais, por exemplo – o grupo France Télévisions estabelece que o jornalista se abstenha de o solicitar ou, caso realize a entrevista, oculte totalmente a identidade, “por procedimento

técnico apropriado”. Estas diligências, no entanto, não o dispensam de assegurar o consentimento do menor e dos titulares do poder paternal.

3.9 Meios de recolha de informação

A generalidade dos instrumentos ético-deontológicos integra normas relativas aos meios de acesso e recolha de informação. Embora estejam em causa objetivos coincidentes – fixar padrões de boas práticas jornalísticas – a caracterização não é uniforme. Em muitos casos é, aliás, difusa, abrindo caminho a interpretações subjetivas: a “Declaração de Bordéus” determina o recurso a “meios equilibrados” e o código espanhol a “métodos dignos”, enquanto o código francês toma como “proscritos” métodos “injustos e venais”. O código português valoriza a lealdade, proibindo mesmo o abuso de boa-fé. A mesma linha adotam a “Declaração de Munique” e o código suíço, mas pela negativa, rejeitando métodos desleais.

É em situações-limite que a questão dos métodos se coloca. Para a denúncia de crimes, o uso de câmaras ou microfones ocultos, visando assegurar o acesso a provas que não seriam obtidas através de meios convencionais, é expressamente admitido em alguns códigos. A France Télévisions enquadra tais condutas no direito do público à informação, desde que seja preservada a intimidade da vida privada – se tal não acontecer, é aceite, como alternativa, a ocultação, através de meios técnicos. O grupo audiovisual público francês, garante, por outro lado, que o público toma conhecimento dos meios usados em reportagens com estas características. Uma norma de transparência, que permite ao espetador fazer o seu próprio julgamento das opções.

Gravações secretas de som ou imagem são, para a BBC, o último recurso, por reconhecer que o mau uso desses métodos pode retirar credibilidade ao órgão de comunicação e desvalorizar o impacto das reportagens. Daí que só as autorize enquanto instrumento de investigação destinado a revelar matérias de interesse público, como a intenção de cometer um crime. Havendo razões para crer que ocorrem condutas ilegais ou antissociais – e se o registo é indispensável para efeitos de prova – o jornalista pode até aceder a locais privados.

O código do “Expresso”, que aborda a questão num artigo sobre privacidade, rejeita aquela conduta: “Não é admissível a utilização de meios ocultos para a obtenção de imagens da esfera privada de uma pessoa e/ou da sua família, em local público ou privado, sem a sua

autorização”. O “Público” condena o uso de meios ilegais e ilícitos e procede à descrição exhaustiva das práticas não autorizadas: acesso a casas particulares ou a quartos de hotel; realização de escutas telefónicas ou buscas não autorizadas de documentação; instalação de câmaras ou uso de binóculos para espiar o interior de domicílios; penetração em bases de dados, contas de correio eletrónico ou servidores Web de terceiros. Opção semelhante à do NYT, cujo código menciona mesmo o roubo de dados ou documentos.

Como estabelecem os códigos alemão e da SPJ, as reportagens encobertas só são admissíveis quando existe especial interesse público e se a informação não pode ser obtida de outra forma. O facto de implicarem que o jornalista oculte ou dissimule a sua condição profissional – conduta contrária a um princípio ético essencial – é uma questão polémica, que não cabe neste trabalho analisar. O certo é que enquanto o código da PCC admite essa atuação, o “Expresso”, em defesa da honestidade de procedimentos, recusa a utilização de disfarces e a omissão da identidade para obter informações, além de assumir o compromisso de não publicar informação obtida ilegal e clandestinamente.

Os códigos francês e do NYT privilegiam uma abordagem menos rígida. O primeiro determina que, “em casos em que a sua segurança, a das suas fontes ou a gravidade dos factos obriga a silenciar a sua qualidade, o jornalista previne a sua hierarquia e dá logo que possível uma explicação ao público”. O segundo proíbe a dissimulação da condição de jornalista e o uso de meios ilícitos, sendo as exceções discutidas previamente com a hierarquia editorial e o departamento jurídico.

Questão central do direito à palavra, a gravação ou reprodução de conversas privadas, sempre dependentes de autorização prévia, só é referida em alguns códigos. Enquanto o “Expresso” apenas enuncia o princípio, o NYT consagra o procedimento já descrito quanto ao uso de meios ilícitos. O “Público” considera inaceitável a transcrição de conversas, mesmo de figuras públicas, sem consentimento explícito. No caso de uma conversa privada sobre tema público, que o jornalista tenha testemunhado, aceita que a personalidade em causa seja questionada sobre ela, cabendo à direção decidir sobre a publicação.

Neste campo, justifica-se ainda uma referência ao código da Finlândia. Assentando no princípio de que a informação deve ser obtida de forma aberta, impõe o respeito pelo direito à privacidade também na revelação de documentos oficiais. E acrescenta que disponibilidade de informações não implica necessariamente publicação livre.

3.10 Não discriminação

O mais abrangente dos códigos em matéria de não discriminação é o da SPJ: aconselha os jornalistas a evitarem estereótipos em função da raça, sexo, idade, religião, etnia, origem geográfica, orientação sexual, deficiência, aparência física ou condição social. Outros documentos fazem referência a alguns destes domínios. É o caso da “Declaração de Bordéus”, que em 1986 criou uma cláusula específica sobre discriminação, e do código da PCC, que desaconselha “alusões prejudiciais ou pejorativas”.

O código da Noruega sustenta que nunca devem ser sublinhados aspetos pessoais ou privados, se irrelevantes, em respeito pelo caráter e a identidade pessoal, privacidade, raça, nacionalidade e crença. Coloca, assim, a questão da pertinência noticiosa, em termos análogos aos de outros. O “San Francisco Chronicle” não revela a raça dos protagonistas de notícias, a menos que constitua parte essencial da história, como pode acontecer em notícias sobre crimes de ódio. A abordagem da deficiência física ou mental só se justifica, segundo o código espanhol, se tiver relação direta com a informação divulgada, o que implica também evitar expressões ou testemunhos vexatórios da condição pessoal de indivíduos ou da sua integridade física ou moral.

Na denúncia de crimes, de acordo com o Pressekodex, só devem ser incluídos dados pessoais quando se revelem necessários à compreensão do incidente, porque a menção pode agravar preconceitos contra minorias. Este código explicita que a proteção contra revelações discriminatórias permanece válida após a morte, mesmo no caso de figuras públicas. O “Expresso” aceita a referência a aspetos pessoais se forem “um elemento essencial e constitutivo da própria notícia” e sempre mediante autorização do envolvido (dos pais ou tutores legais, se for menor). Em relação ao Código Deontológico português, no qual se inspira, amplia o leque, ao excluir também a discriminação com base no estatuto social, doença, incapacidade física ou mental e orientação sexual.

O risco de consolidar estereótipos ou agravar preconceitos esteve bem presente em Portugal, em 2005, no caso do “Arrastão”, a que aludimos no Capítulo 1 da Parte I (Cfr. Anexo 3). A questão, porém, não é nova. Na década de 80, o CI pronunciou-se por duas vezes sobre discriminação racial. Ao apreciar uma reportagem do jornal “O Crime”, sob o título “Entrevistámos na prisão o assassino do taxista – preto não tem remorsos”, considerou que incitava ao ódio, porque era orientada no sentido de destacar a origem racial do presumível criminoso e “estabelecer uma relação de causalidade entre a raça (negra) e a tendência para o crime violento” (Parecer CI, 1/4/1988), reforçada pela transcrição de

depoimentos de jaez racista. Ainda em 1988, condenou genericamente títulos e textos que “criam na opinião pública a ideia de que a causa de desordens ou de crimes reside na raça ou na cor dos indivíduos que neles participam” (Rec. CI, 20/7/1988), conduta que “ofende gravemente” direitos individuais de grupos raciais minoritários.

3.11 Dever de retificação de erros e imprecisões e direito de resposta

O dever de correção de informações erradas, imprecisas ou falsas, associado ou não ao direito de resposta, consta de quase todos os códigos. Em alguns casos, como o da PCC e do “Expresso”, é admitida a apresentação de desculpas, caso se justifique. O código da Finlândia tem a particularidade de determinar a correção imediata no sítio eletrónico do órgão de comunicação.

Nem sempre este dever é respeitado. Diversos órgãos de Imprensa remetem para as páginas de cartas do leitor os pedidos de retificação. Jornais como o “Público” reservam para o efeito uma rubrica. Outros, quando se dispõem a retificar informações, optam por publicar novas notícias. Especialmente grave é a atitude de persistir em versões que os factos desmentem, como sucedeu no caso da adolescente “assassinada à facada”, noticiado pelo CM (Cfr. Anexo 3).

O Código Deontológico português recomenda a pronta retificação de informações inexatas ou falsas, mas não aborda o direito de resposta, que naquele dever está implicitamente incluído. O “Expresso” aceita concedê-lo, se devidamente fundamentado, “mesmo que não observe a forma legal exigível”. Porém, reserva-se o direito de contestar a sua invocação abusiva, nos casos em que a fonte visada tenha recusado dar informações antes da elaboração da notícia.

Desde 2007, o JN insere, junto aos textos publicados ao abrigo do direito de resposta, uma nota esclarecendo em que consiste. Durante anos, o extinto “24 Horas” realizou o direito de resposta voluntariamente, em manchete, incluindo com frequência um editorial assinado por um membro da Direção, onde explicava o que se passou e apresentava desculpas aos visados. Foi o que aconteceu nos casos envolvendo Jardel e Teresa Caeiro. No de Luís Filipe Vieira, o jornal concedeu-lhe a oportunidade de apresentar a sua versão, em entrevista, mas reafirmou o que noticiara (Cfr. Anexo 3, sobre os três casos).

3.12 Síntese conclusiva

A proteção da dignidade humana é expressamente mencionada em diversos documentos ético-deontológicos analisados. É também transversal o reconhecimento da privacidade como esfera, em regra, vedada ao jornalista. Contudo, é na tipificação de normas que se avalia a consagração desses princípios. Os códigos deixam em aberto uma certa margem de discricionariedade na apreciação casuística, assente na ponderação do interesse público, em função das circunstâncias, da natureza das informações e da condição do envolvido.

Neste plano, o exercício remete para o estatuto do cidadão, no sentido de avaliar em que medida o direito à privacidade deve ceder perante o direito à informação – se o comportamento privado concerne o interesse público, por ter repercussões negativas, ou se a conduta da personalidade contradiz valores que defende publicamente. O esforço de caracterização do que se entende por vida privada – e do conjunto de matérias que corresponde ao interesse público – é levado mais longe nos códigos britânicos do que em quaisquer outros.

São raras as referências expressas ao direito à intimidade. No entanto, a maior parte dos códigos fixa normas relativas ao contacto com pessoas afetadas por doenças, que se encontrem em sofrimento, sob pressão emocional ou não estejam em condições de compreender o impacto das suas declarações. Alguns abordam também o tratamento jornalístico de suicídios.

Independente da qualificação ou não como graves faltas profissionais, a maioria dos códigos condena a acusação sem fundamento, difamação, calúnia, injúria e mentira. A operacionalização do princípio da audição prévia de visados por acusações não é uniforme, mas a obrigação de conceder aos atingidos oportunidade de defesa integra diversos documentos deontológicos.

O princípio da presunção de inocência está plasmado, explícita ou implicitamente, em quase todos. A sua salvaguarda, no entanto, concretiza-se de forma diferente. A apresentação equilibrada dos argumentos da acusação e da defesa constitui uma preocupação, em especial nos países nórdicos. A ocultação da identidade de envolvidos em processos judiciais é consagrada como princípio geral, sendo as exceções fundamentadas no interesse público – associado, no caso de suspeitos, arguidos e acusados, à condição da pessoa e à conexão dos factos que lhe são imputados com a função exercida ou a imagem pública que detém.

O grau de exigência recomendado aos jornalistas no contacto com crianças é muito elevado. Alguns códigos abordam este domínio de forma exaustiva – a Carta de Treviso (Itália) incide, especificamente, na cobertura noticiosa de menores. A abstenção de recolha de depoimentos ou captação de imagens sem consentimento das crianças, dos pais ou de quem detenha a responsabilidade pela sua tutela consta de vários códigos, que admitem exceções, em nome do interesse público. A ocultação da identidade não constitui uma regra absoluta, embora a identificação, direta ou indireta, seja objeto de restrições, mais profundas se estão em causa crianças envolvidas em crimes, seja como autoras, seja como vítimas ou testemunhas. Menos frequente é a preservação do anonimato de vítimas de crimes sexuais maiores de idade.

A generalidade dos códigos fixa normas sobre meios de acesso e recolha de informação, embora a abordagem não seja coincidente. A principal preocupação é o recurso a câmaras e microfones ocultos, só justificável em nome do interesse público e se, comprovadamente, não existir alternativa. Só uma pequena parte dos códigos alude à gravação e reprodução de conversas privadas, fazendo depender tais condutas de autorização prévia.

Dispositivos anti-discriminação integram a quase totalidade dos códigos, sendo diferentes as formulações – mais abrangentes nuns casos do que noutros. A perspetiva dominante é da pertinência noticiosa: só se justificam referências a aspetos como raça, nacionalidade ou opção sexual, entre outros, se tiverem relação direta com a informação a transmitir ou forem essenciais à notícia.

Está também previsto na esmagadora maioria dos códigos o dever de correção de informações erradas, imprecisas ou falsas, associado ou não ao direito de resposta. Em alguns casos, é admitida a apresentação de desculpas aos visados, se as circunstâncias a justificarem.

PARTE III PERCEÇÃO DOS JORNALISTAS SOBRE O QUADRO LEGAL E A DEONTOLOGIA

Capítulo 1 Lei e autorregulação

Este capítulo é, essencialmente, dedicado a analisar, a partir das 17 entrevistas realizadas, a opinião dos jornalistas acerca do quadro legal, bem como da sua articulação com a esfera autorregulatória, no que diz respeito à compatibilização entre o direito à informação e os direitos de personalidade. Previamente, porém, consideramos ser pertinente fazer referência ao estudo “Privacidade, Intimidade e Violência na Imprensa – 2009”, encomendado pela ERC ao Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa. Trata-se da mais recente abordagem científica de algumas das dimensões da problemática da proteção de direitos de personalidade no tratamento jornalístico, que não tem sido, em Portugal, objeto de estudo sistemático, nem por parte de organismos ligados ao setor da Comunicação Social, nem a nível académico.

A equipa de investigadores recorreu a uma amostra relativamente vasta – 3412 peças, publicadas em cinco jornais diários, dois semanários e três revistas semanais. O estudo concluiu que o índice “privacidade” atinge os valores mais elevados e o relativo à intimidade os mais baixos, não surgindo em 2446 peças (Rebelo, 2010: 225). Este campo integrou os temas vida conjugal/vida familiar, condições físicas/psicológicas, ligação amorosa, hábitos, rotinas, doenças, consumo de drogas ou de álcool, orientação sexual e opção religiosa.

Os principais indicadores de exposição da privacidade (maior número de indicadores por notícia, não maior número de notícias) são sexo, localidade e idade. No caso das crianças – protagonistas em apenas 74 peças, correspondendo seis a manchetes e 26 a chamadas de primeira página – o indicador mais comum também é o sexo. Seguem-se idade e localidade, de residência ou à qual estão associadas. O facto de o nome ser o quarto indicador revela que, genericamente, são respeitadas as normas deontológicas relativas à identificação de menores.

Nos jornais diários, predominam cidadãos comuns, sem estatuto explicitado, como protagonistas das notícias, enquanto os semanários privilegiam sujeitos “coletivos”

(políticos, dirigentes de associações, empresários, etc.). Em regra, os agressores surgem como protagonistas principais das peças. As vítimas são tendencialmente relegadas para segundo plano.

A nacionalidade do protagonista é mencionada em apenas 10% da amostra e a etnia em 111 peças. Destas, cerca de metade faz referência a ciganos e 43 a negros. No entanto, se o protagonista é originário de um país africano, a Imprensa tende a identificá-lo através de maior número de indicadores. A partir do cruzamento da nacionalidade com o tema tratado, conclui-se que os africanos são predominantemente associados a homicídios ou tentativas de homicídio, os cidadãos da Europa Ocidental a crimes económicos e os de outros países europeus e brasileiros a assaltos ou roubos.

O ponto de partida para apurar a perceção dos jornalistas entrevistados no âmbito desta investigação é uma questão de âmbito genérico, sobre o respeito pelos direitos de personalidade nos media nacionais. De seguida, procuramos apurar a perceção sobre a via mais adequada – quadro legal ou autorregulação – para garantir o respeito pelas normas deontológicas neste domínio. Os jornalistas foram também instados a pronunciar-se acerca das virtualidades da lei para conciliar o direito à informação com os direitos de personalidade e quanto à possibilidade de inscrever na lei a obrigatoriedade de noticiar a absolvição de cidadãos cuja constituição como arguido, a acusação e a pronúncia mereceram cobertura jornalística. Expressaram ainda a sua posição sobre procedimentos cautelares para salvaguarda de direitos de personalidade, no sentido de saber se os consideram compatíveis com o direito à informação.

1.1 Respeito pelos direitos de personalidade nos media portugueses

Nove dos 17 jornalistas entrevistados estão convictos de que os direitos de personalidade são, regra geral, respeitados pela Comunicação Social portuguesa. Esta perceção predominantemente positiva corresponde a uma avaliação global, naturalmente não impeditiva de que, num ou noutro caso, sejam sublinhadas exceções. Cinco jornalistas exprimem a opinião contrária. As respostas dos restantes três não têm carácter absoluto – em atenção à diversidade de abordagens jornalísticas, evitam generalizações.

A comparação com realidades mediáticas estrangeiras figura entre os argumentos apresentados por jornalistas que integram o grupo maioritário. No cotejo com países como Inglaterra e Espanha – expressamente citados – atribuem aos media portugueses um maior

grau de respeito pelos direitos de personalidade, pese embora a ocorrência de casos, pontuais, de violação.

O desrespeito pelos direitos de anónimos é suscitado, inclusive, por jornalistas que apreciam positivamente a conduta dos órgãos de comunicação. Está em causa a exploração de situações, frequentemente associadas a crimes, protagonizadas por pessoas comuns, cuja esfera privada – e até íntima – é invadida. Seja por não terem consciência dos seus direitos, seja por terem menor capacidade para impedir a intromissão alheia nesse espaço reservado.

Céu Neves constata que as regras deontológicas relativas à identificação de protagonistas de notícias não são na prática quotidiana aplicadas uniformemente, o que se reflete no respeito pelos direitos de personalidade. No “caso Joana” (Cfr. Anexo 3), o nome da criança surgiu logo nas primeiras notícias. No “caso Esmeralda” (Cfr. Anexo 3), inicialmente alguns jornais não revelaram o nome, mas depois acabaram por fazê-lo. No da menina russa (Cfr. Anexo 3), ocorreram dois momentos: enquanto se manteve em Portugal, a sua fotografia não foi publicada, mas depois de partir para a Rússia e de aparecer numa reportagem televisiva que denunciava maus-tratos, os media nacionais passaram a usar a sua imagem. “Enquanto jornalista, tenho de defender o princípio [de não identificar crianças], mas muitas vezes outros meios de comunicação não têm a mesma prática. Toda a gente revela o nome e nós não? É muito complicado gerir”, observa a jornalista do DN.

Há entre os entrevistados quem mencione a atitude de cidadãos que voluntariamente expõem a sua privacidade ou casos de aproveitamento de momentos de dor e tragédia, que fragilizam os envolvidos. Não invadir o espaço do outro, de forma ilegítima, é, na ótica de Óscar Mascarenhas, um critério fundamental de exercício da profissão, nem sempre observado. Trata-se do escrúpulo, que “não é um critério subjetivo”, sublinha. Assumindo o Jornalismo como “ética da Comunicação”, o ex-presidente do CD atribui ao jornalista o dever de proteger os direitos de personalidade. “Não pode usar a possibilidade que o outro deu, o flanco que o outro abriu, porque sabe que é desleal. Porque sabe que está a abusar da boa-fé, porque sabe que o outro não conhece os seus direitos ou porque sabe que o outro está convencido de que tem menos direitos”.

A avaliação feita pelos entrevistados da forma como o panorama evoluiu, em matéria de respeito pelos direitos de personalidade, não é, de todo, coincidente. “Tende a haver menor perceção desses direitos por parte dos jornalistas que estão a entrar na profissão”, afirma

Inês Cardoso, concedendo que a sua opinião se forma a partir do jornal “i”, cuja redação é muito jovem. Já José Carlos de Vasconcelos regista mudanças positivas, valorizando a progressiva tomada de consciência da própria existência de certos direitos de personalidade que outrora não tinham sequer consagração legal.

Pressões concorrenciais, suscetíveis de comprometer o vínculo dos jornalistas às normas deontológicas ou de estimular concessões neste plano, são assinaladas como fator de maior desrespeito pelos direitos dos cidadãos, particularmente à reserva da vida privada e ao bom nome. É igualmente abordado o efeito negativo do esbatimento de fronteiras entre modelos editoriais. Na perspetiva de que a clássica separação entre jornais de referência e “populares” tende a desaparecer, à medida que se acentua a tendência para a “tabloidização” e para a aproximação da Imprensa a certas abordagens televisivas permeáveis ao “info-entretenimento”, nas quais as preocupações éticas são secundarizadas. Adelino Gomes sustenta mesmo que, quebrado o consenso em torno da “superioridade moral” dos princípios deontológicos, estabelecido até meados da década de 90 do século passado, a Imprensa passou, nos últimos anos, “a imitar os telejornais, o que fez descer as ‘baías’ jornalísticas em todas as redações”.

Os jornalistas que se pronunciam sobre as responsabilidades por um panorama geral encarado, neste particular, como negativo – José Pedro Castanheira e Manuel Vilas Boas – não as atribuem exclusivamente às empresas de comunicação, nem isentam os jornalistas. “Os media são uma indústria, em que o jornalista nunca está sozinho”, salienta o grande repórter do “Expresso”. “Não se pode responsabilizar o jornalista – totalmente, pelo menos – pelo produto final, por aquilo que o leitor, ouvinte ou espetador consomem. Existe uma série de filtros, uma cadeia hierárquica”.

1.2 Via legislativa ou autorregulatória

Qual a via mais adequada para assegurar a observância de normas deontológicas no plano dos direitos de personalidade – a via legal ou a autorregulação? A resposta de Adelino Gomes a esta pergunta sintetiza, em poucas palavras, a opinião da maioria dos entrevistados: “Sem lei, ainda por cima em tempo de crise, tudo tenderá a ficar ao sabor da autorregulação. Sem autorregulação, a lei é muito bonita, mas não funciona”.

Quase todos os entrevistados se declaram, com efeito, adeptos da autorregulação e nenhum deles a exclui. No entanto, por mais simpatia que lhes desperte, encontram nela

deficiências de funcionamento e insuficiências que tornam indispensáveis as garantias proporcionadas pela lei. Ou seja, as duas vias têm carácter complementar, constituindo o quadro jurídico a última instância, no que respeita à proteção de direitos de personalidade no tratamento jornalístico. José Carlos de Vasconcelos vai mais longe: a autorregulação “tem de resultar da própria lei, ter força vinculativa e coerciva”.

Joaquim Vieira é o único, entre os inquiridos, que privilegia a lei, uma vez que atribui à Deontologia natureza meramente orientadora. “Vivemos num sistema de liberdade de expressão e de informação, direitos universais que assistem a todos os cidadãos – não apenas aos jornalistas, que só detêm a vertente técnica. Qualquer pessoa pode invocar que publicou algo ao abrigo do direito de expressão e de informação, não tendo forçosamente de submeter-se a certas normas deontológicas”, diz. Nem pelos profissionais, frisa Vieira, a Deontologia deve ser encarada como vinculativa: “É um conjunto de princípios que eventualmente devem ser observados, mas não quer dizer que os observem ou, sequer, que tenham esse dever (...) Não é uma obrigação, um espartilho que obrigue toda a gente a ‘encaixar-se’”. Nesta conceção, o facto de os jornalistas usufruírem de uma larga margem de liberdade reduz, naturalmente, a eficácia dos mecanismos autorregulatórios.

O risco de a autorregulação abrir caminho, pelo menos no plano teórico, a tendências corporativas, no sentido de os profissionais se eximirem ao cumprimento dos seus deveres ético-deontológicos ou adotarem uma visão mais complacente do conceito, é mencionado por alguns dos entrevistados. Porém, a principal debilidade referida é a falta de eficácia, essencialmente imputada a dois fatores. Por um lado, o facto de a autorregulação não ser aceite, assumida e respeitada pelos jornalistas, em resultado da perda de prestígio dos órgãos que detêm a responsabilidade de a corporizar ou da falta de consciência dos profissionais quanto às potencialidades que oferece. Por outro, a ausência de intervenção regular e sistemática – é reclamada apenas perante casos de manifesto desrespeito pelas normas deontológicas.

Num contexto fortemente marcado pela concorrência entre órgãos de comunicação, não é indiferente aos jornalistas o impacto das condicionantes de mercado neste domínio. Persiste a convicção de que os instrumentos de auto-regulação tendem a ser demasiado frágeis para atenuarem os efeitos na esfera deontológica de fenómenos como a pressão criada pela conquista de audiências e pela rapidez na difusão da informação.

É particularmente difícil, nestas circunstâncias, assegurar que a autorregulação seja “construída de forma racional e objetiva, enfrentando as questões difíceis”, e não “vazia e abstrata”, como deseja Eduardo Dâmaso. O objetivo não deve, ainda assim, ser abandonado. “A questão legal estará sempre presente, mas para o discurso eminentemente jornalístico não será esse o caminho, o da reivindicação de uma lógica legal. Será muito mais a construção dos mecanismos da nossa própria regulação, indo à procura de exemplos que funcionam bem na Europa”, afirma.

Óscar Mascarenhas também privilegia a autorregulação. Tal não significa, esclarece, a defesa do estabelecimento de normas para que o jornalista se julgue a si próprio, mas para que “toda a gente consiga julgar o meu próprio comportamento como jornalista”. Normas baseadas num único critério de exercício profissional: a lealdade. “Não vou trair a pessoa, não vou atingi-la pelas costas, abrir-lhe alçapões; vou noticiar as informações em termos de cidadania. Nenhuma lei pode contemplar por completo este princípio”.

Ao abordarem a vertente legal da questão, a crítica dos inquiridos incide mais na aplicação das normas do que nas soluções jurídicas consagradas. Daí a referência à morosidade dos tribunais, à ausência de sensibilidade das instituições judiciais para as especificidades do Jornalismo e à incerteza quanto ao desfecho dos processos judiciais, embora se constate a dificuldade de fixar jurisprudência num domínio em que impera o caso concreto.

A partir da sua própria experiência, Sofia Pinto Coelho constata que a ausência de segurança é perceptível na análise de casos de difamação. “É uma autêntica ‘roleta russa’. Quem estudar a jurisprudência do crime de difamação desde os anos 70, verificará que factos muito semelhantes podem dar origem a sentenças absolutamente díspares, por um motivo ou outro”. Um cenário que produz múltiplos efeitos no trabalho quotidiano dos profissionais e na atitude das empresas, mais gravosos ainda quando à incerteza jurídica se junta a perspectiva de elevados custos dos processos judiciais, questão a que aludimos no Capítulo 2 da Parte I.

“Os ‘cintos de segurança’ dos jornalistas estão cada vez mais apertados. Por causa dos padrões da Comunicação Social, que têm medo dos processos, da chatice que dão os processos, da imprevisibilidade do desfecho e dos custos elevados”, diz Sofia Pinto Coelho. “Poderemos eventualmente defender, como já vi defender num debate, um seguro de responsabilidade civil obrigatório, como têm os médicos e os advogados. Paga o jornalista

do seu bolso, paga a empresa? Isso já é outra questão. Que a imprevisibilidade do desfecho é, hoje em dia, um sério ‘colete de forças’, isso é”.

Um conhecimento mais profundo do funcionamento da Comunicação Social por parte dos tribunais é tido como condição indispensável para reduzir a margem de discricionariedade das decisões. Inclusive com recurso a especialistas, como propõe José Carlos de Vasconcelos. “Seria positivo que os juízes ouvissem peritos (...) Em processos por difamação, por exemplo, a acusação identifica frases. Ora isso não pode ser visto assim; tem de ser no contexto de um jornal, que é um filme, não um fotograma. É preciso ver se o texto se insere numa ‘campanha’, em que página foi publicada a notícia, qual o destaque dado, qual o enquadramento. Quem não sabe isto, não pode julgar com um mínimo de consciência este tipo de problemas”.

1.3 Compatibilização de direitos

O quadro legal, na opinião de nove entrevistados, permite compatibilizar o direito à informação com os direitos de personalidade. Só em três casos a resposta é negativa. Há ainda quem sublinhe que nem sempre a lei consegue dar resposta às tensões causadas pelo potencial de conflito entre direitos, frequentemente presente. Nestas condições, maior é a liberdade de apreciação do juiz, necessariamente discricionária. Cabe-lhe ponderar qual dos direitos deve prevalecer, sempre em função do caso concreto.

A Constituição contempla os dois universos, sem estabelecer uma hierarquia. Está regulamentado o direito à informação e consolidados os direitos ao bom nome, à imagem e à privacidade, previstos no Código Civil desde 1966. A questão da compatibilização de direitos não residirá, portanto, na legislação, nem se esgota nela. Prende-se com as práticas profissionais – logo, com a Deontologia. “O quadro legal não é suficiente, nem essencial”, sustenta Adelino Gomes.

A necessidade de introduzir aperfeiçoamentos é, ainda assim, ponderada. “O que temos assistido em Portugal é que, muitas vezes, quando há jornalistas – ou outras pessoas – condenadas por abuso de liberdade de Imprensa, recorrem ao Tribunal Europeu e o Estado português é condenado”, nota Joaquim Vieira. Nas suas palavras, a “ecologia jurídica” nacional é mais restritiva do que a europeia, próxima da norte-americana, baseada no conceito de que o Estado não pode legislar contra a liberdade de Imprensa. Como as decisões do TEDH fazem jurisprudência, “seremos obrigados a abrir mais as portas nesse

âmbito”, vaticina. Naturalmente em prejuízo dos direitos de personalidade de figuras públicas, que predominam neste tipo de casos.

A prevalência do direito à informação sobre os direitos de personalidade, em situações de fronteira, é abertamente preconizada por José Carlos de Vasconcelos, com base na sua longa experiência como jornalista e advogado. Em apoio da sua tese, evoca acórdãos do Tribunal Constitucional espanhol que consagram o princípio segundo o qual o direito à informação “é de interesse público mais vasto e fundamental à própria democracia”, pelo que deve, nesses casos, sobrepor-se.

Óscar Mascarenhas alude a diligências encetadas pelo SJ, no sentido de preencher lacunas da lei, que não tiveram eco. Num primeiro momento, foi colocada a questão das declarações produzidas por fonte identificada, que não responsabilizam o jornalista, exceto se contiverem incitamento ao crime. “Dissemos que era preciso acrescentar que, como está no Código Deontológico, o jornalista tem, antes de recolher as informações, de saber o estado de responsabilidade, liberdade e serenidade do entrevistado – além de que a fonte tem de ser adequada”, recorda.

O segundo aspeto suscitado dizia respeito à divulgação de informações da esfera íntima. “Se uma pessoa com visibilidade pública declarar que o seu amante é impotente, podemos, à face da lei, publicar essa informação, porque uma pessoa assume a responsabilidade pela informação que veiculou. Ora entendo que, como jornalista, não posso publicar sem confrontar o visado e obter a sua autorização”, diz. “É evidente que isto acabaria com as revistas ‘cor-de-rosa’. O poder político passa a vida a criticar as revistas ‘cor-de-rosa’, mas quando fizemos esta proposta não quis aprovar nenhuma norma jurídica (...). A própria lei está feita de uma maneira hipócrita, para permitir a devassa da vida íntima”.

A adoção de novas disposições legais no domínio da proteção da intimidade é considerada inevitável por Eduardo Dâmaso, até para responder às questões que a Internet levanta. Contudo, põe a tónica, ao analisar o quadro legal, na ausência de celeridade na intervenção judicial, que penaliza quer jornalistas, quer queixosos. Uma decisão tardia perde, evidentemente, eficácia. Sentenças que reconheçam a violação de direitos anos após a publicação de notícias, como ocorre frequentemente, não produzem efeitos reparadores.

1.4 Obrigatoriedade legal de noticiar absolvições

A opinião acerca da possibilidade de inscrever na lei a obrigatoriedade de divulgar a absolvição de um cidadão cuja constituição como arguido, a acusação ou a pronúncia foram objeto de notícia, que como vimos no Capítulo 1 da Parte I já foi defendida em Portugal, divide os entrevistados – nove concordam, oito opõem-se. Com uma particularidade: quatro admitem-na a contragosto, não deixando de exprimir relutância. A imposição legal de uma norma que concretize o princípio “parece-me o tipo de interferência que uma Imprensa saudável deveria poder dispensar”, opina José Queirós.

O efeito de estigmatização de cidadãos visados em notícias que revelam as sucessivas fases dos processos judiciais em que estão envolvidos, mesmo que seja escrupulosamente respeitado o princípio da presunção de inocência, é assinalado por vários jornalistas. Independentemente de se afirmarem favoráveis à imposição legal de noticiar a absolvição ou de inscreverem a iniciativa em sede de autorregulação. Trata-se, deste modo, do reconhecimento dos danos causados à imagem pública dos atingidos, suscetíveis de deixar marcas profundas.

Os defensores da obrigatoriedade legal advogam a tese de que, seguindo o modelo do direito de resposta, deve ser determinada a concessão à notícia sobre a absolvição de destaque idêntico ao das anteriores, assim garantindo equilíbrio e idêntica repercussão junto da opinião pública. Óscar Mascarenhas propôs a inscrição desta alternativa, que designa como “direito ao completamento da notícia”, na lei da Imprensa da Eslováquia, em cuja elaboração participou como consultor, quando o país aderiu à União Europeia.

A exequibilidade de aplicação de uma norma legal neste sentido, causa, contudo, perplexidades. Implicaria a apreciação do conteúdo das informações anteriormente divulgadas e uma sólida fundamentação do carácter obrigatório de uma nova notícia, porventura exigindo, com frequência, a intervenção de tribunais. Fosse esta a opção seguida e acabaria por ser entregue a um juiz a avaliação das informações publicadas – se, por exemplo, foi reproduzida uma acusação do MP, e com que grau de fidelidade, ou apenas dadas a conhecer informações sumárias sobre o estatuto processual do atingido. Para Joaquim Vieira, este seria “um terreno extremamente subjetivo”.

Noticiar apenas a sentença poderia, nesta perspetiva, tornar-se pernicioso, no entender de José Carlos de Vasconcelos. “Devem ser revelados os fundamentos e a matéria de facto subjacente”, defende, sublinhando o facto de no plano jornalístico ser tomado em

consideração um juízo ético, quando estão em causa figuras públicas – não apenas políticos, mas também cidadãos com responsabilidades na área económica e financeira, por exemplo. Vasconcelos argumenta que “ninguém pode ocupar altos cargos se houver verdadeiras dúvidas, que resultem de factos e não de campanhas, sobre a sua conduta”. Daí ser necessário, no momento da absolvição, “noticiar também os factos: o tribunal ficou com dúvidas, as testemunhas faltaram?”. Isto é: dar a informação com todo o enquadramento, “sem apagar o que está para trás”, uma investigação legitimamente autorizada por um juiz, se o sistema funcionou corretamente, acrescenta Eduardo Dâmaso.

Para proteção do próprio atingido, pode, contudo, ser preferível não abordar de novo certos casos. “Se o assunto é melindroso, se o visado não tem grande notoriedade pública, se o universo de pessoas que o podem identificar é relativamente reduzido e teve acesso à informação da sua absolvição em comunidade, sem necessidade de mediação jornalística, tem mais a ganhar se não for publicada notícia”, admite Carlos Enes.

A este propósito, conta um episódio com o qual foi confrontado, uma reportagem difundida na TVI sobre a investigação a um sacerdote de uma paróquia de Trás-os-Montes, suspeito de abuso sexual de crianças, que por falta de provas não chegou a ser acusado. “Quando o caso chegou a julgamento, em processo cível, o tribunal percebeu que, não tendo o padre tomado qualquer iniciativa para me informar da sua absolvição, eu não tinha obrigação de a ter noticiado”, recorda. Dispôs-se a tomar a iniciativa, mas os representantes legais do sacerdote pediram-lhe que não o fizesse. Uma nova notícia não poderia deixar de abordar a suspeita inicial. “A simples referência ao assunto causaria um dano maior do que deixá-lo ficar esquecido. As pessoas da comunidade em que estava inserido tiveram notícia da absolvição, sem a mediação de uma televisão ou um jornal”.

Nove entrevistados salientam que tornar pública a absolvição de um cidadão que foi objeto de notícia por enfrentar um processo judicial é um dever deontológico, parte integrante da atividade profissional, naturalmente reforçado quando está em causa a denúncia de um erro judiciário. É dominante a ideia de que casos com estas características, desde que sejam de interesse público, reclamam acompanhamento do princípio ao fim, independentemente do desfecho. A questão deve, portanto, ser mantida no âmbito da autorregulação, na opinião da maior parte dos membros deste grupo – que, porém, também abrange alguns dos jornalistas partidários da obrigatoriedade legal ou que, pelo menos, não têm objeções de fundo a que seja consagrada.

A publicação de notícia sobre a absolvição é encarada como fundamental para preservar a reputação e a credibilidade do órgão de comunicação – e do jornalista, individualmente considerado – perante o público, embora a decisão nem sempre esteja ao alcance do autor dos textos. Não se trata, forçosamente, de reconhecer uma falta profissional, uma vez que o estatuto processual anteriormente atribuído ao cidadão não é, evidentemente, da sua responsabilidade. Contudo, para quem viu o seu bom nome posto em causa, essa questão é indiferente. A notícia final, satisfazendo o dever de revelar o desfecho de um caso, pode também funcionar como meio de reparação do visado, se nas anteriores abordagens o jornalista cometeu erros, ainda que involuntários.

Sofia Pinto Coelho aprecia esta questão à luz da cultura jornalística privilegiada por alguns profissionais, que assenta no que qualifica de Jornalismo “preguiçoso”, dependente da polícia e do Ministério Público. “É o que rende mais com menos esforço (...) Não é escrutinável, porque se baseia em fontes não escrutináveis na altura. Dá manchetes, mas o que acontece? [O jornalista] fica muito encostado a uma perspetiva acusatória. Fica refém (...) É uma ‘chatice’ quando a pessoa, depois, é absolvida”. José Carlos de Vasconcelos, que também condena aquela atitude, alerta: as polícias, “ao contrário do que se pensa, não são as melhores fontes; podem até ser as piores. Podem lançar informações, seja para valorizar o seu trabalho, seja para obter alguns efeitos, admissíveis ao nível da investigação, mas não do ponto de vista jornalístico, porque não podemos ser instrumentos da polícia”.

1.5 Procedimentos cautelares para salvaguarda de direitos de personalidade

Quinze dos 17 inquiridos respondem positivamente à pergunta sobre se a interposição de procedimentos cautelares visando a salvaguarda de direitos de personalidade é compatível com o exercício do direito à informação. A maioria sustenta que, tratando-se de um domínio de especial sensibilidade, tais instrumentos devem ser utilizados em circunstâncias absolutamente excecionais, como a forte possibilidade de vir a ser violado o direito à reserva da intimidade da vida privada. Nessa medida, pressupõem uma apreciação tão complexa quanto delicada por parte dos juizes. Suscetível de conduzir a uma decisão que observe rigorosamente os princípios da proporcionalidade, adequação e razoabilidade, fundamentais na aplicação do Direito.

“Quando tenho a perceção de que ao sair uma notícia sobre mim, por mais que eu faça, jamais limparei a minha honra, pode ser que se tiver meios de impedir a publicação deva poder recorrer a esse instrumento”, afirma Óscar Mascarenhas. Ressalva, no entanto – e aí

reside a compatibilidade com o exercício do direito à informação –, que “isso só acontece se o jornalista não faz uma coisa básica: dar todas as garantias de defesa à pessoa que vai ver a sua honra ser maculada”. Ou seja: cumprindo-se a *legis artis*, respeitando as normas deontológicas que determinam a audição das partes envolvidas, a notícia será apresentada de forma equilibrada e Mascarenhas acredita que a questão não chega sequer a colocar-se.

Alguns dos entrevistados, embora partilhando deste ponto de vista, não ignoram os perigos que, hoje em dia, os procedimentos cautelares podem envolver. O contexto político-social do país é levado em linha de conta na análise da problemática, sem que tal signifique pôr em causa a legitimidade do uso no domínio da Comunicação Social. Um modelo de administração fechada, onde persistem propósitos de controlo político dos media, pode torná-los perniciosos, se instituídos como expediente para restringir a liberdade de informação e inviabilizar a revelação de factos de interesse público.

Por outro lado, há quem pressinta a ausência de uma “cultura judicial de serenidade” para decidir sobre processos relacionados com a Imprensa. “O corpo judicial está em ‘carne viva’, acossado, porque se sente mal-amado pelo povo, mal-amado pela Imprensa, mal-amado pelos políticos”, constata Sofia Pinto Coelho. Nestas condições, receia que prevaleça a tendência para “justiças exemplares”, em prejuízo do Jornalismo.

Céu Neves e Graça Rosendo exprimem posições dissonantes: por razões distintas, ambas afirmam que os procedimentos cautelares não são compatíveis com o exercício do direito à informação. A jornalista do DN remete o problema para a autorregulação – é preferível que os jornalistas incorporem nas suas práticas a conciliação entre o direito à informação e os direitos de personalidade. Ao mesmo tempo, coloca a questão da acessibilidade dos cidadãos ao instrumento. “Quem vai interpor essa providência? As pessoas que têm meios económicos, conhecimento e informação”. Existe, assim, o risco de provocar “desigualdades ainda maiores na salvaguarda do direito à privacidade”.

Assumidamente avessa a intromissões externas na esfera da atividade jornalística, Graça Rosendo recusa liminarmente procedimentos cautelares destinados à salvaguarda de direitos de personalidade antes da publicação de notícias. “São uma forma de censura”, sentencia. “Sou muito ‘liberal’ na apreciação destas matérias. Entendo, por exemplo, que para os jornalistas não há segredos de Estado. Se tiver acesso a uma informação que revela as nossas defesas aos inimigos, numa fase de pré-guerra, tenho de ter consciência,

como jornalista e como cidadã, do que está em causa; se devo ou não publicar a notícia. Ninguém pode proibir!”

A possibilidade de os procedimentos cautelares configurarem atos de censura prévia não é afastada por outros jornalistas, que chamam a atenção para os efeitos da simples ameaça de recurso a estes instrumentos. Com efeito, mesmo quando não chegam a ser interpostos, a perspectiva de pagamento de elevadas indemnizações, em caso de incumprimento, pode levar o jornalista a retrair-se ou o órgão de comunicação a exercer sobre ele pressões para se abster de revelar os factos em causa.

Em situações extremas, nas quais se conclua que o direito à informação é um valor superior, três dos inquiridos sustentam que a lei deve ser violada e assumidas por inteiro as consequências do ato. “Se o jornalista ou o órgão de informação entendem que têm de divulgar uma informação naquele momento, naquela circunstância e daquela forma, devem então assumir toda a responsabilidade”, sem se refugiarem em “subterfúgios jurídicos”, opina Adelino Gomes.

A mesma linha de raciocínio segue José Pedro Castanheira. Sendo certo que o juiz deve “sopesar de forma equilibrada, no respeito pela letra e espírito da lei”, os direitos em confronto, cabe ao jornalista e à direção editorial do órgão avaliarem as informações a que acederam em dois planos – relevância e “manifesto e comprovado” interesse público. Caso concluam que preenchem estes requisitos, poderão não acatar a decisão judicial. “Há casos em que a desobediência cívica ganha proporções não apenas de um direito, mas até de um dever perante a comunidade – que no caso do Jornalismo dá pelo nome de opinião pública”, observa o jornalista do “Expresso”. A “desobediência civil” é abertamente defendida, nestes casos, por Joaquim Vieira, consciente de que pode conduzir à condenação do jornalista.

O caso “Sol”/Rui Pedro Soares (Cfr. Anexo 3), ainda em curso no momento da realização das entrevistas, é abordado por cinco jornalistas, quatro dos quais discordam da decisão judicial, alegando que estava em causa a revelação de factos de interesse público, pelo que o direito à informação suplantava o direito à proteção da vida privada. Este grupo inclui Graça Rosendo, que integrando a redação do semanário admite ter uma “visão parcial”. Não deixa, porém, de assinalar que o episódio ajudou a consolidar a sua convicção de que é da competência exclusiva dos jornalistas e dos órgãos de comunicação avaliar se matérias com este grau de sensibilidade devem ser publicadas. “Não pode caber a um juiz. *A posteriori*, pode caber. Isso faz parte das regras da vida em sociedade. Somos um Estado de Direito”.

Se o caso for submetido aos tribunais europeus, será reconhecida razão ao jornal, acreditam Carlos Enes e Joaquim Vieira. Sucede que uma eventual condenação do Estado português nessa sede não elimina o percurso já feito internamente pelo processo. O “Sol” teve de selar um acordo com Rui Pedro Soares e um eventual recurso ao TEDH não suspende o pagamento da indemnização. Até à deliberação, “o jornal tem de ‘aguentar’, do ponto de vista económico”, assinala Vieira.

José Queirós recorda que discordou de uma manchete em que a instauração da providência cautelar por parte de Rui Pedro Soares era apontada pelo “Público” como ato censório. “Vivemos num Estado de Direito e a censura não é isso. É algo que se associa a um Estado repressivo, autoritário e totalitário, como o que conhecemos antes do 25 de Abril [de 1974]”, considera, salientando que ao assumir esta posição na qualidade de provedor do leitor, não se pronunciava “nem sobre a providência cautelar, nem sobre o seu mérito, nem sobre o conteúdo e mérito das notícias do ‘Sol’, que são questões diferentes”.

A eficácia dos procedimentos cautelares, nos tempos que correm, é posta em causa por Fernanda Dias. Exprimindo relutância em aceitar uma decisão judicial “assente numa suposição”, uma vez que é tomada antes da publicação, sublinha que, atualmente, “a informação não se limita ao papel; está onde nós quisermos, em todas as plataformas”. Neste sentido, travar a divulgação num determinado país pode ter um impacto nulo, já que circula na Internet, sem fronteiras físicas e acessível a qualquer pessoa.

A diretora da “Caras” refere-se à sua própria experiência. “Já tivemos providências cautelares, relacionadas com figuras públicas, que proibiam a publicação de fotos e, inclusivamente, de falar do nome de determinada pessoa, sobre matérias que foram reveladas noutros países. Foi o que aconteceu com [José] Mourinho [treinador de futebol] e com Cristiano Ronaldo [futebolista]. Eram fotografias que vinham em primeiras páginas de jornais ingleses, mas nenhum jornal português podia publicá-las. Davam apenas notícia da notícia”. A constatação desta realidade leva Fernanda Dias a concluir que a interposição de procedimentos cautelares até pode, em certos casos, ter um efeito contrário ao desejado, uma vez que desperta o interesse e a curiosidade do público.

1.6 Síntese conclusiva

A maior parte dos inquiridos faz uma apreciação positiva do grau de respeito dos media nacionais pelos direitos de personalidade, apesar de detetar casos de flagrante violação, atingindo em particular cidadãos anónimos. É também predominante a convicção de que a observância de normas deontológicas neste domínio só pode ser assegurada numa perspetiva de complementaridade entre a autorregulação e a lei. Aos instrumentos de controlo internos à profissão é atribuída falta de eficácia, mas na aplicação da lei também são identificados défices, em especial de competência e sensibilidade para as características particulares da atividade jornalística.

A legislação reúne condições, no entender da maioria dos inquiridos, para assegurar a compatibilização entre o direito à informação e os direitos de personalidade, embora alguns admitam a necessidade de introduzir melhorias. Que não devem passar, sustenta cerca de metade dos jornalistas, pela possibilidade de tornar obrigatória a publicação da absolvição de cidadãos sobre os quais foram divulgadas notícias dando conta da sua constituição como arguidos, da acusação e da pronúncia. Neste particular, a divergência de opiniões é evidente, já que nove adotam a tese contrária. É igual o número dos que consideram – independentemente da sua posição sobre aquela norma – que o acompanhamento de casos até ao desfecho constitui um dever deontológico dos jornalistas.

Finalmente, quase todos os entrevistados consideram compatível com o direito à informação a interposição de procedimentos cautelares, desde que tenha caráter excecional. O risco de se prestarem a atos de censura prévia não é excluído, mas reconhece-se que os cidadãos têm o direito de utilizar estes instrumentos no campo da Comunicação Social.

Capítulo 2 Pertinência das normas deontológicas

A percepção dos jornalistas em relação à eventual necessidade de reformular normas deontológicas, em contextos específicos, é registada neste capítulo. A opção consistiu em abordar apenas algumas componentes desta problemática – consideradas mais significativas, no âmbito do tema da presente tese – evitando assim a dispersão, que prejudicaria a análise das opiniões recolhidas.

A presunção de inocência é um princípio de complexa aplicação no campo jornalístico, pelo facto de ser reclamado, fundamentalmente, no decurso de processos judiciais onde, por natureza, a reputação dos cidadãos é posta em causa. Na sua proteção se testa, com efeito, o delicado equilíbrio entre o dever dos jornalistas de revelarem matérias de interesse público e o direito dos atingidos à honra e ao bom nome. Daí que se afigure importante avaliar o posicionamento dos entrevistados quanto à alteração de regras deontológicas, em determinadas fases processuais, visando fortalecer a proteção daqueles direitos, sem prejudicar o dever de informar.

Ao questionarmos os jornalistas, procurámos ainda recolher a sua percepção acerca do impacto, no campo da Deontologia, da participação do público na produção noticiosa. Isto porque constitui um dos traços mais marcantes do novo contexto comunicacional, cujos contornos esboçámos no Capítulo 3 da Parte 1. Naturalmente, foram também analisadas questões como o maior apelo ao imediatismo, imperativo da informação “em tempo real”, as diversas formas de interatividade e a multiplicidade de canais de distribuição de informação.

2.1 Revelação da identidade de envolvidos em processos-crime

A possibilidade de restringir, em sede autorregulatória, a revelação do nome de envolvidos em processos judiciais à fase posterior à acusação não é acolhida. Nove dos entrevistados recusam-na. E mesmo os seis que reconhecem validade ao princípio entendem que não é passível de se traduzir numa norma rígida. Nesta medida, a sua consagração – suscetível, como salienta José Queirós, de obstar a imposições legais – só é considerada aceitável se comportar exceções.

A principal objeção reside na exequibilidade da aplicação da norma. Longe de ser pacífica – pelo contrário: a avaliar pelas respostas dos entrevistados, poderia constituir fonte de

potencial conflito – dificilmente recolheria a adesão generalizada dos jornalistas. Por outro lado, a enorme velocidade de circulação do fluxo informativo, no qual participam, hoje em dia, múltiplos atores, tenderia a impedir que fosse respeitada. Situações em que a questão pudesse vir a ser colocada passariam rapidamente, como assinala Adelino Gomes, se não para o campo jornalístico, pelo menos para o campo mediático.

Um terceiro argumento é apresentado, no que à aplicabilidade da norma diz respeito. Trata-se do eventual cruzamento entre a investigação criminal e a jornalística, que não tem as mesmas exigências probatórias. O jornalista pode desencadear uma investigação à conduta ilícita de um cidadão a partir de indícios recolhidos junto de fontes policiais. Em caso de abertura de um processo-crime, teria de abster-se de revelar a identidade do sujeito da sua própria investigação, sob pena de violar a norma deontológica, o que muito provavelmente a esvaziaria de sentido.

Uma figura pública tem tanto direito como um cidadão comum à presunção de inocência. Do ponto ético-deontológico, porém, a decisão de tornar pública a identidade, salvaguardando aquele direito, não é indiferente ao estatuto do cidadão. Um processo judicial envolvendo um anónimo reclama, para se tornar notícia, o exame da natureza do crime que alegadamente cometeu – não é pertinente a condição do suspeito. Já tratando-se de uma figura pública é nela que se concentra a avaliação. Razões de interesse público impõem a revelação do nome de um detentor de cargo público, cuja conduta deve estar sujeita a escrutínio, mais apertado se exerce funções emergentes de eleição. Em regra, portanto, a identificação é dispensável no primeiro caso e constitui uma exigência no segundo. Aqui reside um sério obstáculo à consagração em instrumento deontológico de uma norma de carácter absoluto no sentido de salvaguardar a identidade até que seja deduzida acusação.

“O que importa é o ator”, sublinha Inês Cardoso. “Não é a gravidade do crime que justifica a identificação. Um crime pode ser grave e o suspeito desconhecido. Se o nome for divulgado, torna-se figura pública, porque eu o tornei. Quando uma pessoa não é figura pública, tem ainda mais dificuldade em lidar com essa exposição. Daí que faça sentido só revelar a identidade na fase ‘correta’ do processo”.

A jornalista do “i” comenta o tratamento jornalístico dispensado ao caso de Henrique Sotero (Cfr. Anexo 3), condenado pela prática de crimes sexuais. “Não vejo por que razão, numa fase em que não era acusado, embora já houvesse muita segurança quanto ao que fez, devessem ser publicadas, como foram, o nome dele, fotografias, pormenores da vida

privada, passatempos preferidos, a identidade da namorada”. Óscar Mascarenhas recorda a detenção, em 2004, do filho de Leonor Beleza, envolvido num caso de droga (Cfr. Anexo 3). “Em que é que o filho de Leonor Beleza é notícia? (...) Na altura, a AACCS sustentou que a informação não deveria ser publicada, embora fosse de interesse público. Ora não havia nenhum interesse público, apenas curiosidade pública. E mórbida!”.

O facto de ser maior o grau de exposição de uma figura pública não exonera o jornalista do dever de avaliar a situação concreta, antes de decidir se divulga o nome. Pelo contrário, reforça-o, em especial com o objetivo de apurar se a suspeita da prática de um crime está relacionada com a função que exerce – ou se, não estando diretamente, pode influenciar a perceção pública da personalidade em causa. Daí que na ótica de alguns dos entrevistados, embora servisse o objetivo de preservar a reputação e o bom nome de suspeitos, a não divulgação da identidade na fase embrionária dos processos comprometeria o exercício de uma das mais importantes missões do Jornalismo em democracia, a denúncia de atos ilícitos que têm repercussões na sociedade. Prestar-se-ia a ocultar situações – logo, a proteger os seus autores. José Pedro Castanheira não tem dúvidas: criaria a possibilidade de censura.

A inscrição da norma, com exceções para matérias de interesse público, devidamente fundamentado, é admitida por José Queirós. De complexa tipificação, tais exceções poderiam ser previstas em função da natureza do crime, como sugere Eduardo Dâmaso, lembrando a existência de doutrina que caracteriza determinado tipo de crimes económicos, como o de corrupção, como revestindo uma natureza essencialmente política.

Perante casos que suscitem dúvidas quanto à identificação dos envolvidos, “tem de se ponderar tudo”, recomenda Adelino Gomes. O antigo diretor adjunto do “Público” admite “duas posições prévias: não dar a informação – posso ir para a prisão por achar que devo dar e posso ser censurado pela opinião pública ou pelos meus leitores, porque fui o último a dar ou não dei – ou, ponderados todos os aspetos, dar a informação de uma forma decente”.

É também tendo presente um caso concreto, o da “Casa Pia”, que Adelino Gomes convoca para esta reflexão outra regra básica da *legis artis* jornalística, a audição das partes envolvidas. “Houve quem defendesse que os suspeitos não deveriam ter sido ouvidos pelos media”, recorda. “Ora eu entendo que estavam de tal maneira diminuídos no seu bom nome que, ao menos, tinham direito a apresentar a sua verdade. Não revelar o nome dos

envolvidos não fazia sentido, mas serem ouvidos era elementar”. Não ignorando que o direito de um indivíduo é suscetível de sofrer restrições, o que deve exigir-se ao jornalista é que “sublinhe que é apenas suspeito, que não o trate como culpado, que lhe dê a palavra”.

Sofia Pinto Coelho alerta para o facto de uma formulação genérica não ser isenta de riscos, como o de manchar uma classe profissional ou uma instituição: “se em vez de escrevermos ‘o médico Alberto e o médico Joaquim’, escrevermos ‘dois médicos do Hospital da Luz’, é o Hospital da Luz o visado”. Reconhecendo que as especificidades de cada caso impedem a uniformização de abordagens, pugna por um documento “minimamente vinculativo”, capaz de orientar os jornalistas no seu trabalho quotidiano. Um quadro básico, comumente aceite, suscetível de dissipar dúvidas sobre as condutas mais adequadas, como a identificação de suspeitos, arguidos ou condenados. Apresenta como exemplo a abordagem do caso da “abortadeira da Maia” (Cfr. Anexo 3). “Vi quatro situações: enfermeira, enfermeira C., M. C. e [identificada pelo] nome completo. É isto que causa enorme insegurança. Não temos uma prática firme, mesmo dentro de cada órgão de informação, seja na televisão ou na Imprensa. (...) Se conseguíssemos chegar a um apuramento mínimo, sobre questões tão singelas como esta, de pôr o nome ou não, seria útil”.

2.2 Notícias em fase de inquérito

A criação de normas deontológicas especificamente vocacionadas para a cobertura de processos judiciais em fase de inquérito encontra poucos adeptos. Entre os inquiridos, dez rejeitam essa possibilidade, três admitem-na e apenas dois se manifestam abertamente favoráveis. Noutros dois casos, a resposta não é absoluta.

Predomina a convicção de que não se justifica introduzir novas regras neste âmbito. Seja porque, para alguns dos jornalistas entrevistados, eventuais mudanças devem ser ponderadas em sede legal, não de autorregulação. Seja porque a multiplicidade de dispositivos deontológicos não é considerada recomendável. Seja, ainda, porque se reconhece que o atual quadro reúne virtualidades para responder cabalmente às questões levantadas neste plano.

O Código Deontológico contempla o princípio da salvaguarda da presunção de inocência, impondo que seja respeitado muito para além do inquérito – até ao trânsito em julgado da sentença. A proteção da identidade de vítimas de crimes sexuais e de delinquentes menores de idade também já está prevista, sublinham jornalistas que se mostram desfavoráveis a

alterações. “Não podemos cair numa perspetiva cega de aplicação das normas deontológicas”, observa Eduardo Dâmaso, para quem o código contempla as questões que o tratamento jornalístico da fase processual em causa suscita.

No decurso do inquérito judicial, vocacionado para a determinação de responsabilidades e para a recolha de provas, já existem indícios suficientes da prática de um crime. Os direitos do arguido estão, evidentemente, diminuídos. No entanto, a apreciação jornalística dos factos é independente do estatuto processual, uma vez que se vincula a um juízo de interesse público, que pode implicar a abordagem do caso. Embora com cuidados redobrados, como sublinha Adelino Gomes: “Tenho de utilizar as ‘pinças’ todas, por respeito pela pessoa, mas também por respeito às instituições judiciárias”.

Sendo imposto segredo de justiça, sai prejudicada a intervenção do jornalista, não apenas porque a ausência de publicidade do processo limita a recolha de informação, genericamente considerada, mas também porque inibe o arguido de se pronunciar publicamente, na medida em que o dever de reserva também o abrange. Óscar Mascarenhas faz referência a este constrangimento, salientando que o dever de dar aos atingidos oportunidade de apresentarem a sua versão dos factos é central na deontologia jornalística. Se cumprido, reduz o risco de estigmatização, aos olhos da opinião pública, que notícias desta natureza inevitavelmente criam. “Não quero normas muito específicas; chega a norma da lealdade. Se fosse arguido, como acharia que deveria ser tratado? Quero ver-me na notícia. E não estou a ver-me na notícia quando me contam só uma versão, que não é a minha”, assinala. Se a lei inviabiliza a realização da diligência, esse desiderato não pode ser atingido. “É como criticar os árbitros, que não têm direito de resposta”.

Entre os entrevistados que, preferindo a manutenção do quadro deontológico vigente, não excluem a introdução de regras para o período de inquérito judicial, é sublinhado o facto de poderem tornar-se demasiado rígidas, insuscetíveis de atender à singularidade das situações com as quais o jornalista se depara. A autorregulação poderia “dar algumas indicações quanto à forma de atuar”, concede Céu Neves – salvaguardando, porém, que os jornalistas “não são juízes, nem polícias; o seu objetivo é dar a informação. E dá-la da melhor forma, o mais isenta possível”.

Abordando a problemática noutra perspetiva, Inês Cardoso levanta a questão da formação dos profissionais. “Provavelmente, haveria necessidade de adotar normas deontológicas neste campo concreto, que é um terreno muito perigoso, onde há poucos jornalistas com

experiência e capacidade e onde a tentação é: como há dificuldade em chegar à informação, quando há qualquer coisa, publica-se”.

Manuel Vilas Boas e Paulo Querido são os únicos entrevistados a quem a solução agrada. Este último considera mesmo que seria positiva a consagração de diferentes enquadramentos, quer a nível deontológico, quer a nível legal, para regularem as diferentes fases processuais. O facto de entender que “a relação dos jornalistas com as instituições da Justiça também teria de passar pelo diálogo” revela a preocupação de Paulo Querido com os subterfúgios a que por vezes recorrem para contornar os obstáculos no acesso à informação. “Se as coisas não estiverem balizadas, andam no limite”, avisa, recordando o caso de José António Cerejo, que se constituiu como assistente no caso “Freeport” (Cfr. Anexo 3), cujo comportamento não reprovava. “Eu legitimo essas atitudes, porque os jornalistas devem fazer tudo o que está ao seu alcance para chegar à informação”.

A questão do segredo de justiça sempre foi objeto de enorme controvérsia entre os jornalistas. Estando em causa a reflexão sobre a divulgação de notícias relativas a processos em fase de inquérito, não podia deixar de ser abordada, espontaneamente, por parte de alguns dos entrevistados. Oito deles, por razões diferentes, fazem referência a esse instituto legal.

Ponderados que sejam os princípios subjacentes à aplicação do segredo de justiça e salvaguardado o direito à informação, a reivindicação de maior transparência, através de um processo de inquérito mais aberto, é amplamente partilhada por este grupo. Dois dos jornalistas revelam simpatia por um sistema semelhante ao norte-americano. Tendo em conta o facto de a cobertura jornalística poder prejudicar a eficácia da investigação, Daniela Santiago assume, neste particular, uma posição dissonante, ao sustentar que o modelo deve manter-se tal como está configurado na legislação nacional.

A defesa de um regime de administração aberta, passível de proporcionar o escrutínio das decisões judiciais (de acusação ou de arquivamento), não invalida a crítica à atual situação, marcada por frequentes violações do segredo de justiça, quantas vezes cometidas sem consciência da ilicitude. Não isentando os jornalistas de responsabilidades nesta conduta, a maioria dos inquiridos que se pronuncia sobre o segredo de justiça salienta, precisamente, que uma maior transparência constituiria a fórmula adequada para combater a tendência.

“Quanto mais limitações houver, maior é a vontade de as ‘violar’. Um sistema de obstáculos permanentes, de resistências, não me parece a melhor solução. Antes pelo contrário: é um fator adicional para que os jornalistas investiguem e revelem”, afirma José Pedro Castanheira, acreditando que regras claras são mais respeitadas, porque quem não as observar será punido, na lógica da dinâmica de grupos. Preferindo “confiar nos agentes da informação, que quando tomam decisões sejam capaz de lidar com os jornalistas e chegar a um entendimento possível”, retira da sua experiência uma conclusão: “os jornalistas têm uma enorme disponibilidade mental e profissional para respeitar as limitações à informação quando são justificadas e explicadas de início, de forma clara e razoável”.

Também partidária de maior transparência Sofia Pinto Coelho reclama clarificação: “Das duas uma: ou temos um inquérito muito mais aberto – ‘americanizado’, se lhe quisermos chamar – (...) e a notícia está ali, limpa, para todos os jornalistas, ou então, de facto, montamos aqui uma cerca, à inglesa, em que ninguém pode publicar”. Sendo esta a via, admite, o sistema “teria de ser suficientemente vigoroso, para processar os órgãos de informação, punir, condenar e prender, se for o caso”.

Como assinala Eduardo Dâmaso, o regime do segredo de justiça já registou, em Portugal diversas oscilações, de forma a privilegiar os diversos valores que é suposto proteger – a investigação criminal, para que não sofra perturbações, o bom nome e reputação de ofendidos e queixosos, a presunção de inocência – por força de sucessivas alterações aos códigos penal e do processo penal. “Hoje em dia, é mais uma espécie de barricada para impedir o verdadeiro escrutínio das pessoas visadas por determinado tipo de investigações do que um instituto que deve ser exercido plenamente, numa perspetiva de igualdade na relação dos portugueses com a lei”.

O início do debate em torno do segredo de justiça é historicamente recente na sociedade portuguesa – o diretor adjunto do CM situa-o em finais do século passado, correspondendo à emergência de casos mediáticos envolvendo figuras públicas. Até então, afirma, “as violações do segredo de justiça, em atropelo violentíssimo dos direitos de personalidade, praticavam-se todos os dias em relação a cidadãos anónimos”. Dâmaso revela, desta forma, não ser indiferente ao efeito pernicioso de certas práticas profissionais enraizadas, como o acompanhamento de operações policiais em tempo real, que considera ter-se generalizado a partir dos anos 90, numa fase de acentuada concorrência entre canais de televisão.

Na altura, recorda, “gerou-se uma relação de grande proximidade entre uma esquadra de Lisboa e um dos canais. Houve dezenas de operações no [bairro do] Casal Ventoso, por exemplo, para cumprir dez ou 15 mandados de detenção que depois não tiveram resultados. As câmaras estavam lá para filmar toda a gente, a cara das pessoas. Isso permite ‘mostrar serviço’, criar determinado tipo de protagonismos centrados no polícia A ou no polícia B, no jornalista A ou no jornalista B”. Eduardo Dâmaso sublinha que tais atropelos aos direitos de cidadãos desconhecidos não despertaram junto do poder político a necessidade de alterar regras, fosse por via legislativa, fosse em sede administrativa, através de instruções às forças policiais para não adotarem práticas que os propiciassem.

“Nos últimos tempos, entrou-se numa espécie de provocação”, ajuiza José Carlos de Vasconcelos, referindo-se à revelação pela Comunicação Social de peças processuais, inclusive através de *fac similes*. Não qualifica tais condutas como violações do segredo de justiça – que “não deve existir em relação aos jornalistas, porque a sua função é revelar informação” –, mas admite que possam, eventualmente, ser analisadas à luz das disposições legais relativas à obstrução à justiça, difamação e calúnia. “Chegou-se ao ponto de ter no processo cartas anónimas, a dizer que o presidente da República era pedófilo. Nenhum órgão de Comunicação Social decente pode fazer-se eco disso. Se o fizer, pode e deve ser responsabilizado”, defende, numa alusão ao “caso Casa Pia” (Cfr. Anexo 3).

O coordenador editorial da revista “Visão” faz questão de separar os planos: “uma coisa é uma acusação, na obscuridade conventual de um processo; outra é aparecer num jornal”. Estando em causa a divulgação de uma acusação sem fundamento, o órgão de comunicação deve ser responsabilizado por esse facto, não por violar o segredo de justiça. “Admito até uma tese, que como outras que tenho defendido é revolucionária e não têm sequer apoio no Direito Comparado: se alguém faz uma acusação a uma pessoa pública, informando que existe um processo, essa referência dever ser considerada uma agravante. Ao dizer-se que está num processo, dá-se mais solidez e mais peso”.

A esta proposta, Vasconcelos acrescenta outra, igualmente controversa: a proibição de tornar pública, através dos media, a realização de diligências investigatórias cujo anúncio pode comprometer o seu sucesso, como aconteceu no “caso Universidade DN/Fernando Negrão” (Cfr. Anexo 3). “Escreveu-se que iria ser feita uma busca. Não há interesse público que justifique uma coisa dessas! Deve ser crime e com elevadas condenações”. Mas não por violação do segredo de justiça, que pode dar origem a “situações absurdas”. Um exemplo: o caso do futebolista Feher (Cfr. Anexo 3). “A morte deu origem a um inquérito, em

que foi feita uma autópsia. Ora o resultado da autópsia faz parte do segredo de justiça. Fazer disso notícia seria violar o segredo de justiça, um crime objetivo, apesar de não ser posto em causa nenhum dos valores que visa proteger. Não faz sentido!"

2.3 Novos desafios

A maioria dos entrevistados afirma-se convicta de que o novo contexto comunicacional, marcado por fenómenos como o chamado "Jornalismo do Cidadão" e a maior participação do público na produção noticiosa, não justifica a reformulação de normas deontológicas. Doze jornalistas assumem essa posição de forma clara; quatro admitem a possibilidade ou não a excluem. Só Daniela Santiago defende a necessidade de operar mudanças neste plano, embora não esclareça em que sentido.

O envolvimento do público não constitui novidade. Os cidadãos sempre tiveram acesso à Comunicação Social, para manifestarem a sua opinião – através de textos para publicação na Imprensa e de intervenções em direto em estações de televisão e rádio – ou disponibilizarem informação aos jornalistas. O que tem vindo a mudar são as ferramentas tecnológicas, cuja acessibilidade confere maior expressão ao fenómeno. As regras deontológicas básicas de exercício da profissão, desde que observadas com todo o rigor, são tidas como suficientes para lhe corresponder.

O contributo informativo do público, assinalam vários jornalistas, é válido apenas na condição de constituir um ponto de partida para investigações, nunca devendo ser encarado como produto final. O jornalista não pode, portanto, demitir-se de uma das suas funções primaciais: certificar-se da veracidade das informações a que, por esta via, acede. O que implica testar a fiabilidade das fontes, garantir a acessibilidade a informação complementar, em especial documentação, e efetuar múltiplas operações de confirmação, através de outras fontes.

Estes procedimentos fazem parte da *legis artis* profissional. A sua realização torna-se hoje, porventura, ainda mais incontornável. Exige-se a introdução do que alguns dos entrevistados designam de "filtro". Até para combater a permeabilidade dos media a atos de manipulação ou práticas fraudulentas, como as que Cândida Pinto apresenta: a publicação de fotografias enviadas por leitores, que mais tarde se apurou serem fotomontagens – como ocorreu com um jornal escocês, em relação à imagem de um incêndio em que figurava um veado, e num inglês, de um suposto soldado norte-americano no Afeganistão que afinal era

um “*action-man*” – e a difusão, em canais de televisão, de imagens de polícias birmaneses a espancarem monges, que tinham sido captadas três anos antes do envio.

A coordenadora de Grande Reportagem da SIC não tem dúvidas de que impedir a ocorrência destas situações obriga o jornalista a um rigoroso escrutínio das informações. “Perguntar a que horas filmou ou fotografou, em que dia, onde estava, se era manhã ou tarde, com quem estava. Criar uma série de normas de verificação. E fazer outra coisa, sempre: assinalar ao público que aquele material é do cidadão, é amador e chega às redações, não é obtido pela própria redação”, exemplifica.

A origem do material informativo nem sempre é, com efeito, assinalada. Não faltam casos – e não apenas em sítios eletrónicos – de publicação de textos ou imagens remetidos pelo público sem que tal facto seja mencionado. Estas práticas transferem para o órgão de comunicação a responsabilidade pelo que divulga e afetam a imagem de transparência, essencial à preservação da sua credibilidade. “Talvez haja quem se sinta menos obrigado a cumprir determinadas regras quando se trata de material enviado por um leitor. Barricar-se aí é como criar uma porta onde a deontologia não entra”, afirma Eduardo Dâmaso.

A informação em tempo real, característica do novo contexto comunicacional, encerra o perigo de reduzir a capacidade do jornalista de exercer o papel de mediador, se erguida à condição de valor primordial. Num mercado globalizado, que tende a diluir os públicos-alvo dos órgãos de comunicação generalistas e, simultaneamente, impulsiona a especialização, Paulo Querido desvaloriza a sua importância. “O ‘Público’ já não tem só de concorrer com o ‘DN’, o ‘JN’ e o ‘Correio da Manhã’, mas com o *site* da RTP, da SIC e do ‘El País’, em noticiário internacional. Num quadro destes, em que toda a gente está a dar notícias ao mesmo tempo, a rapidez vale o que vale”.

O facto de exercer a profissão sobretudo em ambiente digital consolidou em Paulo Querido a ideia de que a rapidez de difusão de notícias já não preenche as necessidades de uma parte das audiências. Daí que seja favorável à automatização de processos, neste campo, que permita libertar os jornalistas para a produção de informação mais contextualizada e aprofundada. “Está a começar a emergir na Web o interesse pelo chamado ‘*long-form Journalism*’”, anota. A modalidade cria, na sua opinião, condições para “fazer Jornalismo, não apenas repetição das notícias”.

O impacto da interatividade na esfera deontológica, sendo reconhecidas as vantagens que oferece, não é ignorado. A preocupação de cinco dos entrevistados incide em novas funcionalidades, como as caixas de comentários. Inseridas em sítios eletrónicos, criam a possibilidade de livre expressão de pontos de vista, de crítica a notícias e até de correção, imediata, de informações erradas ou imprecisas. No entanto, são, muitas vezes, veículo de conteúdos difamatórios e injuriosos. José Queirós tomou consciência da dessa vulnerabilidade, enquanto provedor do leitor do “Público”. “Verifiquei que (...) as caixas de comentários estavam a ser tomadas, e na maior parte dos casos ainda estão, por gente que não sabe senão insultar, exprimir posições intolerantes, xenófobas ou homofóbicas, difamar – tudo através do anonimato. Para já não falar da capacidade de agregar cliques de militantes seja do que for – um clube de futebol ou uma ideologia política. Usar aquele espaço como um espaço militante desvirtua completamente o seu sentido”, diz. Entre os entrevistados, reúne consenso a ideia de que as caixas de comentários carecem de controlo, que nem sempre é exequível.

A multiplicação de entidades que publicam informação, fenómeno ainda insuficientemente estudado, coloca novos desafios. Atenta ao facto de disputarem o espaço do Jornalismo, Céu Neves considera que os novos canais também devem ser regulados. Profissionais que lançam os seus próprios projetos, nomeadamente através de blogues, não ficam isentos do cumprimento de regras deontológicas. Porém, qualquer cidadão pode tomar idêntica iniciativa. Sem se obrigar a respeitá-las, fica apenas sujeito às leis gerais. O que está em causa, portanto, é determinar se integram o universo do Jornalismo. Graça Rosendo entende que sítios eletrónicos como o Wikileaks não se enquadram na categoria. “A prova é que divulgou diversos documentos sobre o Iraque, que tiveram o impacto que tiveram, e nesta segunda vez teve de ir entregá-los a cinco jornais, para serem editados, para se transformarem em informação jornalística”, afirma, referindo-se à distribuição de telegramas diplomáticos (Cfr. Anexo 3).

A questão está intimamente associada ao debate acerca do posicionamento do jornalista, num contexto que, como vimos no capítulo 3 da Parte I, incentiva a diluição de traços identitários das atividades dos diversos protagonistas da comunicação. Os inquiridos que abordam esta problemática insistem na necessidade imperiosa de não confundir os planos – são os jornalistas que detêm um compromisso ético; é a eles que cabe a mediação. A sua credibilidade testa-se, hoje, num terreno partilhado com outros, mas “o tempo se encarregará de revelar quais são os media fiáveis, que nos fazem chegar a informação

séria, confirmada, que respeite as regras essenciais, separando-os dos *sites* que se baseiam na intriga, no rumor, na maledicência”, acredita José Pedro Castanheira.

É neste contexto que se examina o “Jornalismo do Cidadão”. Nenhum jornalista considera esta modalidade uma ameaça, ainda que identifiquem os perigos que pode comportar. Daniela Santiago, isolada na defesa da alteração do quadro deontológico dos jornalistas, reconhece-lhe características positivas. Mas destaca, simultaneamente, riscos: “Se damos aos cidadãos a possibilidade de serem jornalistas, então eles não respeitam nada. Aí é que não há deontologia nenhuma. Não têm de observar o respeito pela vida privada”.

As permanentes mudanças no panorama jornalístico justificam a prudência de Adelino Gomes na abordagem do novo contexto comunicacional. Não exclui que possa vir a justificar-se a mudança de regras, mas considera que o processo deve ser precedido de uma profunda reflexão. O novo paradigma e a aceleração do ciclo noticioso geram situações em que “os velhos princípios deontológicos parecem ‘curtos’”. É, todavia, “cedo para reformular, porque não sabemos ainda como vai evoluir”, reconhece o jornalista, que perspetiva uma crescente pressão sobre o quadro deontológico.

“Receio que, de recuo em recuo em relação a princípios, um dia constatemos que o nosso trabalho só é feito de exceções, que nenhuma regra deontológica resiste às exceções”, afirma Adelino Gomes, constatando que já se assiste a demasiadas cedências. “Talvez cheguemos ao ponto de ter de desafiar a vontade dos nossos leitores, dos ouvintes, dos espectadores, que foram sendo acostumados (e alguns parecem apreciar muito, a avaliar pelos níveis de audiências de tantos subprodutos) a que tudo fosse feito sem regras. Teremos de dizer: esse Jornalismo, não fazemos, porque não é Jornalismo”.

2.4 Síntese conclusiva

A maioria dos entrevistados revela-se desfavorável à criação de normas deontológicas que incidam sobre o tratamento jornalístico de processos judiciais, seja interditando a revelação do nome de envolvidos antes de ser deduzida acusação, seja, numa perspetiva mais abrangente, adotando regras válidas para a fase de inquérito.

O argumento central reside na ideia de que o Código Deontológico, ao incluir deveres como o de audição das partes e de salvaguarda da presunção de inocência, fornece um quadro suficientemente sólido. Consagrar a não identificação de arguidos poderia inviabilizar o

cumprimento do dever de denúncia de crimes cometidos por quem exerce funções públicas. Por outro lado, é assinalada a necessidade de ser adotado, no plano legal, um sistema mais aberto ao escrutínio, durante a fase de inquérito, que na opinião de diversos entrevistados permitiria impedir de forma mais eficaz a ocorrência de casos de violação do segredo de justiça.

Também não é considerada necessária a reformulação do quadro deontológico para fazer face aos desafios que o novo contexto comunicacional coloca. O respeito por procedimentos técnicos, como a verificação da fiabilidade das informações recolhidas, é tomado como condição indispensável para que o jornalista preserve a sua função social e a missão de mediador, que o diferenciam de outros profissionais do universo da comunicação. Trata-se, também, de prevenir o eventual impacto negativo da crescente participação do público na produção noticiosa.

Capítulo 3 Avaliação dos instrumentos de regulação ético-deontológica

No plano ético-deontológico, o jornalista está, em Portugal, sujeito a um duplo vínculo: ao Estatuto do Jornalista e ao Código Deontológico. As infrações aos deveres previstos no diploma legal são passíveis de procedimento disciplinar, a cargo da CCPJ, enquanto o CD vela pelo cumprimento do código, compromisso de adesão voluntária, que não envolve sanções. Analisar a perceção dos jornalistas acerca deste modelo, cujas características desenvolvemos no Capítulo 2 da Parte II, é o primeiro objetivo deste capítulo.

Num segundo momento, é abordado o domínio específico da autorregulação. Trata-se de recolher a opinião dos inquiridos acerca da introdução de sanções, nesta sede, e da forma mais adequada de apreciação de infrações deontológicas. Finalmente, regista-se a avaliação que fazem da eficácia dos instrumentos disponíveis – códigos deontológicos, ordens, provedores, conselhos de redação, códigos de conduta de órgãos de comunicação, livros de estilo, estatutos editoriais e conselhos de Imprensa.

3.1 Perspetivas sobre o modelo

Apenas seis entrevistados encontram virtualidades no modelo de regulação vigente em Portugal, ainda que alguns deles detetem deficiências de funcionamento com reflexos na eficácia. Dos 11 que exprimem discordâncias, quatro preconizam, em tese, a instituição do código como único quadro de referência. A convergência de pontos de vista esgota-se, porém, no enunciado do princípio. No grupo, José Pedro Castanheira defende, isolado, a inscrição de sanções efetivas no código e a concomitante atribuição de competências disciplinares ao CD, a única forma de acabar com o vazio em que, na sua opinião, caiu a autorregulação. “Neste momento, verdadeiramente, não existe autorregulação em Portugal. Chegámos ao ponto zero”, observa o ex-presidente do sindicato.

O enquadramento institucional do CD explica as críticas que alguns dos inquiridos dirigem ao órgão. Como tivemos oportunidade de constatar no Capítulo 2 da Parte II, os esforços das sucessivas direções sindicais no sentido de o tornar representativo do universo dos jornalistas profissionais resultaram frustrados. O conselho não conseguiu afirmar-se pela magistratura de influência junto de não sindicalizados, nem tão-pouco assegurar uma

imagem de independência e autonomia, acabando por perder, progressivamente, prestígio e credibilidade na classe jornalística.

Em atenção a este panorama, quatro entrevistados sustentam que deveria sair da órbita sindical. Paulo Querido e Graça Rosendo, que preconizam a criação de uma ordem, fundamentam a recusa do modelo de regulação no facto de entenderem que a missão de um sindicato, de zelar pelos interesses dos seus associados na relação laboral, não é compatível com a apreciação da conduta ética dos jornalistas.

Escassa visibilidade da intervenção na esfera disciplinar é a principal lacuna apontada à CCPJ. As competências e a composição do organismo são vertentes destacadas pelos jornalistas que concordam com o modelo de regulação, os quais não encaram como problemática a possibilidade de a CCPJ e o CD se pronunciarem sobre os mesmos casos, aceitando inclusivamente que tomem decisões de sentido diferente.

A CCPJ é, na opinião de Eduardo Dâmaso, um instrumento adequado para acabar com o “discurso de autoproteção” dos jornalistas, até por assegurar o conhecimento, no exterior, das sanções disciplinares que aplica. Será tanto mais eficaz quanto mais assumir, sublinha, uma atitude pedagógica e atenta ao pulsar das redações. Por isso propõe que protagonize uma aproximação aos jornalistas, através dos CR.

Óscar Mascarenhas põe a tónica na sua interpretação muito própria do modelo. Discorda, desde logo, da ideia de que o código é de adesão voluntária. “Significa o padrão de crítica pública que é possível fazer a um jornalista”, afirma. Embora circunscrito “ao domínio da crítica, da indignação pública”, não deixa de produzir efeitos. Porque o prestígio não é fácil de preservar. “O jornalista que um dia falha na ética, podendo não ser condenado em tribunal, nunca tem a penitência, porque a sua credibilidade é posta em causa”.

Por outro lado, Mascarenhas defende que a lei não autoriza a CCPJ a efetuar a análise ética do comportamento dos jornalistas. Explicitando a sua posição, assinala o desdobramento em duas partes do art.º 14.º do EJ, que levou à inscrição no n.º 2 do que caracteriza como “elementos objetivos que desqualificam o jornalista no exercício da sua profissão”. Não se trata, sublinha, de um erro ético, mas de uma violação do exercício da profissão, “quase de uma incompatibilidade”.

Favorável à aplicação de um conceito liberal, Joaquim Vieira não vê com bons olhos a vigilância externa, por parte de entidades administrativas, que considera contrária à liberdade de informação: “Só os tribunais podem limitar a atividade do jornalista; mais nada”. Não concorda com o EJ, nem com a existência da CCPJ e diz não compreender que, neste órgão, jornalistas “policiem” outros jornalistas. Alerta, aliás, para os riscos de um modelo que pode determinar uma dupla penalização – em sede disciplinar e em sede judicial – pela mesma conduta.

José Queirós partilha as reservas em relação às interferências do Estado neste domínio, mas porque confia num sistema de responsabilização dos profissionais. “O essencial da regulação deve ser feito pelos próprios jornais, no seu diálogo com os leitores. Assumindo de forma transparente as suas normas de conduta ético-deontológica e fazendo-as cumprir. Para aquilo em que a lei seja precisa, há os tribunais. (...) Uma pessoa atingida nos seus direitos, pode e deve recorrer aos tribunais”.

No contexto da abordagem ao modelo de regulação ético-deontológica, a atuação da ERC é mencionada, de forma espontânea, por sete entrevistados, todos num sentido crítico. Em causa, desde logo, a composição do Conselho Regulador, cuja génese parlamentar suscita desconfianças quanto à preservação da independência em relação ao poder político e é apontada como causa da falta de credibilidade do organismo perante os jornalistas.

O facto de os profissionais terem apenas representação institucional no Conselho Consultivo, para o qual a associação sindical indica um membro, é também apontado como aspeto negativo. Por duas ordens de razões: retira à ERC o necessário conhecimento do Jornalismo e do funcionamento, em geral, da Comunicação Social e, em consequência, prejudica o exercício das suas competências. “Para que haja regulação, é necessária uma estreita ligação entre quem faz informação e quem tem a tarefa de pôr alguma ordem na praça”, nota José Pedro Castanheira.

Eduardo Dâmaso acusa a ERC – que classifica como “mecanismo de puro controlo administrativo do Jornalismo” – de provocar fenómenos de autocensura nas redações, ao recusar, com frequência, os argumentos invocados pelos jornalistas e pelos órgãos de comunicação, no plano do direito de resposta, o que conduz à cobrança de custas processuais ou à aplicação de coimas de elevado valor, em caso de incumprimento de uma deliberação.

3.2 Publicação da condenação disciplinar

Doze dos 17 entrevistados concordam (ou não apresentam objeções de fundo) com a publicação da parte decisória da condenação disciplinar proferida pela CCPJ no próprio órgão onde foi cometida a infração, conforme determina o EJ. Este grupo inclui Óscar Mascarenhas – que não sendo defensor de sanções disciplinares reconhece coerência ao sistema, apesar de admitir que a possibilidade de recurso pode retirar eficácia à norma, já que a publicação será dilatada no tempo – mas não Paulo Querido, para quem o sítio eletrónico da entidade, pela visibilidade que adquire, seria meio de difusão suficiente para garantir a aplicação do princípio, cuja validade aceita.

O efeito positivo da norma – é esse um dos argumentos aduzidos – deriva do facto de proporcionar à sociedade o conhecimento das sanções, algo que não é percecionado como ocorrendo noutras profissões. Nesse sentido, contribui para reforçar o prestígio do Jornalismo e esvaziar de sentido propósitos corporativos. Inês Cardoso acrescenta duas outras vantagens: a garantia de equilíbrio, que deve pautar a relação com o público, e o reforço da consciência, por parte do jornalista, dos danos que o exercício profissional pode causar.

Sofia Pinto Coelho aceita a revelação do nome do infrator, que toma como parte da punição, mas desagrada-lhe o “efeito de pelourinho” provocado pela exposição pública – “é como a publicação das listas negras de pedófilos ou de devedores ao fisco”. Comparando com outras profissões, lembra que não são identificados médicos ou advogados que violam normas deontológicas. Sem querer ser corporativista, considera “mais natural que as pessoas saibam a que médico e a que advogado podem recorrer com confiança do que no caso de um jornalista, já que não recorrem individualmente a um jornalista, no sentido de prestação de um serviço”.

A discordância manifestada por Joaquim Vieira em relação ao modelo de regulação não o impede de admitir que, tendo a CCPJ consagração legal, a publicitação das suas decisões constitui o corolário lógico do sistema. Coloca, todavia, a questão a montante: sendo contrário à existência da entidade, considera que só as condenações judiciais de órgãos de informação devem ser obrigatoriamente publicadas.

3.3 Sanções em sede de autorregulação

A reflexão em torno do modelo não pode deixar de incluir a opinião dos entrevistados sobre a introdução de sanções efetivas, a nível autorregulatório. A opção é preconizada por dez jornalistas, dois dos quais exprimem posições cuja singularidade justifica uma referência específica. Fernanda Dias sustenta que devem ser aplicadas em cada órgão de comunicação, com base no seu próprio código de conduta. Carlos Enes restringe-as a situações de incompatibilidade absoluta ou de comprovada fidelidade a interesses alheios à profissão, caso que a seu ver justificaria a expulsão do infrator.

Os partidários de um quadro sancionatório aplicado pelos pares, com efeitos no exercício profissional, tomam como exemplo profissões como medicina e advocacia, na perspetiva de que não é legítimo defender para os jornalistas um regime diferente, até porque reivindicam o direito de exercer escrutínio e fiscalização sobre todos os domínios da sociedade. Um sistema dessa natureza, defendem, favoreceria a credibilização da classe e reforçaria a sua reputação. Valor que, sublinha Paulo Querido, deve ser preservado por cada um dos profissionais, que hoje em dia têm uma relação direta com as audiências e, portanto, “muito mais responsabilidade sobre a sua assinatura”.

As sanções devem, no entanto, ser aplicadas com bom senso, atendendo às condições de produção da informação e à eventualidade de as infrações não serem premeditadas, antes resultando de erros. O que não invalida a vigilância de condutas, em primeira instância, no seio das redações. “Se a pessoa não tem a certeza e não tem tempo para confirmar, não publica. A pressão da manchete, a pressão económica e a procura de audiências não podem justificar tudo”, defende José Carlos de Vasconcelos, reconhecendo que os jornalistas menos experientes são, por vezes, vítimas daquelas condicionantes. “Há grande luta pelos lugares e muito desemprego. Um rapaz que chega para conquistar o seu lugar quer arranjar uma ‘cacha’, um ‘furo’. A obrigação dos mais velhos, dos editores, das direções é travarem isso, não estimular e, depois, atirar as culpas para eles”.

José Pedro Castanheira é perentório: “Não é possível uma autorregulação eficaz sem aplicação de sanções”. Para o antigo presidente do SJ, o CD português, ao contemplar apenas dez pontos, tem as características adequadas: comporta regras “claras, concisas e facilmente assimiláveis pelos jornalistas”. Contudo, “o facto de não prever sanções é o seu calcanhar de Aquiles”.

O argumento de que a sanção moral, decorrente da denúncia pública de uma infração deontológica, afeta profundamente a reputação do seu autor no seio da comunidade profissional – e reforça a respeitabilidade da profissão, porque adquire expressão externa – predomina entre os sete entrevistados que discordam de punições efetivas, sejam pecuniárias, de suspensão ou de expulsão. O efeito dissuasor e preventivo, admitem, só é produzido se o sistema assentar num órgão cuja autoridade seja reconhecida pelos jornalistas.

Embora considere que os jornalistas “devem ‘muscular’ o Código Deontológico”, Cândida Pinto não preconiza a aplicação de sanções. Considera-as mesmo uma “distorção”, porque do seu ponto de vista as normas deontológicas são indissociáveis do exercício da profissão. Um jornalista “deve ter sanções, partindo-se do princípio de que vai contrariar a formação e a profissão que exerce? É um contrassenso”.

Para o risco de duplicação de sanções, se previstas em autorregulação, alertam dois entrevistados. Não deve ser excluído, adverte Inês Cardoso, já que a lei atribui competência disciplinar à CCPJ. “Não faz sentido que um jornalista seja processado por um órgão de autorregulação (...) e, depois, condenado em tribunal. E se for absolvido?”, questiona Joaquim Vieira.

3.4 Apreciação de infrações deontológicas

A ideia de que a apreciação de infrações deontológicas, em ordem à aplicação de sanções, deve envolver a conduta da hierarquia empresarial – editorias, chefias e direções – recolhe a unanimidade dos entrevistados. Todos perspetivam o Jornalismo como atividade de natureza coletiva, com diversos níveis de intervenção – logo, de responsabilização, que não deve circunscrever-se aos autores das peças.

O jornalista que assina uma notícia, uma reportagem ou uma entrevista assume em primeira linha o seu conteúdo. Aí reside a expressão da autonomia funcional que preserva, no plano profissional. Porém, integrado numa redação, o seu trabalho é desenvolvido a partir de orientações da hierarquia, que tem não apenas o dever de exercer, genericamente, o controlo editorial como de acompanhar a execução até à versão final.

O papel da hierarquia não se esgota, portanto, na definição de opções editoriais – o tema a abordar, em função da pertinência ou da atualidade, ou o destaque a conceder, domínios

que são da sua exclusiva responsabilidade. Cabe ao responsável direto pela área a análise dos textos, que pode implicar a introdução de alterações, desejavelmente em diálogo com o autor. No limite, pode tomar a decisão de não autorizar a divulgação de informações, fundamentada, por exemplo, na ausência de fidedignidade ou na presença de potencial violação de direitos dos visados. Presume-se que essas ações de verificação são efetivamente exercidas, em ordem a garantir a veracidade e o rigor das informações, sob pena de a credibilidade do órgão de comunicação ser posta em causa.

José Queirós, cuja longa carreira profissional na Imprensa incluiu o desempenho de cargos de chefia e de direção, considera positiva a generalização do Jornalismo assinado, que não correspondia à tradição nacional, precisamente pelo que representa de responsabilização dos autores dos textos. Não deixa, ainda assim, de reconhecer que um órgão de comunicação é um coletivo. “A responsabilidade é sempre da hierarquia editorial, embora não possa ser afastada, obviamente, a responsabilidade de quem assina”.

A aceleração do fluxo informativo tem vindo a determinar que nem sempre a investigação seja desenvolvida por quem se apresenta publicamente como autor de uma peça jornalística. “Todos trabalham num rio com muitos afluentes, até ao mar, que são as diferentes audiências. Não é um piano tocado a duas mãos, é a dez ou a 15. E tem de ser ponderado nesse sentido; já não pode ser encarado como há cinco anos”, constata Adelino Gomes. Num sistema a adquirir crescentemente estas características, a responsabilidade pode diluir-se, mas jamais ser eliminada.

O diretor adjunto do CM garante inserir o seu nome, por diversas vezes, em textos apenas numa lógica de responsabilização hierárquica, quer interna, quer externa. “Defender que [a responsabilização] deve cingir-se a quem assina a peça é defender uma espécie de princípio da irresponsabilidade, quase coletiva, do meio”, opina Eduardo Dâmaso. Cândida Pinto corrobora a ideia: “Se divulgo uma história que vai provocar danos, em que vou sofrer, não posso olhar para trás e não ver ninguém. A minha estrutura tem de estar solidária comigo. Tal como eu devo dizer-lhe: ‘tenho aqui esta história’ – e devo ter apoio para a divulgar – ela tem de estar comigo nas consequências”.

Fernanda Dias imputa à hierarquia editorial outra responsabilidade: assegurar a formação de jovens. “Quando um jornalista entra numa redação, tem de saber as normas”, afirma. Diversos entrevistados aludem, com efeito, ao facto de os profissionais – e por maioria de razão os menos experientes ou que ainda cumprem a fase de estágio – se sentirem isolados

no juízo sobre o tratamento jornalístico das informações a que acedem. Manuel Vilas Boas considera inaceitável esta exposição. “Defendo a tese de que a deontologia não é só para os jornalistas. A deontologia é para as empresas, para o diretor, para os chefes de redação, para os editores. Frequentemente, parece que só o desgraçado que escreve a peça (por vezes, até o nome lhe retiram) é o único chamado à pedra, quando alguma coisa corre mal”.

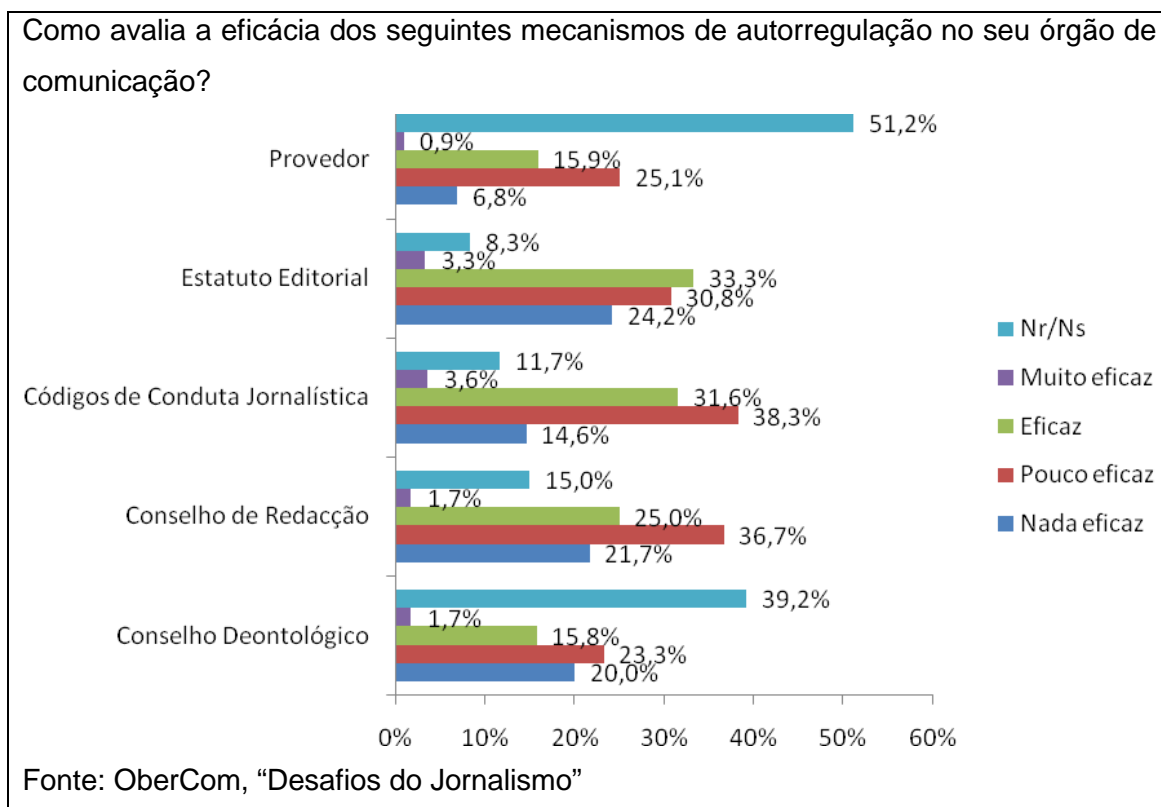
No quotidiano de uma redação, a responsabilidade é solidária, o que não significa que a apreciação de infrações dispense a consideração de diferentes graus. Como sublinha Carlos Enes, é necessário avaliar a participação de cada um dos envolvidos e as condições em que ocorreu a falta deontológica. Tal como sucede num processo judicial, para determinar a medida da pena, deve apurar-se se foi cometida por negligência, com dolo ou omissão de deveres e se devem ser tomadas em consideração atenuantes. Não se trata, assim, de atribuir automaticamente a culpa ao autor da peça – frequentemente vítima de situações de adulteração do sentido dos textos em títulos, chamadas de primeira página ou manchetes, na Imprensa, ou sínteses produzidas pelo pivô de um telejornal, na televisão – nem por inteiro à hierarquia. Sendo certo que esta detém responsabilidades acrescidas, não podendo invocar desconhecimento das matérias divulgadas.

A este propósito, Óscar Mascarenhas recorda a análise do CD ao caso “DN/Fernando Negrão (Cfr. Anexo 3), a que já aludimos. Estava em causa a quebra do compromisso de confidencialidade, conduta que o órgão reprovou, considerando mais criticável a atitude do membro da direção do jornal que autorizou a revelação da identidade da fonte (o qual, porém, não poderia sofrer sanções, já que não era associado do SJ).

3.5 Eficácia dos instrumentos de autorregulação

Condição do reforço da autorregulação é o reconhecimento por parte dos profissionais. Em Portugal, não existem estudos sistemáticos sobre a perceção dos jornalistas quanto à sua eficácia. Um inquérito promovido pelo Observatório da Comunicação (OberCom) em 2010, que recolheu 212 respostas, concluiu que nenhum dos instrumentos propostos é encarado, desse ponto de vista, como positivo (ver figura).

Figura



Os inquiridos atribuem maior eficácia ao estatuto editorial, enquanto o CD não é particularmente apreciado. Mais de metade dos inquiridos não se pronuncia sobre o provedor, o que pode justificar-se pelo eventual desconhecimento, dado tratar-se de uma figura que, no momento da realização do inquérito do OberCom, só estava instituída no “Público”. O estudo revela, por outro lado, que nove em cada dez jornalistas concordam com a existência de mecanismos de autorregulação, sendo que apenas 1,5% manifestam discordância. O fortalecimento dos CR é aplaudido por quase 80%.

Dos 17 jornalistas entrevistados para efeitos da presente dissertação, 11 citam o CR, quando questionados acerca dos instrumentos de autorregulação deontológica mais adequados. A tendência dominante aponta para a complementaridade: a autorregulação será tanto mais eficaz quando mais condições tiver para assegurar uma ação coordenada dos mecanismos disponíveis. Daí que cinco dos inquiridos que fazem referência ao CR também aludem ao conselho de Imprensa.

O facto de um CR poder fomentar o debate interno de práticas profissionais é interpretado como a sua principal vantagem. Quem o valoriza, enquanto fórum de reflexão, salienta o efeito pedagógico da sua atuação sobre os jornalistas, frequentemente confrontados com dilemas de natureza ético-deontológica, uma vez que está – ou deveria estar – na primeira

linha do julgamento de condutas neste plano. Ainda que não reflita o sentimento geral da redação, o facto de proporcionar a discussão constitui, por si só, um valor.

O deficiente funcionamento dos CR, nas redações onde se mantêm, não é ignorado. Os entrevistados que os elegem como um dos instrumentos indispensáveis têm consciência de que adotam, em alguns casos, uma intervenção meramente formal e raramente sistemática, em vez de desenvolverem um exercício crítico sobre critérios editoriais e se assumirem como canal de expressão da vontade do coletivo redatorial, agindo em cooperação com as direções editoriais.

A progressiva perda de poder, diretamente proporcional à retirada de competências legal – mas que também resultará, reconhecem alguns dos inquiridos, da inação dos próprios jornalistas – prejudica a consolidação daquele perfil. Céu Neves não esconde a insatisfação que sentiu quando exerceu funções no CR do DN, ao constatar que as recomendações não produziam efeitos. A situação é agravada, na opinião de Cândida Pinto, pela atitude de algumas direções, que encaram o conselho como órgão de oposição interna. Este panorama não impede, porém, dois dos entrevistados de defenderem abertamente o reforço de poderes do CR na esfera deontológica.

Embora não seja exatamente um instrumento de autorregulação, já que envolve personalidades exteriores à profissão, o Conselho de Imprensa é, no total, mencionado por seis inquiridos. Autoridade moral, abertura ao exterior e independência são três características habitualmente associadas ao CI que destacam. Comum é a convicção de que o impacto social do Jornalismo justifica a existência de um organismo que acolha visões externas, desligado dos interesses específicos da Comunicação Social, mas também dos poderes políticos e económicos. Capaz, por outro lado, de fomentar a reflexão sistemática e de produzir deliberações reconhecidas pela classe jornalística.

A reconstituição em Portugal de um CI, com as características que teve, não recolhe o consenso deste grupo. Adelino Gomes admite que a experiência anterior pode ter sido “mitificada” pelos próprios jornalistas. Relutante em relação a soluções normativas externas, José Queirós não considera aconselhável que um órgão dessa natureza emane de imposição legal. Carlos Enes veria com bons olhos a integração de juizes, pelo menos numa primeira fase, até à aquisição de maturidade na apreciação de condutas deontológicas.

Quatro jornalistas apontam o provedor como instrumento a valorizar. José Queirós, que exerce o cargo no “Público”, afirma que a sua preocupação consiste em zelar, em primeira linha, pelos direitos do leitor – neles incluindo a qualidade da informação e a escrita correta. A partir da sua experiência, conclui que a maior parte das reclamações não incide na violação de direitos de personalidade – embora já se tenha pronunciado sobre o direito à imagem –, mas justamente em questões de qualidade informativa. Entre as fragilidades da função de provedor, são identificadas a desconfiança das direções editoriais, que explicará o facto de não se ter generalizado em Portugal, e o défice de eficácia, resultante da atitude dos próprios jornalistas, que muitas vezes ignoram o seu contributo para o aperfeiçoamento de práticas profissionais.

Independentemente das perspetivas acerca da validade do Código Deontológico, só três inquiridos atribuem ao CD um papel, essencialmente pedagógico, no plano da autorregulação – sempre em articulação com outros instrumentos. Ao órgão sindical é atribuída, como já vimos, perda de prestígio junto dos profissionais, que deixaram de lhe reconhecer autoridade. Carlos Enes, particularmente crítico da sua atuação, sustenta que é “altamente conservador, altamente protetor dos poderes instituídos”, e não acompanha a produção doutrinária do TEDH em matéria de liberdade de Imprensa.

A criação de uma ordem é defendida por três entrevistados. Graça Rosendo admite que comporta riscos, mas entende tratar-se de uma opção inevitável, porque o modelo de autorregulação em vigor não funciona. Sugere a remoção dos preconceitos sobre este via, proposta em 1991 em Portugal, mas outros três jornalistas pronunciavam-se frontalmente contra ela, essencialmente com base no argumento de que não é compatível com a natureza da profissão, exercida maioritariamente em regime de dependência funcional. Eduardo Dâmaso não se coíbe de afirmar que o exercício do poder disciplinar em ordens profissionais não é transparente, pelo que desaconselha a sua transposição para o campo do Jornalismo.

Outros instrumentos internos a órgãos de comunicação não convencem os inquiridos. Dois deles fazem referência ao livro de estilo e apenas um ao estatuto editorial. Fernanda Dias preconiza a complementaridade entre o Código Deontológico e códigos de conduta de cada media. “Temos de ser nós, que trabalhamos diariamente com matérias, muitas vezes sensíveis, em que cada caso é um caso, a autorregular-nos. É melhor do que ter uma lei muito genérica, que depois não se aplica a cada um destes casos”, observa, sublinhando

que um código de conduta permite fixar regras que tomem em consideração as especificidades do órgão.

“Estou convencido de que não vamos voltar para trás no que respeita ao empoderamento das audiências. Como cada vez mais as audiências vão, não apenas consumir as nossas informações, como interagir com elas e até produzir, nalguns casos, creio que alguns dos organismos de autorregulação poderão no futuro incluir contributos das audiências – leitores, ouvintes, telespetadores”, afirma Adelino Gomes. Na sua perspetiva, a consolidação desta tendência reforçará a importância de instrumentos como o CR.

A questão da eficácia da autorregulação não reside tanto nos instrumentos como na cultura profissional. Partindo deste pressuposto, José Queirós considera essencial a criação de um ambiente de liberdade crítica no seio das redações. “Essa cultura não se decreta; pratica-se ou não se pratica. Os jornais que conseguem ter esse ambiente interno são os que melhor se preparam para uma relação saudável com a crítica externa, com os leitores”, sustenta. Neste quadro, reserva ao CR um papel decisivo. Embora avalie negativamente a sua evolução, admite que “a situação seria, em certos jornais, bem pior” se não existissem.

Manuel Vilas Boas deu-se conta, quando presidiu ao CD, da “arrogância inominável” da classe jornalística, no que respeita a observações sobre a sua prática. “Quase ninguém se deixa questionar sobre o trabalho que faz. Ora é extremamente importante que as pessoas sejam honestamente questionadas”. A indisponibilidade para aceitar a crítica, mesmo proveniente dos pares, é, naturalmente, um fator de fragilização dos instrumentos autorregulatórios.

Uma certa propensão dos jornalistas para admitir cedências, no plano deontológico, é assinalada por Adelino Gomes, que recusa imputar à precariedade laboral o incumprimento de normas éticas. “É um fator de agravamento. Sendo inimiga da independência, evidentemente que leva mais facilmente as pessoas a violar esses princípios. Mas aquilo que me preocupa, no contacto que tenho tido com gente que sai das universidades e entra na profissão, é que antes de serem precárias as pessoas já vêm disponíveis para não cumprir os preceitos deontológicos”. Foi essa a atitude que verificou existir nas redações de três estações de televisão, a partir de inquéritos realizados no âmbito da sua dissertação de doutoramento.

3.6 Síntese conclusiva

A maior parte dos entrevistados discorda do modelo de regulação vigente em Portugal. No essencial, são apresentados dois argumentos: a rejeição de interferências externas neste domínio, no caso consumadas através de uma entidade estatal, e a deteção de fragilidades nos dois pilares em que assenta o modelo. O CD não conquistou, no seio da estrutura sindical, a autonomia que lhe permitiria dispor de autoridade junto de todos os jornalistas e a intervenção da CCPJ no campo disciplinar não é perceptível – avaliação que, porventura, terá a ver com o facto de deter competências neste campo apenas desde 2007.

A posição sobre o modelo não influencia decisivamente a opinião acerca da publicação da parte decisória da condenação disciplinar proferida pela CCPJ no órgão de comunicação onde foi cometida a infração. Com efeito, a maioria reconhece validade a essa norma, pelo facto de proporcionar o conhecimento externo das sanções, em benefício da transparência perante a sociedade.

A introdução de sanções efetivas em sede de autorregulação é defendida por dez inquiridos, observada que seja uma avaliação criteriosa das infrações. O grupo invoca o sistema vigente noutras atividades profissionais, encarado como meio de assegurar a credibilidade dos jornalistas. Todos os entrevistados – quer os favoráveis a sanções com impacto no exercício profissional, quer os que preconizam sanções de morais, associadas à denúncia pública – sustentam que o juízo acerca da sua aplicação deve levar em linha de conta o envolvimento na prática de infracções não apenas os autores dos textos, mas também da hierarquia editorial.

O Conselho de Redação é, no plano da eficácia, o instrumento de autorregulação deontológica mais mencionado, pese embora a constatação de que a sua intervenção carece de ser valorizada. No entanto, a maioria dos inquiridos defende que deveria ser incentivada uma abordagem múltipla, capaz de proporcionar a combinação de diversos instrumentos.

Capítulo 4 Constrangimentos da aplicação quotidiana

No plano das opções editoriais, como nos da pesquisa e do tratamento noticioso, os jornalistas são frequentemente confrontados com a aplicação a situações específicas de princípios deontológicos. Neste capítulo, procuramos compreender as dificuldades e os desafios éticos da prática quotidiana. O núcleo de questões associado a este domínio concentra-se, assim, na forma como os entrevistados percecionam os direitos de personalidade no desempenho profissional, passível de reclamar uma ponderação de valores que pode determinar a abstenção de revelar factos. O contexto empresarial em que é exercida a atividade do jornalista também é objeto de abordagem.

4.1 Aplicação de normas deontológicas

Em primeiro lugar, optámos por uma pergunta aberta, tendente a perceber os constrangimentos criados pela aplicação de normas deontológicas a situações concretas. Os inquiridos foram convidados a recordar casos que, pela sua singularidade, criaram dilemas éticos, no momento de decidirem sobre a abordagem adequada. Todos admitem que, em algum momento da sua vida profissional, isso aconteceu.

A questão da identificação de protagonistas de notícias é a mais comum – seis jornalistas fazem-lhe referência, por razões diversas. Em reportagens envolvendo crianças, Céu Neves debateu-se com dúvidas, como referimos no Capítulo 1 desta parte. O “caso Esmeralda” (Cfr. Anexo 3) foi dos que lhe causou maior perplexidade, dada a profusão de opções, nos media, quanto à revelação do nome da criança.

José Carlos de Vasconcelos, que não poupa críticas ao tratamento em geral dispensado a este caso pela Comunicação Social – criando “uma onda emocional, em que o pai era tido quase como um monstro, que tinha abandonado a pobre criancinha” –, decidiu voltar ao terreno. Numa reportagem publicada na revista “Visão”, usou um nome fictício para se referir à menor. “Foi um formalismo”, reconhece. “Eu admito que as normas sejam interpretadas tendo em conta os objetivos que visam e os valores que pretendem proteger. Aqui, é o interesse das crianças. Em crimes sexuais, é diferente, porque resulta sempre prejuízo, inclusive na imagem das vítimas”, afirma o jornalista, convicto de que o seu texto “teve influência na mudança de tom em relação ao caso”.

Uma situação diferente, embora também relacionada com a identificação, é apresentada por José Pedro Castanheira. Em novembro de 2010, antes da Cimeira da NATO, em Lisboa, foram fechadas as fronteiras nacionais. Para a opinião pública, sustenta, teria sido importante saber quem foi impedido de entrar, incluindo a nacionalidade. “O Código Deontológico proíbe-nos de fazer essa abordagem. No entanto, é útil, para avaliar o tipo de ação empreendido. São elementos que valorizam a informação – e o próprio código nos obriga a dar uma informação o mais completa possível”.

A acusação de corrupção à juíza Fátima Galante (Cfr. Anexo 3) foi, para Sofia Pinto Coelho, particularmente sensível. Não duvidando de que revestia interesse público, tomou em consideração os danos que a divulgação da imagem da magistrada poderia causar. “Pensei: se esta mulher estiver efetivamente inocente, (...) vai ficar afetada na vida profissional até ao fim dos seus dias. Pior do que isso: as pessoas que julgar (...) vão olhar para ela com desconfiança. E não há pior do que termos desconfiança da Justiça”.

Em televisão, o impacto da imagem exige sempre a avaliação do grau de intrusão na privacidade que representa. Basta filmar uma fileira de prédios ou entrevistar a vizinha de alguém, nota Sofia Pinto Coelho, para que ocorra identificação indireta. Daniela Santiago, que afirma já ter recusado reportagens passíveis de afetar a vida privada de cidadãos, recorda as que realizou no Sri Lanka, por ocasião do *tsunami* no Sudoeste Asiático. Durante 17 dias, só exibiu um corpo, na primeira, por entender que era indispensável. “Se mostrar o sapato de uma criança e disser que naquele sítio morreram várias, estou a dar a mesma informação, sem mostrar corpos”, justifica. “Há outras situações em que não é assim. Num ataque bárbaro, alertando previamente para as imagens que vão ser emitidas, para não ferir suscetibilidades, é importante mostrar, para ‘abandar’ as pessoas”.

Em direto, a jornalista da RTP já enfrentou diversos dilemas. “Contamos o que se está a passar e ao mesmo tempo pensamos se devemos fazer uma determinada entrevista, mostrar um plano, fazer sinal ao ‘câmara’ para não mostrar um corpo”. As decisões quanto à cobertura jornalística são tomadas solitariamente pelo repórter – e em tempo real. “É a nossa autorregulação”, observa Daniela Santiago.

Como proceder perante situações como a do adepto de futebol vítima de um *very light* na final da Taça de Portugal, em 1996, ou dos soldados portugueses que pereceram na Bósnia, no mesmo ano? Deve ou não ser revelada a identidade dos mortos? Óscar Mascarenhas, invocando os dois casos, dá resposta positiva. Na sua ótica, a conduta do jornalista não

deve depender dos procedimentos oficiais seguidos nestas circunstâncias, nem ter em conta apenas os familiares dos mortos. Sente-se, assim, na obrigação de divulgar o nome de quem faleceu, para tranquilizar pessoas próximas dos sobreviventes.

Entre as normas do Código Deontológico que carecem de interpretação, em função do caso concreto, são mencionadas pelos entrevistados as relativas aos meios de obtenção de informação, identificação da condição profissional, exceção respeitante à revelação de fontes confidenciais e audição das partes envolvidas.

A solicitação prévia de autorização para gravar uma conversa pode inibir a fonte, adverte José Carlos de Vasconcelos. Este é um domínio que lhe suscita dúvidas, mas considera legítima, em alguns casos, a gravação, sobretudo de conversas telefónicas. Não com o objetivo de violar o *off the record*, ressalva, mas para ser preservada como prova da prestação de declarações, se vier a ser necessária.

Está em causa, portanto um julgamento das regras fixadas em instrumento deontológico. Um julgamento ético, como salienta Mascarenhas, suficientemente amplo para permitir ao jornalista “ir mais longe do que o Código Deontológico permite e não lê-lo como um jurista”. A possibilidade de revelar a identidade da fonte, se tentou usar o jornalista para canalizar informações falsas, é um dos exemplos que apresenta. Descreve o caso de uma fonte que deveria ser denunciada, embora não tenha mentido. Um jornalista foi informado de que uma mulher, que cumprira pena de prisão por abandono de uma criança, fora admitida como funcionária de um jardim-de-infância. Contactada, disse supor que a fonte do jornalista seria uma pessoa que a chantageou. “Se fosse comigo, não teria nenhum problema em revelar a fonte, porque não me dera informações para eu noticiar, mas para me usar como cúmplice – ou prolongamento – do seu crime de chantagem. E, no entanto, não mentiu”, observa o ex-presidente do CD.

Também em relação ao dever de ouvir as partes com interesses atendíveis, Óscar Mascarenhas considera que deve ser interpretado em função das circunstâncias. Nos Jogos Olímpicos de 1984, preferiu não confrontar Fernando Mamede com as dúvidas expressas pelo presidente da Federação Internacional de Atletismo sobre a homologação do recorde do mundo dos 10 000 metros, que batera meses antes, por saber que o fragilizaria. A opção de outros jornalistas foi diferente, o que afetou psicologicamente o atleta. “Neste caso, ouvir a outra parte foi o melhor ‘frete’ que se fez à pessoa que a quis atingir. Não quero obrigar a

que seja ouvida a outra parte; quero deixar ao critério do jornalista essa questão, para que seja leal com ela e não para a atormentar”, conclui.

A ideia de que as normas éticas não resolvem todos os problemas colocados pelo exercício profissional é partilhada por outros entrevistados. Na presença de valores conflituais, é preciso fazer escolhas. Aí reside, como afirma José Queirós, a “enorme responsabilidade dos jornalistas com funções editoriais” – que evidentemente não dispensa, em primeira linha, o juízo individual sobre as opções mais adequadas. Até porque nenhum Código Deontológico fornece um quadro capaz de responder integralmente aos desafios éticos.

Cândida Pinto decidiu não realizar uma reportagem com o guarda-costas que acompanhava Diana Spencer no acidente que, em 1997, a vitimou. Encontrou-o por mero acaso, dois anos depois, numa aldeia timorense, onde prestava serviço como segurança da ONU. Teve de resistir à tentação, mas aceitou o pedido para que não o fizesse. “Concluí que não havia um interesse público que se sobrepusesse ao que me pedia”, afirma a jornalista, que enquadrou a situação na reserva da intimidade. “Já fiz este exercício várias vezes: colocar as coisas como se se passassem comigo e com a minha família (...) Se fizesse a reportagem, afetava a vida daquela pessoa gratuitamente. Para ganhar o quê?”, questiona-se, dando por adquirido que venderia a reportagem a estações de televisão inglesas, mas que “a seguir a Imprensa cor-de-rosa britânica caía-lhe em cima”.

Um caso de invocação de episódio passado é também introduzido por Sofia Pinto Coelho. No programa “Condenados”, retomou uma história de alegado abuso sexual de uma adolescente, pela primeira vez abordada no “Casos de Polícia”, programa que exibiu a sua imagem e a dos pais (a mãe esteve mesmo presente em estúdio). Sentiu necessidade de ponderar diversos aspetos: o facto de a rapariga já não querer aparecer, de ter decorrido muito tempo e de o homem injustamente acusado desejar que “fosse tudo exposto”.

Inês Cardoso alude a duas investigações que desencadeou, aos casos Tagus Park e Lopes da Mota (Cfr. Anexo 3). No âmbito do primeiro, foram-lhe facultadas, ainda na fase anterior à acusação, atas da administração da empresa, que tendo conteúdo noticioso lhe pareciam corresponder à intenção de envolver um dos membros do órgão, que não veio a ser acusado. “Entendi que ali havia notícia, mas que poderia estar a passar uma versão dos factos que não seria 100% correta. Acabei por publicar, até porque o trabalho foi feito em conjunto com outra pessoa, mas sempre com muitas dúvidas interiores, com a sensação de que estava a fazer o jogo que queriam que eu fizesse”.

No segundo caso, de Lopes da Mota, Inês Cardoso teve acesso, em primeira mão, à totalidade do inquérito disciplinar. O documento continha referências a magistrados alheios ao processo. Optou, convictamente, por não usar essas informações. Atitudes como esta valeram-lhe acusações internas de ser “mais papista que o Papa’ ou de perder notícias, porque outros jornais publicam informações ou dão passos que eu não quero dar”.

Em alguns casos, pode estar em causa a linha editorial do órgão de comunicação. Fernanda Dias, que detém responsabilidades em duas publicações, não pode deixar de a respeitar. A “Caras” só publica reportagens autorizadas pelos envolvidos, enquanto a “TV Mais” é uma revista “mais ‘picante’, mais atrevida”. A jornalista tem de gerir abordagens de sentido distinto, mas, na dúvida, garante que se abstém de publicar.

“O jornalista é um ser de carne e osso, de emoções e enquadramentos. Nunca se pode despir da sua forma humana de estar na profissão”. A observação de Manuel Vilas Boas remete para a consciência individual, na apreciação das situações. Sofia Pinto Coelho admite que o facto de o cunhado da juíza Fátima Galante ser, à época, diretor de informação da SIC e de ela própria manter uma certa proximidade com o marido, então dirigente da associação sindical dos magistrados, influenciou as suas decisões. “Crenças cognitivas” impediram Adelino Gomes de “ver outros lados (jornalisticamente importantes) de acontecimentos que cobria”.

As atuais condições de produção de informação, ao privilegiarem a velocidade de execução, podem prejudicar a análise serena de opções editoriais. A escassez de tempo para reflexão é um constrangimento assinalado por vários entrevistados, embora a recusem como argumento para a ausência de discussão. “Se o debate deontológico for cultivado, fizer parte da vivência da redação, claro que existe tempo”, assegura Cândida Pinto. Adelino Gomes propõe a reflexão em tempo real: “Não podemos reivindicar que o Jornalismo tem lugar no novo mundo da informação em tempo real e, depois, não assumirmos as obrigações que temos. A informação em tempo real é para fazer, mas tem de haver momentos, exigidos pelas circunstâncias, em que se pare para refletir”.

A falta de debate interno não é a única lacuna detetada. Entre os inquiridos há quem aluda à ausência de massa crítica, resultante do afastamento das redações de profissionais mais experientes, mas também a défices de preparação dos jornalistas para enfrentarem a complexidade da informação e, mais especificamente, de perceção dos problemas que

podem resultar do confronto entre direito à informação e direitos de personalidade. “Deixaram de ter presença nas redações o livro de estilo e as normas de conduta, a figura do chefe de redação, o sénior a quem recorríamos. Há uma enorme desproteção, porque cada um tem de decidir sozinho”, lamenta Sofia Pinto Coelho. Céu Neves e Manuel Vilas Boas defendem que as circunstâncias reclamam das direções editoriais maior vigilância.

4.2 Determinação da esfera de privacidade

Os entrevistados reconhecem a impossibilidade de determinar em absoluto a esfera de privacidade de uma figura pública. Em atenção ao papel da Comunicação Social numa sociedade democrática, qualquer tentativa de delimitação é empreendida a partir do conceito de interesse público. Porém, como o grau de intrusão nessa área depende da condição do sujeito e das circunstâncias que justificam a abordagem noticiosa, é inviável a fixação de uma regra geral.

A análise do fenómeno leva a maioria dos inquiridos a traçar uma distinção entre figuras públicas. O conceito é muito vasto, mas para estabelecer a fronteira privada a respeitar na prática profissional dos jornalistas é necessário separar detentores de cargos públicos e políticos de cidadãos que, não fazendo parte desse grupo, adquirem visibilidade social.

No que respeita à primeira categoria, a satisfação do direito à informação pressupõe maior escrutínio do desempenho de funções, que como admitem vários entrevistados deve ser, inclusive, exercido quando as figuras em causa se encontram na condição de candidatos a cargos, porque a avaliação do carácter e da personalidade é pertinente para o juízo dos eleitores. Neste sentido, exemplifica José Queirós, o negócio privado de Cavaco Silva, suscitado na campanha para as eleições presidenciais de 2011 (Cfr. Anexo 3), revestia-se de interesse público, justificando-se não apenas o tratamento jornalístico como a discussão no espaço mediático.

Quatro entrevistados invocam como fundamento da intrusão da privacidade a denúncia da contradição entre o discurso público e a conduta privada, dever inscrito no Código Deontológico e em códigos de órgãos de comunicação nacionais. A atitude do político que integrasse nas suas propostas a defesa do Serviço Nacional de Saúde, mas se submetesse a tratamentos médicos no melhor hospital privado do mundo, deve ser revelada, no entender de Eduardo Dâmaso. O mesmo princípio se aplicaria a um político que eliminasse a faculdade legal de casamento entre pessoas do mesmo sexo, mas mantivesse uma

relação homossexual, defende Graça Rosendo. Ou ao Papa, se fosse descoberto a praticar relações sexuais, exemplo avançado por Adelino Gomes.

O grau de invasão da privacidade, no que concerne a personalidades políticas, depende, ainda assim, da função que exercem ou à qual se candidatam. Não é tão pertinente dar a conhecer aspetos da vida pessoal de deputados como de presidentes da República ou de chefes do Governo, porque o grau de responsabilidade – logo, de impacto das suas decisões na esfera social – é diferente. Paulo Querido atribui interesse público ao conhecimento da condição familiar de quem disputa o lugar mais elevado na hierarquia do Estado.

A função social do Jornalismo, enquanto instrumento de aferição da qualidade da democracia, pode ter como efeito a diminuição da privacidade. “Paga-se algum preço por ser figura pública, numa democracia; está-se mais exposto”, observa José Queirós. “Pode haver necessidade de conhecer aspetos privados que iluminem o necessário escrutínio público sobre as figuras públicas, mas é preciso traçar uma fronteira – essa sim, rigorosa – em relação à entrada na vida íntima das pessoas – vida familiar, afetiva, sexual”.

Em regra, os entrevistados que se pronunciam sobre a intimidade – considerada inviolável, independentemente do estatuto social do envolvido – fazem precisamente referência àquelas três vertentes – vida familiar, afetiva e sexual – inscritas na generalidade dos ordenamentos jurídicos. Carlos Enes entende que deve ser preservada, mesmo no caso de cidadãos que exibem episódios pessoais para conquistar notoriedade ou benefícios. No entanto, admite exceções, se “em boa consciência, em boa-fé, garantindo informação correta ao visado e que não sou espalhafatoso, concluir que de facto o público tem direito a saber”.

É este, também, o princípio que outros jornalistas inquiridos observam. José Pedro Castanheira alude ao caso de Silvio Berlusconi. Os episódios que envolveram o antigo chefe do Governo italiano seriam destituídos de interesse público se revelados quando não exercia funções. Contudo, um primeiro-ministro “é ou deveria ser um símbolo para os cidadãos, na sua conduta pessoal, de valores, de princípios”, pelo que assuntos relacionados com a intimidade podem adquirir interesse público, se indispensáveis à compreensão de traços essenciais da sua personalidade.

Cândida Pinto foi confrontada com a questão da privacidade de figuras públicas ao escrever o livro "Snu e a Vida Privada com Sá Carneiro", ex-primeiro-ministro (Cfr. Anexo 3). "Tive acesso a conversas e a documentos que não publiquei, apesar de considerar que a vida privada destas duas pessoas tem muitas zonas que contribuíram para uma mudança de comportamentos – uma união de facto exposta ao mais alto nível". Na sua avaliação das informações recolhidas, prevaleceu o respeito pelos descendentes. Daí que tenha abdicado de revelar as que poderiam provocar danos aos familiares e "não contribuiriam para nada do que representa a passagem da vida privada à esfera pública".

Na determinação do núcleo de privacidade de uma figura pública, Óscar Mascarenhas segue como orientação os três graus em que assenta a doutrina alemã: situações públicas, privadas e íntimas. A primeira é escrutinável por qualquer cidadão. A segunda "já não é um contrato com o indeterminado, mas um contrato com determinado. Um negócio jurídico que faça, por exemplo". Quanto à intimidade, tem carácter absoluto – só pode ser objeto de notícia mediante autorização. "Posso informar condicionadamente sobre aspetos privados", afirma Mascarenhas. "Como é que aquele deputado tem um carro tão caro? É a vida privada dele, mas como os deputados fazem declarações de rendimentos, posso tornar público que comprou um carro cujo custo não parece compatível com a sua declaração. Não posso fazer o mesmo em relação a um cidadão que não tem um compromisso público".

Fernanda Dias, como já referimos, adota na "Caras" regras mais rígidas do que na "TV Mais". "Tudo o que seja dentro de casa é esfera privada. Não fotografamos dentro de casa. Se a figura pública estiver num espaço público, na rua, numa festa, sabe que pode ser fotografada; não é preciso pedir autorização. Numa praia, pedimos. Tem a ver com o nosso cuidado com a imagem. A pessoa, na praia, está mais exposta, está em biquíni ou em fato de banho, e pode querer pôr um pano ou vestir algo".

4.3 Consentimento de cidadãos

O consentimento de cidadãos para a divulgação de aspetos da sua esfera privada deve ser, como regra geral, solicitado em cada momento, na ótica de 13 entrevistados, e não adquirir carácter permanente, uma vez concedido. O jornalista não pode, argumentam, deixar de tomar em consideração factos novos, suscetíveis de alterar decisões anteriores. Contudo, numa sociedade fortemente mediatizada, essa diligência é de difícil concretização.

Também neste plano o estatuto do envolvido adquire pertinência. A revelação de factos de interesse público não pode depender de autorização prévia, nem a privacidade instituir-se com barreira à denúncia de condutas impróprias ou ilícitas. Pressentindo que a salvaguarda da privacidade “é uma arma usada contra o Jornalismo”, Eduardo Dâmaso defende, no que concerne à eleição e a cargos políticos ou públicos, um sistema de consentimento permanente – que não abrange a reserva mais íntima, nem questões alheias à função exercida.

Carlos Enes reserva tratamento diferente a quem, detendo poder político ou económico, dispõe de acesso permanente à Comunicação Social. “Se faço uma reportagem sobre um cidadão anónimo que acedeu a contar-me um aspeto da sua esfera privada, (...) não posso presumir que abriu uma porta para que eu relate para todo o sempre o seu caso particular. (...) Mas uma figura que usou o espaço mediático – que recuou na sua fronteira de uma maneira determinada, clara, muitas vezes reiterada – não pode querer mudar as regras de jogo, quando o assunto já não lhe é conveniente”.

Onze entrevistados mencionam condutas desta natureza. “Quem se expõe publicamente, muitas vezes por sua própria iniciativa, não pode pretender que, quando não quer, essa exposição não tenha resultados”, diz José Carlos de Vasconcelos, exprimindo uma opinião comum a outros jornalistas. O exemplo clássico é o de alguém que convida a Imprensa para a cobertura da sua festa de casamento e mais tarde protesta, porque ela se interessou pelo divórcio.

A iniciativa de transferir assuntos privados para o domínio público retira a quem adota esse comportamento legitimidade para introduzir restrições. Porém, como alguns dos inquiridos salientam, não isenta os jornalistas do cumprimento de deveres éticos, que implicam a preservação de menores e de familiares não diretamente associados aos acontecimentos, nem os dispensa de atender a circunstâncias capazes de determinar uma mudança de atitude, por parte de quem consentiu a abordagem de domínios de carácter privado.

A exposição da privacidade não autoriza o “voyeurismo”, muito menos a premeditada violação dos limites do direito à informação. Não faz sentido pedir autorização para fotografar um casal cuja relação é pública, mas justifica-se respeitar a atriz que usufruiu de forte mediatismo, mas acabou de ser mãe e quer preservar o filho. Isto é: atos que decorram de consentimento anterior devem ser praticados, mas os autónomos dependem de

autorização. Trata-se, como afirma Inês Cardoso, de procurar adotar fórmulas de compromisso, através de regras claras, que vinculem ambas as partes.

Para Paulo Querido, novas abordagens implicam negociação, em resultado de uma aproximação gradual – “as pessoas não são logo capa das revistas; vão estabelecendo uma relação com jornalistas”. Nos anos 80, descobriu onde se encontrava Paulo Futre, futebolista que estava prestes a partir para Espanha, onde iria representar o Atlético de Madrid. Conhecia-o, porque o entrevistara anos antes, mas reconheceu que cabia a Futre fixar as regras da reportagem. “Foi um processo negociado naquele momento, porque embora existisse uma relação anterior, era a primeira vez que estava no seu ambiente pessoal. (...) Deixar que fizesse uma fotografia em que se via, em segundo plano, a piscina onde estavam familiares foi decisão dele. Para revelar a informação estrita de que estava no Algarve, antes de ir para Madrid, bastava uma fotografia”.

A mudança de atitude de quem previamente autorizou a abordagem de assuntos privados pode, por vezes, colocar problemas, inclusive de natureza técnica. Sofia Pinto Coelho recorda a situação de uma mulher que aceitou participar numa reportagem do programa “Perdidos e Achados” sobre viúvas de agentes da PSP. Entrevistada em casa, no cemitério e na rua onde o marido foi assassinado, enviou, dois meses depois, uma carta em que informava que já não queria aparecer, porque a peça tardava a ser emitida. Não apresentava “nenhum argumento válido, como perigo para a sua vida, saúde, emprego ou situação financeira”, sublinha a jornalista, que decidiu, após parecer jurídico, manter a reportagem, sem nela incluir a entrevista no domicílio.

Noutra reportagem, sobre um possível erro judicial, uma das fontes desautorizou a divulgação da entrevista que concedera, na véspera da data prevista para a emissão, o que criou problemas de remontagem da peça. Mas Sofia Pinto Coelho acabou por corresponder à solicitação, ao perceber que tinha um motivo atendível: sendo advogada, os seus clientes poderiam ser prejudicados, por eventual retaliação do juiz que terá cometido o erro.

4.4 Influência noticiosa na apreciação judicial

O jornalista deve ter em conta a influência na apreciação judicial das informações que revela sobre processos em curso? Perante esta questão, os entrevistados dividiram-se em dois grupos: oito dão resposta positiva e outros tantos negativa, embora Fernanda Dias aceite exceções, em casos de especial sensibilidade. José Pedro Castanheira prefere não arriscar

uma apreciação definitiva. Admite, contudo, que o grau de influência da opinião pública sobre a Justiça é enorme.

Está em causa, precisamente, o impacto dos media. O argumento central dos membros do primeiro grupo é o dever do jornalista de avaliar todas as dimensões do seu exercício profissional. Não apenas o conteúdo das informações, mas a forma e o momento em que a liberta. “Não são impunes as notícias que se dão, a frequência, a intensidade, a colocação da notícia na página, falando na Imprensa, a repetição em órgãos de comunicação eletrónica, no audiovisual, em rádio ou em televisão. As notícias não são inocentes”, afirma Manuel Vilas Boas.

A ponderação dos efeitos – na imagem de uma pessoa ou de uma instituição, por exemplo, mas também no equilíbrio de um julgamento e na garantia de desfecho justo – não significa que o jornalista se deixe condicionar ao ponto de não exercer o dever de informar. Se, em consciência, entender que pode ser constrangido, é preferível fazer um esforço para ignorar influências externas, como propõem alguns dos inquiridos. Eticamente, deve colocar acima de todos o seu compromisso com o público.

“Se se trata de entrevistar alguém, deve ter-se o cuidado de perceber em que momento isso é feito, se também se entrevistam outras partes intervenientes no processo, se se está a ser ou não parcial naquilo que se divulga e se isso pode ter um efeito prejudicial no processo judicial”, defende Inês Cardoso. Uma entrevista que fez em 2011 a Carlos Cruz, um dos condenados no âmbito do “caso Casa Pia”, na semana anterior à leitura da sentença de primeira instância, foi precedida de discussão coletiva no jornal “i”. Prevaleceu a ideia de que deveria ser publicada, na medida em que tinham passado todos os momentos de apreciação de prova e o acórdão já estava escrito. “Numa fase anterior, em que ainda estivesse a ser analisada prova e a entrevista pudesse ter algum efeito, causasse algum condicionamento na atitude dos juízes, talvez [a decisão] fosse diferente”, admite.

É também um dos múltiplos episódios da cobertura jornalística do “caso Casa Pia” que Paulo Querido refere para fundamentar a sua tese de que o jornalista não deve ignorar que, “ao dar uma notícia, o juiz vai ter uma determinada atitude”. Trata-se da entrevista de Carlos Silvino à revista “Focus” (Cfr. Anexo 3), concedida depois de ter sido condenado em primeira instância. Paulo Querido sustenta que o facto de ter negado o que antes afirmara, em depoimento perante a Justiça, retira credibilidade ao entrevistado e condiciona a apreciação do caso pelo Tribunal da Relação. Reconhecendo que é fácil julgar *a posteriori*

os efeitos da produção jornalística, não hesita em afirmar: “Eu seria um péssimo jornalista: não publicava a entrevista”.

A entrevista mereceu fortes críticas, por alegadamente ter repercussões negativas no exercício da Justiça. O risco de textos desta natureza produzirem “julgamentos paralelos” não é desprezível. Daí a necessidade de separar os papéis sociais que jornalistas e juízes desempenham. “Os campos devem estar muito claros: aos tribunais, julgar; aos jornais, noticiar – e noticiar de uma forma plural. Se há várias versões, vamos acolhê-las. Sem esquecer que, no fim de tudo, há uma decisão judicial”, diz José Pedro Castanheira. Ocultar informação pertinente viola o dever de informar, mas, como assinala Adelino Gomes, “não devemos ceder à tentação de vestir a pele de justiceiro ou de usar, numa espécie de volúpia, o poder que sabemos ter”.

Dos 11 entrevistados que se pronunciam sobre a influência dos media nas decisões judiciais, sete acreditam que é real. Sofia Pinto Coelho, para quem tal facto não deve integrar as preocupações dos jornalistas, afirma-se convencida de que, atualmente, “não é tanto a Imprensa que pode influenciar os veredictos, mas sim aquilo que pode jogar favoravelmente nas hipóteses de promoção”. E exprime um desejo: “Precisamos de juízes com coragem para decidir pela sua cabeça. Sem pensarem que, se decidirem em determinado sentido, terão boa Imprensa e, assim, progridem na carreira”.

Carlos Enes recusa-se a acreditar que os juízes tomem decisões em função da Comunicação Social – “e se tomassem, isso não era um problema da Comunicação Social, mas dos juízes”. Logo, também não concebe que os jornalistas devam levar essa questão em linha de conta. No mesmo sentido, Óscar Mascarenhas afirma que “no momento de decidir, por mais que ouça, o juiz só tem o objetivo de ter em conta os factos e o recurso. Não quer correr o risco de a sua sentença ser revogada”.

4.5 Não divulgação de informações

A opção de não divulgar informações, quando o direito à informação conflitua com os direitos de personalidade, é admitida por todos os entrevistados, no pressuposto de que decorra de uma avaliação casuística dos valores em presença. A prevalência do primeiro deve sempre basear-se no interesse público, não em objetivos comerciais ou de natureza concorrencial.

A determinação do interesse público cabe, em primeira instância, ao jornalista, que deve cuidar da sua reputação e, como salienta Óscar Mascarenhas, “pode alegar que não produz uma notícia porque não se sente autorizado a invadir a esfera de intimidade de alguém”. É dever da hierarquia editorial intervir em situações que suscitem maiores dúvidas, mas tratando-se de escolhas, nem sempre consensuais, mais exigível se torna o envolvimento da redação na tomada de decisão. José Pedro Castanheira atribui especial importância a uma abordagem coletiva, reservando mesmo um papel aos CR, que deveriam constituir “um fórum de discussão quase imediata”. Na sua ótica, é fundamental confrontar a perspectiva de quem apresenta a informação, que naturalmente defende o valor intrínseco da sua notícia, com leituras profissionais diferentes.

Em determinadas circunstâncias, porém, o jornalista é forçado a decidir sem recurso a uma segunda opinião. Foi o que sucedeu com Cândida Pinto, como já referimos, quando se cruzou com o antigo guarda-costas da princesa de Gales, em Timor-Leste. Acompanhada apenas do operador de câmara, não tinha meios para confrontar a hierarquia. “Respeitei o direito da pessoa envolvida, também porque o interesse público da informação que eu poderia ter ali é discutível”, esclarece. Se estivesse em causa uma figura com responsabilidades públicas, a sua opção poderia ter sido diferente.

“Num caso que, em consciência, crie contradição, num determinado momento (pode não criar noutro) entre o respeito pelos direitos de personalidade e o interesse público, eu diria que o interesse público teria de ser muito forte para que se justifique o que, para todos os efeitos, é pisar um direito de outrem”, observa José Queirós. Idêntico ponto de vista apresenta Adelino Gomes, que na dúvida se abstém de publicar a informação. “Se eu não tiver a certeza, prefiro prejudicar a minha ‘glória’ como jornalista – e a do meu jornal – do que cometer um erro ou uma injustiça em relação a alguém”.

O tratamento da informação é relevante na análise desta problemática. Subsistindo o risco de serem violados direitos de personalidade, não dispensa a adoção de fórmulas que se traduzam no mínimo sacrifício desses direitos. Casos como o do homicídio de Carlos Castro (Cfr. Anexo 3), trazido à colação por Daniela Santiago, revelam em que medida pode a satisfação do direito do público a conhecer determinados factos ser confundida com a satisfação da curiosidade pública. “A notícia era: um gay foi assassinado de uma forma sórdida. A partir daí, deveria ter acabado. O que cortou [o assassino], como cortou, se foi com saca-rolhas... O que é que isso acrescenta?”.

4.6 Dupla dependência

Como referimos no capítulo 1 da Parte II, os jornalistas desenvolvem a sua atividade num contexto de “dupla dependência” – das normas legais e deontológicas que regulam a profissão e das determinações da hierarquia empresarial. Os inquiridos foram instados a pronunciar-se sobre os procedimentos a adotar, se ocorrer colisão, em especial quando está em causa a observância de princípios ético-deontológicos.

Todos entendem que o respeito pelos princípios ético-deontológicos, indissociáveis do exercício da profissão, deve prevalecer. Óscar Mascarenhas defende mesmo que “a hierarquia da empresa é que tem de respeitar o jornalista”. Explicitando a sua posição, estabelece o contraponto com o modelo norte-americano, em que o conceito de liberdade de informação se aplica ao proprietário do órgão de comunicação. “Significa liberdade de ter um jornal, de nele escrever o que se quiser, de contratar as pessoas que escrevam o que o proprietário quer”. Já em Portugal, “o dono do jornal não tem poder sobre a liberdade do jornalista, a quem foi dado o múnus do exercício da profissão”.

Investido de responsabilidade social, o jornalista deve agir de acordo com a sua consciência e defender a dignidade profissional, mesmo que essa atitude implique afrontar a hierarquia. “A recusa de um jornalista a fazer um determinado trabalho deve ser sempre avaliada e, tratando-se de questões de princípio, ser respeitada”, sublinha José Queirós. Para a necessidade de integrar esta lógica de funcionamento na formação alertam outros inquiridos. Jornalistas que contrariem ordens internas em nome de regras deontológicas têm de ser “muito bem formados, muito sólidos e sem dependências”, diz Cândida Pinto. Responsabilizando não apenas o sistema de ensino, mas o grupo profissional, Adelino Gomes considera inadmissível que candidatos a jornalistas saiam das universidades “disponíveis para fazer concessões”.

O atual contexto de precariedade laboral, que impele os jornalistas a colocarem em primeiro lugar a defesa do emprego, é evidentemente considerado. Os entrevistados têm presentes fenómenos de pressão hierárquica e mesmo de autocensura, perante eventuais sanções por parte da entidade patronal. Inês Cardoso entende que não devem servir de desculpa: “se queremos elevar o rigor e a capacidade de autoanálise nas redações, isso tem de começar por cada um de nós”. Mas José Pedro Castanheira é sensível aos riscos: “não me peçam para dizer ao jornalista jovem que seja um herói, um resistente, que diga que não. No próprio dia, estará dispensado, prejudicado, despedido. Por isso há – ou deveria haver –

conselhos de redação, um Conselho Deontológico forte, respeitado e interveniente, outros órgãos de regulação”.

O envolvimento de órgãos de autorregulação corresponde à necessidade de reforçar a proteção do jornalista, individualmente considerado. Em caso de colisão, o primeiro passo consiste em avaliar argumentos, exercício só possível num ambiente em que a liberdade seja um valor primacial. “O jornalista, se não está de acordo, pode ter várias atitudes. Em primeiro lugar, discutir; em segundo, ouvir outros jornalistas; em terceiro, pedir conselho ao CR, ao sindicato, a um advogado”, defende Adelino Gomes.

No seio de uma redação, o jornalista tem frequentemente de gerir o seu posicionamento. A recusa de executar determinada reportagem ou adotar determinado tratamento jornalístico pode ser contornada pela hierarquia com o recurso a outro jornalista, mais flexível ou mais disposto a ceder. Na própria escolha do repórter, esse elemento, muitas vezes, é ponderado.

O papel das chefias intermédias é, neste plano, decisivo. Muitas vezes, é delas que partem pressões sobre quem se encontra no terreno, atitude particularmente notória em diretos televisivos, nos quais são dadas instruções à distância. Sofia Pinto Coelho alude à sua própria experiência, na cobertura do “caso Moderna” (Cfr. Anexo 3): “Lembro-me de estar à porta da PJ a fazer um relato em direto e ‘buzinarem-me’ ao ouvido: ‘os tipos também estão acusados de tráfico de carne branca!’. Temos de ter um ‘airbag’ interior”.

4.7 Síntese conclusiva

A identificação de protagonistas de notícias é a situação mais referida pelos entrevistados, ao revelarem as dúvidas que enfrentaram, quando se tratou de compatibilizar a abordagem jornalística com os princípios vertidos em normativos deontológicos. É mencionada a divulgação do nome de crianças e arguidos, mas também o impacto da imagem, em televisão. Os jornalistas que se pronunciam sobre o Código Deontológico entendem que deve ser interpretado em função das circunstâncias. O exercício é suscetível de determinar que não seja integralmente respeitado, porque nenhum quadro ético tem condições para dar resposta a todas as situações.

Os 17 inquiridos consideram impossível determinar em absoluto a esfera de privacidade de uma figura pública. A intrusão depende das circunstâncias do caso e da condição do

envolvido. Daí a necessidade de distinguir entre cidadãos anónimos e figuras públicas e, neste campo, dispensar diferente tratamento às que exercem cargos públicos ou políticos. A vida íntima é tomada como inviolável, salvo se razões imperiosas de interesse público impuserem a opção contrária.

A divulgação de aspetos privados deve ser solicitada em cada momento, na ótica da maioria dos entrevistados. Não é legítimo que o consentimento se torne permanente, uma vez dado, porque podem ocorrer factos novos. O princípio, reconhecidamente de difícil concretização, não pode prejudicar a divulgação de matérias de interesse público. Quem alicerça a sua presença no espaço público expondo a privacidade, perde legitimidade para, mais tarde, impedir que seja abordada. Tal não pode, contudo, levar os jornalistas a eximirem-se ao respeito por deveres éticos. Devem, sublinham alguns dos entrevistados, avaliar as causas da mudança de atitude, passíveis de justificar a restrição.

Os inquiridos dividem-se em dois grupos, quando questionados sobre se os jornalistas, quando revelam informações sobre processos judiciais em curso, devem tomar em consideração a influência que possam ter na apreciação judicial dos casos. Que essa influência existe, é reconhecido. Porém, não significa que os jornalistas se deixem condicionar.

A existência de situações em que o grau de conflito entre o direito à informação e direitos de personalidade determina a não divulgação de informações é admitida por todos os entrevistados. Uma apreciação coletiva da opção a tomar é considerada desejável, mas a generalidade entende que só fortes razões de interesse público podem justificar o sacrifício de direitos individuais.

O respeito pelos princípios ético-deontológicos deve prevalecer, quando ocorre colisão com orientações emanadas da hierarquia. É esta a posição unânime dos jornalistas, embora reconheçam que vicissitudes como a precariedade laboral e eventuais pressões internas podem impedir esse cenário. O envolvimento de órgãos de autorregulação, por forma a reforçar a proteção do jornalista, é recomendado.

CONCLUSÕES

A compatibilização entre direito à informação e direitos de personalidade deve ser operada em sede de autorregulação, no âmbito da qual é determinado o interesse público dos factos. O exercício reclama o fortalecimento dos instrumentos disponíveis, em especial conselhos de redação, mas não a reformulação do quadro ético-deontológico regulador da atividade jornalística, que se revela apto a dar resposta aos novos desafios. São estas as principais conclusões da investigação levada a cabo.

A relevância equivalente de que usufruem a liberdade de expressão e a dignidade humana, enquanto valores civilizacionais de primeira ordem, exige a criação de condições para que ambos sejam respeitados. Sendo o direito à informação uma vertente fundamental da liberdade de expressão e os direitos de personalidade instrumentos de proteção da dignidade humana, é suposto que a concretização do primeiro não afete os segundos. Faz sentido, por isso, acolher no campo do Jornalismo a interpretação jurídico-constitucional desta problemática, segundo a qual deve evitar-se, tanto quanto possível, que a consumação de um dos direitos cause o sacrifício do outro. Do que se trata, portanto, é de ponderar valores, em função das circunstâncias.

Detido pelo público, o direito à informação adquire, para os jornalistas, a dimensão de dever, no qual se baseia a legitimidade da sua intervenção social. Daí a necessidade de promover uma ética do cidadão, em vez de uma ética circunscrita ao exercício da profissão. É esse o sentido da proposta de Christians e Nordenstreng: o respeito por um património de valores essenciais, que evidentemente inclui a dignidade humana e a paz, pode contribuir para alicerçar uma plataforma mínima, suscetível de ser assumida pelo conjunto dos jornalistas.

A generalidade dos códigos deontológicos aponta a acusação sem fundamento, a difamação, a calúnia e a injúria como graves faltas profissionais. Tal opção, de natureza autorrestritiva, não constitui apenas a assimilação pela Deontologia de condutas legalmente tipificadas como criminosas. Traduz, antes de mais, o reconhecimento de que a prática profissional pode causar danos aos direitos de alguém. Assegurar que o impacto seja mínimo obriga, evidentemente, a fazer escolhas. Pode mesmo suceder que o desrespeito por normas deontológicas se torne o caminho mais adequado para atingir esse desiderato. Isto porque os códigos destinam-se a servir a incorporação de valores éticos na prática jornalística. São instrumentos, não fins em si mesmos. Enriquecida pela emergência de novas situações, a Deontologia não resolve todas as questões, nem fornece solução para

todos os casos, mas constitui uma base imprescindível. Assumida como ética profissional, deve, pelo menos, revestir-se de flexibilidade suficiente para proporcionar a concretização de princípios.

Como vimos no Capítulo 3 da Parte II, o facto de os códigos consagrarem valores comuns não invalida a consagração de fórmulas distintas para os alcançar. O respeito pelo princípio da presunção de inocência pode considerar-se, neste particular, paradigmático. Transversal aos normativos deontológicos, operacionaliza-se, na tradição nórdica, mediante a apresentação equilibrada das teses da defesa e da acusação, enquanto em Itália a divulgação de imagens de cidadãos algemados é proibida, para não induzir no público a ideia de que já foram condenados.

Os episódios de dilemas éticos referidos pelos entrevistados no decurso desta investigação provam à sociedade que não é recomendável interpretar as regras deontológicas à letra e de forma rígida, sob pena de produzirem resultados contrários aos pretendidos. Nenhum código pode, com efeito, estabelecer, sem margem para dúvidas, como se evita a identificação indireta de uma vítima de crime sexual ou determinar as condições em que se realiza uma entrevista a uma criança. É perante a situação, com sensibilidade e bom senso, apelando à sua consciência ética, que o jornalista decide como atuar.

Não é de excluir, por outro lado, que para satisfazer o direito à informação o jornalista seja impelido a violar a lei – em matérias como sigilo profissional, segredo de justiça, providências cautelares ou recurso a meios ilícitos para obtenção de informação. Se considera que não existe via alternativa, faz parte dos seus deveres éticos assumir por inteiro as consequências da conduta. Ao violar o segredo de justiça, por exemplo, não colhe o argumento de que desempenha a função, passiva, de “mensageiro”, imputando às fontes as suas próprias responsabilidades. Porque é seu o juízo relativo à difusão de informações.

Interesse público decisivo na ponderação

Na presença de direitos conflituais, é consensual que a prevalência do direito à informação só se justifica por razões de manifesto interesse público. A questão reside assim na definição, tão clara quanto possível, do conceito. O exercício, que procurámos empreender, pressupõe a resposta a três perguntas: em que consiste, no campo do Jornalismo, como são estabelecidos os seus contornos, quem dispõe da prerrogativa de o determinar?

O interesse público não corresponde, forçosamente, ao interesse legítimo, previsto em legislações como a portuguesa. Não se confunde com interesse nacional, nem pode, dada a função do Jornalismo e a sua responsabilidade social, converter-se, simplesmente, em interesse das audiências, para satisfazer propósitos comerciais. Tomado em diversos instrumentos ético-deontológicos como imperativo no desempenho profissional dos jornalistas, é, contudo, raramente explicitado.

A tentativa de sistematização empreendida por Whittle e Cooper segue de perto as normas inscritas nos códigos da BBC e da PCC. Ao incluir o dever dos jornalistas – passível de implicar a revelação de assuntos de natureza privada – de promoverem a prestação de contas e a transparência da atuação dos poderes públicos, incentivarem o debate sobre matérias que influenciam a vida de uma comunidade e fornecerem informação suficiente para que o público tome decisões, o contributo daqueles autores é relevante para a determinação do que se entende por interesse público. No entanto, não esgota a caracterização do conceito. Nem poderia esgotar, uma vez que, permanentemente interpelado pelo caso concreto, adquire flexibilidade.

Whittle e Cooper sustentam que a própria proteção da privacidade é de interesse público – daí que figure na maioria parte dos códigos deontológicos analisados. Acolhendo a tese daqueles autores, a decisão sobre a legitimidade da abordagem jornalística não pode deixar de implicar a ponderação de limites dos universos público e privado, fortemente influenciados pela cultura de cada país e, mesmo, pelos sistemas mediáticos. Embora não sejam estanques, nem imutáveis – o que é do domínio privado pode ter impacto público – a autodeterminação informativa torna-se, nesse contexto, um valor primacial a preservar.

A difusão de falsa imagem dos cidadãos, a revelação de factos embaraçosos e a publicação de fotografias ou do conteúdo de comunicações privadas constituem comportamentos antiéticos, independentemente de caírem na alçada da lei. Nesta medida, como apontam diversos autores – e é prática consolidada na Grã-Bretanha, onde cabe aos responsáveis editoriais a demonstração de que pode ser invocado – a determinação do interesse público deve ser confiada, em primeira linha, ao órgão de comunicação e ao jornalista, agindo de acordo com a sua consciência. Nunca a entidades externas, cuja intervenção só pode, eventualmente, ocorrer *a posteriori*, sob pena de ser entendida como representando uma intromissão na autonomia do Jornalismo – logo, na liberdade de Imprensa.

Nesta perspetiva, impõe-se recentrar a análise da problemática no destinatário da informação. A interrogação formulada por Hodges condensa as opções que o jornalista é chamado a fazer, na hora de avaliar se revela ou não factos: “qual a fronteira entre o direito da sociedade a saber e o direito do indivíduo a ocultar?” Em certas situações, é tão difícil de traçar que não pode ser entregue exclusivamente ao critério de quem recolheu a informação e defende o seu valor intrínseco. Impõe uma intervenção alargada, capaz de acolher pontos de vista diferentes quanto à forma como deve ser tratada. O debate por esta via estimulado pode, inclusive, conduzir à abstenção de divulgar informações. A decisão nesse sentido, admitida por todos os inquiridos, é tomada por Mesquita como um dever profissional, quando se conclui que o direito de personalidade presente se sobrepõe ao direito à informação.

Como vimos, o interesse público só pode ser definido em função do caso concreto, cuja influência é reconhecida pela própria doutrina jurídica. A sua determinação será tanto mais rigorosa quanto mais escrupuloso for o jornalista no cumprimento da *legis artis*, aos diversos níveis – recolha de informação, seleção de fontes e avaliação da sua fiabilidade, confirmação de factos, audição de visados. Não se trata de meros formalismos. A acusação da prática de um crime é demasiado grave para não exigir, como recomendam expressamente alguns códigos deontológicos, a concessão aos envolvidos de tempo e informação suficiente para que possam apresentar a sua defesa. Em reportagens sobre acidentes, catástrofes, crimes violentos ou terrorismo, o jornalista deve tomar em consideração o impacto das imagens nas pessoas diretamente envolvidas e, simultaneamente, a eventualidade de ferirem a sensibilidade do público. Diversas deliberações de entidades reguladoras e do CD apontam nesse sentido.

A observância dos deveres técnico-profissionais, que são simultaneamente de natureza deontológica, proporciona acrescida proteção no plano judicial – a boa-fé afasta a ilicitude, salvo quando são revelados aspetos da vida íntima. Tal não retira validade à tese enunciada por Machado. O constitucionalista defende a presunção de verdade de factos noticiados, em matérias de interesse público, que pressupõe exigir que o atingido faça prova da falsidade da imputação ou de negligência grosseira do jornalista e não que este alegue *exceptio veritatis* e interesse legítimo das informações divulgadas.

Sendo o estatuto do envolvido incontornável na determinação do interesse público, é necessário proceder, previamente, à avaliação de duas componentes: posição social – se se trata de celebridade”, de detentor de cargo público ou de eleito – e influência da conduta a

revelar no seu desempenho. Num segundo momento, importa apurar se o público deve tomar conhecimento, para ficar habilitado a decidir, sobretudo quando estão em causa opções eleitorais. O reconhecimento de que estes passos são imprescindíveis demonstra que a condição de figura pública não autoriza, por si só, a invasão da privacidade, que constitui sempre um ato de indiscrição, ainda que legítimo. Porém, a invocação da reserva da vida privada também não pode instituir-se como obstáculo à denúncia de situações anómalas ou irregulares, uma das missões do Jornalismo.

A esfera de privacidade de uma figura pública é impossível de estabelecer em absoluto – é a convicção expressa por todos os entrevistados. Embora a intimidade seja, reconhecidamente, o limite a respeitar, a revelação de assuntos que a integram pode, a título excecional, revestir-se de interesse público. É o caso de comportamentos que afetam as funções que exerce, são contraditórios com o discurso público ou cujo conhecimento ajuda a desvendar traços de personalidade pertinentes para o juízo público da pessoa.

A atitude de uma figura pública que toma a iniciativa de se expor, através dos media, e, mais tarde, alega direito à privacidade não justifica a quebra do vínculo ético, por parte dos jornalistas, atentos os fundamentos da invocação. O consentimento para revelar assuntos da vida privada – cuja repercussão social seja nula – não tem, por norma, carácter perpétuo, nem pode resultar de um acordo tácito.

Questões completamente diferentes se colocam quando os protagonistas são cidadãos comuns. A ausência de notoriedade pública impede que sejam convertidos em notícia, a menos que os seus atos o justifiquem. Daí que a responsabilidade social do jornalista seja, porventura, testada de forma mais profunda neste plano. Particularmente na identificação, porque a notícia pode retirar cidadãos do anonimato em que, muitas vezes, desejam manter-se, risco para o qual o CI já chamava a atenção em 1988. É de incontestável interesse público a divulgação de atos criminosos, por exemplo, mas não necessariamente a revelação do nome do autor, que depende das circunstâncias do caso e da posição que ocupa na sociedade.

O exercício jornalístico – aqui entendido de forma ampla – deve ter presente o interesse público em todos os momentos. Tal significa quer a abordagem leal das fontes, quer o recurso, em notícias e reportagens, a linguagem ou imagens que, cumprindo os objetivos informativos, não produzam efeitos negativos desnecessários. Importa, portanto, sublinhar que não é apenas na fase de tratamento jornalístico de acontecimentos que se impõem

cuidados especiais. Também a recolha de informação se presta à invasão da vida privada e à violação de direitos de personalidade, como o direito à imagem.

Estando em causa cidadãos desconhecidos, é necessário ter em conta que, em regra, não estão preparados para o contacto com a Comunicação Social e, por vezes, exibem a sua privacidade sem terem consciência dos efeitos da exposição mediática. O jornalista não deve tirar partido dessa atitude, muito menos aproveitar-se de situações de fragilidade psicológica ou emocional. Pelo contrário, cabe-lhe o papel de “guardião” da privacidade, sobretudo dos mais frágeis, como defendeu o CD em 2002. Não se trata de adotar uma posição paternalista, ou sequer moralista, mas de um elementar dever de lealdade para com os interlocutores.

Fortalecimento da autorregulação

A determinação do interesse público pelo jornalista e o órgão de comunicação representa uma prerrogativa demasiado poderosa para não ser compensada por instrumentos suscetíveis de proporcionar o seu escrutínio aos destinatários do direito à informação. Por mais perfeita que seja a lei – predomina, entre os jornalistas participantes nesta investigação, uma perceção positiva da legislação nacional, em matéria de compatibilização de direito à informação com direitos de personalidade – não pode desempenhar essa função. Trata-se do papel da autorregulação, que a maioria dos entrevistados privilegia e nenhum exclui, embora entendam que lei não pode ser dispensada.

A defesa da autorregulação é coerente com a discordância, também maioritariamente expressa, em relação ao modelo vigente em Portugal. A absorção de normas deontológicas pela lei, ainda que não integral, emprestou-lhes um carácter coercivo, de natureza disciplinar, que não detinham. No entanto, as deliberações da CCPJ – experiência recente, ainda em fase de amadurecimento – são suscetíveis de colidir com as do CD, cuja intervenção passou a inscrever-se num plano, digamos assim, “concorrencial”.

A perspetiva da autorregulação como contrato com o público carece, nesta medida, de reforço. Desde logo para permitir uma efetiva prestação de contas. Quanto mais transparentes e conhecidas forem as normas ético-deontológicas, maior será a possibilidade de o público aferir o cumprimento dos deveres a que os jornalistas estão vinculados. O facto de resultarem de uma autorrestrição voluntária – e não de imposição legislativa – contribui para aumentar o prestígio da profissão.

A questão reside, porém, em saber se o jornalista, individualmente considerado, está em condições de satisfazer os compromissos assumidos. A submissão às leis do mercado e a acentuada concorrência no setor da Comunicação Social tendem a produzir, neste domínio, um impacto profundamente negativo – acentuado pela precarização das relações laborais, que compromete a independência dos jornalistas. O exercício da profissão em contexto empresarial envolve múltiplas pressões, que não podem ser negligenciadas. Todos os inquiridos sustentam que, em caso de colisão com as determinações da hierarquia, devem prevalecer os princípios éticos, mas também reconhecem os enormes riscos que o jornalista corre nestas circunstâncias.

Fazer valer instrumentos que, garantindo a autonomia dos profissionais, vinculem as empresas em matéria deontológica, é a proposta de Bertrand. Em Portugal, no plano da contratação coletiva, estão já previstas normas que oferecem garantias. Contudo, o maior envolvimento da redação representará uma proteção suplementar para os jornalistas, quando confrontados com imposições da empresa que, em seu juízo, violem o quadro ético-deontológico. E contribui para que não se sintam isolados e possam defender-se de eventuais pressões hierárquicas. Condição é que preservem uma atitude de disponibilidade para ponderar diferentes visões.

Trata-se de valorizar a redação como um coletivo, capaz de incentivar o debate aberto de abordagens jornalísticas, assente na análise de situações concretas. Embora a consolidação de uma lógica de funcionamento que privilegia a rapidez de execução e a imediata difusão da informação reduza substancialmente o tempo dedicado à reflexão, o exercício partilhado de crítica de decisões editoriais é tomado como indispensável.

A autorregulação alcançará maior eficácia se for construída a partir dessa reflexão alargada, que não se restrinja às entidades encarregadas de a exercer, assim isentando os jornalistas de um exercício a que não podem furtar-se. Por essa via, aliás, adquire contornos pedagógicos, cujos efeitos, eventualmente impercetíveis no imediato, se manifestarão a prazo, na medida em que, mais atento aos danos que a prática profissional pode causar, o jornalista ganha consciência da responsabilidade social inerente à sua função.

A flexibilidade de apreciação das abordagens adequadas é uma das principais vantagens da autorregulação. A questão da publicação de notícias sobre absolvições conduz a essa conclusão. A maioria dos inquiridos defende que faz parte dos deveres profissionais o

acompanhamento de um caso judicial até ao desfecho, seja de que natureza for. Os poucos códigos deontológicos que fazem referência a esta matéria usam precisamente esse argumento. O Pressekodex aponta para a divulgação da absolvição ou da redução de pena, mas admite que possa não ocorrer, se puser em causa legítimos interesses das partes.

A inscrição da obrigatoriedade legal de publicar uma absolvição, através de um modelo próximo do direito de resposta, dificilmente permitiria a inclusão na notícia de elementos contextualizadores do processo e uma efetiva avaliação da sentença definitiva. Por outro lado, na perspetiva da proteção da honra e reputação do envolvido, o caráter imperativo da lei poderia ser contraproducente – casos há em que os implicados não desejam que o assunto volte a merecer tratamento jornalístico, porque a mediatização, por si só, causa maior prejuízo. Decidir em sede de autorregulação afigura-se, assim, mais aconselhável.

O robustecimento dos mecanismos autorregulatórios implica a superação – ou, pelo menos, a atenuação – das suas fragilidades. A primeira prende-se com a coercividade das deliberações sobre condutas éticas. Neste aspeto, a investigação desenvolvida não fornece respostas cabais. Quer os sistemas baseados em sanções morais, quer os que se traduzem na aplicação de sanções com efeito direto no exercício profissional apresentam vantagens e desvantagens. Tal constatação justifica a ausência de unanimidade entre os inquiridos. A maioria é favorável à segunda fórmula, embora salvaguardando que a apreciação de infrações deontológicas não pode limitar-se ao jornalista autor da peça visada; tem de tomar em consideração as condições de produção da informação e os diferentes níveis de responsabilização da hierarquia.

A possibilidade de a autorregulação se converter em autoproteção dos jornalistas não pode ser ignorada. O corporativismo compromete a credibilidade do conjunto da profissão e oferece pretexto para intervenções externas, sobretudo estatais. O primeiro passo para obstar ao desenvolvimento dessa tendência é, porém, de natureza individual. Impõe-se que o jornalista, em defesa da sua própria reputação, assuma responsabilidades e aceite a crítica dos pares. Afinal, o reconhecimento de erros é, também, um dever deontológico.

O terceiro fator de fragilização da autorregulação reside, em Portugal, na própria entidade encarregada da missão de a exercer, alvo de críticas de boa parte dos entrevistados. O CD debate-se com insuperáveis problemas de representatividade, hoje acentuados pela quebra da taxa de sindicalização. Pese embora os esforços desenvolvidos por sucessivas direções sindicais no sentido de alargar o seu âmbito a todos os detentores de carteira profissional,

vincula apenas os filiados na organização, pelo que continua a ser encarado pelos jornalistas como um órgão do SJ.

A progressiva perda de prestígio do órgão não encontra, porém, explicação apenas nas limitações inerentes à sua natureza associativa. Como assinala Camponez, a escassa publicidade das decisões retira-lhes eficácia, do ponto de vista dissuasor. Na prática, o CD nem sanções de carácter moral aplica, uma vez que não chegam a ser conhecidas do grupo profissional, quanto mais do público.

O estudo daquele autor apresenta outra pertinente conclusão: o CD mantém-se excessivamente dependente da perspectiva de quem o dirige. Só a partir de 1996 passou a pronunciar-se sobre queixas de cidadãos, faculdade que seria inscrita nos Estatutos do SJ em 1999. Até então, a sua intervenção circunscrevia-se aos jornalistas. A escassez de deliberações da entidade sobre direitos de personalidade, em resposta a reclamações do público, é explicada por esta estratégia.

Constatadas as insuficiências da entidade de autorregulação externa aos órgãos de comunicação, impõe-se a pergunta: a desejável conciliação entre direito à informação e direitos de personalidade pode ser operada através de instrumentos internos? A partir da investigação empreendida, pode afirmar-se que a resposta é positiva. Provedores e conselhos de redação reúnem virtualidades para consumarem, de forma mais apropriada, esse objetivo. Contudo, a instituição da figura do provedor não depende dos jornalistas, nem tem, ao contrário do que sucede em Portugal com os CR, respaldo legal. E, a avaliar pelo facto de só existir em dois jornais nacionais, os proprietários dos media não lhe reconhecem vantagens.

Conclui-se, assim, que o CR, instrumento citado pela maioria dos entrevistados, devem adquirir maior dinâmica. A operacionalidade destes órgãos é, essencialmente, função da cultura profissional da redação em que estão inseridos e, concomitantemente, do valor que a direção editorial lhes atribui. Quanto mais se circunscrevem a uma intervenção formal, menor capacidade têm para se assumirem como plataformas de debate. O desenvolvimento desta vertente depende dos próprios jornalistas, enquanto membros de um coletivo. Se valorizada, pode torná-los verdadeiros instrumentos autorreguladores, com efetiva intervenção na área deontológica.

Nada obsta, efetivamente, a que os CR adquiram mais competências em matéria de ética e Deontologia, através dos seus regulamentos, e, inclusive, para que não as exerçam em circuito fechado, que permitam a apreciação de queixas do público acerca de abordagens jornalísticas. A introdução na lei do carácter vinculativo dos pareceres dos conselhos na elaboração do estatuto editorial e de códigos de conduta e a concessão aos seus membros de proteção equivalente à conferida aos delegados sindicais, como o SJ tem vindo a defender, são vias a explorar.

O desenvolvimento das potencialidades dos CR é compaginável, numa perspectiva de complementaridade, com os conselhos de Imprensa, pese embora o facto de não serem instrumentos de autorregulação. Há muito foi ultrapassada, em diversos países, a contradição entre a recusa, pelos jornalistas, de ingerências externas no domínio deontológico e a filosofia destes órgãos, que aponta para a partilha desse território com representantes da indústria dos media e dos destinatários da informação. Vocacionado para evitar a intromissão do poder político e dos próprios detentores de meios de comunicação, o princípio corria o risco de constituir um constrangimento. Os dinamizadores dos CI, percebendo que poderia ser interpretado como favorecendo a autoproteção, cederam nos meios para preservar os fins.

O conselho de Imprensa é um instrumento referido por cerca de um terço dos inquiridos. A sua reconstituição em Portugal, a ocorrer, não pode deixar de ser precedida, porém, de profunda reflexão sobre o modelo a adotar. É considerada indispensável a análise da experiência anterior, que não se revelou positiva no que concerne a queixas relativas a direitos de personalidade apresentadas por cidadãos. Ao recusar pronunciar-se sobre elas, o CI fechou-se sobre si próprio, abdicando deliberadamente de uma intervenção que favoreceria a reputação do Jornalismo.

Limitar a análise prévia à definição de competências afigura-se redutor, já que a eficácia de um CI não é indiferente à sua composição. A presença do Estado, defendida por Camponez, é pelo menos discutível – ainda que garantisse o financiamento, uma componente importante. Mas o afastamento dos jornalistas tornaria o órgão, quando muito, um mecanismo de autorregulação da indústria. A experiência da PCC oferece prova mais do que suficiente. A entidade foi de novo abalada pelo recente caso do jornal “News of the World”, cujas consequências para a Comunicação Social britânica estão ainda por avaliar em toda a sua dimensão.

Validade do quadro deontológico

A acelerada evolução do Jornalismo justifica uma reflexão profunda. A presente investigação permite concluir que o novo contexto comunicacional comporta perigos, mas também oportunidades, como as que resultam do uso de novas tecnologias como canais de expressão da cidadania. O favorecimento da participação democrática na vida das comunidades, que inegavelmente proporciona, é um valor demasiado importante para ser sacrificado a interesses particulares ou corporativos.

A adaptação às transformações operadas constituirá, porventura, o maior dos desafios que hoje em dia se colocam ao jornalista. A mudança de perfil aumenta a sua responsabilidade. Num sistema marcado pela sobreinformação, é instado a reforçar o papel de agente de interpretação e contextualização de acontecimentos. Na acertada definição de Singer, evolui de *gatekeeper* – em bom rigor, os *gatekeepers* multiplicam-se – para *sense-keeper*. E está mais exposto: por um lado, a tecnologia aperta o escrutínio sobre o desempenho profissional; por outro, cria condições para uma relação mais transparente, que exige do jornalista sensibilidade à crítica e disponibilidade para acolher contributos informativos do público.

A maioria dos entrevistados manifesta a convicção de que o novo contexto não reclama a alteração do quadro deontológico, antes o reforço dos deveres técnico-profissionais. É imperioso manter os padrões éticos tradicionais, não ignorando a nova realidade – desde logo no que diz respeito às condições de produção jornalística, cada vez mais complexas. Daí que as experiências de elaboração de novos códigos encetadas por alguns órgãos de comunicação – o Guia para Redes Sociais, da BBC, ou o “Livro de Estilo Urgente”, da EFE – consagrem normas básicas, como o dever de testar a fiabilidade das fontes.

O mercado está longe de assegurar a qualidade da informação, entendida como respeitadora de princípios éticos e deontológicos. Pelo contrário, incentiva tendências perniciosas para a própria democracia. A “tabloidização” e a mistura com o universo do entretenimento, com vista a conquistar audiências, causam, como Mesquita tem alertado, um fenómeno de diluição do Jornalismo no campo da comunicação e de contaminação do Jornalismo por outras formas de comunicação. Como assinalam Singer e Fidalgo, a identidade dos jornalistas, neste contexto, só pode ser preservada através da valorização da sua ética profissional, assim instituída como garante da autonomia e veículo de expressão da responsabilidade social do Jornalismo.

A introdução de normas deontológicas específicas para o tratamento jornalístico de determinadas fases de processos penais, que conferem maior acuidade à proteção de direitos de personalidade, também não é encarada como recomendável – são suficientes a que contempla o princípio da presunção de inocência e as atinentes à reserva da identidade de cidadãos. Eventuais restrições acrescidas em sede de autorregulação poderiam, com efeito, comprometer a denúncia de crimes e irregularidades. A justificarem-se, devem ser ponderadas exclusivamente no plano legislativo.

Assumir a tese de que o quadro ético satisfaz as exigências não significa, porém, ignorar questões centrais, como o cruzamento da legítima investigação jornalística com a policial. A primeira visa cumprir propósitos estritamente informativos – a missão dos jornalistas não consiste em punir comportamentos criminosos. Prestando-se a ser instrumento das autoridades, hipotecam a sua autonomia e alienam condições para averiguarem a legalidade da atuação policial e formularem um juízo crítico sobre ela.

A questão da fiabilidade das fontes adquire, deste ponto de vista, particular relevância. O recurso ao anonimato transfere para os jornalistas e os órgãos de comunicação toda a responsabilidade pela difusão de informações. A divulgação de peças processuais – podendo, por si só, desencadear ações judiciais – não atenua a responsabilização perante o público. É, portanto, indispensável que o jornalista esteja completamente seguro de que pode responder pelas notícias que assina, objetivo que só pode ser atingido através da multiplicação de fontes.

A transcrição de escutas telefónicas constitui o tema mais delicado. Independentemente do eventual desrespeito pelo segredo de justiça, o acesso a extratos de escutas cuja seleção é efetuada pelas fontes impede os jornalistas de avaliarem, em toda a sua extensão, o valor noticioso das informações nelas contidas. Daí que a revelação de escutas, porque passíveis de atingir a reputação de indivíduos e violar os direitos à palavra e à reserva da vida privada, só encontre justificação em situações absolutamente excecionais e desde que os jornalistas estejam habilitadas ao seu integral escrutínio.

Linhas de investigação futura

A presente investigação, modesto contributo para o conhecimento científico da complexa conciliação entre o direito à informação e os direitos de personalidade, traduz uma tripla expectativa. Em primeiro lugar, naturalmente, de que se revista de utilidade para a academia,

incentivando o desenvolvimento de novas abordagens. Em segundo lugar, de que estimule, entre os jornalistas, a reflexão sobre práticas profissionais passíveis de produzirem efeitos negativos na esfera individual. Finalmente, a expectativa de que possa tornar o público mais exigente, atento e disponível para a vigilância do trabalho de quem é suposto satisfazer o seu direito à informação. Atitude que pressupõe o conhecimento dos compromissos ético-deontológicos assumidos pelos profissionais, dos constrangimentos que enfrentam no quotidiano e dos mecanismos que determinam a produção noticiosa.

Afigura-se fundamental a realização de estudos sobre outras vertentes desta problemática. Propõem-se, assim, três linhas de investigação, que certamente proporcionariam um conhecimento mais aprofundado.

Em primeiro lugar, o tratamento noticioso de acontecimentos envolvendo cidadãos comuns. Esta investigação demonstra que a violação dos direitos de personalidade pelos media não é, em Portugal, um fenómeno tão acentuado como noutros países – a quantidade de queixas a entidades de regulação é pouco expressiva e o número de jornalistas inquiridos que considera existir, regra geral, desrespeito por aqueles direitos não chega a um terço do total. No entanto, predominam casos em que os atingidos não são figuras públicas, dispondo, por isso, de menor capacidade de defesa.

Em segundo lugar, justifica-se uma abordagem mais profunda das questões suscitadas pela sempre controversa relação entre segredo de justiça e direito à informação. Trata-se de uma matéria que, regularmente, desencadeia o debate público, sobretudo a partir de casos que adquirem mediatismo, mas com frequência incidindo apenas sobre a dimensão legal.

A terceira linha de investigação proposta diz respeito ao impacto da Internet na redefinição do conceito de privacidade. Seria útil investigar especificamente o impacto das redes sociais neste plano – não apenas direto, mas na perspetiva do papel que, enquanto fontes, desempenham hoje em dia na atividade jornalística.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS E ARTIGOS CIENTÍFICOS REFERIDOS

AA. VV. (1982). *1.º Congresso dos jornalistas portugueses – Conclusões, teses, documentos*. Lisboa: Secretariado da Comissão Executiva do I CJP.

AA. VV. (1986). *2.º Congresso dos jornalistas portugueses – Conclusões, teses, documentos*. Lisboa: Secretariado da Comissão Executiva do II CJP.

AA. VV. (1993). *Comunicação social e direitos individuais*. Lisboa: Alta Autoridade para a Comunicação Social.

AA. VV. (1996). *Os direitos da pessoa e a comunicação social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

AA. VV. (1998). *3.º Congresso dos jornalistas portugueses – Documentos, teses, conclusões*. Lisboa: Comissão Executiva do 3.º Congresso dos Jornalistas Portugueses.

AA. VV. (2006). *O pseudo-arraстão de Carcavelos*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

AA. VV. (2010). *Desafios do jornalismo 2010*. Lisboa, Observatório da Comunicação
URL: http://www.obercom.pt/client/?newsId=428&fileName=desafios_do_jornalismo.pdf
(consultado em 24/5/2011).

Agencia EFE (2011). *Libro del estilo urgente*. Barcelona: Galaxia Gutemberg, Círculo de Lectores.

Andrade, M. C. (1996). *Liberdade de imprensa e inviolabilidade pessoal: uma perspectiva jurídico-criminal*. Coimbra: Coimbra Editora.

Araújo, C. (2010). *Os crimes dos jornalistas – Uma análise dos processos judiciais contra a imprensa portuguesa*. Coimbra: Almedina.

Aznar, H. (2005). *Comunicação responsável – Deontologia e auto-regulação dos media*. Porto: Porto Editora [1999].

Bastos, H. (2010). "Ciberjornalistas portugueses – Das práticas às questões de ética". *prisma.com*, 11.

URL:

http://prisma.cetac.up.pt/173_Ciberjornalistas_portugueses_das_praticas_as_questoes_de%20etica_Helder_Bastos.pdf (consultado em 20/10/2010)

Bertrand, C-J. (2002). *Deontologia dos media*. Coimbra, MinervaCoimbra [1997]

Bertrand, C-J. (2007). *Press councils in the world – 2007*

URL: <http://www.alliance-journalistes.net/article105.html> (consultado em 23/12/2010)

Brandeis, L. & Warren, S. (1890). "The right of privacy". *Harvard Law Review*, 193, Vol. IV

URL: <http://www.law.louisville.edu/library/collections/brandeis/node/225>

(consultado em 12/10/2010)

Bulmer, M., & Bell, J. (1985). "The press and personal privacy – Has it Gone too Far?". *The Political Quarterly*, Vol. 56, 5-22.

Cabral, R. A. (1988). "O direito à intimidade da vida privada (breve reflexão acerca do artigo 80.º do Código Civil)". *Estudos em Memória do Professor Doutor Paulo Cunha, separata*.

Camponex, C. (2011). *Deontologia do jornalismo – A autorregulação frustrada dos jornalistas portugueses (1974-2007)*. Coimbra: Almedina.

Canotilho, J. J. G. e Moreira, V. (2007). *Constituição da República Portuguesa anotada – vol. 1*. (4ª ed., revista), Coimbra: Coimbra Editora.

Carvalho, A. A. de (1986). *A liberdade de informação e o Conselho de Imprensa (1975-1985)*. Lisboa: Direcção-Geral da Comunicação Social.

Carvalho, A. A. de (2002) *Valerá a pena desmenti-los?* Coimbra: Minerva.

Carvalho, A. A. de (2010). "As especificidades da regulação portuguesa da comunicação social", *Revista Trajectos*, 17, 67-74

Carvalho, A. A. de; Cardoso, A. & Figueiredo, J. P. (2003). *Direito da comunicação social*. Lisboa: Editorial Notícias.

Carvalho, O. de (1973). *Os Direitos do Homem no Direito Civil Português*. Coimbra: Vértice.

Castanheira, J. P. (2004). *No reino do anonimato – Estudo sobre jornalismo online*. Coimbra: MinervaCoimbra.

Castells, M. (2004). *A galáxia internet: reflexões sobre internet, negócios e sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian [2001].

Castro, C. S. e (2003) “O direito à autodeterminação informativa e os novos desafios gerados pelo direito à liberdade e à segurança no pós-11 de Setembro”

URL:

http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/CatarinaCastro.pdf (consultado em 12/4/2011)

Christians, Cl. C. & Nordenstreng, K. (2004). “Social responsibility worldwide”, *Journal of Mass Media Ethics*, vol. 19, 1, 3-28.

Coelho, S. P. (2005). *Jornalistas e Tribunais*. Lisboa: Quetzal Editores

Commission on The Freedom of the Press (1947). *A free and responsible press – A general report on mass communication: newspapers, radio, motion pictures, magazines and books*.

Chicago: The University of Chicago Press

URL: <http://www.archive.org/details/freeandresponsib029216mbp> (consultado em 6/10/2010)

Conselho de Imprensa (1983). *Conselho de Imprensa – O que é. Para que serve*, Lisboa: Conselho de Imprensa.

Cordeiro, A. M. (2011) “Os direitos de personalidade na civilística portuguesa”. *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 61, III, 1229-1256.

Cornu, D. (1999). *Jornalismo e verdade – para uma ética da informação*. Lisboa: Instituto Piaget [1994].

Correia, F. & Baptista, C. (2007). *Jornalistas do ofício à profissão – mudanças no jornalismo português (1956-1968)*. Lisboa: Caminho.

Cupis, A. de (1961) *Os direitos da personalidade*. Lisboa. Moraes Editora [1959].

Fidalgo, J. (2008). *O jornalista em construção*. Porto: Porto Editora.

Fidalgo, J. (2009). *O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas*. Lisboa: Fundação Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Fidalgo, J. (2010a). “O regresso do Conselho de Imprensa?”. “Obs*”, *Revista do Observatório da Comunicação*, vol. 4, 1, 37-72.

URL: <http://www.obercom.pt/ojs/index.php/obs/article/viewArticle/323>

(consultado em 6/12/2010).

Fidalgo, J. (2010b). “O caso Jayson Blair: da responsabilidade individual às culpas colectivas”

URL: http://old.comunicacao.uminho.pt/doc/fidalgo/jfidalgo_artigo_JaysonBlair.pdf

(consultado em 12/12/2010).

Freitas, H. de S. (2006) *Sigilo profissional em risco – Análise dos casos de Manso Preto e de outros jornalistas no banco dos réus*. Coimbra: MinervaCoimbra.

Gabinete dos Juizes Assessores do Tribunal de Justiça (2010). *A liberdade de expressão e informação e os direitos de personalidade na jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça – Sumário de acórdãos das secções cíveis e criminais de 2002 a Junho de 2010*.

URL:

<http://www.stj.pt/nsrepo/cont/JurTematica/Caderno%20dos%20direitos%20de%20personalidade%20e%20liberdade%20de%20imprensa.pdf>

(consultado em 20/7/2011).

George Washington University (2009). “2009 Social media & online usage study”

URL: http://www.gwu.edu/~newsctr/10/pdfs/gw_cision_sm_study_09.PDF

(consultado em 22/1/2011).

Gillmor, D. (2004). *We the Media – Grassroots Journalism – by the people, for the people*. Sebastopol: O'Reilly Media.

URL: <http://oreilly.com/catalog/9780596007331/preview> (consultado em 4/1/2011)

Gillmor, D. (2010). *Mediactive*.

URL: mediactive.com/wp-content/uploads/2010/12/mediactive_gillmor.pdf

(consultado em 8/1/2011).

Hodges, L. (2009). "Privacy and the press". In Lee Wilkins/ Clifford G. Christians, *The Handbook of Mass Media Ethics*, New York, 277-284.

Jones, J. C. (1980). *Mass media codes of ethics and councils – A comparative international study on professional standard*. Paris: UNESCO Press.

Lusa Agência de Informação (1992). *Livro de estilo e prontuário da Lusa*, Lisboa: Lusa.

Machado, J. E. M. (2002). *Liberdade de expressão – Dimensões constitucionais da esfera pública do sistema social*. Coimbra: Coimbra Editora.

Mesquita, M. (1998). *O jornalismo em análise - A coluna do provedor dos leitores.*, Coimbra: MinervaCoimbra.

Mesquita, M. (2004). *O quarto equívoco – o poder dos media na sociedade contemporânea* (2ª ed., revista).Coimbra: MinervaCoimbra.

Morgado, M. J. & Vegar, J. (2003). *O inimigo sem rosto – fraude e corrupção em Portugal*. Lisboa: D. Quixote.

Moore, J. (2011). "The Pornography Trap: How Not to Write About Rape". *Columbia Journalism Review*, January/February, 14-16.

Moreira, V. (1994) *O direito de resposta na comunicação social*. Coimbra: Coimbra Editora.

Mota, F. T. da M. (2009). *O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e a liberdade de expressão – Os casos portugueses*. Coimbra: Coimbra Editora.

Mourão, P. “Tutela disciplinar dos jornalistas” (2010). *Revista Trajectos*, 17, 83-92.

National Union of Journalists (2010). *NUJ Rules 2010*, London.

URL: <http://www.nuj.org.uk/innerPagenuj.html?docid=182> (consultado em 2/11/2010).

Nordenstreng, K. (2000). “Mass Communication”. In Gary Browning, Abigail Halcli and Frank Webster (eds) *Understanding contemporary society: theories of the present*. London: Sage.

Okrent, D. (2008). *O provedor – selecção de crónicas, textos e até algumas retractações do provedor do leitor do New York Times.*, Lisboa: Edições 70 [2006].

Patrício, R. e Geraldo, T. (2009). “O crime de violação do segredo de justiça e a reforma penal de 2007”, *Revista do Ministério Público*, 119, 51-68.

URL:

http://www.mlgts.pt/xms/files/Publicacoes/Artigos/O_crime_de_violacao_de_segredo_justica.PDF (consultado em 25/9/2009).

Pina, S. (1997). *A deontologia dos jornalistas portugueses*. Coimbra: MinervaCoimbra.

Pina, S. (2009). *Media e leis penais*. Coimbra: Almedina.

Pinto, P. M. (1993). “O direito à reserva sobre a intimidade da vida privada”, *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. LXIX, 479-586.

Pinto, P. M. (2001). “A limitação voluntária do direito à reserva sobre a intimidade da vida privada”. In *Estudos em Homenagem a Cunha Rodrigues*, vol. II, 527-558, Coimbra. Coimbra Editora.

Press Council (1971). *Privacy, press and public – a memorandum by the Press Council*. Press Council.

Público (2005). *Livro de estilo*. Lisboa: Público.

Ramonet, I. (1999). *A tirania da comunicação*. Porto: Campo das Letras.

Rebello, J. (coord.) (2010). *Privacidade, intimidade e violência na imprensa – 2009*. Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

Rodrigues, J. C. (1999). *Comunicar e julgar*. Coimbra: MinervaCoimbra.

Sousa, N. e (1984). *A liberdade de imprensa*. Coimbra: Almedina.

Smith, R. F. (2008). *Ethics in journalism* (6ª ed.). Malden: Blackwell Publishing.

Ugland, E. (2008). *The legitimacy and moral authority of the National News Council (USA)*. Milwaukee: Marquette University.

URL:

http://epublications.marquette.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1002&context=comm_fac
(consultado em 14/10/2010).

UNESCO (2002). *Media ethics in Europe: In search of core values*.

URL:

http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=14199&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html (consultado em 20/9/2011).

Wemans, J. (1999). *O 'Público' em público – as colunas do provedor do leitor*. Coimbra: Minerva.

White, A. (2008). *“To tell you the tTruth – The ethical journalism initiative”*. Brussels. International Federation of Journalists.

URL:

http://ethicaljournalisminitiative.org/pdfs/EJI_book_en.pdf (consultado em 20/9/2010).

Whittle, S. & Cooper, G. (2009). *Privacy, probity and public interest*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, University of Oxford.

URL:

http://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/fileadmin/documents/Publications/Privacy__Probity_and_Public_Interest.pdf (consultado em 24/1/2011).

Wolton, D. (2000) *E depois da internet? Para uma teoria crítica dos novos médias*. Algés: Difel [1999].

Wolton, D. (2006) *É preciso salvar a comunicação.*, Casal de Cambra: Caleidoscópio [2005].

IMPrensa

1. ARTIGOS DE OPINIÃO

ALBINO, Carlos. "Sim, a Ordem dos Jornalistas". *Diário de Notícias*, 2/11/2003.

ANDRINGA, Diana. "Angústias de jornalistas". *Público*, 26/12/1992.

CARLIN, John. "O futuro da Imprensa – o momento crucial", *Jornalismo & Jornalistas*, 39, Jul/Set 2009.

MESQUITA, Mário. "Portugal necrófilo". *Público*, 18/3/2001.

MOREIRA, Vital. "'Jornalismo de sarjeta' e auto-regulação deontológica". *Público*, 3/4/1997.

PEREIRA, José Pacheco. "A minha 'casinha' ou o palácio do deputado". *Diário de Notícias*, 23/3/1995.

ALEXANDER, Andrew. "The Post's Journalistic Rules Are Kept Hidden From Readers". *The Washington Post*, 5/4/2009.

URL: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2009/04/03/AR200904030303030.html>.

VIEIRA, Joaquim. "Subitamente neste Verão". *Público*, 13/9/2009.

VIEIRA, Joaquim. "A questão principal". *Público*, 20/9/2009.

2. ENTREVISTAS

Carlos Camponez. "Os jornalistas são um pouco desleixados com a sua auto-regulação". *Jornalismo & Jornalistas*, 42, abr/jun 2010.

José Alberto Carvalho. “Apliquei à realidade dos blogues, do Twitter e do Facebook recomendações do código ético e deontológico”. *Jornalismo & Jornalistas*, 41, jan/mar 2010.

3. NOTÍCIAS

“Há falhas no dossier da licenciatura de Sócrates pela Universidade Independente”, *Público*, 22/3/2007.

“DSK ou a França numa série policial americana”, *Público*, 7/6/2011.

DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA

1. FONTES JURÍDICAS E REGULAMENTARES

1.1. Acórdãos e sentenças de tribunais

1.1.1. Estrangeiros

Câmara dos Lordes (Grã-Bretanha)

Campbell v MGN Limited (6/5/2004)

URL: <http://www.publications.parliament.uk/pa/ld200304/ldjudgmt/jd040506/campbe-1.htm>
(consultado em 1/6/2010).

Supremo Tribunal dos Estados Unidos

New York Times Co. v. Sullivan (9/3/1964)

URL:

<http://caselaw.lp.findlaw.com/scripts/getcase.pl?navby=case&court=us&vol=376&page=254>
(consultado em 1/6/2010).

Tribunal de Apelo da 9.^a Circunscrição (Estados Unidos)

Dietmann v. Time, Inc.

URL: http://www.bc.edu/bc_org/avp/cas/comm/free_speech/dietemann.html
(consultado em 2/5/2011).

Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

(URL: www.echr.coe.int/hudoc)

Jersild c. Dinamarca (23/9/1994).

Goodwin c. Reino Unido (27/3/1996).

Roemen e Schmit c. Luxemburgo (25/5/2003).

Scharsach e News Verlagsgesellschaft c. Áustria (13/11/2003).

von Hannover c. Alemanha (24/6/2004).

Campos Dâmaso c. Portugal (24/7/2008).

Laranjeira Marques da Silva c. Portugal (19/1/2010).

Tribunal Superior de Chancery (Grã-Bretanha)

Prince Albert v Strange (1849)

URL:

http://www.readingnewengland.org/app/books/righttoprivacy/popups/popup_AlbertvStrange.html (consultado em 23/2/2011).

Tribunal Superior de Inglaterra e Gales (Grã-Bretanha)

Max Mosley v News Group Newspapers Limited

URL: <http://www.bailii.org/ew/cases/EWHC/QB/2008/1777.html> (consultado em 1/6/2010).

1.1.2. Nacionais

Supremo Tribunal de Justiça

(URL: www.dgsi.pt)

10/7/2008

17/9/2009

Tribunal Constitucional

(URL: www.tribunalconstitucional.pt)

445/93, de 14 de julho.

335/97, de 7 de maio.

442/2007, de 11 de setembro.

Tribunal Judicial da Comarca da Guarda

Processo n.º 114/97, de 3/7/1998.

1.2. Pareceres

Procuradoria-Geral da República

(URL: www.dgsi.pt)

893/77, de 3 de novembro.

121/80, de 23 de julho de 1981.

95/2003, de 6 de novembro.

1.3. Legislação nacional

Código Civil (lei n.º 23/2010, de 30 de agosto).

Código Penal (lei n.º 56/2011, de 15 de novembro).

Código de Processo Civil (lei n.º 63/2011, de 14 de dezembro).

Código de Processo Penal (lei n.º 26/2010, de 30 de agosto).

Constituição da República Portuguesa (lei constitucional 1/2005, de 12 de agosto).

Estatuto Disciplinar dos Jornalistas (aviso n.º 23504/2008, de 17 de setembro).

Estatuto do Jornalista (leis n.º 62/79, de 20 de setembro; n.º 1/99, de 13 de janeiro e n.º 64/2007, de 6 de novembro).

Lei da Alta Autoridade para a Comunicação Social (n.º 43/98, de 6 de agosto)

Lei da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (n.º 53/2005, de 8 de novembro).

Lei de proteção de crianças e jovens em perigo (n.º 147/99, de 1 de setembro).

Lei da Rádio (n.º 4/2001, de 23 de fevereiro).

Lei da Televisão (lei n.º 31-A/98, de 14 de julho).

Lei de Imprensa (decreto-lei n.º 85-C/75 de 26 de fevereiro e lei n.º 2/99, de 13 de janeiro).

Lei do serviço público de rádio e televisão (n.º 8/2007, de 14 de fevereiro).

Regulamento da Carteira Profissional de Jornalista (decretos-lei n.º 305/97, de 11 de novembro e n.º 70/2008, de 15 de abril).

Regulamento do Conselho de Imprensa (lei n.º 31/78, de 20 de junho).

1.4. Códigos deontológicos e de ética

Cânones do Jornalismo da Sociedade Americana de Editores de Jornais (1923) Versão original – Jones, 1980: 74-75

Versão de 1975 (Declaração de Princípios) –

URL: http://asne.org/article_view/articleid/325/asnes-statement-of-principles.aspx (consultado em 26/2/2011).

Carta de Antenas da France Télévisions (França)

URL: http://www.francetelevisions.fr/downloads/charte_des_antennes_web.pdf (consultado em 25/7/2011).

Carta de Deveres do Jornalista (Itália, 1993)

URL: <http://www.odg.it/content/carta-dei-doveri-del-giornalista> (consultado em 25/7/2011).

Carta de Deveres dos Jornalistas (França, 1918, revista em 1938 e em 2011; Carta de Ética Profissional dos Jornalistas desde 2011)

URL <http://www.snj.fr/spip.php?article1032> (consultado em 1/7/2011).

Carta de Treviso (Itália, 1990)

Versão de 2006 – URL: <http://www.odg.it/content/minori> (consultada em 25/7/2011).

Código de Conduta da BBC (versão de junho de 2005)

URL: <http://www.bbc.co.uk/guidelines/editorialguidelines/> (consultado em 2/11/2010).

Código de Conduta da “Caras” (2009)

URL: <http://aeiou.caras.pt/codigo-de-conduta=f5?mid1=cr.menus/21&m2=25> (consultado 29/10/2010).

Código de Conduta do “Expresso” (2003)

URL: <http://aeiou.expresso.pt/gen.pl?sid=ex.sections/24868&mid1=ex.menus/67&m2=340> (consultado em 1/11/2010).

Código de Conduta da “Visão” (2009)

URL: <http://aeiou.visao.pt/codigo-de-conduta=f496736> (consultado em 1/11/2010).

Código de Conduta Profissional da União Nacional de Jornalistas (Grã-Bretanha)

URL: <http://www.nuj.org.uk/innerPagenuj.html?docid=174> (consultado em 2/11/2010).

Código de Deontologia Relativo ao Tratamento de Dados Pessoais no Exercício da Actividade Jornalística (Itália, 1998)

URL: <http://www.garanteprivacy.it/garante/doc.jsp?ID=1556386> (consultado em 25/7/2011).

Código Deontológico da Federação das Associações de Jornalistas de Espanha

URL: <http://www.comisiondequejas.com/Codigo/Codigo.htm> (consultado em 11/9/2011).

Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses

Versão de 1976 – Pina, 1997: 137-139.

Versão de 1993 – URL:

<http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=24&idselect=369&idCanal=369&p=368>.

Código de Ética da Imprensa Norueguesa

URL: http://ethicnet.uta.fi/norway/code_of_ethics_of_the_norwegian_press (consultado em /9/2011).

Código de Ética das e dos Profissionais de Comunicação (Costa Rica, 2011) URL:

<http://www.colper.or.cr/app/cms/www/index.php> (consultado em 25/8/2011).

Código de Ética do Colégio de Jornalistas (Chile, 2008)

URL: <http://www.colegiodeperiodistas.cl/index.php/legislacion-y-etica> (consultado em 25/8/2011).

Código de Ética do Conselho de Imprensa da Áustria (1983, revisto em 1999) URL:

http://www.presserat.at/show_content.php?hid=2 (consultado em 26/2/2011).

Código de Ética do Conselho de Imprensa da Dinamarca

URL: <http://www.pressenaevnet.dk/Information-in-English/The-Press-Ethical-Rules.aspx>
(versão de 1992, consultado em 6/2/2011).

Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (1987, revisto em 2007)

URL: www.saladeprensa.org (consultado em 25/8/2011).

Código de Ética da Sociedade de Jornalistas Profissionais (EUA)

Versão de 1973 – Jones, 1980: 75-76.

Versão de 1996 – URL: <http://www.spj.org/ethicscode.asp> (consultado em 20/9/2010).

Código de Práticas Editoriais da Comissão de Queixas da Imprensa (Grã-Bretanha)

Versão de 1990 – Cornu, 1999: 448-453.

Versão de 2009 – URL: <http://www.pcc.org.uk/cop/practice.html> (consultado em 2/11/2010).

Código de Princípios Jornalísticos do Conselho de Imprensa da Alemanha

Versão de 1973 – Cornu: 1999: 447-448.

Versão de 2008 –

URL: http://www.presserat.info/uploads/media/Pressekodex_01.pdf (consultado em 28/2/2011).

Código de Equidade e Privacidade (BSC, Reino Unido)

URL: <http://www.ofcom.org.uk/static/archive/bsc/pdfs/research/Fairness%20Code.pdf>
(consultado em 28/2/2011).

Código de Radiodifusão (Ofcom, Reino Unido)

URL: <http://stakeholders.ofcom.org.uk/broadcasting/guidance/programme-guidance/bguidance/> (versão de fevereiro de 2011, consultado em 4/12/2011).

Declaração da Unesco sobre os Media (1983) (Cornu, 1999: 441-444).

Declaração de Deveres e Direitos do/da Jornalista do Conselho Suíço de Imprensa

Versão de 2005 –

URL: http://www.journalisme.com/images/stories/pdf/charte_suisse.pdf (consultado em 11/9/2011).

Versão de 2008 – URL: <http://www.jpresserat.ch/21730.htm> (consultado em 11/9/2011).

Declaração de Deveres e Direitos dos Jornalistas (“Declaração de Munique”) (1971) (Cornu, 1999: 445-446).

Declaração de Princípios de Conduta dos Jornalistas da Federação Internacional dos Jornalistas (“Declaração de Bordéus”) (1954, revista em 1986) (Cornu, 1999: 444-445).

Diretiva de Ética Jornalística do “New York Times” (2005)

URL: <http://www.nytimes.com/press/ethics.html#intro> (consultado em 17/9/2010).

Diretivas para Jornalistas do Conselho Finlandês de Comunicação Social (versão de 1/1/2011)

URL: http://www.jsn.fi/en/journalists_instructions/ (consultado em 6/2/2011).

Diretrizes Éticas do grupo “Los Angeles Times” (versão de janeiro de 2011)

URL: <http://www.latimes.com/about/mediagroup/la-times-ethics-guidelines,0,1827528,full.story> (consultado em 25/8/2011).

Guia para Redes Sociais da BBC

URL:

http://news.bbc.co.uk/2/shared/bsp/hi/pdfs/14_07_11_news_social_media_guidance.pdf
(consultado em 25/10/2011).

Normas e Ética do “Washington Post” (Estados Unidos, versão de 1999)

URL:

http://www.pbs.org/newshour/extra/teachers/lessonplans/media/mediaethics_handout4.pdf
(consultado em 7/9/2011).

Normas para a Recolha Ética de Notícias do “San Francisco Chronicle” (Estados Unidos)

URL: http://asne.org/article_view/articleid/289/san-francisco-chronicle-ethical-news-gathering.aspx (consultado em 14/9/2011).

Política de Ética Editorial do grupo “Chicago Tribune” (Estados Unidos)

URL: <http://www.chicagotribune.com/chi-ethicscode,0,1627842,full.story> (consultado em 14/7/2011).

Princípios e Normas de Conduta Profissional do “Público” (“Livro de Estilo”, 2005: 23-41).

Regras de Ética para a Imprensa, Televisão e Rádio do Conselho de Imprensa da Suécia (versão de maio de 2010)

URL: <http://www.po.se/english/charter-of-the-press-council> (consultado em 25/8/2011).

1.5. Estatutos editoriais

“Público” (“Livro de Estilo”, 2005: 21-22).

“Caras” (9/4/2009)

URL: <http://aeiou.caras.pt/estatuto-editorial=f4?mid1=cr.menus/21&m2=24> (consultado em 2/11/2010).

SIC

URL: <http://sic.sapo.pt/institucional/2011/03/24/estatuto-editorial-sic--sociedade-independente-de-comunicacao-s.a.?service=print> (consultado em 2/11/2010).

1.6. Livros de estilo

“El País”

URL: http://estudiantes.elpais.com/libroestilo/indice_estilos.htm (consultado em 25/8/2011).

1.7. Estatutos de Redação

“El Pais”

URL: http://elpais.com/diario/1980/06/21/economia/330386406_850215.html (consultado em 25/8/2011).

1.8. Regulamentos de conselhos de redação

“Público” (29/12/2004) (“Livro de Estilo”, 2005: 294).

1.9. Intervenções de entidades de regulação ou autorregulação

1.9.1. Alta Autoridade para a Comunicação Social

Comunicados

9/10/1996 (sobre práticas de devassa da intimidade por órgãos de comunicação social).

19/2/1007 (sobre direito a informar e segredo de justiça).

Diretivas

11/7/2001 (acerca da autorização de utilização da imagem, em televisão, de pessoas em situação de manifesta fragilidade psicológica).

26/6/2002 (sobre fotografias de mortos nos meios de Comunicação Social).

12/2/2003 (sobre informação televisiva acerca de alegados crimes sexuais).

Declarações

2/12/2002 (sobre a actuação dos “media” na cobertura da situação na Casa Pia).

27/11/2003 (declaração de princípios e acordo de órgãos de Comunicação Social relativo à cobertura de processos judiciais).

24/1/2004 (sobre o sensacionalismo na informação acerca de investigações judiciais em curso).

Deliberações

18/2/1998 (queixa contra o “Jornal de Notícias”).

7/6/2000 (peça do jornal “24 Horas” que colide com o normativo legal-ético relativo à integridade moral, proteção da reputação e boa fama e da reserva da vida privada).

24/10/2000 (sobre questões de privacidade e de dignidade humana).

7/11/2001 (cobertura noticiosa do incêndio do Lar de Santiago, em Viana do Castelo).

12/6/2002 (queixa de João Gil contra a revista “Vip”).

25/9/2002 (queixa apresentada contra a TVI por alegada ofensa da privacidade e do direito à imagem e falta de contenção e de reserva na divulgação de imagens de menores em sofrimento moral).

29/1/2003 (tratamento dado pelo “24 Horas” e pelo “Correio da Manhã” de notícias relativas a infrações de trânsito de cônjuges de personalidades desportivas).

6/4/2004 (atitude da RTP na cobertura do caso Feher).

21/7/2004 (relativa a fotografia de Bruno Baião publicada pela revista “Sábado”).

1.9.2. Comissão da Carteira Profissional de Jornalista

Processos disciplinares

3/2009, 4/2009 e 5/2009, contra jornalistas da SIC, “Expresso” e “Correio da Manhã”.

6/2009, contra jornalistas do “Diário de Notícias”.

Decisões do plenário

21/10/2009, recurso da jornalista Fernanda Cândia.

13/10/2010, recurso dos jornalistas João Marcelino, Filomena Martins, Rui Hortelão e Nuno Saraiva.

1.9.3. Conselho de Imprensa

Comunicados

8/3/1982, sobre as reportagens “Manuel ‘Alentejano’, um assassino atrás das grades”, de “A Capital” .

2/7/1990, de balanço da actividade.

Deliberações sobre queixas

23/5/1983, contra “O Crime”.

29/2/1988, contra o “Tal & Qual”.

11/7/1988, contra a RTP.

13/2/1989 contra o “Tal & Qual”.

Pareceres

29/1/79, sobre a publicação na Imprensa de notícias que comportem imputações e referências a arguidos ainda não condenados.

1/4/1985, sobre as relações da Imprensa com polícias e tribunais.

19/5/1986, sobre notícias acerca de crimes cujos presumíveis autores são menores.

11/4/1988, sobre instigação ao ódio racial na prática jornalística.

20/6/1988, sobre reportagem publicada no semanário “O Jornal”.

7/11/1988, sobre questões relativas ao tratamento informativo de factos relacionados com a saúde ou a doença dos cidadãos.

27/4/1989, sobre a relação entre poder político e Imprensa.

27/11/1989, sobre reportagem publicada na revista “Semana Ilustrada”.

Recomendações

16/11/1981, sobre notícias em que são divulgadas identidades de ofendidos em casos de “crimes contra a honestidade”.

28/6/1982, sobre notícias em que são divulgadas identidades de ofendidos em casos de “crimes contra a honestidade”.

7/5/1984, sobre notícias acerca de denominados “crimes contra a honestidade”.

20/7/1988, sobre não incitamento à discriminação racial na prática jornalística.

1.9.4. Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas.

Boletins “Observatório de Deontologia do Jornalismo”

n.º 3, de junho de 2010.

n.º 7, de maio de 2011.

Comunicados

Outubro/1992, sobre condenação de jornalista por violação do segredo de justiça.

8/6/1999, sobre fontes confidenciais de informação.

5/7/1999, sobre quebra do sigilo profissional no caso “Moderna”.

2/12/1999, sobre conversas entre cidadãos.

12/3/2001, sobre a cobertura jornalística da tragédia de Entre-os-Rios.

17/9/2010, sobre a cobertura jornalística da sentença, em primeira instância, do caso “Casa Pia”.

Deliberações sobre queixas

7/1998, de 26 de novembro.

3/2000, de 26 de março.

1/2001, de 4 de julho.

Pareceres

s/ n.º/1993, de 26 de abril.

14/2009, de 19 de julho.

15/2009, de 9 de julho.

Recomendações

4/1996, de 5 de novembro, sobre exposição pública de cidadãos comuns.

1/2001, de 15 de janeiro, sobre confidencialidade das fontes.

1/2002, de 7 de agosto, sobre pressões sobre cidadãos para se exporem.

3/2007, de 1 de outubro, sobre o caso Madeleine McCann e as práticas jornalísticas.

s/ n.º/2009, de 3 de junho, sobre casos que envolvam crianças.

s/ n.º/2010, de 17 de março, sobre uso de imagens suscetíveis de causar dor a famílias de vítimas de tragédias.

1.9.5. Conselho Técnico e de Deontologia do Sindicato dos Jornalistas

Deliberações

8/11/1989.

Pareceres

20/5/1987.

1.9.6. Entidade Reguladora para a Comunicação Social

Comunicados

10/9/2010, sobre a cobertura jornalística da sentença, em primeira instância, do caso “Casa Pia”.

Deliberações

7/2008, de 4 de junho.

16/2008, de 5 de novembro.

15/2009, de 23 de junho.

16/2009, de 23 de junho.

18/2010, de 15 de junho.

35/2010, de 31 de agosto.

28/2010, de 7 de setembro.

27/2010, de 15 de setembro.

29/2010, de 7 de outubro.

2/2011, de 11 de maio.

9/2011, de 8 de junho.

16/2011, de 8 de junho.

21/2011, de 28 de setembro.

Diretivas

2/2008, de 12 de novembro, sobre a publicação de textos de resposta e de rectificação na Imprensa.

Pareceres

2/2006, de 23 de março, relativo ao anteprojeto da proposta de lei que altera o Estatuto do Jornalista.

1.10. Recomendações, relatórios e resoluções de organismos internacionais

1.10.1. Conselho da Europa

(URL: <http://www.coe.int/>)

Convenção Europeia dos Direitos do Homem (4/4/1950).

Declarações do Comité de Ministros

12/2/2004, sobre liberdade do debate político nos media.

31/1/2007, sobre a proteção do papel dos media em democracia, num contexto de concentração.

“Paper” do comissário dos Direitos do Homem

1/3/2011, sobre jornalismo ético e direitos humanos.

Recomendações

7/2000, de 8 de março, sobre o direito dos jornalistas de não revelarem as suas fontes de informação.

13/2003, de 10 de julho, sobre difusão de informações pelos media relativas a processos penais.

16/2004, de 15 de dezembro, sobre direito de resposta no novo ambiente dos media.

Relatórios

15/3/2006, do Comité de Direção (*Steering Committee*) dos Media e Novos Serviços de Comunicação, sobre leis de difamação na Europa e jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

29/2008, de 7 de abril, sobre autorregulação dos media no tratamento de queixas.

Resoluções

428/70, de 23 de janeiro, sobre media e direitos humanos.

26/74, de 2 de julho, sobre direito de resposta.

1003/93, de 1 de julho, sobre ética no Jornalismo.

1165/98, de 26 de junho, sobre direito à privacidade.

1577/2007, de 4 de outubro, sobre descriminalização da difamação.

1.10.2. Organização das Nações Unidas

Convenção sobre os Direitos da Criança (20/11/1989).

Declaração Universal dos Direitos do Homem (19/12/1948).

1.10.3. União Europeia

Decisão 276/1999, de 25 de janeiro, do Parlamento Europeu e do Conselho, que adota um plano de ação comunitário plurianual para fomentar uma utilização mais segura da Internet.

“Livro Verde sobre a Proteção dos Menores e da Dignidade Humana nos Serviços Audiovisuais e de Informação” (16/10/1996).

2. DOCUMENTOS DE OUTROS ORGANISMOS

2.1. Associação de Prefiguração de um Conselho de Imprensa em França

Boletim da APCP, n.º 1, de novembro de 2010

URL : <http://apcp.unblog.fr/files/2010/11/bulletinapcpn1nov2010.pdf> (consultado em 7/12/2010).

2.2. Câmara dos Comuns, Comissão de Cultura, Comunicação Social e Desporto (Reino Unido)

A News International e a Pirataria Telefónica (12.º relatório, 2010/2012, de 30/4/2012)

URL: <http://www.publications.parliament.uk/pa/cm201012/cmselect/cmcumeds/903/903i.pdf> (consultado em 2/5/2012).

Padrões da Imprensa, Privacidade e Difamação (2.º relatório, 2009/2010, de 24/2/2010)

URL: <http://www.publications.parliament.uk/pa/cm200910/cmselect/cmcumeds/362/36202.htm> (consultado em 9/4/2010).

2.3. Confederação Portuguesa de Meios de Comunicação Social

Plataforma Comum dos Conteúdos Informativos nos Meios de Comunicação Social (17/3/2005)

URL: <http://www.ics.pt/index.php?op=fs&cid=497&lang=pt> (consultado em 20/9/2011).

2.4. Federação de Associações de Jornalistas de Espanha

Regulamento da Comissão de Queixas e Deontologia

URL: <http://www.comisiondequejas.com/Reglamento/Reglamento.htm>

(consultado em 11/9/2011).

2.5. Movimento informação é Liberdade

Abaixo-assinado “Alerta ao país” (27/6/2007)

URL: <http://movimentoinformacao-liberdade.blogspot.com/2007/06/alerta-ao-pas.html>

(consultado em 19/9/2010).

2.6. Provedor da Imprensa (Suécia)

Carta do Conselho de Imprensa da Suécia

URL: <http://www.po.se/english/charter-of-the-press-council> (consultado em 25/8/2011).

2.7. Provedor de Justiça

Recomendação ao Governo de alteração da lei de Imprensa (informação aos órgãos de Comunicação Social de 29/7/2005).

2.8. Sindicato dos Jornalistas

Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas, “Jornalismo”, n.º 1, abril de 1967.

Comunicados

12/9/1991, “Declaração do Sindicato dos Jornalistas sobre a propalada criação de uma Ordem de Jornalistas”.

22/5/1992, “Quatro razões para dizer não à Ordem”.

13/2/1997, “Excesso de zelo põe em causa direito à informação”.

11/9/2004.

Colóquio sobre Deontologia (29-30 de junho de 1991).

Conferência sobre Conselhos de Imprensa na Europa (20-21 de maio de 1988).

Contrato coletivo entre a AIND – Associação Portuguesa de Imprensa e o Sindicato dos Jornalistas (22/7/2010).

Estatutos do Sindicato dos Jornalistas.

Parecer de Diogo Freitas do Amaral e Rui Medeiros sobre a criação de uma Ordem de Jornalistas (30/6/1992).

Posição do Sindicato dos Jornalistas sobre a Proposta de Lei n.º 76/X/1, que altera o Estatuto do Jornalista (3/7/2006).

Principais apreciações do Sindicato dos Jornalistas à discussão conjunta, na especialidade, das propostas de revisão do Estatuto do Jornalista (29/5/2007).

Projeto de Código de Deontologia Profissional do Jornalista (1972)

URL:

<http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=7987&idselect=580&idCanal=580&p=369>
(consultado em 5/2/2010).

Proposta de alteração ao Estatuto do Jornalista (28/1/2011).

SÍTIOS NA WEB

Independent Media Center

URL: <http://www.indymedia.org/pt/index.shtml> (consultado em 25/9/2011).

Ohmynews

URL: <http://international.ohmynews.com/> (consultado em 25/9/2011).

Slashdot

URL: <http://slashdot.org/> (consultado em 25/9/2011).

“The Guardian”

URL: <http://www.guardian.co.uk/news/series/open-newslist> (consultado em 31/10/2011).

LIVROS E ARTIGOS CIENTÍFICOS CONSULTADOS

AA. VV. (2010). *Tendências e perspectivas. Os “novos” jornais*. Lisboa: Observatório da Comunicação

URL:

http://www.obercom.pt/client/?newsId=428&fileName=estudo_tendencias_novosJornais.pdf
(consultado em 24/5/2011).

Aurélio, D. P. (2001). *Livro de reclamações – Exercícios de deontologia da informação*. Lisboa: Editorial Notícias.

Balle, F. (1988). *Médias et sociétés*. Paris: Monchrestien.

Bentham, J. (1834). *Déontologie, ou sScience de la morale*

URL:

http://classiques.uqac.ca/classiques/bentham_jeremy/deontologie_tome_1/bentham_deontologie_t1.pdf (consultado em 23/12/2010).

Bertand, C-J. (1985). *Pour un conseil de presse ideal*

URL: <http://www.alliance-journalistes.net/article94.html> (consultado em 23/12/2010).

Bernier, M-F. (1994). *Éthique et deontologie du journalisme*. Sainte-Foy (Quebeque): Les Presses de l'Université Laval.

Bonete Perales, E. (org.) (1995). *Éticas de la información y deontologías del periodismo*. Salamanca: Tecnos.

Camps, V. (1996). *Paradoxos do Individualismo*. Lisboa: Relógio d'Água.

Carvalho, A. A. de (1999). *A censura à imprensa na época marcelista*. Coimbra: MinervaCoimbra.

Cornu, D. (1995). *Codes et chartes de déontologie*. Lausanne: Centre Romand de Formation des Journalistes.

Correia, Fernando (1998). *Os jornalistas e as notícias*. Lisboa: Caminho.

Costa, J. de F. (1998). *Direito penal da comunicação – alguns escritos*. Coimbra: Coimbra Editora.

Dayan, D. & Katz, E. (1999). *A história em directo – Os acontecimentos mediáticos na televisão*. Coimbra: MinervaCoimbra [1992].

Derieux, E. e Trudel, P. (org) (1996) *L'Intérêt public, principe du droit de la communication*. Paris: Victoires Éditions.

Dias, J. de F. (1982-1983) "Direito de informação e tutela da honra no direito penal da Imprensa português". *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, ano 115.º.

Elliott, D. (org.) (1986). *Jornalismo versus privacidade*. Rio de Janeiro: Nórdica.

Esteves, J. P. (1998). *A ética da comunicação e dos media modernos – Legitimidade e poder nas sociedades complexas*. Lisboa: Gulbenkian/JNICT.

Faustino, P. (org.) (2007). *Jornalismo, liberdade e responsabilidade. Ética e responsabilidade social dos jornalistas*, Lisboa: FormalPress.

Franco, S. (1995). "Um caso de estabilidade legislativa: vinte anos de Lei de Imprensa", *Revista Polis*, 4-5, 55-56.

Grévisse, B. (1999). *L'affaire Dutroux et les media – Une 'révolution blanche' des journalists*. Louvain-la-Neuve: Academie Bruylant.

Hulteng, J. (1979). *The news media – what makes them tick*. New Jersey: Prentice Hall.

International Organization of Journalists (1979). *Professional codes in journalism*. Prague.

Libois, B. (1994). *Ethique de l'information – Essai sur la deontologie journalistique*. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles.

Mata, M. J. (2002). *A autocrítica no jornalismo. O Ombudsman na imprensa portuguesa e estrangeira*. Coimbra: Minerva Coimbra.

McLuhan, M. (1964). *Understanding media – The extension of men*. New York: The New American Library.

Merrill, J. C. (1974). *The imperative freedom: a philosophy of journalistic autonomy*. New York: Hasting House.

- Meyer, P. (1989). *A ética no jornalismo*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária [1987].
- Minc, A. (1994). *O Choque dos Media*. Lisboa: Quetzal [1992].
- Nobre-Correia, J. M. (1997). *A cidade dos media*. Porto. Campo das Letras.
- Pigeat, H. (1997). *Médias et déontologie - Règles du jeu ou jeu sans règles*. Paris: PUF.
- Redmond-Cooper, R. (1985). "The press and the law of privacy", *International and Comparative Law Quarterly*, Vol. 34, 769-785.
- Ruellan, D. (1997) *Les 'pro' du journalisme – De l'état au statut, la construction d'un espace professionnel*. Rennes: Presse Universitaire de Rennes.
- Santos, R. (1997). *A Negociação entre Jornalistas e Fontes*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Sousa, R. C. de (1995). *O direito geral de personalidade*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Schudson, M. (1995). *The power of the news*. Cambridge: Harvard University Press.
- Ubillos. J. M. B. (1997). *Los derechos fundamentales en la frontera entre lo público y lo privado*. Madrid: McGraw-Hill.
- Wolton, D. (1995) "As contradições do espaço público mediatizado". In AA. VV. *Comunicação e Linguagens*, 21 e 22 (Comunicação e Política), Lisboa: Cosmos, 167-188
- Wolton, D. (1997). *Pensar a comunicação*. Lisboa: Difel.
- Woodrow, A. (1996). *Informação manipulação*. Lisboa: D. Quixote [1991].

ANEXOS

ANEXOS

Anexo 1 Guião das entrevistas

Os direitos de personalidade – direito à honra e reputação, reserva da vida privada, direito à imagem e à palavra – são, em geral, respeitados nos media portugueses?

Qual a via mais adequada de assegurar a observância de normas deontológicas, no plano dos direitos de personalidade – a via legal ou a autorregulação?

Abordemos a vertente legal da questão. O quadro vigente acautela a compatibilização entre direito à informação e direitos de personalidade?

Há quem defenda que deve ser obrigatória a divulgação pelos media da absolvição de cidadãos cuja constituição como arguido, a acusação ou a pronúncia foram objeto de notícia. Qual a sua opinião?

A interposição de procedimentos cautelares para salvaguarda prévia de direitos de personalidade é compatível com o exercício do direito à informação?

Gostaria agora de falar sobre a questão da eficácia dos instrumentos de regulação ético-deontológica. O EJ absorveu um conjunto de normas deontológicas, tornando-as passíveis de sanção disciplinar, aplicada pela CCPJ, mantendo-se em simultâneo um Código Deontológico, que constitui um compromisso entre profissionais, de adesão voluntária e sem sanções. O que pensa do modelo?

Considera adequada a norma do EJ que determina a publicitação da condenação disciplinar pelo órgão onde foi cometida a infração?

No plano da autorregulação, quais entende serem os instrumentos mais adequados, do ponto de vista da eficácia?

É favorável à introdução de sanções, em sede de autorregulação?

A apreciação de infrações deontológicas deve envolver a conduta da hierarquia – editorias, chefias e direções – ou circunscrever-se aos autores das peças jornalísticas?

Passemos ao problema da pertinência das normas deontológicas. Faz sentido determinar que o nome de envolvidos em processos-crime só seja revelado após a acusação, como acontece em alguns países?

Justifica-se a fixação de normas deontológicas relativas a notícias sobre processos judiciais em fase de inquérito?

O novo contexto comunicacional, com fenómenos como o chamado “Jornalismo do Cidadão” e a maior participação do público na produção noticiosa, justifica a reformulação das normas deontológicas?

No quotidiano, o jornalista enfrenta diversos constrangimentos, quando se trata de aplicar normas deontológicas. Já foi confrontado com dilemas nesse plano?

É possível determinar em absoluto a esfera de privacidade de uma figura pública?

O consentimento de cidadãos relativamente à divulgação de aspectos da sua esfera privada deve ser solicitado em cada momento ou ter carácter permanente, a partir do momento em que é dado?

O exercício da profissão de jornalista cria uma situação de dupla dependência – das normas legais e deontológicas e das determinações da hierarquia empresarial. Como deve proceder, em caso de colisão, sobretudo quando está em causa a observância de princípios ético-deontológicos?

Qual a sua opinião sobre a opção de não divulgar informações, em caso de conflito entre o direito à informação e os direitos de personalidade?

Em certos países, é valorizada a ideia de julgamento justo e imparcial, de o juiz não ser influenciado pela Comunicação Social. O jornalista deve ter em conta a influência na apreciação judicial das informações que revela sobre processos em curso?

Anexo 2 Perfil dos entrevistados

Nome	Função	Data da entrevista
Adelino Gomes	Reformado	18/4/2011
Cândida Pinto	Coordenadora de Grande Reportagem da SIC	13/5/2011
Carlos Enes	Repórter da TVI	15/10/2010
Céu Neves	Repórter do DN	28/10/2010
Daniela Santiago	Repórter da RTP	7/2/2011
Eduardo Dâmaso	Diretor adjunto do CM	11/10/2010
Fernanda Dias	Diretora editorial da “Caras”, “TV Mais”, “Caras Decoração” e “Telenovelas”	21/6/2011
Graça Rosendo	Redatora principal do “Sol”	13/12/2010
Inês Cardoso	Repórter do “i”	28/3/2011
Joaquim Vieira	Presidente do Observatório da Imprensa	30/3/2011
José Carlos de Vasconcelos	Coordenador editorial da “Visão” e diretor do “Jornal de Letras”	10/2/2011
José Queirós	Provedor do leitor do “Público”	23/7/2011
José Pedro Castanheira	Grande-repórter do “Expresso”	18/11/2010
Manuel Vilas Boas	Grande-repórter da TSF	26/11/2010
Óscar Mascarenhas	Redator principal da Agência Lusa em pré-reforma	10/5/2011
Paulo Querido	<i>Free-lancer</i>	26/1/2011
Sofia Pinto Coelho	Repórter da SIC	27/1/2011

Anexo 3 Casos

PARTE I LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Capítulo 1 Direito à informação e direitos de personalidade

Goodwin (1989) – A revelação de um projeto empresarial de natureza confidencial da empresa Tetra por William Goodwin, jornalista estagiário do jornal britânico “The Engineer”, desencadeou um processo judicial. Invocando “interesse da justiça”, o tribunal exigiu que apresentasse as suas notas e revelasse a identidade da fonte, para que a empresa lhe movesse um processo judicial, interditando, ao mesmo tempo, a publicação de mais notícias. O TEDH apreciou o recurso interposto pelo jornalista e concluiu que a proteção da fonte constitui, à luz do art.º 10.º da CEDH, um valor mais alto do que o interesse da empresa queixosa. Na óptica do tribunal, a quebra do sigilo não foi um meio “razoavelmente proporcionado” para prosseguir o fim legítimo em causa, a defesa dos direitos da empresa (Cf. acórdão do caso Goodwin c. Reino Unido, 27/3/1996, disponível em www.echr.coe.int/hudoc).

Roemen (1998) – O jornalista luxemburguês Robert Roemen revelou no diário “Lëtzeburger Journal” que um ministro fora condenado a pagar uma multa de 100 mil francos por fraude fiscal. O governante moveu-lhe um processo, alegando que a sua honra fora atingida por comentários negativos. A tese, não acolhida em primeira instância, vingou em sede de recurso. O MP solicitou a investigação à fuga de informação, para apurar a identidade do seu autor, que teria violado o sigilo fiscal. O juiz de instrução ordenou buscas no domicílio do jornalista e na redação. O caso seria apreciado pelo TEDH, que considerou as buscas uma ingerência nos direitos do jornalista, ao porem em causa a proteção da fonte confidencial. A identidade do autor da informação fiscal poderia ter sido descoberta, no entender do tribunal, por outros meios. O governo luxemburguês, por outro lado, não demonstrou que o equilíbrio de interesses em presença (proteção da fonte e repressão de infrações) foi preservado (Cf. acórdão do caso Roemen e Schmit c. Luxemburgo, 25/5/2003, disponível em www.echr.coe.int/hudoc).

Valerie Plame (2005) – Caso que remonta a 14/7/2003, quando o colunista conservador Robert Novak revelou, no NYT, que Valerie Plame era agente da CIA. Tratava-se da mulher do ex-embaixador de Joseph Wilson, que uma semana antes, em texto de opinião no mesmo jornal, acusara a Administração Bush de manipular informação acerca da suposta intenção do Iraque de adquirir urânio para produzir armas nucleares. Em Agosto de 2003, a “Time” sustentou que a fuga de informação partiu de agentes governamentais. Matthew Cooper, autor do artigo, revelou a identidade da sua fonte, em depoimento perante um Grande

Júri, uma vez libertado por ela do compromisso de anonimato. Já Judith Miller, do NYT, passou 85 dias na prisão, apesar de nunca ter escrito sobre o caso. Convocada como testemunha por um procurador especial, recusou quebrar o sigilo e foi condenada por desobediência. Só saiu em liberdade quando aceitou testemunhar, com autorização da sua fonte, Lewis Libby, chefe de gabinete do vice-presidente Dick Cheney. Mais tarde condenado a pena de prisão, por perjúrio e obstrução à justiça, Libby usufruiria do perdão de George W. Bush. No final de 2005, Judith Miller demitiu-se do NYT, jornal a que estava ligada há 28 anos.

“San Francisco Chronicle”/Oliver Sipple (1975) – Oliver Sipple tornou-se em 22/9/1975 um herói nos Estados Unidos, quando impediu que uma mulher alvejasse o presidente Gerald Ford, de visita a S. Francisco. Antigo fuzileiro, que sofria de problemas psiquiátricos, mostrou-se relutante quanto à revelação do seu nome e pediu expressamente à Imprensa que ocultasse a sua orientação sexual, desconhecida da família, embora já tivesse participado em desfiles do “Orgulho Gay”. Harvey Milk, primeiro político norte-americano a assumir a homossexualidade, vislumbrou no caso uma oportunidade de combater estereótipos – como o de que os “gays” são, por natureza, fracos – e pressionou para que a tornasse pública. O “San Francisco Chronicle”, primeiro jornal a fazer referência à orientação sexual, adotou uma perspetiva positiva, mas os efeitos foram devastadores: abandonado pela família, Sipple viria a morrer na pobreza. Ainda intentou processos judiciais contra vários jornais, mas um tribunal estadual de recurso viria, em maio de 1984, a considerar a questão da homossexualidade um elemento noticioso, pelo que era legítima a sua abordagem.

Carolina do Mónaco – A princesa moveu durante anos processos na justiça alemã contra a publicação de fotos numa revista, captadas por *paparazzi*. Em 1993 e 1994, as ações foram intentadas junto do tribunal do Estado de Hamburgo. Um ano depois, na sequência da publicação na revista “Bunte” de fotos suas com o namorado, num restaurante, o Tribunal Federal alemão admitiu que a privacidade de figuras públicas não se restringe a espaços particulares. Ainda assim, Carolina recorreu para o TC, por considerar que os critérios adotados pelas instâncias inferiores não protegiam suficientemente a sua privacidade e que as fotos não se destinavam a satisfazer o direito à informação, mas a entretenimento. O TC não alterou as decisões; reconheceu apenas que os filhos usufruem da proteção especial conferida pela Constituição alemã à família. Não satisfeita, a princesa apresentou recurso junto do TEDH, que reconheceu o direito a indemnização. Para o tribunal, não se revestiu de interesse público a revelação de factos da vida privada, ainda que ocorridos em locais públicos, pelo que a publicação de fotos violou o artigo 8.º da CEDH. Assim, sustentou que o Estado alemão deveria proteger positivamente direitos fundamentais, mesmo estando em causa litígios entre privados. (Cf. acórdão do caso Von Hannover c. Alemanha, 24/6/2004, disponível em: www.echr.coe.int/hudoc).

“News of the World”/Max Mosley (30/3/2008) – A publicação de uma reportagem sobre o envolvimento de Max Mosley numa orgia com cinco prostitutas, apresentada como

“sadomasoquista nazi”, levou-o a mover um processo judicial contra o jornal. As imagens, em vídeo e fotografia, foram divulgadas no sítio eletrónico do jornal e correram mundo, uma vez envolviam o presidente da Federação Internacional de Automóvel, que reuniu expressamente para analisar os efeitos do caso. Em 2/4/2008, Mosley, filho do dirigente máximo de um partido britânico de Extrema-Direita dos anos 30, tornou pública uma carta em que assumia a sua participação na orgia e apresentava desculpas, mas refutava a temática nazi. O jornal voltou ao assunto a 6/4/2008, dedicando quatro páginas ao relato da sessão de sexo, feito pela mulher que a filmou, usando uma câmara fornecida pelo jornal, do qual recebeu 12 mil libras. O caso ganhou novos contornos quando se soube que era casada com um agente do serviço secreto MI5, que se demitiu. Em 24/7/2008, a justiça inglesa reconheceu ter havido invasão de privacidade. Não dando como provada a temática nazi, refutou a tese da defesa de que se tratava de matéria de interesse público e condenou o jornal a pagar uma indemnização de 60 mil libras, três vezes maior do que a anterior mais elevada. O tribunal criticou ainda a “clara ameaça” que constituiu a mensagem eletrónica enviada pelo jornalista, após a publicação da primeira reportagem, a duas outras mulheres que participaram na orgia, oferecendo-lhes dinheiro para concederem entrevistas, sob anonimato, mas dando a entender que, se não aceitassem a proposta, a sua identidade seria revelada. Comentando a decisão judicial, Max Mosley considerou que o NotW não tinha o direito de “entrar em propriedade privada e tirar fotos e fazer gravações de adultos envolvidos em atos que não dizem respeito a ninguém, exceto a eles mesmos”. (Cf. <http://www.bailii.org/ew/cases/EWHC/QB/2008/1777.html>, consultado em 1/6/2010).

“The Daily Mirror”/Naomi Campbell (fevereiro de 2001) – Um conjunto de artigos sobre os tratamentos a que se submeteu para se libertar da toxicodependência, o primeiro dos quais ilustrado com fotos captadas à saída de uma reunião dos Narcóticos Anónimos, levou a modelo a mover um processo judicial. Alegou quebra de confiança, o conceito da legislação inglesa mais próximo do de invasão de privacidade, já que abrange a divulgação indevida de informações privadas. A primeira instância determinou, em março de 2002, o pagamento de uma indemnização de 3500 libras, reconhecendo que a revelação de detalhes do tratamento médico invadira a vida privada. A decisão foi anulada pelo tribunal de apelo, que em outubro de 2002 acolheu a alegação do “The Daily Mirror”, segundo a qual tratava-se de matéria de interesse público, porque Campbell negara publicamente a dependência de drogas. Em 6/5/2004, a Câmara dos Lordes, que apreciou o caso à luz das normas da CEDH sobre liberdade de expressão e proteção da vida privada, deu provimento ao recurso, por maioria de 3-2. O jornal assumiu no processo custos superiores a um milhão de libras (Cf. em <http://www.publications.parliament.uk/pa/ld200304/ldjudgmt/jd040506/campbe-1.htm>, consultado em 1/6/2010).

“The Spokesman-Review”/Jim West (2005) – Após uma prolongada investigação, a revelou que Jim West, então “mayor” de Spokane (Washington), fora acusado de abuso sexual por dois jovens, nos anos 70, quando era chefe dos escuteiros locais. Segundo a publicação,

usou os serviços do município para seduzir jovens que conheceu através da Internet e a um deles ofereceu mesmo um estágio. West – que desmentiu os abusos sexuais, mas admitiu ter oferecido o estágio – protagonizara, enquanto deputado estadual, uma “agenda anti-gay”. Defendeu que os homossexuais fossem impedidos de obter empregos em escolas e votou uma lei que definia o casamento como união entre homem e mulher. A revista considerou indispensável revelar a sua orientação sexual. “Não é uma história sobre orientação sexual. É uma história sobre alegados abusos sexuais de crianças e sobre abuso de poder e autoridade”, justificou o editor Steve Smith (*cit. por* Smith, 2008: 252). Em nome da transparência, introduziu no seu sítio eletrónico todos os documentos em que assentou a investigação. (Cf. <http://www.spokesmanreview.com/jimwest>, consultado em 10/4/2011).

Profumo – Ministro da Guerra do Governo conservador britânico de Harold MacMillan, manteve em 1961 um relacionamento amoroso com Christine Keeler, prostituta que era amante do adido naval soviético Yevgeni Ivanov, considerado espião, no contexto da “Guerra Fria”. O *affaire* foi explorado intensamente pela Imprensa. Em Março de 1963, John Profumo mentiu ao pronunciar-se sobre o caso, perante a Câmara dos Comuns, mas as revelações da própria prostituta viriam a forçar a sua demissão, em junho desse ano. O escândalo foi considerado a principal causa da derrota do partido nas eleições seguintes. O tratamento jornalístico assentou no facto de estar em causa um problema de segurança nacional. No entanto, sete anos volvidos, o NotW foi condenado pelo Press Council, por publicar um conjunto de artigos sobre o caso. O órgão considerou que, ao desenterrar situações passadas há anos, a revelação das memórias de Keeler era destituída de interesse público.

ZDF/Assassínio dos militares de Lebach (1973) – Caso relativo ao impedimento, pelo Tribunal Constitucional Federal alemão, da transmissão de um documentário pela estação de televisão ZDF, vertido no acórdão Lebach-Urteil, de 5/6/1973. Em causa, a intenção de recordar o assassinio de quatro soldados, para roubar um depósito de armas, perpetrado quatro anos antes, na pequena localidade de Lebach, crime pelo qual os dois autores materiais foram condenados a pena perpétua e um terceiro elemento a seis anos de prisão, por ter participado na preparação do assalto. O documentário, cuja transmissão estava prevista para as vésperas da libertação deste homem, antes de cumprir integralmente a pena, identificava os três envolvidos pelo nome e fotografia e apresentava pormenores sobre a sua vida íntima, incluindo referências a alegada homossexualidade. O homem interpôs uma providência cautelar para impedir a transmissão, a que não foi dado provimento. Recorreu para o Tribunal Constitucional Federal, que, ponderados os direitos de informação e de personalidade, considerou não poder o assunto revestir-se de interesse noticioso por tempo indeterminado e concluiu que o documentário poderia ameaçar a sua reintegração na sociedade, cuja proteção incumbe ao Estado de Direito (Cf. <http://constitucional1.blogspot.com/2008/11/o-caso-lebach-o-sopesamento.html>, consultado em 24/2/2011).

“VIP”/Dina Félix da Costa (19/5/2010) – Em notícia sobre a separação da atriz, a revista associou-a ao facto de ter descoberto a sua mãe biológica e revelou que foi adotada na adolescência. Na sequência de queixa de Dina Félix da Costa, a ERC considerou não estar em causa matéria de interesse público, uma vez que não tinha qualquer conexão com a atividade exercida pela atriz. Assim, a conduta da “VIP” não se enquadrava na função social da Imprensa. Em recomendação, que a revista foi obrigada a publicar, entendeu que fora apenas satisfeito o interesse do público, concluindo pela grave violação do direito à reserva da intimidade da vida privada (Cf. Deliberação ERC 29/2010).

“Semana Ilustrada”/Tomás Taveira (2/10/1989) – A revista reproduziu, em reportagem intitulada “As loucuras sexuais de Tomás Taveira”, *frames* de cassetes-vídeo pornográficas, alegando tratar-se de uma “denúncia pública” do comportamento do arquiteto, que teria feito os filmes sem conhecimento das mulheres envolvidas. As fotos, ocultando rostos femininos, eram apresentadas como “provas irrefutáveis de uma mente menos limpa de propósitos saudáveis”. Nas edições de 15 e 17 de novembro desse ano, tema e imagens seriam retomados, nas páginas do “Mundo Desportivo” e de “O Crime”. Taveira interpôs providências cautelares, para prevenir a publicação de mais reportagens, que o tribunal concedeu, abrangendo a “Semana Ilustrada” e os jornais “Semanário “ e T & Q. Viria ainda a garantir a apreensão de 150 mil cassetes. Mais tarde, as fotos seriam publicadas na revista espanhola “Interviú”, mas os exemplares destinados a Portugal foram apreendidos na fronteira. O diretor da revista, André Neves, proibido pelo tribunal de exercer atividade jornalística enquanto o processo judicial movido por Taveira estivesse em curso, viria a ser condenado por difamação e invasão da vida privada. Apresentou queixa ao TEDH, considerada inadmissível em 20/2/1995. O caso levou duas entidades de regulação a intervir, ambas concentradas na apreciação do direito à privacidade, não se pronunciando sobre a autorização para a captação de imagens. Em 8/11/1989, o CTD do SJ considerou ter sido “abusivamente violado o direito à intimidade da vida privada”, uma vez que não estavam preenchidos na reportagem pressupostos que legitimariam a violação desse direito. A saber: que a conduta privada afetou as funções exercidas por Taveira; prejudicou o interesse público, “na razão direta em que lhe caiba protegê-lo”; ou contradisse manifestamente valores e princípios que defendia publicamente. O órgão sublinhou que o tratamento da matéria não se limitou à notícia acerca do comportamento do protagonista – “esse sim relevante” – de violação da vida privada de outrem, ao captar imagens sem o seu consentimento. Mas condenou, também, o precedente “gravíssimo” da apreensão de material a publicar, levada a cabo pela PJ, que considerou uma forma de censura. Em 27/11/1989, também o CI condenou a “Semana Ilustrada”, não deixando de criticar a “tonalidade hipocrito-moralista da pretensa defesa das ‘vítimas’”.

Sá Carneiro-Snu Abecasis – Político casado, a quem a mulher não concedeu o divórcio, assumiu abertamente a sua relação com a editora dinamarquesa Snu Abecasis, que se prolongou de 1976 até à trágica morte de ambos, em 1980. Em 1977, diria que “se a

situação for considerada incompatível com as minhas funções, escolherei a mulher que amo”. Dois anos depois, como primeiro-ministro, impôs a presença da companheira em atos oficiais.

T & Q/Torres Couto (16/4/1993) – O semanário fez manchete com “Os amores de Torres Couto”, à época secretário-geral da UGT e deputado europeu. Num trabalho de quatro páginas, duas mulheres testemunhavam, na primeira pessoa, a relação amorosa que tinham mantido com ele, sob o título “Ligações perigosas”, revelando aspetos íntimos. Em notícia inserida a duas colunas, Torres Couto acusava uma delas de ter tentado extorquir-lhe dinheiro.

“Paris-Match”/François Mitterrand (3/11/1994) – A revista publicou uma reportagem sobre a filha ilegítima do presidente francês, Mazarine Pingeot, ilustrada com fotos em que punha a mão no ombro dela, coincidindo com a publicação de um livro.

Strauss-Kahn (2011) – O diretor-geral do FMI, Dominique Strauss-Kahn (DSK), foi detido num aeroporto nova-iorquino, em 14/5/2011, por suspeita de abuso sexual de uma camareira de um hotel. Provável candidato do Partido Socialista francês às eleições presidenciais, o seu caso mereceu ampla cobertura mediática. Na sequência da primeira audiência judicial, ficou a aguardar julgamento em prisão preventiva. Em 19 de Maio, acusado formalmente pelo tribunal criminal de Nova Iorque de sete crimes, entre os quais tentativa de violação, foi libertado, sob fiança de um milhão de dólares (cerca 700 mil euros) e mediante a apresentação de garantias no valor de mais de cinco milhões. Ficou em prisão domiciliária, com pulseira eletrónica. A alegada vítima, uma mulher de 32 anos natural da Guiné, partiu para parte incerta, sob proteção policial. Nos Estados Unidos, a sua identidade não foi revelada pelos media, porque a polícia não a confirmou. Em França, pelo contrário, órgãos de comunicação como o jornal “Le Figaro”, a revista “Paris Match”, a estação de rádio RMC ou o *website* slate.fr não se inibiram de o fazer. Em alguns casos, foi também tornado público o nome da filha, de 15 anos. Chegou a ser difundida uma foto, extraída do Facebook, de uma mulher que nada tinha a ver com o caso. Boa parte dos media franceses explorou a tese de conspiração contra DSK, entretanto substituído na liderança do FMI. Em 6 de junho, declarou-se inocente, alegando ter praticado sexo consensual. A credibilidade da empregada do hotel começou a ser posta em causa a 1 de julho, ao serem detetadas contradições no seu depoimento. DSK seria, em 23 de agosto, ilibado de todas as acusações.

Noelle Bush (2002) – Jovem de 24 anos, filha de Jeb Bush, governador da Florida, e sobrinha de George W. Bush, então presidente dos Estados Unidos, foi condenada a dez dias de prisão, depois de ser detida por tentar adquirir fármacos com uma receita falsa. Jornalistas que cobriram campanha de Jeb Bush tinham conhecimento da sua dependência das drogas – ele próprio a abordara – mas nunca lhe tinham feito referência. (Cf. Smith, 2008: 249-250).

Telma Ortiz (Maio de 2008) – Irmã de Letícia Ortiz, princesa de Espanha, interpôs uma providência cautelar para impedir mais de 50 órgãos de comunicação de “captar, publicar, distribuir, difundir, emitir ou reproduzir por qualquer meio imagens ou instantâneos”, excepto

em cerimónias públicas ou atos de carácter protocolar. Tratou-se do primeiro caso, em Espanha, de tentativa de travar a publicação de reportagens. Telma Ortiz, que se sentia alvo de assédio por parte dos *paparazzi*, em especial no seu casamento e por ocasião do nascimento da filha, alegava que o facto de ser irmã de uma personalidade pública não concedia aos media o direito de invadirem a sua privacidade e violarem o seu direito à imagem. O tribunal de 1.^a instância de Toledo não deu provimento ao pedido (Cf. processo em http://www.vanitatis.com/fotos/autoortiz_20080414.jpg, consultado em 13/10/2010).

CM e “24 Horas”/mulher de Jesualdo Ferreira (Setembro de 2002) – O CM publicou, em 23/9/2002, uma notícia segundo a qual a mulher do presidente do Benfica, Manuel Vilarinho, fora interceptada pela GNR quando conduzia sob efeito de álcool. No dia seguinte, o “24 Horas” titulava em manchete, ao lado de uma imagem de Jesualdo Ferreira, então treinador do Benfica: “A mulher dele é que ia bêbada”, sublinhando que “a família de Vilarinho está fora desta história”. Na edição de 27, o CM retificou a informação: a partir de uma chamada de primeira página, intitulada “Um pedido de desculpas”, ocupou uma página inteira com artigos assinados por um editor executivo e pelo autor da peça inicial, em que reconhecia ter o jornal sido induzido maliciosamente em erro por uma fonte policial que presumira fidedigna. A AACS viria a assinalar a ausência de cumprimento da regra deontológica de audição dos visados por parte do CM e considerou que ambos os jornais produziram artigos que colidiram com direitos pessoais, designadamente ao bom nome e reputação, “não sendo figuras públicas as cônjuges e sendo-o, mas não se justificando a sua conversão em protagonistas da matéria noticiosa, as personalidades desportivas em causa” (Cf. Deliberação, 29/1/2003; Coelho, 2005: 323).

Igor (Dezembro de 2010) – Adolescente de 14 anos foi dado como desaparecido pelo pai, que deu conta à Comunicação Social do suposto aliciamento do filho para práticas sexuais, através da Internet, indiciando a hipótese de rapto. Os media avançaram versões contraditórias, contadas pelo pai, chegando a afirmar que o adolescente foi “atraído por predador sexual”. Igor regressou a casa uma semana depois e o pai exigiu o apuramento de responsabilidades pelo sucedido. As suspeitas da PJ, contudo, apontaram para ausência em casa de uma amiga.

T & Q/“Banho romântico matou namorada do padre” (10/6/1987) – Notícia fazia o relato pormenorizado, com fotos e identificando os envolvidos, do falecimento de uma jovem por intoxicação de gás, quando estava na banheira acompanhada de um sacerdote católico de uma aldeia (Cf. Deliberação CI, 29/2/1988).

RTP 1/Hospital Júlio de Matos (26/3/1988) – A exibição de imagens de doentes mentais, claramente identificáveis, em horário nobre levou o Conselho de Gerência do hospital psiquiátrico a apresentar queixa ao CI. Segundo os responsáveis do hospital, foram recolhidas, na sequência de visita autorizada, mas cujas regras terão sido violadas. O CI condenou a

conduta da RTP, considerada uma falta ética grave, por afetar os direitos à privacidade, imagem e identidade pessoal, notando que nem sequer competia ao conselho de gerência, médicos ou enfermeiros convencionar com a estação a exibição de imagens (Cf. Queixa CI, 11/7/1988).

Outreau (2004) – Processo judicial por violações e abusos sexuais de menores desencadeado em França, que viria a terminar com a absolvição dos 13 acusados, porque ficou provada a falsidade dos depoimentos das crianças. A generalidade da comunicação social imputou aos suspeitos crimes hediondos e noticiou pormenores da sua vida pessoal e profissional. A estação de televisão TF 1 chegou a exibir imagens de uma quinta onde teriam ocorrido violações e atos pedófilos e de uma *sex shop*, na Bélgica, que venderia gravações desses atos. O principal acusado, Alain Marécaux, cuja vida ficou destroçada, tentou suicidar-se por três vezes, antes e depois da sentença (Cf. Pina, 2009: 147-149).

“O Independente”/Fátima Galante (1997) – Em 18/4/1997, o semanário publicou a primeira de um conjunto de notícias sobre indícios de corrupção envolvendo a juíza Fátima Galante. Viria a provar-se em tribunal que o seu nome fora abusivamente invocado por um solicitador, detido pela PJ. Na sequência da absolvição, a magistrada processou “O Independente”, alegando que, além prejudicada no seu exercício profissional, foi obrigada a mudar de casa e a recorrer a apoio psicológico. O Tribunal Cível de Lisboa, em acórdão de 11/2/2002, assinalou o facto de não ter sido observada a presunção de inocência, sabendo-se, ademais, que Galante não podia defender-se, vinculada que estava ao segredo de justiça. Ao sopesar os dois direitos em confronto – à informação e ao bom nome e reputação – entendeu que o primeiro não pode, em regra, atentar contra o segundo. O caso chegaria ao STJ, onde a queixosa obteve uma indemnização recorde de 50 mil euros (Cf. Coelho, 2005: 321).

Esmeralda (2007) – A recusa de entrega ao pai biológico de uma criança de 6 anos, por parte do sargento Luís Gomes, condenado a 16/1/2007 pelo crime de sequestro da criança, que tomava como adotiva, desencadeou uma intensa cobertura mediática, em alguns casos abertamente favorável ao sargento. Cláudia Araújo (2010: 40) sustenta que “a comunicação social omitiu factos essenciais para a livre formação de opinião sobre o caso” A saber: o pai perfilhou a criança quando tinha apenas um ano, quando tomou conhecimento dos resultados do exame de paternidade, manifestou perante do MP o desejo de regular o poder paternal, procurou descobrir o paradeiro da criança junto da mãe, que o ocultou, e, mais tarde, contactou o arguido, que não lhe permitiu o acesso à menor. “A realidade é que através da informação ‘vendida’ pela Comunicação Social, a sociedade formou os seus juízos de valor, tomando no seu julgamento a posição de defesa do arguido, oposta à da Justiça” (*idem, ibidem*).

“Maddie” (2007) – A cobertura mediática do caso de Madeleine McCann, a menina inglesa desaparecida na Praia da Luz, no Algarve, em 3/5/2007, suscitou perplexidades. À excessiva exposição da figura da criança – potenciada pela tese de rapto, em que assentou, na fase inicial, a investigação – juntaram-se situações de violação de privacidade e de desrespeito

pelo princípio da presunção da inocência. Em alguns casos, os media terão excedido o seu papel e, dessa forma, comprometido o necessário distanciamento em relação aos acontecimentos. Logo no dia seguinte, o jornal britânico “The Sun” ofereceu 50 mil euros por informações sobre o paradeiro da criança. A 11 de maio, ficou a saber-se que dois jornais prometiam pagar por informações. O “Expresso”, associando-se à iniciativa de uma tia, disponibilizou para *download* o poster de Madeleine. A 15, foi constituído o primeiro arguido, Robert Murat, um inglês radicado em Portugal, supostamente na sequência de denúncia de uma jornalista britânica, que durante meses foi alvo de várias notícias sobre a sua suposta participação no rapto. A cobertura do caso envolveu a mãe e a filha, cujas fotos foram publicadas. Murat, que moveu diversos processos por difamação, recebeu 600 mil libras em indemnizações, só de dez jornais, quando lhe foi retirado o estatuto de arguido. Em entrevista ao “Público” (5/3/2010), queixou-se do comportamento dos media, que precipitaram a sua condenação pela opinião pública, porque “não queriam saber a verdade”. Segundo afirmou, chegaram a oferecer-lhe 300 mil euros para se deixar filmar, numa reportagem. À ex-mulher, foi proposto o pagamento de 220 mil euros para dar uma entrevista dizendo que era pedófilo. A localidade onde vive a ex-mulher, em Inglaterra, foi “invadida” por jornalistas, obrigando a polícia a transferir a sua filha para um lugar seguro. “Um dia, um jornalista e um fotógrafo ingleses entraram pela minha casa dentro, a dizer que iam escrever sobre mim. Respondi: não quero saber o que vão publicar. Manchete do dia seguinte: ‘Maddie: eu não quero saber’, contou ao “Público”. Os pais da criança, constituídos arguidos a 8/9/2007, passaram a partir de então a concentrar as atenções dos media. Quando deixaram de ser considerados suspeitos pelas autoridades, os jornais “The Daily Express” e “The Daily Star” coincidiram na manchete – em 19/3/2008, ambos titularam “Kate e Gerry McCann: desculpem”. A revista “Focus”, na edição de 3/9/2008, apresentou como título de capa “Culpados”, que remetia para uma “sondagem internacional” sobre o caso. Os inquiridos, escrevia, “não têm dúvidas: Kate e Gerry McCann são responsáveis pelo desaparecimento da filha. E acreditam que a menina está morta”, escrevia a revista. A ERC, em deliberação de 5/11/2008, condenou a violação pela revista de deveres legais e deontológicos, em particular a presunção de inocência. O CD pronunciou-se em 1/10/2007 (Rec. 3/2007). Sublinhou que a escassez de informação oficial sobre o curso das investigações impeliu os media a recorrerem a fontes anónimas, frequentemente sem confirmação das informações, e exortou-os a abster-se de divulgar factos sobre os quais não tivessem certezas, para não pôr em causa a reputação de suspeitos ou arguidos – tanto mais que, nestas condições, se uma notícia é falsa a responsabilidade é exclusivamente do jornalista. Na Grã-Bretanha, o casal McCann exigiu indemnizações a diversos jornais do grupo Express, pela publicação de 110 artigos. Os jornais “The Daily Express” e “The Daily Star” concordaram pagar 550 mil libras para o “Fundo Madeleine”, criado pelos pais da criança para financiar operações de busca.

Universidade Moderna (2000) – Caso de burla, corrupção e branqueamento de capitais na Universidade Moderna, no âmbito do qual ocorreu a prisão preventiva de alguns dos seus dirigentes. Na época, a comunicação social chegou a aludir a suspeitas de tráfico de

armas e da droga. O processo judicial ficou concluído em novembro de 2003, com a condenação de apenas um dos pronunciados, José Braga Gonçalves, a pena de prisão efetiva (Cf. Coelho, 2005: 69).

Roberto Carneiro (1996) – Ex-ministro da Educação, foi acusado, em Maio de 1996, de violação de normas de execução orçamental e peculato, no âmbito do “caso Indesp”. Os media concederam grande destaque ao caso. Em janeiro de 1999, declarado prescrito o primeiro crime, foi pronunciado apenas pelo de peculato. Viria, no entanto, a ser absolvido em julgamento. Além do sofrimento moral causado pela cobertura jornalística, Roberto Carneiro garantiu ter sido obrigado a recusar diversos convites, inclusive para cargos ministeriais.

Besseghir (2003) – Um bagageiro do aeroporto parisiense de Roissy, Abderazak Besseghir, acusado de atentado bombista, foi identificado pelos media como terrorista islâmico ou membro de gangue internacional. A justiça viria a ilibá-lo, concluindo que nem sequer existia bomba (Cf. Pina, 2009: 148).

José de Brito (1993) – Então vice-presidente do Instituto de Emprego e Formação Profissional, foi acusado pelo MP, em janeiro de 1993, de associação criminosa, no âmbito de um processo relacionado com verbas do Fundo Social Europeu. Absolvido em 2000 pelo Tribunal Criminal do Porto, solicitou a divulgação do desfecho aos media que tinham abordado o caso. Só a TSF o fez e nenhum respondeu aos pedidos de esclarecimento do CD, órgão ao qual apresentou queixa e que criticou a “insensibilidade arrogante” dos órgãos de comunicação em causa (Cf. Queixa ao CD, 3/2000).

“Arrastão” (10/6/2005) - A suposta realização de um gigantesco assalto na praia de Carcavelos, conduzido por 500 jovens negros residentes em bairros degradados, foi amplamente noticiada e comentada pela classe política. Embora dois dias depois, entrevistado pela SIC, o comandante da PSP de Lisboa tenha reconhecido não estar convencido de que se tivesse tratado de uma ação organizada, só a 17 começaram a ser publicadas declarações de responsáveis policiais enquadrando o acontecimento em dimensões bem menores. Afinal, o número de jovens que teriam agredido e roubado banhistas “não excedeu os 50” e “muitos dos que apareceram em imagens televisivas e fotográficas a correr na praia não eram assaltantes, mas tão só jovens que fugiam com os seus próprios haveres”. Nesse dia, “A Capital” publicou um artigo – “A história do arrastão que nunca existiu” – repondo a verdade. Mais tarde, a jornalista Diana Andringa, produziu o documentário “Era uma vez um arrastão”, no mesmo sentido. De acordo com o relatório de pesquisa produzido pela PSP, apenas foram levantados dois autos. O caso suscitou intervenções do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, que denunciou o “agravamento dos preconceitos e da desconfiança face a uma população de jovens descendentes de imigrantes africanos (...) reforçando o estigma já existente” e da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, crítica das reportagens da SIC, emitidas a partir do dia 17, que inseriram imagens de assaltos a passageiros em comboios “como tendo ocorrido na última semana, todos eles praticados por

jovens negros”. A AACS, que deliberou a 23/11/2005 na sequência de queixa daquela comissão, teceu críticas à generalidade dos media pela falta de rigor, isenção e objetividade, “omitindo declarações de intervenientes que procuraram dar um relato diferente dos factos, evitando ouvir mesmo o comandante da PSP que, desde muito cedo procurou, sem qualquer êxito, desmentir as primeiras informações que teria sido levado a fornecer por manifesta inabilidade e manipulação”. Para a AACS, foi transmitida, quer a nível nacional, quer internacional, “uma versão deturpada, enganadora, tendenciosa dos acontecimentos, com evidentes repercussões sociais indutoras do racismo e da xenofobia” (Cfr. AA. VV., 2006).

SIC/“Casa Pia”/Ferro Rodrigues (17/10/2003) – Estação de televisão revelou excertos de conversas telefónicas escutadas, no âmbito das investigações ao caso “Casa Pia”, ao secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, que fora ouvido na condição de testemunha, e ao líder parlamentar, António Costa. Em reação à notícia, o partido sustentou que as declarações foram retiradas do contexto, para dar a ideia de pressão sobre o sistema de justiça. Dois dias depois, foram tornados públicos mais excertos de escutas aos dois políticos, onde se afirmava que o presidente da República, Jorge Sampaio, já sabia do envolvimento do nome de Paulo Pedroso, dias antes de este deputado socialista ser preso preventivamente. Ferro Rodrigues denunciou alegadas “ameaças muito fortes ao PS e à democracia”.

“24 Horas”/“Casa Pia”/João Guerra (3/2/2003) – Notícia intitulada “Tem 45 anos, é divorciado e anda obcecado pelas investigações” – sobre João Guerra, procurador do MP que investigava o caso “Casa Pia” e, nessa qualidade, determinara a prisão preventiva do apresentador de televisão Carlos Cruz – fazia referência a aspetos da vida pessoal e familiar do magistrado, incluindo a opção religiosa, publicando a sua fotografia e identificando o local de residência. Por outro lado, imputava-lhe a convicção de culpabilidade do arguido (“não tem dúvidas: ele é culpado”). Perante a AACS, que abriu um processo, o “24 Horas”, invocou o interesse público das informações e refutou a tese de que afetaram o bom nome do visado. Em deliberação de 2/4/2003, o regulador dirigiu uma advertência ao diário, sustentando que a revelação de aspetos da vida pessoal e familiar do magistrado não eram essenciais à matéria noticiosa e “classificáveis como de interesse público”.

“Expresso”/“Casa Pia”/Ferro Rodrigues (24/5/2003) – O semanário revelou que o nome de Ferro Rodrigues constava do processo “Casa Pia”. O visado reagiu, falando em “invenções caluniosas”.

JN/“Casa Pia”/Jorge Sampaio (1/1/2004) – Em manchete, o jornal noticiou que o nome do presidente da República, Jorge Sampaio, constava de uma carta anónima que se manteve no processo Casa Pia, apesar de os investigadores terem considerado irrelevante a denúncia. Em conferência de Imprensa, Sampaio exprimiu a sua indignação, mas no dia seguinte o jornal, em editorial, sustentou ter apenas revelado um facto, a inclusão da carta no processo, considerada ilegal por juristas e políticos. “Não demos, não damos, nem daremos ao público gratuitamente nomes de pessoas”, assegurou.

“Focus”/“Casa Pia”/fotografias de reconhecimento de suspeitos (7/1/2004) – Sob o título “Suspeitos à força”, a revista revelou a inclusão em álbum de reconhecimento de suspeitos do caso “Casa Pia”, exibido às vítimas, de fotografias de figuras como Mário Soares, ex-presidente da República, Mota Amaral, ex-presidente da Assembleia da República, e José Policarpo, cardeal patriarca de Lisboa, (Cf. Coelho, 2005: 32).

CM/“Casa Pia”/gravação de telefonemas (agosto de 2004) – O jornalista Octávio Lopes distribuiu pelas redações, em 5/8/2004, um comunicado em que revelava terem-lhe sido furtadas cassetes contendo conversas telefônicas com fontes, no âmbito da investigação que tinha em curso ao caso “Casa Pia” e informava que não autorizaria a divulgação do teor das conversas e da identidade das fontes. Soube-se posteriormente que entre os interlocutores figuravam advogados, juristas, investigadores policiais, a assessora do procurador-geral da República e o diretor nacional da PJ, Adelino Salvado. O episódio foi discutido na perspetiva da eventual prática dos crimes de violação do segredo de justiça e de realização de gravações ilícitas. Adelino Salvado, que se demitiu do cargo em 9/8/2004, garantiria em entrevista ao “Expresso” não as ter autorizado. Em comunicado de 11/8/2004, o SJ considerou que estava em causa o sigilo profissional do jornalista, independentemente da forma como as gravações foram recolhidas, admitindo embora que algumas fossem questionáveis, à luz das leis penais. O SJ classificou como inaceitável a transformação do caso em “desenfreada caça às fontes confidenciais de informação”, apelando aos jornalistas para que resistissem à tentação da devassa. A 13/8/2004, contudo, “O Independente” publicou excertos de conversas de Octávio Lopes com o diretor da PJ e a assessora do procurador-geral.

“The Sunday Times” (1972) – O jornal publicou em 24/9/72 um artigo (“Os nossos filhos vítimas de talidomida: uma vergonha para o país”), que abordava o caso de crianças nascidas com malformações causadas pela administração de talidomida, produzida pela Distillers Company, às mães, durante a gravidez. Na época, estavam em curso diversos processos judiciais contra a empresa. A 17/11/72, com fundamento no *contempt of court*, o jornal foi proibido de publicar novas notícias. A interdição só seria levantada a 23/6/76, quando restavam quatro processos. A 26/4/1979, o TEDH considerou que fora violado o art.º 10.º da CEDH. Esta sentença foi decisiva para a reforma do *contempt of court*, tornando-o um instrumento mais brando (Cf. AA.VV., 1993: 57; Rodrigues, 1999: 77).

“Sunday Mirror” (Abril de 2002) – O pai de um jovem asiático espancado por dois futebolistas insinuou, em entrevista ao jornal, que o ataque teria motivações racistas, as quais não tinham sido demonstradas em tribunal. O julgamento foi cancelado, com o argumento de que a entrevista prejudicara a imparcialidade do júri, e o jornal condenado, ao abrigo do *contempt of court*, a pagar 75 mil libras de multa (Cf. Coelho, 2005: 80).

Frederico Cunha (1993) – Padre brasileiro responsável por paróquia da Madeira, foi condenado a 13 anos de prisão por homicídio e homossexualidade tentada com um menor pelo

Tribunal de Santa Cruz. Viria a aproveitar uma saída precária da cadeia, em 1998, para fugir para o Brasil.

Carina Ferreira (2010) – O desaparecimento, em 1/5/2010, da jovem de 21 anos – que viria a ser encontrada morta, uma semana depois, no interior da sua viatura, concluindo-se que fora vítima de acidente de viação – deu azo a diversas especulações. Foram veiculadas as hipóteses de desaparecimento voluntário, assassinio ou rapto, sem qualquer indício seguro, a partir de informações da PJ ou de depoimentos pouco fiáveis, como o que apontava para um suposto relacionamento amoroso. O DN chegou a escrever: “Um dos muitos comentários nas redes sociais dá conta que a jovem teria tido ‘um desentendimento com um dos frequentadores do Clube de Caça e Pesca, onde trabalhava’”. Nem a PSP, que registou a queixa do desaparecimento apresentada pelos pais, nem a PJ corroboraram esta versão.

Capítulo 2 A proteção legal de direitos de personalidade

“Semanário”/Filipa Garnel (1986) – Diversos textos publicados sem assinatura no suplemento “Gazeta do Dantas” lançaram insinuações de promiscuidade sexual, identificando várias figuras públicas como supostos parceiros da apresentadora de televisão. A visada moveu um processo por difamação. O tribunal de 1ª instância arquivou a queixa, alegando que “qualquer leitor de mediana inteligência (...) percebe não estar perante notícias, mas antes o relato jocoso de mexericos, de *fait divers*, de carácter humorístico e caricatural, visando o entretenimento do leitor”. O Tribunal da Relação de Lisboa (TRL), que reabriu o processo, considerou tão grave como a difamação “o vitupério de modo ambíguo, escudado na natureza ligeira e meramente insinuada do texto” e condenou o jornal (Cf. Coelho: 2005: 333-334).

Flinkkilä e outros; Jokitaipale e outros, Iltalehti e Karhuvaara; Soila; Tuomela e outros contra a Finlândia (2010) – Conjunto de queixas de jornalistas ao TEDH, decididas em 6/4/2010, todas associadas ao caso de um político finlandês – cuja identidade não é revelada – que em 1996 foi preso no seu próprio domicílio, onde se deslocara com a amante, acabando por ser condenado a uma pena de quatro meses em liberdade condicional e, mais tarde, a renunciar ao cargo. Diversos jornais e revistas, que abordaram o caso, identificaram a amante pelo nome, idade, local de trabalho e residência, aludindo ainda às suas relações familiares. Seriam condenados internamente ao pagamento de indemnizações, em processos nos quais a visada alegou ter-lhe sido causado sofrimento. O TEDH, no entanto, condenou a Finlândia por violação do direito à liberdade de expressão. Os tribunais finlandeses tinham considerado que a amante do político não era figura pública, pelo que nem o facto de o seu nome já ter sido revelado (num programa de televisão de grande audiência) justificava a intrusão na sua privacidade, sendo irrelevante se os media pretendiam ou não atingi-la. O TEDH reconheceu que os jornalistas não podiam desconhecer a lei, nem as diretrizes para o trabalho jornalístico emanadas do Conselho de Comunicação Social do país (cujas regras são mais apertadas do

que a legislação penal), mas considerou não existirem provas de má-fé. Para o TEDH, ao tornar-se amante, a mulher entrou no domínio público (Cf. acórdão sobre o caso, disponível em: www.echr.coe.int/hudoc).

SIC/Pinto da Costa (22/11/1996) – Em entrevista emitida no programa “Donos da Bola”, o jornalista José Manuel Mestre referiu-se ao presidente do F. C. Porto e da Liga de Clubes como “patrão dos árbitros” e aludiu a insultos públicos alegadamente dirigidos por ele a árbitros. Pinto da Costa moveu uma queixa-crime por difamação. Em 2001, o 2.º Juízo Criminal de Lisboa condenou o jornalista ao pagamento de uma indemnização, alegando que a honra do queixoso fora atingida, uma vez que não se provaram as afirmações proferidas e não foram respeitadas regras de “contenção, moderação e urbanidade”. A sentença foi confirmada em 2/10/2002 pelo TRP. Esgotados os recursos nacionais, Mestre recorreu para o TEDH, que em 26/7/2007 reconheceu a violação do artigo 10.º da CEDH e condenou o Estado português a indemnizar o jornalista, por considerar que não fora atingido o justo equilíbrio entre a proteção do direito à liberdade de expressão e do direito à reputação. Na óptica do TEDH, os motivos da condenação do jornalista “não podiam considerar-se suficientes e não correspondiam a qualquer necessidade social imperiosa”. A condenação em Portugal viria a ser anulada em 1/4/2011 pelos juízes criminais do Porto, na sequência de um pedido de revisão de pena baseado na sentença do TEDH (Cf. Mota, 2009: 69-73).

“Sábado”/Cavaco Silva (27/1/2011) – A frase “tal como Fátima Felgueiras e Isaltino Morais, Cavaco Silva acha que uma vitória eleitoral elimina todas as dúvidas sobre negócios que surgem nas campanhas”, escrita pelo diretor da revista, Miguel Pinheiro, na coluna “Sobe e Desce”, em comentário ao discurso de vitória do chefe de Estado reeleito, desencadeou um processo judicial contra o jornalista, movido pelo MP. Em causa, estava o alegado crime de ofensa à honra do presidente da República. O Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa determinou o arquivamento (Cf. “Sol”, 9/6/2011 e 4/10/2011).

“O Independente”/Miguel Cadilhe (6/1/89) – O controverso caso da isenção de sisa de que usufruiu o ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, na compra de um apartamento de luxo em Lisboa, chegou aos tribunais na sequência de queixa do próprio contra o jornal, por difamação. Francisco Azevedo e Silva, autor da notícia, e Miguel Esteves Cardoso, que assinou a crónica “A aventura do Trocadilhe”, foram absolvidos pelo Tribunal Cível de Lisboa. A sentença considerou “legítimo e socialmente compreensível” questionar a aquisição do imóvel, face à “duvidosa legalidade” dos comportamentos descritos na notícia. Por outro lado, salientou que o primeiro-ministro, Cavaco Silva, emitiu uma nota oficiosa em defesa do ministro, a Assembleia da República instaurou um inquérito parlamentar e a PGR um processo-crime, “concluindo até que existiu crime, mas faltava a consciência da ilicitude”, acabando Miguel Cadilhe por ser exonerado, em janeiro de 1990. O STJ, em acórdão de 2/3/95, viria, no entanto, a condenar o jornalista, imputando-lhe a intenção de difamar – “ultrapassou os limites

da contenção ou adequação do meio”. Sendo indiferente, em cível, se os factos correspondem ou não à realidade, fixou a indemnização em 3500 contos (Cf. Coelho, 2005: 368-369 e 374).

“Público”/José Luís Judas (1/11/1997) – O presidente da Câmara de Cascais processou o jornal, que noticiou a existência de uma avultada dívida fiscal. O argumento da revelação de factos do foro privado não colheu junto do TRL, que absolveu o “Público” do crime de difamação, sustentando que o ofendido era um político de relevo nacional, pelo que o escrutínio da sua situação fiscal se revestia de interesse público (Cf. Coelho, 2005: 333).

“The New York Times”/Sullivan (1960) – Caso desencadeado nos Estados Unidos, quando o NYT publicou um anúncio de página inteira, pago por ativistas de direitos humanos, que apelava à recolha de fundos para a defesa de Martin Luther King – preso no Alabama sob a acusação de perjúrio –, e atribuía à prisão motivações políticas. Louis Sullivan, comissário da polícia de Montgomery, não citado no anúncio, processou o jornal por difamação, depois de o NYT ter recusado retratar-se. Ganhou o processo no estado do Alabama, sendo-lhe atribuída uma indemnização de 500 mil dólares. Contudo, em 1964, o Supremo Tribunal de Justiça deu razão ao jornal. A decisão influenciaria legislações de outros países (Cf. Machado, 2002: 808; sentença em <http://caselaw.lp.findlaw.com/scripts/getcase.pl?court=US&vol=376&invol=254>, consultada em 13/10/2010).

“Açoriano Oriental”/Ricardo Rodrigues (2005) – Em artigo de opinião, o jornalista João Gago da Câmara pôs em causa a escolha de Ricardo Rodrigues para encabeçar a lista do PS à Assembleia da República, pelo círculo dos Açores, por ter estado “envolvido com um gangue internacional”. O artigo referia-se a um processo que remontava a 1997, de burla qualificada e falsificação de documentos, no qual não ficou provado em tribunal o envolvimento de Rodrigues. O candidato a deputado moveu um processo por difamação. O tribunal de 1ª instância, embora reconhecendo como insultuosa a expressão gangue, decidiu, em Abril de 2009, não pronunciar o jornalista, usando argumentos semelhantes aos do caso “The New York Times” c. Sullivan. Após recurso do MP, o TRL confirmou a decisão.

“Público”/atentado à bomba (7/12/1993) – O “Público” abordou em 7/12/1993 o caso do rebentamento de uma bomba no interior de um automóvel, que matou uma mulher e causou ferimentos aos seus dois filhos. A notícia fazia referências à vida sentimental da vítima. A autora do texto foi processada por difamação e ofensa a pessoa falecida. O tribunal admitiu que a revelação de aspetos da vida íntima da mulher se justificava, para explicar o caso, e reconheceu a convicção da jornalista quanto à veracidade dos factos relatados. Ainda assim, condenou-a, em sentença que seria confirmada pelo STJ, por causa da reprodução de uma só expressão, ofensiva para o assistente, ex-marido da vítima (Cf. Coelho, 2005: 355).

“O Jornal”/Jardim Fernandes (3/4/92) – Em conferência de Imprensa, o deputado da UDP/Madeira Paulo Martins acusou o vice-presidente do Governo Regional, Jardim Fernandes, de violação da lei das incompatibilidades. O facto foi noticiado pelo semanário, alvo de um

processo civil, que conduziu à condenação da jornalista pelo STJ, em 1996, sob o argumento de que “reputou a informação como verdadeira, mas era-lhe exigível confirmar e indagar sobre a veracidade da imputação, tanto mais que nem o deputado Paulo Martins nem a UDP tinham quaisquer provas seguras e estavam na fase de recolha de provas” (Cf. Coelho, 2005: 360).

“Expresso”/Jardim Fernandes (9/5/92) – A notícia do “Expresso” sobre uma conferência de Imprensa em que Paulo Martins, deputado da UDP/Madeira, anunciou a intenção de processar judicialmente o vice-presidente do Governo da Madeira deu origem a uma ação cível. O jornalista foi condenado pelo Tribunal Judicial do Funchal, mas a Relação de Lisboa determinaria a absolvição, sustentando que “a notícia, na Imprensa escrita, de que, contra certa pessoa, iria ser apresentada queixa criminal, o que se confirmou, não é punível criminalmente, por se mostrar inserida no cumprimento de um dever profissional do jornalista” (Cf. Coelho, 2005: 349).

José Pedro Castanheira (1993) – Condenado por publicar notícia verdadeira, sustentada em provas, mas que não podia produzir em tribunal, uma vez que o caso judicial que suscitava não transitara ainda em julgado (na época, vigorava o CP de 1982, que exigia prova de verdade dos factos imputados exclusivamente com base em trânsito em julgado) (Cf. Carvalho *et al.*, 2003: 198).

“VIP”/João Gil (2002) - Numa queixa apresentada pelo músico, acerca da publicação de fotografias suas com a apresentadora de televisão Catarina Furtado, no âmbito de um trabalho sobre “Casamentos de Verão”, em que se especulava sobre hipótese de virem a contrair matrimónio, a AACCS decidiu, em deliberação de 12/6/2002, reprovar o comportamento da revista, não aceitando o argumento da autorização do queixoso, porque as fotografias não foram captadas para a reportagem em causa e no âmbito do tema tratado. A reguladora concluiu ter ocorrido violação não apenas do direito à imagem, mas também da reserva da privacidade e da intimidade.

CM e TVI/imagens de homicídio (22/2/2011) – O jornal publicou imagens do homicídio de um homem, testemunhado pela filha de 4 anos, perpetrado num parque público pelo avô da menina. Tratou-se de um registo em vídeo amador, divulgado no *website* e, em papel, numa sequência de 12 fotogramas. No primeiro caso, surgia a advertência de que as imagens poderiam “ferir a suscetibilidade dos espetadores mais sensíveis”. No segundo, não foram utilizados meios técnicos de ocultação da identidade dos intervenientes. Quer no sítio eletrónico, quer na versão impressa, a identidade da criança era protegida. No mesmo dia, a TVI emitiu o vídeo em dois espaços informativos. Embora tenha avisado o leitor da natureza chocante das imagens, só num deles ocultou totalmente a identidade dos intervenientes. A ERC abriu um procedimento oficioso ao CM, concluindo que a decisão de difundir as imagens visou explorar um acontecimento dramático, violando a esfera da intimidade e da dignidade humanas (Deliberação 9/2011). À TVI, foi instaurado um processo contraordenacional

(Deliberação 16/2011). Em ambos os casos, a reguladora reconheceu o interesse noticioso, considerando não estar em causa a seleção do tema, mas o tratamento jornalístico.

JN/Angélico Vieira (30/6/2011) – A acompanhar uma fotografia de primeira página, relativa à morte do artista, vítima de acidente de viação, o jornal inseriu o subtítulo “Moranguito cremado de chapéu, mas sem coração, pulmão, rins, córneas e fígado”, que motivou uma participação à ERC. A reguladora não acolheu a argumentação do diário, que inscreveu a sua conduta no dever de informação, e considerou ter sido explorada a dimensão emocional do caso, sem acautelar o respeito pela dor de familiares, amigos e fãs de Angélico Vieira (Deliberação 21/2011, de 28 de Setembro).

“Sol”/Alfredo Reinado (5/4/2008) – A publicação pelo semanário de imagens dos cadáveres de dois militares timorenses, um dos quais Alfredo Reinado, abatidos na sequência de incidentes político-militares, levou a ERC a abrir inquérito. Na própria edição, o jornal garantia ter tido o “cuidado de não publicar imagens – designadamente da autópsia – que poderiam ferir gravemente a sensibilidade dos leitores”, embora uma das fotografias exibisse o rosto coberto de sangue. Perante a ERC, alegou que a gravidade dos factos exigia a publicação das fotografias, sob pena de ficarem “minimizados em relatos escritos”. O argumento foi contestado pela reguladora: como a morte de Reinado ocorrera dois meses antes, o “Sol” não tornou público esse facto, mas as imagens da sua morte. Assim, a notícia carecia de interesse público, pelo que não se justificava a exibição do cadáver. A conduta do jornal foi considerada violadora do direito à imagem e da dignidade da pessoa humana. O caso daria origem a recomendação (Cf. Deliberação ERC, 4/6/2008).

“O Independente”/Sousa Franco (1999) – O semanário publicou uma notícia em que revelava afirmações caluniosas contra membros do Governo, alegadamente proferidas pelo ex-ministro das Finanças Sousa Franco, em voz alta, quando almoçava num restaurante. Inês Serra Lopes, diretora do semanário e autora da notícia, confrontada com uma vaga de críticas, disse que testemunhou a conversa e garantiu ter marcado um encontro para confirmar a veracidade das declarações, que o visado desmarcou, depois de aceitar, alegando não querer fazer comentários. Sousa Franco reagiu através de carta aberta no DN, onde apodava a jornalista de “mentirosa, criminosa, marginal e PIDE”. A 2/12/1999, o CD emitiu uma nota genérica sobre a reprodução de conversas entre cidadãos, na qual considerava que não são, em princípio, notícia, mesmo se travadas em lugar público e envolvendo figuras públicas, uma vez que se impõe o dever de respeito pela intimidade e recato. De notar que Sousa Franco mantinha, à época, um litígio judicial com “O Independente”, por causa de uma notícia de 1996 (Cfr. “O Independente”/Sousa Franco, 1996).

Fehér (janeiro de 2004) - Futebolista húngaro do Benfica, morreu durante um jogo frente ao Vitória de Guimarães, transmitido em direto pela SportTV. As imagens do momento foram repetidas à exaustão por estações de televisão e jornais, durante três dias, até ao funeral. Em resposta a diversas queixas sobre a conduta da RTP, entre 25 e 26 de janeiro, a

AACS considerou que o primeiro canal não cumpriu as suas obrigações de serviço público, por ceder ao sensacionalismo, em contraste com A Dois, cujo comportamento “contido” elogiou (Cf. Deliberação AACS, 6/4/2004).

“Sábado”/Bruno Baião (21/5/2004) – Fotografia da imagem mortuária no féretro do jovem futebolista Bruno Baião foi publicada a toda a largura de duas páginas. A AACS enquadrou a conduta na violação do direito à imagem e respeito pelo decoro, notando que não foi apresentada prova do consentimento formal de familiares para a recolha da imagem, alegadamente adquirida a um *freelancer* (Deliberação AACS, 21/7/2004).

JN/cheias na Madeira (23/2/2010) – O jornal publicou na primeira página a fotografia de um cadáver, em contexto de operações de busca e salvamento, na sequência das cheias na Madeira. O CD condenou a opção e a ERC apreciou duas queixas, uma das quais sublinhava o caráter chocante da imagem. Perante a reguladora, a direção do jornal alegou que a imagem – que não permitia apurar se se tratava de um cadáver ou uma pessoa viva – “não traduz morte; traduz operação de socorro”, pelo que tinha conteúdo informativo e não desrespeitava a pessoa envolvida. A ERC reconheceu que o rosto da vítima não era visível, mas sustentou que não foi preservado “o decoro apropriado e o respeito pela reserva associada ao momento morte”. Sublinhou, ainda, que “a dignidade da pessoa humana projeta-se para além da morte, não devendo um cadáver ser retratado (e esse retrato usado no comércio) sem que o interesse público o justifique”. No caso vertente, aduziu, a publicação da fotografia “não era essencial para a composição da matéria noticiosa” e poderia até agravar a dor de familiares. (Cf. Rec. CD, 17/3/2010; Deliberação ERC, 15/6/2010).

Felisberto Silva (2002) – Caso que envolveu a divulgação de fotografias e a identificação de dois suspeitos da morte do agente da PSP Felisberto Silva, expostas em esquadras. A TVI tomou a iniciativa, em 6/2/2002. No mesmo dia, a RTP recorreu a retratos-robô, desenhados em computador, fazendo apenas referência ao primeiro nome de um dos presumíveis implicados, apesar de também dispor das fotografias. Em 7/2/2002, a história foi manchete do “24 horas” (“Polícia já conhece a cara dos suspeitos / “Foram estes os sacanas” / “Apanhem-nos”) e do CM (“Polícia divulga retrato de dois suspeitos da morte do agente... – Caça ao homem”). Em ambos os casos, os dois cidadãos foram identificados. O “24 Horas” informou que a divulgação “não decorreu de solicitação policial”, enquanto o “CM” garantiu tratar-se do trabalho de investigação de um repórter. A AACS abriu inquérito. De acordo com a sua deliberação, de 27/2/2002, foi informada pela PSP de que não fizera qualquer pedido de publicação da imagem ou da identificação dos suspeitos e pela PJ de que não divulgara esses elementos. A SIC e a SIC Notícias abstiveram-se de tornar públicas fotografias ou retratos-robô, por entenderem que essa conduta “ofende os direitos básicos dos cidadãos em causa, viola os princípios da presunção da inocência dos alegados autores do crime e pode incitar a violência e à justiça popular”. A AACS considerou terem sido afetados os direitos à integridade pessoal, bom nome, reputação, imagem e presunção da inocência, podendo o comportamento

dos media em causa enquadrar-se nos crimes de difamação, e concluiu pela violação, em geral, do dever de rigor informativo. Reputou como “especialmente grave” o procedimento do “24 horas”, por ter feito “um apelo expresso à agressividade e um incitamento a uma quase justiça popular”, e considerou “reprovável” o tratamento do caso pelo CM. Os dois jornais foram repreendidos. A TVI – que alegara não ser necessário consentimento dos retratados, porque “ao praticarem os crimes se colocaram na posição de pessoas notórias”, e que a divulgação da sua imagem se enquadrava na previsão legal do cumprimento de “exigências de polícia ou de justiça”, contribuindo assim para a sua captura – e a RTP, que de acordo com a AACS divulgara retratos-robô coincidentes com as fotografias, foram alvo de procedimento contraordenacional. Os autos foram enviados à PGR, para instauração de processos, que, na ausência de queixa formal dos visados, não avançaram. As suspeitas da prática de crime pelos dois cidadãos não se confirmaram, tendo posteriormente sido identificado o assassino.

“VIP”/Manuel Maria Carrilho/Bárbara Guimarães (fevereiro 2004) – Um repórter-fotográfico da revista “VIP” tentou recolher a imagem do filho recém-nascido do então deputado e da apresentadora de televisão. Carrilho, ex-ministro da Cultura, tentou apropriar-se da máquina fotográfica e destruir as fotografias já captadas. O caso originou polémica, na medida em que a situação teve lugar na via pública, embora resultasse de uma “espera” junto à residência do casal.

“24 Horas”/graffiters (16/1/2001) – O jornal ilustrou a manchete, relativa ao esfaqueamento de um jovem negro, com uma foto de arquivo originalmente usada para uma notícia sobre *graffiters*. Embora os rostos tivessem sido desfocados, os três jovens captados na fotografia eram identificáveis e terão sofrido ameaças de morte, por serem, indiretamente, associados a um gangue. O CD reprovou a conduta dos responsáveis editoriais, mas quando a tomada de posição foi tornada pública já o jornal publicara um texto de retificação (Cf. Queixa ao CD, 4/7/2001).

ABC/Food Lion (1992) – Reportagem da estação norte-americana de televisão sobre alimentos deteriorados distribuídos pela cadeia Food Lion, emitida em 5/11/92, conduziu sete anos depois à condenação judicial, ao pagamento de uma indemnização à empresa e a uma sanção pecuniária de caráter punitivo, no valor de 5,545 milhões de dólares, não em resultado de um processo por difamação, mas por invasão de propriedade, fraude e desproporção dos meios utilizados. Os repórteres apresentaram currículos falsos para serem contratados pela cadeia de distribuição e recorreram a câmaras e microfones ocultos. A veracidade da notícia foi, no entanto, reconhecida em julgamento. (Cf. Machado, 2002: 577-578; processo em http://www.psu.edu/courses/comm/comm403_jsb15/foodlion.html, consultado em 25/10/2010).

“Time”/Dietmann (1/1/1963) – Uma reportagem da revista norte-americana revelou os métodos usados por um veterano de guerra que exercia ilegalmente medicina, já detido pelas autoridades. Os jornalistas, que se fizeram passar por pacientes, recolheram fotografias no

domicílio do falso médico, através de câmara escondida, e efetuaram gravações não autorizadas. A conduta foi concertada com um detetive e um investigador do departamento estatal de saúde pública que, a partir de um veículo estacionado próximo da casa, registaram o que se passou. A. A. Dietmann moveu um processo por invasão de privacidade. Reclamava o pagamento de uma indemnização de 300 mil dólares, mas receberia apenas mil. O tribunal de recurso confirmou, em 23/8/1971, a sentença da 1.^a instância, que condenou a revista.

“News of the World”/escutas telefónicas ilegais (2011) – Propriedade da News International, subsidiária do grupo News Corporation, de Rupert Murdoch, o jornal dominical britânico mais vendido do país (2,8 milhões de exemplares), com 168 anos de existência, encerrou em 10/7/2011, mergulhado num escândalo de escutas telefónicas ilegais, cujos primeiros indícios remontam a 2005. Nesse ano, publicou uma reportagem sobre um ferimento do príncipe William. A família real queixou-se de interceção de mensagens de voz e a polícia abriu inquérito. Um ano depois, o editor de assuntos reais do jornal, Clive Goodman, e o detetive particular Glenn Mulcaire foram condenados a prisão, por interceção de comunicações da realza. O chefe de redação, Andy Coulson, demitiu-se e, quatro meses depois, foi contratado para diretor de comunicação do Partido Conservador, liderado por David Cameron. Em Julho de 2009, “The Guardian” denunciou o acesso ilegal a mensagens de telemóveis por parte de repórteres do NotW, no período em que Coulson chefiava a redação. Coulson, que passara a porta-voz do primeiro-ministro Cameron, renunciou em janeiro de 2011. Em Julho, “The Guardian” noticiou que o NotW apagara mensagens do telemóvel de Milly Dowler, adolescente de 13 anos sequestrada e morta em 2002, interferindo nas investigações policiais e levando a família a acreditar que ainda estava viva. Após o encerramento do jornal, Rebekah Brooks, antiga diretora executiva, que passara a administradora delegada da News International, demitiu-se. A mesma atitude tomaram outro administrador e um ex-diretor executivo, bem como o comissário-chefe da Scotland Yard e o diretor do norte-americano “Wall Street Journal”, que integra o grupo. Em 19/7/2011, Brooks e Murdoch depuseram perante uma comissão parlamentar. A antiga diretora reconheceu ter tido conhecimento do recurso a detetives privados. Nesse dia, “The Independent” revelou que a mãe de Sarah Payne – criança de 8 anos sequestrada e morta em 2000, em cujo caso o NotW se empenhou, através de uma campanha que culminaria na aprovação de uma lei que autoriza a divulgação da morada de condenados – foi informada pela polícia de que o seu telefone, oferecido por Brooks, também foi escutado. Em 21/10/2011, a News Corporation anunciou ter chegado a acordo com a família de Milly Dowler para o pagamento de uma indemnização de dois milhões de libras, acrescida de um donativo pessoal de Murdoch, no valor de um milhão de libras, a atribuir a uma instituição de caridade. Brooks foi detida pela segunda vez, com mais cinco pessoas, incluindo o marido, em 13/3/2012. Suspeita de conspiração para obstrução à justiça, seria libertada sob fiança. A atuação da PCC, muito criticada, ocorreu em dois momentos. Em Maio de 2007, publicou um relatório que não apontava evidências de conduta ilegal ao NotW. Em Novembro de 2009, concluiu em novo relatório, formalmente retirado em Julho de 2011, que não fora enganada na primeira tomada de posição. O desenrolar das investigações levou, porém, o

presidente do órgão, Pete Buscomb, a anunciar, em 29/7/2011, a não renovação do mandato, que termina em 2012. A PCC, que reconheceu estar o Jornalismo britânico a atravessar um “terrível momento”, afirmava-se agora empenhada em promover reformas, para impedir novas situações. O inquérito oficial conduzido pelo juiz Brian Leveson, aberto em 19/11/2011, alargou-se a outros jornais, já que um relatório de 2006, revelado pela BBC, apontava para o envolvimento de 300 jornalistas de 31 publicações na obtenção de informações confidenciais através de detetives que usaram métodos ilícitos. Surgiram várias acusações sobre outras publicações do grupo Murdoch. O “Sunday Times” terá tido acesso a detalhes da vida financeira do ex-primeiro-ministro Gordon Brown e “The Sun” a fichas clínicas do filho, que sofre de uma doença grave. Em Janeiro de 2012, dois ex-diretores e dois jornalistas em funções deste jornal foram detidos, por suspeita de suborno de agentes policiais. O diretor do “Daily Mirror” admitiu que a prática de escutas ilegais também pode ter ocorrido no jornal, antes de assumir funções. No âmbito da “operação Elveden”, conduzida pela polícia, foram feitas até fevereiro de 2012 mais de duas dezenas de detenções. Entre os atingidos pelos métodos ilegais do NotW – em Novembro de 2011, a Scotland Yard identificou 5795 potenciais – figuraram políticos, apresentadores de televisão, atores de cinema, desportistas, membros da família real e até o procurador-geral, além de familiares de vítimas dos atentados de 2005 em Londres e de soldados mortos no Afeganistão e no Iraque. Alguns deles, como os atores Jude Law e Sienna Miller e o futebolista Andy Gray, receberam indemnizações. Só Glenn Mulcaire terá realizado 2226 interceções telefónicas. Em 30/4/2012, um relatório da Câmara dos Comuns sustentou que o NotW e a International News enganaram a comissão parlamentar de Comunicação Social acerca da verdadeira natureza e extensão das investigações internas que afirmaram ter empreendido. A empresa foi acusada de encobrimento e o próprio Murdoch, instado a assumir as suas responsabilidades, de “cegueira deliberada” (Cf. cronologias sobre o caso: Câmara dos Comuns (2010/2012); BBC, disponível em <http://www.bbc.co.uk/news/uk-14124020>, e Reuters, em <http://www.reuters.com/article/2012/02/29/us-newscorp-timeline-idUSTRE81S1G720120229>, consultadas em 21/3/2012).

“A Bola”/Doping no futebol (31/5/1997) – A reprodução pelo jornal do teor de conversas gravadas com câmara oculta por um jornalista da SIC, que se fez passar por dirigente desportivo para adquirir a um médico produtos dopantes – demonstrando assim o seu envolvimento em práticas ilícitas – desencadeou um processo judicial. O médico reclamou uma indemnização, alegando a prática dos crimes de liberdade de Imprensa e de gravação ilícita. Em 1999, o tribunal arquivou o caso, na parte respeitante ao último crime, por não haver indícios de que o jornalista de “A Bola” usou a gravação transmitida pela estação de televisão (Cf. Coelho, 2005: 267).

T & Q/Manuel Damásio (3/10/1997) – O semanário revelou que o presidente do Benfica, Manuel Damásio, declarara um ano antes ao fisco – informação comprovada através da reprodução da declaração de IRS – um rendimento anual de apenas 647 contos, apesar de habitar uma vivenda em Cascais, usar um carro de alta cilindrada e pagar 5000 contos anuais

em despesas de educação dos filhos. A PJ efetuou uma controversa busca à redação do jornal, motivada pela abertura de um processo por violação do sigilo fiscal. Foram apreendidos documentos ao autor da notícia, que só seriam devolvidos após o arquivamento do caso (Cf. Coelho, 2005: 86).

RDP-Guarda/João Raimundo (7/12/1989) – Uma notícia difundida pelo jornalista Gabriel Correia sobre a acusação de abuso de poder e falsificação de documentos, formulada no âmbito do “caso João Raimundo”, presidente do Instituto Politécnico da Guarda, que se encontrava sob segredo de justiça desencadeou um processo judicial. O MP junto do Tribunal da Guarda defendeu, em 1991, que não era legítimo considerar, automaticamente, que a condição de jornalista se enquadra na tipificação legal de “pessoas que, por qualquer título, tiverem tomado contacto com o processo”, porque podem subsistir dúvidas sobre como teve acesso a informações. Em 1992, porém, o TRC decidiu-se pela condenação, a 11 dias de prisão, remíveis a multa, a primeira de um jornalista após o 25 de Abril de 1974 por violação do segredo de justiça. O CD considerou que o tribunal fez uma “interpretação extensiva” da lei, ao basear a sentença no mero conhecimento de factos constantes do processo, ainda que recolhidos de forma indireta (Cf. Coelho, 2005: 211-212; Deliberação CD, outubro 1992).

Rádio Altitude/Abílio Curto (12/2/1997) – A jornalista Madalena Ferreira foi detida pela PJ da Guarda logo após o noticiário durante a qual revelou a acusação de corrupção formulada pelo MP contra Abílio Curto, presidente da Câmara local, que viria a ser condenado a pena de prisão efetiva. A detenção foi enquadrada como sendo em flagrante delito, mas a jornalista não chegou a ser julgada em processo sumário. Acusada pelo MP de ter tido acesso direto ao processo, em função dos pormenores que tornou públicos, alegou que a notícia foi elaborada a partir de investigação própria, tendo a acusação sido, inclusive, confirmada pelo autarca. O SJ criticou o “excesso de zelo” na condução do caso por parte do MP, que resultou em “grave violação do direito a informar”, enquanto a AACS se manifestou contra atuações de “caráter intimidatório” ou lesivo da liberdade e independência dos jornalistas. Madalena Ferreira foi, em 3/7/1998, condenada a multa, em primeira instância. O TRC, em 26/5/1999, determinou a absolvição, por não ter ficado provado o acesso direto ao processo, nem o recurso a meios ilícitos. De acordo com a sentença, a jornalista “não extravasou do âmbito do exercício dos direitos fundamentais que lhe assistem na qualidade de jornalista, entre os quais a liberdade de expressão e de divulgação também constitucionalmente garantida” (Cfr. Coelho, 2005: 209-210; comunicados SJ 13/2/1997 e AACS 19/2/1997).

Rádio Altitude/PJ (16/3/95) – A transmissão de uma notícia sobre um caso criminal ainda protegido pelo segredo de justiça, que reproduzia o conteúdo de uma informação de serviço da PJ da Guarda, levou à aplicação de multa ao chefe de redação e ao jornalista, por ter ficado provado que tiveram acesso a fotocópia do documento. O TRC confirmou a sentença, em 1998, com o argumento de que tem obrigação de guardar segredo “qualquer

pessoa que tenha tido contacto com o processo, no todo ou em parte, ou que tenha tido conhecimento dos seus elementos, ainda que por forma acidental” (*cit. in* Coelho, 2005: 211).

Sportugal”/Apito Dourado (19/1/2007) – A divulgação pelo *website* Sportugal (www.sportugal.pt) de parte do despacho que conduziu à reabertura de um processo no âmbito do caso “Apito Dourado”, de corrupção no futebol, foi bastante mediatizada. A direção do Sportugal revelaria, uma vez retirada de linha a peça processual, que chegara à redação por via anónima (Cf. Araújo, 2010: 107).

“Público”/Nuno Delerue (26, 27 e 28 de janeiro de 1995) – Notícias publicadas por Eduardo Dâmaso e outros jornalistas acerca de alegadas ilegalidades cometidas por Nuno Delerue, então vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, deram origem a um processo judicial por violação do segredo de justiça. Os jornalistas foram condenados em 1ª instância. O Tribunal de Esposende sustentou existir revelação de uma peça processual do MP num dos artigos, embora reconhecendo que o inquérito não foi afetado pela notícia, o que justificou a pena leve, o pagamento de 1750 euros. O Tribunal da Relação de Guimarães (TRG) não deu provimento ao recurso, concluindo que a dimensão pública da personagem atingida não justificava a violação do segredo de justiça. O caso foi submetido ao TEDH, essencialmente com base em três argumentos: não poderia ter sido analisado à luz da proteção do inquérito policial, já concluído no momento da publicação do artigo; a autoridade e a imparcialidade do poder judicial não foram afetadas; não estava em causa a proteção dos direitos do visado, que movera um processo por difamação, cujos termos então corriam. O tribunal entendeu, em acórdão de 2008, que o artigo “não tomou posição sobre a eventual culpabilidade” de Delerue e que a revelação da condição de acusado reforçou a credibilidade das informações divulgadas. Por outro lado, assinalou o facto de o próprio Tribunal de Esposende admitir que a investigação não foi afetada. Nestas condições, o interesse noticioso sobrepõe-se ao objetivo, também legítimo, de preservar o segredo de justiça. Isto é: o direito de informar prevalece sobre o procedimento penal. O TEDH considerou a condenação dos jornalistas uma “ingerência desproporcionada” no seu direito à liberdade de expressão, pelo que condenou o Estado português. Eduardo Dâmaso interpôs recurso extraordinário de revisão da sentença em Portugal, para que seja eliminada do registo criminal (Cf. acórdão do caso Campos Dâmaso c. Portugal, disponível em www.echr.coe.int/hudoc).

“Notícias de Leiria”/autarca (fevereiro de 2000) – António José Laranjeira, diretor do semanário, publicou uma notícia sobre o despacho de arquivamento, pelo MP, de um processo em que um médico, fundador do PSD e então autarca, era indiciado por abusos sexuais sobre uma paciente. Na edição seguinte, assinou uma “nota do diretor” sobre o mesmo assunto. O MP e o médico em causa moveram um processo por violação de segredo de justiça e difamação. O jornalista foi condenado, em Dezembro de 2004, pelo Tribunal de Leiria. Recursos para o TRC, STJ e TC não alteraram a decisão da primeira instância. Laranjeira apresentou então queixa ao TEDH, que em 2010 considerou que a condenação violara o

direito à liberdade de expressão. O TEDH invocou similitudes com o caso Dâmaso, usando os mesmos argumentos para condenar o Estado português no que diz respeito à questão do da violação do segredo de justiça. A propósito do crime de difamação, teceu uma apreciação genérica: “o público tem o direito de ser informado sobre os inquéritos visando homens políticos, ainda que as eventuais infrações não pareçam dizer respeito, à primeira vista, ao exercício das suas funções públicas (Cf. acórdão do caso Laranjeira Marques da Silva c. Portugal, disponível em www.echr.coe.int/hudoc).

“Expresso”/Verdasca Garcia (17/8/1985) – Caso de juiz acusado de ter recebido suborno para libertar um preso, abordado em várias notícias pelo semanário. A que deu origem a processo judicial, por violação de segredo de justiça, revelava o depoimento de uma funcionária judicial, que seria o “correio” do suborno. O autor da peça, Joaquim Vieira, e o “Expresso” acabaram absolvidos pelo TRL, em 1989. Esta instância considerou que o conteúdo da notícia não coincidia com o do auto de interrogatório da funcionária (em alguns pontos era até divergente) e que o jornalista poderia ter entrevistado funcionária. Segundo o acórdão, “não comete o crime de violação do SJ a pessoa que por meios diversos de consulta dos autos criminais, ou de sua cópia não autorizada, divulga factos que estejam a ser apurados em processo ainda em fase secreta, se deles tiver conhecimento por meios lícitos como o são a audição não proibida do próprio arguido ou dos declarantes ou das testemunhas desse processo, pessoas estas que, por natureza, não estão obrigadas a esse mesmo segredo de justiça” (*cit. in* Coelho, 2005: 212).

“Sol”/Rui Pedro Soares (12/2/2010) – Rui Pedro Soares, então administrador da Portugal Telecom, tentou impedir a publicação do conteúdo de escutas telefónicas autorizadas judicialmente, no âmbito da investigação ao caso “Face Oculta”, que o envolviam. O procedimento cautelar fixava sanções pecuniárias no valor de 50 mil euros para a empresa proprietária, dez mil euros para o diretor, José António Saraiva, e cinco mil euros para cada uma das duas jornalistas requeridas, Felícia Cabrita e Ana Paula Azevedo. O semanário desrespeitou a ordem do tribunal e distribuiu duas edições. Em comunicado publicado na segunda edição, a administração sublinhou que, de acordo com a lei, “não interfere, não conhece previamente, não sugere e não condiciona qualquer conteúdo do jornal”, estando por isso impossibilitada de cumprir a decisão judicial. Por sua vez, a direção invocou o “valor superior da liberdade de informação” para publicar os conteúdos previstos. “O autor da providência cautelar não é referido nas notícias por factos da sua vida privada ou pessoal, mas enquanto administrador de uma empresa com capitais públicos e interveniente num plano que visava o condicionamento de órgãos de comunicação social”, frisou, acrescentando que a interposição da providência cautelar “mais não visou do que o encobrimento de factos cujo interesse público é já indiscutível”. Em 25/5/2010, o Tribunal Cível de Lisboa manteve a proibição de o semanário publicar “conversações ou comunicações telefónicas” em que Rui Pedro Soares fosse interveniente e determinou o pagamento das indemnizações no montante referido, por cada violação das providências cautelares. O TRL, em 30/6/2010, confirmou a

decisão. O processo desceu à primeira instância, para fixação do montante definitivo da indemnização, mas em 2/3/2011 o “Sol” anunciou ter chegado a acordo com Rui Pedro Soares para fazer cessar os “procedimentos judiciais existentes”.

“Sol”/José Sócrates (12/2/2010) – Entre as gravações divulgadas pelo semanário, figuravam conversas telefónicas entre o então primeiro-ministro, apresentado como mentor de um plano para controlar a Comunicação Social, e Armando Vara, ex-ministro, arguido no caso “Face Oculta”. José Sócrates processou judicialmente os responsáveis editoriais e os jornalistas do semanário, alegando violação do segredo de justiça e devassa da vida privada. Mais tarde, a Imprensa revelou que a queixa foi arquivada (Cf. “Público”, 14/10/2010).

“Sol”/Joaquim Oliveira (12/2/2010) – O presidente do grupo de media Controlinveste apresentou à ERC uma queixa contra o semanário, contestando o envolvimento do seu nome nas notícias sobre o alegado plano governamental para controlar a Comunicação Social. O “Sol” reproduziu conversas telefónicas entre Oliveira e Armando Vara, atitude vista pelo empresário como correspondendo a uma intenção deliberada de o associar ao caso. A ERC considerou ter ocorrido violação dos direitos de personalidade do queixoso. Em 2011, deliberou no mesmo sentido, perante outra queixa de Joaquim Oliveira, desta feita contra a SIC-Notícias, que no programa “Tempo Extra” de 3/10/2010 difundiu uma conversa telefónica com Pinto da Costa, presidente do FC Porto, “de forma desgarrada e descontextualizada”, juntamente com outras que tinham sido intercetadas no âmbito da investigação a processo “Apito Dourado” (Cf. Deliberações ERC, 27/2010 e 3/2011).

CBS/Westmoreland – A emissão pela cadeia de televisão norte-americana CBS de um documentário sobre o alegado envolvimento do general William Westmoreland numa conspiração para ocultar a capacidade militar do inimigo durante a guerra do Vietname deu origem a um dos mais polémicos processos judiciais no país. O general, que fora comandante-chefe das forças dos Estados Unidos no Vietname, entre 1964 e 1968, moveu um processo por difamação, exigindo 120 milhões de dólares de indemnização. O processo, que envolveu elevados custos financeiros para ambas as partes, terminaria com uma declaração conjunta. A CBS declarou que o general não foi “antipatriótico, nem desleal no exercício das suas funções, tal como as via”, enquanto Westmoreland, que não recebeu qualquer indemnização, reconheceu o direito dos jornalistas a analisarem o complexo processo do Vietname e a apresentarem perspetivas contrárias à sua. Uma investigação interna ordenada pela estação de televisão conclui, no entanto, que o documentário fora parcial, inclusivamente nos ângulos de filmagem dos entrevistados, e não respeitara padrões éticos.

“O Independente”/Sousa Franco (1996) – Uma notícia sobre o recebimento de uma bolsa, paga por uma universidade, tida como incompatível com o cargo de presidente do Tribunal de Contas, que então exercia levou Sousa Franco a mover um processo. O STJ viria a determinar, em 12/1/2000, o pagamento de uma indemnização, por considerar abusivos os títulos “Mão na bolsa” e “Francamente” (Cf. Coelho, 2005: 332-333).

“O Independente”/Fernando Nogueira e Marques Mendes (1991) – O semanário foi alvo de processo por difamação, por noticiar que o PSD concedera um empréstimo a Fernando Nogueira, então ministro da Presidência e da Defesa, para aquisição de um imóvel. Nogueira e Luís Marques Mendes, dirigente do partido, teriam sido beneficiados na avaliação fiscal dos terrenos. O tribunal, que criticou o conteúdo de uma legenda e considerou abusivo classificar de “secreto” o empréstimo do partido, concluiu não existirem indícios de que os dois políticos teriam feito pressão para usufruírem de privilégios fiscais. O título, “Casa Nostra”, foi considerado excessivo, por ultrapassar os limites da crítica (Cf. Coelho, 2005: 256-257).

DN/Alberto João Jardim (28/7/1992) – A notícia sobre uma reunião entre o então presidente do Tribunal de Contas e o presidente do Governo Regional da Madeira, em que o primeiro terá manifestado dúvidas sobre a fiabilidade das contas da Região Autónoma, levou Alberto João Jardim a mover um processo judicial, por causa do título – “Sousa Franco não põe as mãos no lume por Jardim”. O tribunal admitiu um certo exagero no estilo utilizado, mas concluiu que os títulos não podem ser apreciados isoladamente. O jornalista foi absolvido da acusação de ofender a honra do queixoso. (Cf. Coelho, 2005: 368).

“Expresso”/Governo Regional da Madeira (21/3/98) – O artigo “PJ investiga pedofilia no Governo da Madeira” levou o Governo Regional a mover um processo, alegando que, ao fazer uma imputação genérica, uma vez que não revelava qualquer nome, a notícia colocava sob suspeita todos os seus membros. O semanário foi condenado em 1.ª instância, por causa do título. A Relação de Lisboa, todavia, não confirmou a sentença (Cf. Coelho, 2005: 328).

Cristiano Ronaldo (5/8/2005) - O conteúdo de uma notícia envolvendo a vida privada do futebolista, publicada pelo tabloide britânico NotW em 31/7/2005, não pôde ser reproduzida por um conjunto de órgãos de comunicação portugueses – revistas de televisão e de “social”, mas também os diários generalistas CM e “24 Horas” (Cf. DN, 8/8/2005).

José Mourinho (12/10/2007) – O treinador de futebol, então ao serviço do Chelsea, proibiu todos os órgãos de comunicação portugueses de abordarem, em texto ou imagem, uma suposta ligação extraconjugal. Dois tabloides ingleses estariam a negociar com uma mulher a publicação da história, mas um mês antes já o jornal “O Crime” a revelara em Portugal.

“TV Mais”/Ricardo Araújo Pereira (7/5/2008) – A edição da revista foi retirada das bancas dois dias depois, na sequência da providência cautelar interposta pelo humorista, por causa da publicação de imagens da sua nova casa. Em declarações ao “Público” (10/5/2008), Araújo Pereira considerou estar em causa um “grave risco” para a sua segurança e da família, já que foi ameaçado por um grupo de Extrema-Direita. A proibição de publicar informações não autorizadas era extensível às revistas “Flash” e “Nova Gente” e ao jornal “24 Horas”.

Capítulo 3 O novo contexto comunicacional

TVI/“Crime disse eu” (2009) – Na rubrica “Crime disse eu”, inserida no programa da TVI “Você na TV”, jornalista Hernâni Carvalho abordou o caso de uma mulher vítima de alegada retaliação por parte do marido, médico, que abusivamente usou a sua profissão para que a polícia a retirasse de casa e internasse no Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, entre 10 e 19 de Dezembro de 2008, em condições consideradas degradantes. O Centro Hospitalar apresentou queixa ao CD. O jornalista não respondeu ao pedido de esclarecimentos formulado pelo órgão, que reconheceu, a confirmar-se a veracidade das informações divulgadas, interesse público à notícia, mas assinalou a “ligeireza” do tratamento, “patente na omissão do elementar dever de audição de todas as partes com interesses atendíveis, do direito de as pessoas envolvidas expressarem o seu ponto de vista e do direito do público a uma informação isenta, rigorosa e de qualidade” (Cf. Parecer CD 14/2009).

Carlos Castro (2011) – Carlos Castro foi encontrado morto num hotel de Nova Iorque, em 7/1/2011, mutilado e com sinais de agressão sexual. O modelo Renato Seabra, suspeito do assassinio, seria detido pouco tempo depois. Submetido a avaliação psicológica, confessou a autoria do crime e foi acusado de homicídio simples. As circunstâncias da morte deram origem, em Portugal, a uma cobertura jornalística marcada, em muitos casos, pelo sensacionalismo. Em 14/1/2011, o semanário “Sol” reproduziu, em anexo a uma reportagem intitulada “Sexo, jogos e mentiras”, uma página do Facebook contendo um diálogo íntimo entre Castro e Seabra.

WikiLeaks/telegramas diplomáticos (2010) – Criado em dezembro de 2006 pelo jornalista Julian Assange, o *website* WikiLeaks privilegiou a divulgação de documentos secretos da Administração norte-americana, obtidos a partir de fontes não identificadas – primeiro relativos à intervenção militar no Afeganistão, mais tarde à operada no Iraque. A partir de 28/11/2010, começou a distribuir 250 mil telegramas de representações diplomáticas, confidenciais ou secretos, por cinco jornais de referência: NYT (Estados Unidos), “The Guardian” (Grã-Bretanha), “Le Monde” (França), “El País” (Espanha) e “Der Spiegel” (Alemanha). Grande parte dos telegramas foi objeto de tratamento jornalístico, sendo integralmente reproduzidos. O caso suscitou acesa polémica.

Mathew Firsht (2008) – Empresário britânico, viu expostos dados pessoais e informações sobre a sua orientação sexual num perfil falso do Facebook, criado por um antigo colega de escola. Moveu, com sucesso, um processo judicial por difamação, tendo obtido 22 mil libras de indemnização (Cf. Whittle *et al.*, 2009: 34).

CM/DREN (27/12/2008) – O jornal publicou um *frame* do vídeo, captado por telemóvel e posteriormente disponibilizado no *website* YouTube, que revelava um ato de indisciplina numa escola do Porto, filmado por um estudante – durante uma aula, três alunos apontavam uma pistola de plástico à professora e ameaçavam-na. O rosto dos jovens era ocultado, através de técnicas de distorção de imagem, mas não o da professora. A Direção Regional de

Educação do Norte (DREN) apresentou queixa à ERC, alegando ausência de consentimento expresso para a divulgação da imagem por parte dos envolvidos. O CM argumentou que o tamanho e a definição do *frame* publicado tornava difícil a identificação, que em qualquer caso não poria em causa a reputação da professora, uma vez que era apresentada como vítima. Por outro lado, sublinhou que outros órgãos de comunicação tinham já divulgado partes do vídeo e informações específicas sobre o caso, concluindo que a devassa da vida privada “foi praticada por quem, sem autorização, registou e disponibilizou no sítio da Internet as imagens”. A ERC viria a confirmar que a identidade da professora fora exposta – através do nome, apelido e disciplina lecionada, bem como da ausência de tratamento de imagem no *frame* – quando deveria ter sido preservada. “O interesse público do caso noticiado reside, não nas pessoas concretamente envolvidas, mas no cenário em que a ação decorre – uma sala de aulas de uma escola de ensino básico e secundário –, no tipo de atores envolvidos – uma professora e seus alunos –, e na forma como o facto foi tornado público – gravado por um telemóvel e colocado num *site* de Internet de partilha de vídeos”, sublinhou a reguladora, reprovando a conduta do jornal (Cf. Deliberação ERC, 23/6/2009).

PARTE II A ABORDAGEM DEONTOLÓGICA

Capítulo 1 A evolução do debate

Jayson Blair (2003) – Jovem jornalista do NYT que plagiou textos, inventou citações e distorceu informações durante anos. O caso, descoberto em abril de 2003, após denúncia de uma colega de outro jornal, obrigou a repensar os mecanismos de controlo da produção jornalística e de prestação de contas perante o público. Após a saída de Blair, o NYT fez, a 11 de maio, uma retratação pública de quatro páginas. A direção demitiu-se a 5 de Junho e, com base na proposta de uma comissão de peritos criada pelo jornal, foi pela primeira vez instituído o cargo de provedor do leitor (*public editor*). Ao mesmo tempo, a estrutura da chefia de redação foi alargada, passando a integrar um *standards editor*, cuja função é zelar pelo cumprimento de regras éticas. Alterações introduzidas no livro de estilo tornaram mais restrito o recurso a fontes anónimas. A identidade de fontes sigilosas passou a ter de ser revelada a editores de topo do jornal. Entre os efeitos da polémica desencadeada, figura o aumento do número de *fact-checkers*, profissionais encarregados de contactar fontes citadas em reportagens para confirmar informações. O caso abalou profundamente o Jornalismo norte-americano, que já em 1981 fora confrontado com o de Janet Cooke, jornalista do “The Washington Post” vencedora do prémio Pulitzer com a reportagem sobre uma criança vítima de tráfico de heroína, que viria a admitir ser, em grande parte, fictícia. (Cf. Fidalgo, 2010b).

“Público” e DN/Escutas de Belém (2009) – Caso de contornos políticos, nasceu da manchete da edição de 18/8/2009 do “Público” – “Presidência suspeita estar a ser vigiada pelo Governo” – inspirada numa fonte apenas identificada como membro da Casa Civil da Presidência da República. No dia seguinte, o jornal fez referência a suspeitas sobre um assessor do Gabinete do Primeiro-Ministro, que participara numa visita oficial de Cavaco Silva à Madeira. Em 18 de Setembro, o DN revelou a suposta fonte de Belém, em notícia intitulada “Assessor do presidente encomendou caso das escutas”, que incluía a reprodução do conteúdo de uma mensagem eletrónica enviada por um jornalista do “Público” a um colega. Desencadeou-se, no interior da classe, um debate em torno da revelação de fontes sigilosas. A intervenção do provedor do leitor do “Público”, Joaquim Vieira, ocorreu em dois momentos: a 13 de setembro, pronunciou-se sobre o modo como o jornal conduziu a investigação; a 20, criticou os procedimentos adotados, em particular em relação ao confronto de visados pelas notícias, e considerou ter existido uma “atitude objetiva de proteção do presidente da República, fonte das notícias, quanto aos efeitos políticos que as manchetes de 17 e 18 de agosto acabaram por vir a ter”. Finalmente, colocou uma questão: “Haverá uma agenda política oculta na atuação deste jornal?”. A conduta do DN seria apreciada pela CCPJ incidindo nas questões da reprodução da mensagem eletrónica e da preservação do sigilo profissional. A CCPJ, em decisão confirmada pelo plenário do órgão em 13/10/2010, aplicou aos membros da direção do DN – arquivando o processo relativo às autoras do texto – a sanção mínima, de advertência registada, por ausência de antecedentes disciplinares. (Cf. Processo Disciplinar CCPJ 6/2009; Acórdão 1/2010). Os visados recorreram para o tribunal.

Capítulo 2 A fixação do modelo deontológico em Portugal

“A Capital”/Manuel Pedro Dias (setembro de 1980) – Em três reportagens, publicadas em edições consecutivas, sob o título genérico “Manuel ‘Alentejano’, um assassino atrás das grades”, eram feitas diversas alusões às duas filhas e à ex-mulher do condenado. Na primeira edição, escrevia-se que era “pai de duas meninas nascidas da sua relação com uma prostituta”, todas identificadas. Fotografias da mãe e de uma das filhas acompanhavam a terceira reportagem. O recluso recorreu ao provedor de Justiça, alegando que foram postos em causa o bom nome e a reputação dos familiares. Instado a pronunciar-se, o CI considerou não dever apreciar o caso (Cf. Comunicado, 8/3/1982).

“Diário de Lisboa” e “Comércio do Porto”/“Lopes da Neta” (1978) – Os dois jornais publicaram notícias sobre acusações de peculato, desvio de documento oficiais e ocultação de provas judiciais que impenderiam sobre o então secretário de Estado da Comunicação Social, Roque Lino. O governante apresentou queixa (20/2/78) ao CI, exigindo o reconhecimento do direito de resposta e a condenação de ambos os periódicos, ao mesmo tempo que moveu processos judiciais. O CI recomendou ao “Diário de Lisboa” “maior ponderação na crítica”, mas a deliberação, de 6/3/1978, foi anulada, por falta de audição prévia do jornal. Como os dois

órgãos de comunicação publicaram, entretanto, textos de direito de resposta, arquivou o processo (Cf. Carvalho, 1986: 193).

“O Dia”/vítima de violação (27/7/1980) – Em pequeno texto, o jornal identificou uma vítima de violação pelo nome completo, informando que participou o crime ao piquete da PJ. A mulher queixou-se à Comissão da Condição Feminina, que encaminhou o caso para o provedor de Justiça, órgão que, por sua vez, o remeteu para o CI. “Num crime de violação, o que interessa será divulgar o nome dos violadores, não dos violados”, sustentou a comissão, na carta ao provedor, revoltada com o facto de a identidade da vítima ter sido, alegadamente, revelada ao jornal pela polícia, colocando-a em risco de vida, uma vez que os agressores tomaram conhecimento da sua queixa.

T & Q/“É só misses...” (25/11/1988) – Num artigo sobre concursos de beleza, foi inserida uma fotografia de uma mulher com os seios nus, cuja identidade era revelada na legenda, que nada tinha a ver com o texto. A visada apresentou queixa ao CI, alegando tratar-se de uma imagem captada três anos antes num jardim privado por um “fotógrafo de Imprensa”, que lhe terá dado garantias de que não seria reproduzida. A publicação ter-lhe-ia causado problemas profissionais, já que era funcionária pública. O jornal alegou tratar-se de uma fotografia do arquivo privado do autor do artigo, desresponsabilizando-se. O CI sustentou que só a fotografada poderia autorizar a publicação, uma vez a imagem não era de um concurso de um concurso de beleza, nem ela uma modelo profissional de nu, caso em que existiria consentimento implícito. O semanário foi condenado por violação do direito à imagem (Cf. Queixa contra T & Q, 13/2/1989).

DN/Fernando Negrão (1999) – Conversas telefónicas entre uma jornalista e o então diretor da PJ, Fernando Negrão, que terão permitido o fornecimento de informações sigilosas sobre buscas no âmbito do “caso Universidade Moderna” – dando origem a notícia – foram escutadas em alta voz por outros jornalistas. O procurador-geral da República, Cunha Rodrigues, lamentou os danos causados à investigação. Os três jornalistas envolvidos, entre os quais o diretor-adjunto, António Ribeiro Ferreira, denunciaram a fonte – primeiro à PGR, depois em sede de inquérito aberto por este órgão. Terão invocado a exceção consagrada no n.º 6 do Código Deontológico à regra da não identificação de fontes confidenciais, com o argumento de terem sido instrumentalizados – as conversas efetuados teriam criado a convicção de que as buscas à universidade já tinham sido efetuadas, o que não correspondia à realidade. O inquérito disciplinar proposto pela Direção do SJ ao CD foi arquivado por este órgão, uma vez que só poderia incidir sobre dois dos jornalistas (o diretor-adjunto não era filiado no sindicato). Ainda assim, o CD recomendou uma “severa reprovação” do comportamento dos jornalistas. Não deveriam, sustentou, ter prometido segredo de identidade a uma fonte que, como reconheceram, lhes levantava suspeições, e “enfraqueceram a credibilidade da sua posição” ao recorrerem a alta voz, atitude desleal perante o interlocutor, não informado previamente. O MP viria a defender que, sendo um dos intervenientes no

episódio titular de um cargo público, as conversas não poderiam ser consideradas privadas. Diferente foi o entendimento do STJ, que em 7/2/2001 sustentou que a utilização do sistema de alta voz representou intromissão ilegal nas telecomunicações, independentemente do conteúdo das conversas, (Cf. Coelho, 2005: 263; Comunicado CD, 5/7/1999).

Rádio Renascença/Armando Vara (outubro de 2000) – Armando Vara, então ministro da Juventude e Desporto, sobre cujo comportamento recaiam suspeitas relacionadas com uma fundação criada quando exercera o cargo de secretário de Estado da Administração Interna, terá confidenciado a jornalista da estação de rádio que se iria demitir, tendo mesmo lido o teor da sua carta de renúncia e autorizado a divulgação da informação, com a condição de ser imputada a “fonte próxima do gabinete”. Porém, quando a notícia foi emitida, desmentiu-a, o que levou a Renascença a revelar a fonte em antena. Em recomendação de 15/1/2001, o CD reprovou a conduta, considerando que, nestas situações, a notícia deve ser reafirmada, sem mais, valorizando a credibilidade do órgão.

Fernanda Câncio (2009) – Um dos primeiros inquéritos disciplinares abertos pela CCPJ, resultante de queixa da jornalista Fernanda Câncio contra jornalistas da SIC, “Expresso” e CM, que a apresentavam como namorada do primeiro-ministro José Sócrates em notícias sobre os comentários que fazia relativos ao “caso Freeport”, no qual alegadamente estaria envolvido. A Secção Disciplinar do órgão, em decisão confirmada pelo plenário em 21/10/2009, considerou as referências necessárias à contextualização da notícia, na perspectiva de que o relacionamento com o chefe do Governo seria suscetível de comprometer a isenção e independência da jornalista na apreciação de factos com ele relacionados. Não foram aceites argumentos, apresentados pela queixosa, de que o tratamento jornalístico resultou em invasão de vida privada ou íntima e em atentado à dignidade profissional e de que deveria ter sido ponderado se o conhecimento pelo público do relacionamento, em face das opiniões expressas, era um valor superior à preservação da sua vida privada. O CD pronunciara-se em sentido diferente (a divergência de pontos de vista aconteceu pela primeira vez desde que a CCPJ foi investida de poderes disciplinares). Em parecer de 9/7/2009, aprovado com um voto contra, considerou que um facto do conhecimento geral não é suscetível de transformar a vida privada em questão pública e que a expressão namorada pode ser uma forma de desqualificação e desconsideração da ofendida. O CD concluiu ser “tecnicamente incorreto e deontologicamente reprovável o enfoque e a identificação da jornalista nos títulos e destaques das notícias em causa” (Cf. Parecer CD 15/2009; Processos Disciplinares CCPJ 3/2009, 4/2009 e 5/2009).

Capítulo 3

Direitos de personalidade em códigos deontológicos e de ética

JN/vítima de roubo (31/12/1997) – A identificação da vítima de um roubo pelo nome e endereço deu origem a uma queixa à AACS, que considerou ter sido violada a privacidade, “sem que qualquer interesse público legítimo e relevante o aconselhasse” (Deliberação AACS, 18/2/1998).

CM e “Reconquista” (15-16/3/2009) – Nas edições impressas e nos respetivos *websites*, os dois jornais noticiaram o caso de uma idosa vítima de violação, com vários pormenores e identificando-a através de fotografia, acompanhada da filha, do nome, local de residência e idade. A ERC abriu um procedimento oficioso. O CM alegou ter obtido autorização para a fotografia e assegurado que a vítima não prestava declarações em situação de debilidade física ou psicológica. Já o “Reconquista” garantiu que “desde o primeiro contacto, tanto a vítima como a sua filha declararam à jornalista ser sua intenção trazer ao conhecimento público o crime” e fizeram questão de ser fotografadas. A ERC, que determinou a publicação pelos dois jornais de recomendações reprovando a sua conduta, defendeu que o consentimento para prestar declarações e captar imagens deveria ter sido documentado por escrito. Porém, considerou que “a eventual validade de uma renúncia à proteção pelo direito à reserva da intimidade da vida privada em nada releva no tocante à ilicitude da infração deontológica perpetrada pela jornalista, ao identificar uma vítimas de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual antes da audiência de julgamento”. “Poderá um Estado de Direito tolerar, no seu seio, uma tão extrema e irrevogável degradação da liberdade de conformação do acesso do público à dimensão mais íntima da existência de uma sua cidadã, mesmo que tal ofensa haja sido consentida? A resposta não poderá ser senão negativa”, defendeu. Para o órgão, que sublinhou o grau de proteção acrescido que devem merecer menores, idosos e cidadãos portadores de deficiência, a identificação de vítimas de crimes sexuais pode desencadear comportamentos de exclusão e de estigmatização daquelas. Assim, entendeu ter sido “gravemente violado o conteúdo essencial do direito à reserva da intimidade da vida privada e a própria dignidade da pessoa humana” (Cf. Deliberação ERC, 23/6/2009).

“24 Horas”/“Avô acusado de violar neto” (6/4/2000) – Jornal tituló em manchete: “Menino de 9 anos violado”. No interior, revelou que o avô é acusado do crime, apresentando múltiplos elementos identificadores do alegado violador – nome, idade, profissão, entidade à qual prestava serviço – além da escola frequentada pela criança, de uma pequena comunidade. A AACS, que abriu um processo, lembrou na sua deliberação dois casos anteriores semelhantes, ambos ocorridos em 1994: uma entrevista a um menor suspeito de homicídio, inserida numa reportagem da RTP, e a identificação de outro menor, presumível vítima de crime sexual, pelo jornal “A Capital”. A AACS sublinhou que situações desta natureza “marcam social e psicologicamente a criança”, prolongando o trauma a que fora submetida e condicionando o seu desenvolvimento (Cf. Deliberação, 7/6/2000).

DN/“Avô de menina abusada quer justiça” (7/4/2011) – Em reportagem sobre um caso de abuso sexual de menores ocorrido numa aldeia, a menina de 8 anos que denunciou o alegado abusador era apenas identificada por uma inicial. No entanto, o texto localizava a sua morada e revelava o nome do avô, que exigia justiça cuja fotografia dominava a página. Eram ainda identificados o suspeito e o pai de duas outras crianças, este também através de fotografia.

TVI/agressão a cônjuge (2/8/2002) – Numa peça do “Jornal Nacional” sobre uma mulher que teria sido regada com ácido sulfúrico pelo ex-marido, foram emitidas entrevistas aos filhos da vítima, de 7 e 11 anos, respetivamente, que teriam presenciado a agressão. Perante a AACs, que interveio na sequência de queixa, a estação de televisão alegou ter obtido prévia autorização dos representantes dos menores, que não identificava, para a “recolha da sua imagem e som”. As crianças terão insistido em ser filmadas, desejo que o jornalista “não quis contrariar” – usou, nas entrevistas, “um tom bastante afável, efetuando perguntas muito simples e sem insistência, de forma a não perturbar o seu equilíbrio emocional”. A AACs analisou o caso sob três ângulos: limites à liberdade de informar, legitimidade da tomada de imagens de menores em situação de sofrimento moral e alcance e validade do consentimento para a tomada de imagens, concluindo terem sido violadas normas legais atinentes ao direito à imagem e à reserva da vida privada e familiar dos menores. Por ser reincidente em tais condutas, decidiu abrir um processo contraordenacional à estação de televisão. (Cf. Deliberação AACs, 25/9/2002).

SIC/regulação do poder paternal (1995) – Numa reportagem sobre um caso em que a mãe reteve durante meses a sua filha, jornalistas do programa “Casos de Polícia” entrevistaram uma criança, com autorização da progenitora. O pai interpôs uma providência cautelar para impedir que a imagem e a voz dela fossem divulgadas, mesmo “de forma velada”. O tribunal aceitou, admitindo que a formação da personalidade da criança, de 7 anos, poderia ser afetada, ainda por cima estando envolvida num conflito familiar. A SIC desrespeitou a ordem do Tribunal de Família de Lisboa e emitiu o depoimento, ocultando apenas o rosto (Cf. Coelho, 2005: 44).

“Menina russa” (2007-2010) – O caso tornou-se mediático a partir de 2007, aquando da intervenção da Comissão de Menores. A mãe confiara a filha ao casal, residente em Barcelos, aos 2 anos de idade, em 2003. O estatuto de família de acolhimento nunca chegou a ser atribuído, mas quando a mãe revelou a intenção de reaver a criança e partir para a Rússia, o casal resistiu. Em janeiro de 2008, o Tribunal de Barcelos decidiu entregar a menor à sua guarda. No entanto, ao apreciar o recurso da progenitora, o TRG deliberou em sentido contrário. Até à partida para a Rússia, alguns órgãos de Comunicação Social portugueses publicaram notícias sem identificar a criança, apenas apresentada como “menina russa”, enquanto outros usaram a designação genérica de “caso Alexandra”. Em maio de 2010, um ano após o regresso à Rússia, a estação de televisão NTV exibiu uma reportagem,

parcialmente reproduzida pela SIC, em que eram visíveis agressões da mãe à criança. Os media nacionais ocuparam-se dos desenvolvimentos do caso tratando a menor por Sandra, nome que adquiriu na Rússia (Cf. Rec. CD, 3/6/2009; cronologia do “Expresso”, em <http://aeiou.expresso.pt/sentenca-do-caso-alexandra-mal-explicada=f518461>, consultada em 16/11/2011).

CM/“assassinada à facada” (28-29/9/2010) – O jornal noticiou o caso de uma adolescente encontrada numa zona “referenciada como de prostituição de mulheres provenientes de países africanos”. O texto descrevia em pormenor as supostas cinco facadas com que fora atingida. No dia seguinte, publicou nova notícia: afinal, sofrera um acidente, ao tentar saltar do comboio em andamento. Mas o jornal insistia que, anteriormente, “todos os indícios apontavam para um cenário de morte com cinco facadas”.

“24 Horas”/Jardel (30/7/2002) – À manchete, alusiva ao jogador de futebol, “Segurança Social paga subsídio milionário – baixa de Jardel sai-nos do bolso”, sucedeu, no dia seguinte, outra, de teor oposto: “O ‘24 horas’ faltou à verdade – baixa de Jardel não nos sai do bolso”.

“24 Horas”/Teresa Caeiro (22/7/2004) – Em manchete – “Generais tramam namorada de Piet-Hein” – o jornal aludia ao suposto “veto” do presidente da República à nomeação de Teresa Caeiro para o cargo de secretária de Estado da Defesa, por os militares considerarem que “não tem perfil”. A edição seguinte, com igual destaque, repôs a verdade: “O 24 Horas errou, assume a responsabilidade e pede desculpa – Metemos a pata na poça”. Não ocorrera veto do presidente Jorge Sampaio e o “chefe das Forças Armadas não tinha nada contra” Teresa Caeiro. Em texto no interior, o jornal escrevia: “Desta vez falhámos nós”.

“24 Horas”/Luís Filipe Vieira (24/8/2006) – O jornal assegurou, em manchete, que o presidente do Benfica, Luís Filipe Vieira, iria ser constituído arguido num caso que envolvia Mantorras, jogador do clube. O dirigente desportivo deslocou-se à redação para pedir explicações e acabou por conceder uma entrevista, publicada em quatro páginas, correspondendo à manchete “Se acham que tenho de ser arguido é só chamar”. O diretor do “24 Horas” reafirmou em editorial a informação publicada.

PARTE III PERCEÇÃO DOS JORNALISTAS SOBRE O QUADRO LEGAL E A DEONTOLOGIA

Capítulo 1 A lei e a auto-regulação

“Caso Joana” (2004-2010) – O desaparecimento, em 12/9/2004, de Joana Cipriano, uma criança de 8 anos, da casa onde morava na aldeia algarvia de Figueira foi acompanhado pela Comunicação Social ao longo de quatro anos. Embora o corpo nunca tenha sido encontrado, a mãe e o tio da menor foram considerados autores dos crimes de homicídio e ocultação de cadáver. O Tribunal de Portimão condenou, em Novembro de 2005, Leonor Cipriano a 20 anos e quatro meses de prisão e João Cipriano a 19 anos e dois meses. Em Abril de 2006, o STJ reduziu as penas, atribuindo a cada um dos acusados 16 anos e oito meses de prisão. O caso só conheceria uma conclusão definitiva em 2010, na sequência da decisão do TC de não tomar conhecimento do recurso dos condenados.

Capítulo 2 A pertinência das normas deontológicas

Henrique Sotero (2010-2011) - Engenheiro de 30 anos autor confesso de 71 crimes, entre os quais sequestro, violação, coação sexual e ofensas corporais, foi condenado em 13/9/2011 a 25 anos de prisão. O caso, conhecido como do “violador de Telheiras”, mereceu ampla cobertura mediática, incidindo sobretudo no *modus faciendi* – durante anos, atacava as vítimas, quase todas menores, à saída de escolas, e conduzia-as, sob ameaça de arma branca, a caves e terraços de prédios. Algumas reportagens revelaram aspetos da vida privada de familiares e da namorada de Henrique Sotero.

Filho de Leonor Beleza (16/6/2004) – Sob o título “Beleza na droga”, o “24 Horas” noticiou a detenção de Miguel Beleza, numa operação policial de combate a estupefacientes. Tratava-se do filho de Leonor Beleza, vice-presidente da Assembleia da República, cuja fotografia ilustrava o artigo, com chamada de primeira página. A AACS, que abriu um processo, reconheceu “o interesse jornalístico e público designadamente do nexo familiar estabelecido, por a referida deputada ser uma personalidade pública”, mas advertiu o jornal para a “necessidade de entrar em linha de conta com a possibilidade, e assim com o risco, de erros de apreensão por parte do público, decorrentes dos diversos e naturais graus de rigor e extensão de leitura e de articulações entre títulos mais destacados e imagens”. Um dos membros da AACS, Jorge Pegado Liz, votou contra a deliberação. Em declaração de voto, sublinhou que “não foca o aspeto essencial da utilização abusiva da fotografia e do nome de Leonor Beleza” (Cf. Deliberação AACS, 11/8/2004). Em 10/11/2008, o CM publicou uma peça com contornos

semelhantes, sobre a detenção do filho do presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, intercetado pela polícia na posse de estupefacientes.

“Abortadeira da Maia” (2002) – O caso que ficou conhecido sob esta designação prendeu-se com um julgamento, fortemente mediatizado, em que eram acusadas da prática de aborto ilegal 17 mulheres, além da enfermeira que os realizava e de 25 alegados angariadores. Apenas uma das 17 mulheres foi condenada, a uma pena simbólica de prisão, remível com multa. À enfermeira, foi aplicada uma pena de sete anos e meio de prisão pela realização de centenas de abortos, além de tráfico de estupefacientes e falsificação de documentos. A pena viria a ser reduzida para metade, graças ao indulto concedido em 2003 pelo presidente da República, Jorge Sampaio. A decisão motivou protestos e acusações de que o chefe de Estado estaria, ao indultar a enfermeira, a tomar partido na questão da despenalização do aborto.

José António Cerejo/“Freeport” (2010) – Jornalista do “Público”, constituiu-se como assistente no processo “Freeport” em fevereiro de 2009, depois de autorizado pela direção do jornal, com a condição de não usar o estatuto para nele intervir. Um ano depois, o seu caso (outros jornalistas têm vindo a recorrer ao mesmo expediente) suscitou controvérsia pública. Acusado de atuar como “jornalista disfarçado”, transformando-se em agente processual, alegou não ter tomado tal iniciativa para violar o segredo de justiça, mas porque se confrontou com obstáculos no acesso a informação não sujeita a esse regime. Em 2009, o então provedor do “Público”, Joaquim Vieira, alertara para o risco de a conduta transferir o compromisso principal do jornalista, perante os leitores, para o aparelho judicial. Na ótica do seu sucessor, José Queirós, no conflito de valores em presença “devem prevalecer os direitos de informar e ser informado, e o dever de o fazer com rigor”. Embora não considerasse violada a norma deontológica segundo o qual “o jornalista deve utilizar meios legais para obter informações”, Queirós admitiu ter sido usado um subterfúgio que “poderá não se adequar ao espírito das normas que regulam a figura do assistente no processo” e recomendou à direção do jornal, em nome da transparência, que desse a conhecer aos leitores os termos exatos do requerimento para constituição como assistente e da decisão do juiz que a autorizou. Já o CD defendeu que o recurso àquele estatuto colide com o ponto 10 do Código Deontológico, segundo o qual o jornalista deve preservar a sua independência e integridade profissional e não noticiar assuntos em que tenha interesse. A restrição de acesso às fontes, sustentou o órgão, “não pode servir de justificação para descaraterizar” a metodologia profissional (Cf. artigos de opinião, no “Público”, de José António Cerejo – “Sou assistente do processo Freeport e sê-lo-ei noutros”, 2/8/2010, e “O insulto fácil ou um antifascista encartado”, 2/9/2010 –; José Augusto Rocha – “Caso Freeport ou um jornalista disfarçado de ‘assistente’”, 29/8/2010 – e José Manuel Fernandes – “Há sempre plumas de censor ao serviço de qualquer regime”, 3/9/2010; crónicas do provedor do leitor, José Queirós – “Um assistente atípico e as suas razões”, 15/8/2010; “Regresso à polémica do ‘jornalista-assistente’”, 12/9/2010, e “Dilemas, dogmas e responsabilidade”, 19/9/2010; Comunicado CD, 15/9/2010).

Capítulo 4 Os constrangimentos de aplicação quotidiana

Tagus Park (2010) - Três administradores da empresa foram acusados, em abril de 2010, da prática do crime de corrupção passiva para ato ilícito. Em causa, a celebração com o ex-futebolista Luís Figo de um contrato de utilização da sua imagem para a promoção internacional do parque tecnológico gerido pela empresa, de capitais públicos, que efetivamente corresponderia a contrapartida pelo apoio político manifestado a José Sócrates, líder do PS, nas eleições legislativas de 2009 (Cfr. <http://aeiou.expresso.pt/expresso-revela-a-acusacao-no-processo-figotaguspark=f576432#ixzz1IVmPms8K>).

Lopes da Mota (dezembro de 2009) – Acusado de pressionar os investigadores do caso “Freeport”, que na fase inicial envolveu o então primeiro-ministro José Sócrates, foi sancionado com uma pena de suspensão das funções de magistrado por 30 dias, decidida pelo Conselho Superior do Ministério Público. Renunciou de imediato ao cargo de presidente do Eurojust, organismo de cooperação europeia de combate à criminalidade.

Cavaco Silva (2011) - A Comunicação Social levantou dúvidas sobre a licitude da aquisição, em 1998, de uma vivenda na urbanização da Aldeia da Coelha, em Albufeira, pelo presidente da República, em campanha para a reeleição. Na sequência da primeira reportagem, publicada na revista “Visão” de 13/1/2011, sob o título “A aldeia do cavaquistão”, Cavaco Silva não aceitou prestar esclarecimentos sobre a escritura do imóvel, que seria tornada pública pela “Sábado”, no dia 19. O documento revelou que o negócio foi consumado através de permuta com uma propriedade no mesmo concelho. A vivenda da Aldeia da Coelho era, no entanto, descrita como “lote de terreno para construção”, apesar de já estar a ser edificada. Persistiam ainda dúvidas quanto ao pagamento do imposto de Sisa. Só após as eleições, realizadas em 23/1/2011, Cavaco Silva esclareceu, através de comunicado da Presidência, que pagou o imposto depois de notificado pela administração fiscal. “Tratou-se de uma transação perfeitamente legítima e transparente”, garantiu.

“Focus”/“Casa Pia”/Carlos Silvino (26/1/2011) – A revista publicou uma entrevista com Carlos Silvino, que pouco tempo antes fora condenado a 18 anos de prisão, em primeira instância. Principal protagonista do caso, as suas declarações contribuíram decisivamente para incriminar outros arguidos, mas desta feita alterou a versão. Alegando que os seus depoimentos foram prestados sob pressão da Polícia Judiciária, reconheceu ter mentido e ilibou todos os envolvidos. Jornalista *freelance*, o autor da entrevista escrevera em 2004, em parceria com a ex-mulher de Carlos Cruz, que viria a ser condenado, o livro “As grades do sofrimento”, no qual defende a sua inocência.